

**Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-graduação em Geografia**



Brena Regina Lopes Machado

**A RELAÇÃO RURAL-URBANO NO TERRITÓRIO MARAJOARA:
UM OLHAR A PARTIR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
CALDEIRÃO EM SALVATERRA-PA**

Belém/PA
2023



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

A relação rural-urbano no território marajoara: um olhar a partir da comunidade quilombola Caldeirão em Salvaterra-PA

Dissertação apresentada como requisito de avaliação de título de mestre no programa de pós-graduação em Geografia – PPGG, na Universidade do Estado do Pará – UEPA. Linha de pesquisa: Análises socioespaciais e territoriais do campo na Amazônia.
Orientador: Fabiano de Oliveira Bringel.

Belém/PA
2023

Brena Regina Lopes Machado

A relação rural-urbano no território marajoara: um olhar a partir da comunidade quilombola Caldeirão em Salvaterra-PA

Dissertação apresentada como requisito de avaliação de título de mestre no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG/UEPA.

Data de Aprovação: 20 / 06 / 2023.

Banca examinadora:



- Orientador

Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel
Universidade do Estado do Pará



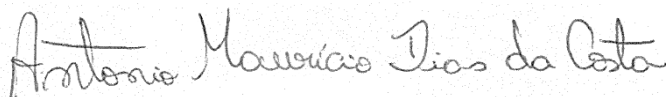
- Membro Interno

Prof. Dra. Cátia Oliveira Macedo
Universidade do Estado do Pará



- Membro Externo

Prof. Dra. Lanna Beatriz Lima Peixoto
Universidade Federal do Pará



- Membro Externo

Prof. Dr. Antônio Maurício Dias da Costa
Universidade Federal do Pará

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Biblioteca do CCSE/UEPA, Belém - PA

Machado, Brena Regina Lopes

A relação rural-urbano no território marajoara: um olhar a partir da comunidade quilombola Caldeirão em Salvaterra-PA /Brena Regina Lopes Machado; orientação de Fabiano de Oliveira Bringel. – Belém, 2023.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Pará. Programa de Pós-graduação em Geografia. Belém, 2023.

1.Quilombolass-Salaterra-PA.2.Relação rural-urbano - Salvaterra-PA.I. Bringel, Fabiano de Oliveira (orient.) II. Título.

CDD. 23° ed. 307.72098115

Elaborada por Regina Coeli A. Ribeiro – CRB-2/739

AGRADECIMENTOS

Durante o processo de produção desta dissertação, passaram por mim muitos sujeitos que de forma direta (pessoalmente) ou indireta, de forma subjetiva na memória de outros (e autores de livros, teses, dissertações e artigos lidos) participaram ajudando a construir a pesquisa, possibilitando a mim partilhar do que não se sabe, ou melhor, do que eu não sabia no percurso de aprender com os sujeitos presentes. E por isso, sou agradecida.

Trata-se da conclusão de uma etapa de minha vida acadêmica que se consolida para além do processo de formação na universidade do estado do Pará (UEPA), mas que eu posso afirmar com segurança que iniciou com esta instituição de ensino ainda na graduação, apoiada por professores que até o momento se fazem presente em minha trajetória acadêmica desde a graduação em Licenciatura em Geografia, cursado no campus XVI da UEPA (em Barcarena).

De forma ampla, os agradecimentos irão direcionar-se a instituição de ensino (UEPA) e pesquisa (Capes); aos docentes que para além do vínculo com a instituição contribuíram e ainda contribuem de forma significativa; a minha família que acompanha de perto meu processo contínuo de formação (mesmo quando tive que deixá-los várias vezes para fazer pesquisa em outro município) e com quem sempre posso contar em todos os momentos; e por último, mas não menos importante, a Deus que se faz onipresente na conexão de todos os elementos me conduzem até o presente momento de minha vida.

Nesse sentido, cito como contribuição a bolsa de pesquisa recebida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em parceria com a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA) que através do projeto de pesquisa “Estudos agro socioeconômicos, ambientais e de biodiversidade na Mesorregião do Marajó: Fortalecimento da Pós-graduação, Ampliação de Recursos Humanos e da Produção Científica na Amazônia”, me possibilitou maior possibilidade de dedicação à pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Fabiano de Oliveira Bringel que me apresentou a temática abordada nesta pesquisa, estando presente no desenvolver da mesma, e se colocando a disposição para o debate que ajudasse a diluir as constantes dúvidas existentes, ao mesmo tempo em que, me ajudou a modelar a pesquisa sempre apontando para novas possibilidades, respeitando e apoiando minhas escolhas feitas até o presente momento. Aproveito para socializar que minha trajetória de pesquisa ao lado do mesmo iniciou-se na graduação, no momento de orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que propôs como resultado “Um estudo a partir da influência do processo migratório e instalação do complexo

industrial no município de Barcarena-PA”, temática essa que se desdobrou e teve grande influência e motivação no atual objeto de estudo proposto nesta dissertação.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UEPA) no qual tive o prazer de receber formação para o processo de amadurecimento do projeto de pesquisa durante as disciplinas cursadas na universidade. São eles: Willame de Oliveira Ribeiro, Carlos Alexandre Leão Bordalo, Adolfo de Oliveira Neto, Fabiano Oliveira Bringel, Cátia Oliveira Macedo, Francisco Emerson Vale Costa, Luciane Soares Almeida, e Mauro Emílio Costa Silva. E ainda, eu não poderia deixar de mencionar um eterno professor/orientador/amigo Jônatha Rodrigo de Oliveira Lira, por ser um revisor atento durante meu processo de formação e grande incentivador de minha trajetória acadêmica, que me trouxe até aqui e que me estimula a seguir.

No caminhar da pesquisa em campo em Salvaterra (em um período de 2 anos) ganhei um grande amigo, Emerson dos Santos de Miranda, que me ajudou no contato com outras comunidades e a restringir meu *locus* de pesquisa entre as comunidades quilombolas do município, me acolhendo enquanto pesquisadora em sua própria residência junto com sua família na comunidade quilombola Caldeirão, me possibilitando maior contato com o cotidiano da comunidade. O Emerson se mostrou um grande colaborador das atividades de campo nas comunidades quilombolas de Salvaterra, sendo um contato estratégico (enquanto residente) na comunidade quilombola Caldeirão.

Para não correr o risco de ser injusta com algumas pessoas, agradecerei as comunidades quilombolas pelo resultado final alcançado, citando as comunidades: Caldeirão, Boa vista, Bairro Alto, Bacabal, Boca da Mata, Mangueiras, Salvá, Providência, Siricari, Deus Ajude, Paixão, Santa Luzia, Pau Furado, São Benedito da Ponta, Cururu, Rosário e Vila União. Agradeço aos quilombolas das 17 (dezesete) comunidades quilombolas de Salvaterra que sempre estiveram dispostos a socializar seu cotidiano, acolhendo-me em muitos momentos de seus encontros, fazendo-me sentir sempre bem vinda ao observar e, em algumas vezes, no atuar das atividades coletivas das mesmas.

Agradeço aos integrantes da atual banca examinadora: Petrônio Medeiros Lima Filho, Lanna Beatriz Lima Peixoto e Cátia Oliveira Macedo que participaram de outros momentos de avaliação apontando possibilidades e aprofundamentos que melhor expressassem o objeto de estudo, ajudando assim a conduzir as etapas finais de pesquisa.

Meus agradecimentos estendem-se a todos que contribuíram de forma direta e indireta com as atuais atividades de pesquisa em campo e fora dele. Muito Obrigada!

Dedicado a minha querida Ana que participou ao meu lado de todas as etapas de desenvolvimento desta dissertação... “Minha filhota foi os ouvidos sempre dispostos que muitas das vezes foi necessário para que eu mesma, no processo, refletisse até o resultado alcançado”.

A você, Ana Vitória!

RESUMO

Trata-se da análise da relação rural-urbano nos territórios das comunidades quilombolas em Salvaterra, município marajoara do Estado do Pará. Tal análise se aprofunda na comunidade rural Caldeirão, a maior comunidade quilombola de Salvaterra, formada a mais de 250 anos, quando o território, onde está localizada hoje, ainda pertencia a vila de Soure. A proposta objetiva analisar o contexto socioespacial de Salvaterra-PA, que de forma macro, ressalte a relação rural-urbano existente nas comunidades quilombolas do lugar, direcionando um olhar especial a comunidade quilombola Caldeirão. Para tal, propõe-se destacar o contexto histórico, as principais dinâmicas, conflitos e estratégias, considerando a relação rural-urbano existentes nas comunidades quilombolas de Salvaterra, evidenciando como ela se expressa na comunidade quilombola Caldeirão. Para análise de dados, adota-se uma abordagem predominantemente qualitativa, fundamentada por referências bibliográficas e trabalho de campo, pautando teoria e prática que englobem a subjetividade dos sujeitos – os quilombolas. Aponta-se para a necessidade de entender Salvaterra em sua composição étnica e sócio cultural de forte influência indígena, colonizado por frades jesuítas, que já atraiu muitos negros escravizados, e os mesmos territorializaram-se no lugar. Hoje seus descendentes reivindicam seus direitos quilombolas em prol de justiça aos seus antepassados que trouxeram para o lugar parte da identidade sócio cultural. As lutas, conflitos e estratégias utilizadas até hoje pelas comunidades negras traduzem um cenário de relidade, historicamente, imposta a eles, que criam estratégias de sobrevivências pautada na coletividade entre as 17 comunidades quilombolas de Salvaterra. No processo de análise sobre a relação rural-urbano protagonizada pelos quilombolas de Salvaterra, e em especial de Caldeirão, captura-se elementos do cotidiano que demonstram suas interações. Evidencia-se a comunidade quilombola Caldeirão formada enquanto comunidade em detrimento da relação rural-urbano, interagindo cotidianamente em suas especificidades, mostrando que rural e urbano são também espaço de luta e de direitos que se expressam na cultura quilombola, presente nas necessidades cotidianas que caracterizam o espaço de vida dos sujeitos das comunidades de Salvaterra. Os deslocamentos evidenciados no processo apresentam-se como uma fronteira de interação rural-urbano. A relação rural-urbano no território marajoara, assim como em Caldeirão modela novas estratégias de sobrevivência sobre os conflitos existentes, os riscos e as necessidades, impondo novas demandas de acesso a políticas estruturais, assim como, a luta política necessária a conquista dos títulos de seus territórios quilombolas.

Palavras-chave: Relação Rural-Urbano; Salvaterra-PA; Comunidades Quilombolas; Luta Quilombola; Comunidade Caldeirão.

ABSTRACT

This is an analysis of the rural-urban relationship in the territories of quilombola communities in Salvaterra, the Marajoara municipality in the State of Pará. This analysis deepens in the rural community Caldeirão, the largest remaining quilombo community in Salvaterra, created more than 250 years ago, when the território, where it is located today, still belonged to the village of Soure. The proposal aims to analyze the socio-spatial context of Salvaterra-PA, which in a macro way, emphasizes the rural-urban relationship existing in the quilombola communities of the place, directing a special look at the quilombola community Caldeirão. To this end, it is proposed to highlight the historical context, the main dynamics, conflicts and strategies, considering the rural-urban relationship existing in the quilombola communities of Salvaterra, showing how it is expressed in the quilombola community Caldeirão. For data analysis, a predominantly qualitative approach is adopted, based on bibliographical references and field work, guiding theory and practice that encompass the subjectivity of the subjects – the quilombolas. It points to the need to understand Salvaterra in its ethnic and socio-cultural composition of strong indigenous influence, colonized by Jesuit friars, which already attracted many enslaved blacks, and they territorialized in the place. Today, its descendants claim their quilombola rights in favor of justice for their ancestors who brought part of their sociocultural identity to the place. The struggles, conflicts and strategies used until today by the black communities reflect a scenario of reality, historically, imposed on them, which create survival strategies based on the collectivity among the 17 quilombola communities of Salvaterra. In the process of analyzing the rural-urban relationship played by the quilombolas of Salvaterra, and in particular of Caldeirão, elements of everyday life are captured that demonstrate the naturalness of the interaction. It is noticed that The Caldeirão quilombola community created as a community to the detriment of the rural-urban relationship interacting daily in its specificities, showing that rural and urban are also spaces of struggle and rights that are expressed in the quilombola culture, present in the daily needs what characterize the living space of the subjects of the Salvaterra communities. The displacements evidenced in the process are presented as a frontier of rural-urban interaction. The rural-urban relationship in the Marajoara territory, as well as in Caldeirão, models new survival strategies on existing conflicts, risks and needs, imposing new demands for access to structural policies, as well as the political struggle necessary to conquer the titles of their quilombola territories.

Keywords: Rural-Urban Relationship; Salvaterra-PA; Quilombola Communities; Quilombola fight; Caldeirão Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do território quilombolas de Salvaterra	26
Figura 2 – Logomarca da Comunidade Quilombola Caldeirão.....	28
Figura 3 – Comunidade quilombola de Caldeirão no período de 2013.....	31
Figura 4 – Croqui 2013 e Imagem de satélite da Comunidade quilombola Caldeirão em 2023	32
Figura 5 – Mapa da Comunidade Quilombola Caldeirão.....	33
Figura 6 – Imagens de alguns momentos em campo na comunidade quilombola Caldeirão...42	
Figura 7 - Infraestrutura implantada na Amazônia.....	57
Figura 8 – 10 anos de resistência Abayomi	84
Figura 9 – Contrapartidas sociais do grupo Abayomi nas comunidades Mangueiras e Salvá .85	
Figura 10 - Nova coordenação ABAYOMI na comunidade Paixão	86
Figura 11 – Algumas bandeiras das comunidades quilombolas de Salvaterra.....	90
Figura 12 – 1º festival Cultural quilombolas de Salvaterra-PA	95
Figura 13 - XVII Jogos de Identidade Quilombola	96
Figura 14 – Trabalho de campo nas comunidades quilombolas de Rosário e Paixão.....	97
Figura 15 – Imagens registradas pelas crianças nas oficinas de fotografia nas comunidades..99	
Figura 16 – Imagens do território de Caldeirão.....	102
Figura 17 – Delegação da Comunidade Caldeirão no XVII Jogos de Identidade Quilombola	103
Figura 18 – Comunidade Caldeirão no Desfile Cívico Quilombola em 2022.....	105
Figura 19 – Oficina de Construção de Instrumentos musicais na comunidade Caldeirão	106
Figura 20 – Chamada Pública da oficina temática do Plano Diretor na comunidade Caldeirão	107
Figura 21 – Território de pesca na comunidade quilombola Caldeirão	108
Figura 22 – Area de roça e horta na comunidade quilombola Caldeirão	109
Figura 23 – Produção de farinha na comunidade quilombola Caldeirão	110
Figura 24 – Algumas empresas instaladas no território quilombola de Caldeirão	115
Figura 25 – Asfalto na comunidade quilombola Caldeirão	116
Figura 26 – Esquema representativo da mobilidade quilombola em Salvaterra-PA.....	137
Figura 27 – Mapa de uso e cobertura do solo da comunidade quilombola Caldeirão.....	142

QUADROS

Quadro 1 – Atividades complementares no curso de Mestrado Acadêmico em Geografia	21
Quadro 2 – Atividades de campo no <i>locus</i> de pesquisa	40
Quadro 3 - Etapas de pesquisa da dissertação	43
Quadro 4 - Quadro Conceitual da pesquisa	44
Quadro 5 - Comunidades quilombolas no Brasil.....	74
Quadro 6 – Principais conflitos identificados pelas famílias quilombolas de Salvaterra, ocorrendo nos territórios de suas comunidades	91
Quadro 7 – Principais conflitos mencionados pelos moradores de Caldeirão	117
Quadro 8 - A percepção de rural e urbano dos sujeitos da pesquisa	125
Quadro 9 – Mudanças na comunidade quilombola Caldeirão.....	144

TABELA

Tabela 1 - Dados demográficos das populações urbanas e rurais do Marajó.....	58
Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano do município do Marajó, 1991/2000/2010 ..	59
Tabela 3 - População, Área e Densidade Demográfica em Salvaterra, período de 2000-2020	66
Tabela 4 - Índices municipais de Desenvolvimento Humano em Salvaterra-PA.....	67
Tabela 5 - Produto Interno Bruto Per Capita a Preço de Mercado Corrente 2002-2018.....	69
Tabela 6 – Registro das Comunidades Quilombolas certificados em Salvaterra-PA.....	87

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias
APA	Área de Proteção Ambiental
ARQUIC	Associação Remanescente de Quilombo de Caldeirão
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cedenpa	Centro de Defesa e Estudos do Negro no Pará
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CNS	Conselho Nacional de Saúde
Conep	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRQs	Comunidades Remanescentes de Quilombolas
CRS	Centros Regionais de Saúde
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fapespa	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas no Pará
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Malungu	Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará
MS	Ministério da Saúde
NCS	Nova Cartografia Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PA	Pará
PMS	Prefeitura Municipal de Salvaterra
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGG	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SIAB	Sistema de Informação de Atenção Básica

SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFs	Unidades da Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Capítulo 1 - DESENHANDO O FAZER DA PESQUISA NO TERRITÓRIO MARAJOARA	22
1.1 Apresentando o sujeito, <i>lócus</i> e objeto da pesquisa.....	23
1.1.1 Os sujeitos da pesquisa.....	25
1.1.2 Apresentando a comunidade quilombola Caldeirão.....	27
1.1.3 O objeto de estudo.....	34
1.2 Apresentando o tipo e caracterização da pesquisa.....	37
1.3 Apresentando as etapas e procedimentos da pesquisa	38
1.3.1 Cronograma da pesquisa	42
1.3.2 Alguns conceitos pontuais para a pesquisa	44
1.4 Apresentando a forma de análise dos dados e método da pesquisa.....	45
Capítulo 2 - COMPREENDENDO A PRÁTICA A PARTIR DE SUA HISTÓRIA	47
2.1 Um projeto dominador em larga escala	48
2.2 O Contexto Amazônico/marajoara	52
2.3 Breve panorama de Salvaterra	64
2.4 A luta quilombola pelo território	71
2.4.1 A presença quilombola no território marajoara.....	75
Capítulo 3 – ENTENDENDO A REALIDADE IMPOSTA: LUTAS, CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE UM POVO	81
3.1 As comunidades quilombolas de Salvaterra	83
3.2. Ser quilombola da comunidade quilombola Caldeirão.....	101
3.3 O cotidiano da comunidade quilombola Caldeirão.....	113

Capítulo 4 - APROFUNDANDO A RELAÇÃO RURAL-URBANO PROTAGONIZADA PELOS SUJEITOS	122
4.1 A relação que se estabelece entre o Rural e o Urbano	124
4.2 Os deslocamentos como uma fronteira de interação Rural-urbano	132
4.3 As mudanças que ressaltam o cenário de relação rural-urbano na comunidade quilombola Caldeirão em Salvaterra-PA	140
CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE I - Relatórios de alguns trabalhos de campos realizados em eventos coletivos em Salvaterra-PA.....	164
APÊNDICE II - Questionários utilizados em entrevistas de campo.....	167
ANEXO I - Programação de alguns eventos coletivos das comunidades quilombolas de Salvaterra-PA.....	173
ANEXO II – Estatuto social da Associação Quilombola de Caldeirão em processo de atualização	178
ANEXO III - Relatório de formação e atuação do grupo ABAYOMI.....	192
ANEXO IV – Certidão de Autodefinição da comunidade Caldeirão	195
ANEXO V – Cadastro da Associação da comunidade quilombola Caldeirão.....	196
ANEXO VI – Ata de posse da atual Associação Quilombola de Caldeirão.....	197
ANEXO VII – Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961 cria novos municípios no território do Estado do Pará: Salvaterra.....	199

INTRODUÇÃO

A discussão temática proposta por esta dissertação abrange um olhar sobre a relação rural-urbano nas comunidades quilombolas de Salvaterra-PA, aprofundando as análises sobre a comunidade quilombola Caldeirão, comunidade localizada às margens do Rio Paracauari que separa os municípios de Salvaterra e Soure, formada quando Salvaterra ainda era um distrito de Soure. Assim sendo, analisa-se as mudanças socioespaciais desse território que compreendem, em âmbito geral, reflexos de uma sociedade que está em constante adaptação.

A proposta tem como objetivo analisar o contexto socioespacial de Salvaterra-PA, território marajoara que, de forma macro, ressalte a relação rural-urbano existente nas comunidades quilombolas do lugar, direcionando um olhar especial a comunidade quilombola Caldeirão. Para tal propõe, de forma específica, destacar o contexto histórico em que se inserem as lutas dos povos que compõem as especificidades do território quilombola em Salvaterra, considerando as relações entre o rural e urbano; evidenciar as principais dinâmicas, conflitos e estratégias de mitigação utilizadas pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, ressaltando o cotidiano da Comunidade Caldeirão; e identificar a relação rural-urbano existentes nas comunidade quilombolas de Salvaterra, evidenciando como ela se expressa na comunidade quilombola Caldeirão.

Para tal, utiliza-se como recorte de análise dentro do município de Salvaterra, estado do Pará (PA), as comunidades quilombolas, tratando com particular atenção as relações que se estabelecem na interação do espaço rural e urbano na comunidade quilombola Caldeirão. Logo, pensa-se de que forma se estabelece a relação rural-urbano na comunidade quilombola Caldeirão, em Salvaterra? Como pode ser observado o entrelaçamento do rural e urbano em pleno século XXI, em uma comunidade quilombola localizada na Amazônia marajoara, no município de Salvaterra? Como esse urbano que (em geral) chega com tanta imposição mede força com o que é especificamente rural e predominante nas comunidades quilombolas de Salvaterra? Tais questionamentos nortearam o desenvolvimento da atual pesquisa.

Para Alves e Vale (2013) o atual debate sobre a relação rural-urbano ou campo-cidade “trata das análises espaciais desse fenômeno e sua dinâmica populacional, econômica, cultural, política e ambiental. A discussão sobre a definição dos espaços urbano e rural é recorrente e leva em consideração diversos fatores estruturais e materiais ou simbólicos e imateriais” (ALVES e VALE, 2013, p. 33). É fato que o contexto histórico formador demandou grande influência no desenvolver do que atualmente é predominante nos

municípios Amazônicos, no entanto, essa influência (cultural, econômica, política) fixou-se de forma diferenciada nas regiões, estados, município (inclusive, nos bairros ou nas comunidades formadas) demandando interações específicas entre eles que cabem serem aprofundadas.

Para tal utilizaremos, entre outros autores que discutem a realidade local e subsidiem através de suas análises a relação proposta. Alguns autores como Cruz e Silva (2014), Gomes, Cruz, Calvi e Reis (2018), Cruz e Mello (2021), Lima Filho (2014) quando citam impasses ligados às questões de desenvolvimento que impactam diretamente às comunidades tradicionais do Marajó ocasionando conflitos e disputas por terra/território ligados a atividades econômicas motivadas a ideologia do desenvolvimento (como a exemplo a recente atividade de rizicultura no local), entendem que “mesmo podendo apresentar potencial de investimento para a economia local, essa atividade impulsiona negativamente processos como a concentração fundiária, mudanças no consumo, perdas de identidade e da biodiversidade regional”, ou seja, concorrendo assim “com a sobrevivência de comunidades quilombolas, ribeirinhas e demais moradores do Marajó” (CRUZ e SILVA, 2014, p. 77). Essas recentes análises contribuíram com o objetivo proposto.

Estudar as dinâmicas relacionadas a vida dos quilombolas de Salvaterra apresenta-se como oportunidade de compreender o espaço de reflexo de expansão capitalista. Segundo Corrêa (1993) o contexto urbano do local pode ser entendido como reflexo do modelo econômico dominante, “refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo” (CORRÊA, 1993, p. 15). As transformações socioeconômicas, cultural e ambiental resultantes formam o contexto sócio-espacial do lugar e “constituem campo de disputa territorial de acordo com interesses diversos e conflitantes, os quais, historicamente, representam um modelo de desenvolvimento desigual que produz consequências econômicas, sociais, culturais e ecológicas” (CARMO e CARMO, 2019, p. 200).

A região marajoara possui a maioria de seus municípios situados na área insular com baixo ou muito baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), impondo urgência de medidas e ações necessárias para melhorar a vida dessa população. Ressalta-se que a região tem uma grande diversidade cultural e humana, consequência da existência de muitas comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas. No cotidiano do município de Salvaterra, nas comunidades quilombolas coexistem diferenças que somam: a racionalidade da produção capitalista e a racionalidade das populações e comunidades locais e, nesse sentido, a ciência geográfica é capaz de proporcionar maiores análises, explorando a correlação existente entre eles.

Compreendem suas lutas e resistência enquanto um aspecto comum a todas as comunidades quilombolas; primeiro, resistência à escravidão, depois, resistência para exercer suas culturas tradicionais, seu modo de ser e de viver com acesso a cidade. “O ser e reconhecer-se como quilombo, quilombola, remanescente de quilombo é um processo longo e sofrido. A história da formação desse grupo é diversa na sua forma e contexto sócio-histórico” (MALUNGU, s/d, p. 6). Destaca-se que no processo de luta para além do território marajoara “o protagonismo das mulheres quilombolas tem assegurado o recorte de gênero, raça e etnia na construção de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero no espaço agrário” (MALUNGU, s/d, p. 34).

A proposta de pesquisa justifica-se pelo interesse em ampliar ou mesmo complementar pesquisas sobre o rural-urbano. Possibilita ao espaço acadêmico, universitários e estudiosos da temática um olhar geográfico das dinâmicas atuais do local considerando as transformações socioespaciais presentes na organização do ambiente urbano que se amplia ao rural. Destaca-se que essa região possui diversos produtos da sociobiodiversidade e seu histórico econômico demonstra a exploração de famílias locais e do meio natural, com concentração de riquezas sem provocar melhorias das condições de vida das populações tradicionais. Assim sendo, a agricultura brasileira se apresenta “(...) como um fenômeno influenciado por vários fatores, como o modo de produção capitalista e as ações políticas que mediam as interações sociais na sociedade de classe” (SALES, 2017, p. 50).

Esta dissertação está organizada em 4 (quatro) capítulos que abordam de forma geral a temática proposta. O primeiro capítulo apresenta a metodologia da pesquisa, evidenciando o histórico da comunidade Caldeirão e minha trajetória de pesquisa. No segundo capítulo apresento um resgate do contexto histórico que se inserem às lutas dos povos que compõem as especificidades do território associado a discussão teórica que subsidia o debate sobre a temática da pesquisa. No terceiro capítulo estão as mudanças observadas nas comunidades quilombolas e pelos quilombolas, a partir de suas memórias, com destaque as dinâmicas e conflitos cotidianos vivenciados na comunidade Caldeirão. No quarto capítulo destaco as mudanças que os quilombolas de Caldeirão entendem como resultante da relação rural-urbano, evidenciando as contradições e tensões sociais em seu cotidiano.

Antes de tudo, compartilho com os leitores um pouco do que foi minha trajetória de pesquisa que se materializa nestas páginas, como resultado de conclusão de pesquisa, dessa etapa acadêmica que é a conquista do título de mestrado. A trajetória de pesquisa destaca mais que o caminhar acadêmico, destaca também as impressões vividas que, de alguma forma, impactaram sobre ela.

Trajetória de Pesquisa

Há uma idade em que se ensina o que se sabe, mas vem em seguida uma outra em que se ensina o que não se sabe, isto é pesquisar.
(BRANDÃO, 2004, p. 127)

Realmente a ideia é interessante. A afirmação de Carlos Rodrigues Brandão inspirado em Barthes sobre o que seria para ele a melhor definição de pesquisa, me fez pensar sobre minha trajetória até o presente. Pesquisei como uma curiosa dessas geografias na qual cabem muitas grafias, vozes, interpretações, pontos de vistas, concepções, enfim, o diferente, o outro. Na minha trajetória, quase tudo me pareceu novo e interessante, e me fez querer compartilhar do que não sabia à medida que descobria, por isso o estímulo.

Início destacando que esta pesquisa foi resultado de um reajuste do projeto de pesquisa original aprovado no processo seletivo do Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGG) e tal projeto fazia parte de um desdobramento da temática apresentada no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) durante a graduação em Geografia em 2021. De fato, o que mudou foi o *locus* e os sujeitos da pesquisa, o meu objeto de estudo, a relação urbano-rural, ainda permaneceu. Finalizei a graduação e iniciei o mestrado no mesmo ano.

A *priori* planejei um projeto de pesquisa voltado para o município de Barcarena-PA, cidade em que atualmente resido, buscando investigar a presença do rural no urbano. De forma específica, pretendia focar ou mesmo aprofundar as análises no bairro em que resido, o bairro Betânia, em que se evidenciavam conflitos nas relações cotidianas do modo de vida rural dentro de um território urbano – assim entendido pela legislação local.

Optou-se pela mudança de *locus* de pesquisa porque no momento está condicionante era um requisito para receber uma bolsa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) durante o período no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual do Pará (UEPA). A Bolsa Capes Brasil, citada, está vinculada ao projeto de pesquisa “Estudos agro socioeconômicos, ambientais e de biodiversidade na Mesorregião do Marajó: Fortalecimento da Pós-graduação, Ampliação de Recursos Humanos e da Produção Científica na Amazônia”, por isso, me foi apresentada pelo PPGG, a necessidade de remanejar o *locus* de estudo para o Marajó, para fortalecer a pós-graduação, ampliar os recursos humanos e a produção científica nesta parte da Amazônia. Logo, aceitar a bolsa Capes implicou em mudar de área de pesquisa proposta no projeto.

O projeto de pesquisa mencionado tem como objetivo geral realizar estudos agro socioeconômicos, ambientais e de biodiversidade. Pretende, de forma ampla, promover um incremento significativo de informações, que poderão embasar e culminar em políticas públicas para o atendimento das pessoas do Marajó. Portanto, implicará em ações efetivas para a melhora do IDH da mesorregião do Marajó e conseqüentemente da região amazônica.

A proposta de uma bolsa de pesquisa foi oportuna e possibilitou maior disponibilidade de tempo para a realização dos estudos vinculados ao objeto de estudo (relação rural-urbano) na linha de pesquisa “Análises socioespaciais e territoriais do campo na Amazônia”. Segundo o Planejamento Estratégico do PPGG/UEPA (2019-2024), esta linha de pesquisa, “objetiva contribuir para o entendimento da estruturação do espaço agrário amazônico levando em consideração seus processos de formação histórica, a ação dos sujeitos na (des)construção de seus territórios e sua relação delicada com o ambiente amazônico” (PPGG/UEPA, 2019, p. 5).

A pesquisa, da qual resulta esta dissertação, tem a especificidade de ter sido desenvolvida em plena pandemia do Covid-19 e pelas questões de saúde vinculadas, delimita a ação metodológica da pesquisa, a interação com os sujeitos e, conseqüentemente, experiências mais significativas durante as pesquisas em campo, pois, os novos desafios frente à pandemia do Covid-19 estão demandando um novo perfil do pesquisador. As formas de pesquisa em tempos de pandemia estão sendo moldadas na prática e é uma constante reinvenção ou adaptação, por entender que não existe um modelo pronto e acabado a ser colocado em prática.

Como estratégia de entrada em campo, intencionando conhecer o universo dos sujeitos e fazer um melhor recorte de pesquisa que se encaixasse na nova demanda proposta pelo PPGG, de direcionar minha pesquisa para o Marajó, realizei uma série de viagens para Salvaterra seguindo uma entrada estratégica no universo das comunidades quilombolas locais durante o primeiro ano de pesquisa (2021-2022), participando de eventos culturais coletivos.

A entrada no *lócus* de pesquisa (Salvaterra) e os primeiros contatos com os sujeitos foram realizados a partir das festas nos eventos realizados nas comunidades quilombolas que me possibilitaram criar relações aproximando-me das comunidades. Antes da definição de qual comunidade quilombola seria aprofundando um olhar sobre a relação rural-urbano, realizei várias atividades de campo que ajudaram a definir meu recorte territorial e mesmo depois de definir que trabalharia com a comunidade Caldeirão ainda continuei participando dos eventos coletivos das comunidades de Salvaterra.

Importa enfatizar que dos 10 (dez) campos realizados na pesquisa, 6 (seis) foram pensados para coincidirem com a realização de eventos coletivos dos quilombolas, uma vez

que ao mesmo tempo que faria a observação dessas festas na comunidade, seria possível participar do cotidiano do meu *locus* de pesquisa, pois em grande parte dos campos realizados fiquei hospedada na comunidade quilombola Caldeirão (mesmo antes de defini-la como meu recorte de pesquisa).

O primeiro contato com as comunidades quilombolas foi em um evento chamado FesTraQui - 1º Festival Cultural Quilombola, na comunidade quilombola Siricari, o primeiro organizado pelas lideranças quilombolas da região. Particpei a convite de Petrônio Medeiros Lima Filho - um amigo de meu orientador de pesquisa. Lima Filho fazia pesquisas na região e indicou o evento como uma grande oportunidade de diálogo com os sujeitos. Nesse primeiro momento fiquei entusiasmada com a pesquisa, vislumbrando várias possibilidades. De fato, foi uma oportunidade muito produtiva de observação e diálogo que me estimulou a realizar outros campos similares em novos eventos culturais de participação coletiva, mesmo entendendo que esses eventos não retratavam o cotidiano dos sujeitos, havendo ainda, a necessidade de realizar campos específicos na comunidade quilombola Caldeirão.

Nos eventos, ouvi relatos importantes que me ajudaram a entender o objeto de estudo e possibilitaram um melhor contato com as lideranças e moradores das demais comunidades quilombolas. Na prática, estando hospedada nas comunidades, presenciei debates entre representantes das comunidades, participei de oficinas de valorização cultural quilombola como por exemplo, fazer tranças, danças, vestimentas; ouvi histórias sobre seus antepassados; socialização sobre a atual conjuntura das comunidades quilombolas; os principais conflitos identificados pelas comunidades; e estratégias de lutas e valorização do território.

Geralmente eu passava de 1 (uma) a 2 (duas) semanas em campo. No início, o mais marcante para mim foi a acolhida que recebi nas comunidades. Depois de algumas vezes tinha a impressão de estar presenciando um universo diferente com outras lógicas de vida, presenciando, com maior ou menor frequência, a partilha e reciprocidade. Como exemplo cito: o trabalho coletivo na horta da comunidade; a produção de farinha ou mesmo o uso coletivo da casa de forno; a partilha de alimentos na hora da refeição bem como a troca de um determinado alimento por outro; a participação das crianças nas atividades coletivas e culturais; o hábito de se reunir na frente das residências e etc.

Acho importante socializar que no decorrer da realização dos campos eu costumava me deslocar de Barcarena (município onde resido) para Salvaterra. Meu percurso durava em torno de cinco a seis horas de viagem, saindo de casa até chegar á comunidade quilombola Caldeirão, ou vice versa. Para facilitar meu retorno, costumava comprar a passagem de volta antecipadamente. Em uma dessas viagens de campo, realizado em setembro de 2022, estava

em Salvaterra quando recebi a notícia do naufrágio de uma lancha que levou a óbito muitos passageiros que viajavam de Salvaterra com destino a Belém. Fui para Salvaterra na referida lancha e comprei passagem de volta para Belém agendada para o dia 08 de setembro de 2022 (dia que ocorreu o naufrágio), ocorre que neste dia, algumas ruas da comunidade iriam receber pavimentação asfáltica, fator que tem relevância na relação pesquisada (rural-urbano) por esse motivo, resolvi ficar mais um dia em Caldeirão aproveitando para fotografar a comunidade e providenciei a passagem em outra empresa que sairia no dia seguinte, 09 de setembro.

Relato este fato para explicar que mesmo sem perceber de imediato, vivi, ainda que de forma indireta, uma situação traumatizante. No referido momento estava na comunidade Caldeirão e a possibilidade de ter sido uma vítima do naufrágio causou-me um bloqueio produtivo com crise de ansiedade que cresceu à medida que o desastre ganhava repercussão na mídia. Fiquei um tempo sem trabalhar na dissertação. Retornei para realizar o próximo campo somente no dia 10 de fevereiro de 2023, depois de 5 (cinco) meses, e tal fato acabou desacelerando a produção da dissertação. Destaco que entre as muitas vítimas fatais do desastre com a lancha que teria como destino a capital Belém-PA, somam-se as vidas de 07 (sete) quilombolas das comunidades de Salvaterra: “Pau Furado-1, Rosário-1, Bairro Alto-2 e Caldeirão-3” (Relato de Hilário Moraes - Coordenador Regional da Malungu, 2023).

Para além das atividades de campos realizadas durante a pós-graduação, dentro (no cursar das disciplinas) e fora da academia, participei de outras atividades que agregaram aprendizado e troca de experiências ao longo do processo de formação. Tais experiências ajudaram a constituir a atual trajetória acadêmica. Essas atividades foram essenciais à contagem de créditos em atividades complementares.

Ressaltando que alguns resultados de trabalhos como mestranda, ainda refletiram o recente resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação no município de Barcarena, na formação em Licenciatura em Geografia.

O quadro 1 (abaixo) apresenta um demonstrativo das atividades que foram desenvolvidas concomitante com o fazer da pesquisa, entre as atividades realizadas no período de 2021 a 2023. Somam-se as atividades complementares no curso de Mestrado minhas atividades enquanto conselheira do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e Conselho de Alimentação Escolar (CAE) no município de Barcarena, que já vinham sendo desenvolvidas anteriormente.

Quadro 1 – Atividades complementares no curso de Mestrado Acadêmico em Geografia

Produção/ participação complementar ao processo de formação no PPGG/UEPA		
Natureza	Título	Ano
Publicação de capítulo de livro	Breve panorama da Pandemia em Barcarena-Pa. <i>In:</i> Ensaios sobre a covid-19: contribuições do campus de Barcarena	2021
	Nossa riqueza não vem do minério: o capital social e imaterial construído pela rede de apoio a educação em Barcarena (PA) <i>In:</i> Solidariedade e ensino na Amazônia: reciprocidades e estratégias sociais de acesso à educação no Pará	
Publicação em anais de eventos	Pensando danos causados pelas atividades das empresas mineradoras instaladas no município de Barcarena-PA <i>In:</i> XIV ENANPEGE	
Publicação em revistas - Resenha	Cabanagem: A revolução popular da Amazônia. <i>In:</i> Revista GEOAMAZÔNIA	
Curso <i>on-line</i>	Aperfeiçoamento em Tecnologia na Educação, Ensino Híbrido e Inovação Pedagógica. 180h	
	Diálogos com a pesquisa: procedimentos de análise a partir do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)	
	Formação de Atores Envolvidos na Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAEE	
Eventos <i>on-line</i>	I Seminário Espaço Local, Ludicidade e Ensino de Geografia	
	I Seminário Virtual de Segurança Humana na Amazônia	
	XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia	
Eventos presenciais	Proposta Didática para o Ensino de Geografia da População na Educação Básica - Ciclo de Palestras - UEPA	
	X Seminário de Integração Científica da UEPA	
	XXIII Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública - SINTEPP/Belém-PA	
	XXV Congresso Regional do Baixo Tocantins SINTEPP/Abaetetuba-PA	
Eventos <i>on-line</i>	Cursos de Geotecnologias - Workshop ClickGeo	
Organização de evento e Apresentação de Trabalhos (presencial)	A relação rural-urbano nos territórios quilombolas de Salvaterra-PA: uma história de encontros, desencontros e resistência <i>In:</i> II SIMGAT	2022
	Mobilidade rural-urbano no território marajoara: Uma análise sobre os quilombolas de Salvaterra-PA <i>In:</i> ENGA	
	MESA 1: O Agrário e o Ambiental nos Marajós: contradições e articulações <i>In:</i> Olhares acadêmicos sobre o Marajó – Natureza e modos de vida (Evento em parceria FORMA PARÁ e UEPA – Muaná)	
Participação em trabalho de campo	Amostra de pesquisa e socialização de trajetória acadêmica	

Fonte: Autora, 2023.

Capítulo 1 - DESENHANDO O FAZER DA PESQUISA NO TERRITÓRIO MARAJOARA

“Conhecer comporta ‘informação’, ou seja, possibilidade de responder a incertezas, mas o conhecimento não se reduz a informação; ele precisa de estruturas teóricas para dar sentido às informações, (...)” (MORIN, 1999, p. 98).

Neste capítulo apresenta-se a composição sistemática, metódica e crítica que comprovem a cientificidade da pesquisa. Destaca-se que “a Metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 14). Tais procedimentos e técnicas constituem uma sistematização pertinente com o uso de normas acadêmicas vigentes estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Na construção do caminho que visa o debate da temática faz-se necessário explicar que, a *priori*, a metodologia de pesquisa apresentará um esboço metodológico que considerará 4 (quatro) pontos de análise: Lócus, objeto e sujeito da pesquisa; Tipo e caracterização da pesquisa; Etapas e procedimentos da pesquisa; e Forma de análise dos dados e método da pesquisa.

Considerando a divisão metodológica proposta, desenha-se o rascunho metodológico com a finalidade de produzir o primeiro capítulo desta dissertação de mestrado. Tal metodologia permitirá tratar de forma clara os elementos da pesquisa e possibilitará um melhor planejamento, maior apropriação e domínio da temática proposta, pois, sabe-se que “(...) podem existir vários tipos de pesquisa. Cada tipo possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades próprias” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 50).

A primeira subseção tratará o lócus da pesquisa, que apresentará um breve histórico da comunidade no intuito de apresentar ao leitor um perfil dos sujeitos que constituem a comunidade quilombola Caldeirão, antes mesmo de pautar de forma ampla a temática proposta. A segunda subseção tratará a técnica de pesquisa. Na terceira subseção será exposta a forma metodológica, descreve as etapas, ordem e organização com as devidas fundamentações utilizadas na produção. Na última subseção propõe um breve debate sobre o método com as fundamentações necessárias.

1.1 Apresentando o sujeito, *locus* e objeto da pesquisa

Estudar o ambiente rural em interação com o ambiente urbano se torna desafiador para o estudante pesquisador, principalmente se o mesmo for inexperiente. As análises voltadas para essa temática vão para além da área geográfica, implica mais que identificar suas dimensões e como está estruturada no *locus* de pesquisa, requer analisar seu movimento. Torna-se necessário compreender o contexto histórico do local, entendendo seu espaço como uma unidade relacional construída a partir da apropriação do espaço, e nesse espaço “(...) ora destacam-se os processos históricos, ora os relacionais, no entanto, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais” (SAQUET, 2009, p. 74).

O recorte territorial da pesquisa situa-se no maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta, banhado pelo Oceano Atlântico e pelos rios Amazonas e Tocantins. “A topografia do Município, dada sua condição de área marginal à baía do Marajó, apresenta-se como uma das mais modestas. O distrito-sede tem sua cota média de apenas 4 metros de altitude” (FAPESPA, 2020, p. 12). O contexto local indica que “é ainda em torno das águas que Salvaterra desenvolve suas principais atividades econômicas, de transporte e culturais” (PEIXOTO, 2014, p. 15).

Salvaterra possui a menor extensão territorial do Marajó, com apenas 918,563 km², com população estimada para 2021 de 24.392 habitantes, estando localizado no estado do Pará. “Salvaterra possui como limites o município de Soure ao norte, do qual está separado pelo rio Paracauari; ao sul o município de Cachoeira do Arari, separado pelo rio Camará; à leste a baía de Marajó; ao sul a baía de Marajó e o município de Cachoeira do Arari; e a oeste este mesmo município” (PEIXOTO, 2014, p. 15). Segundo o portal da Prefeitura Municipal de Salvaterra (PMS):

Salvaterra era, desde 1901, distrito de Soure. Apenas em 1961 foi elevada à categoria de município, sendo conhecida desde então como a Princesa do Marajó. Primitivamente habitada por índios da etnia Sacaca ou Aruans; um dos mais importantes grupos brasileiros em termos linguísticos e com um vasto trabalho em cerâmica, que se desenvolveu em toda a ilha do Marajó.

Por volta do século 18, Salvaterra foi colonizado pelos frades jesuítas na vila de Monsarás. Posteriormente construíram uma igreja na Vila de Joanes para a catequização dos indígenas, onde ainda existem as ruínas da igreja na vila.

Com a fundação de uma casa jesuíta em 1626, em Belém, foi possível a expansão missionária por diversas aldeias na região Amazônica.

Durante muitos anos, Salvaterra foi domínio por portugueses escravocratas de indígenas e negros, no trabalho em fazendas. A resistência à dominação levou os escravos a um processo de organização, presente até hoje no município, (...). Conta-se hoje que o nome da cidade foi criado quando ao explorar a ilha e ver seus encantos, os jesuítas gritaram: “Salve Terra” (PMS, 2021).

Segundo Chambouleyron (2010), o povoamento e ocupação do território onde hoje se encontra Salvaterra foram marcados por lutas de resistência, antes pelos índios e posteriormente pelos negros escravizados desde o tempo que “a ocupação desses territórios era pensada de uma forma diferente, sujeita a forças diversas das capitâneas reais” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 83).

As estratégias de resistências dos povos originários assim como suas lutas de permanências se ampliam e consolidam, mesmo que de forma lenta, diante dos direitos conquistados com o passar dos anos. E essas lutas por justiça histórica são parte dos sentimentos que movem os povos quilombolas, que desde o processo de colonização da Amazônia, foram expulsos de suas terras e impedidos de viver sua cultura, que felizmente não se apagou e atualmente compõe a diversidade local que se propaga para além de seus limites, pois, “(...) os saberes se locomovem na fronteira de cidades e estados ao meio urbano e rural” (CORDEIRO & AMARAL, 2014, p. 76).

Na análise da relação rural-urbana da comunidade, interagem muitos sujeitos que estão inseridos no cotidiano de lutas e que estabelecem uma relação direta entre eles. Nesse contexto destacam-se na pesquisa os quilombolas de Salvaterra, temática tratada pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). “Entre esses povoados, estabelecem-se laços de parentesco, o reconhecimento de uma história comum e de sua condição de herdeiros da terra. Em 2002, nesses povoados, viviam mais de 2.600 pessoas, o que representava 38% da população rural de Salvaterra” (MALUNGU/PNCSA, 2006, p. 4), número que aumenta com o passar dos anos fortalecendo da luta quilombola.

Segundo a Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará, as 17 comunidades quilombolas de Salvaterra – Deus Ajude, Caldeirão, Mangueira, Barro Alto, Campina/Vila União, Salvá, Paixão, Pau Furado, Providência, Bacabal, Boa Vista, Rosário, Santa Luzia, Cururu, São Benedito da Ponta, Siricari e Boca da Mata –, em processo da territorialização e organização social, constituem a população rural quilombola de Salvaterra.

Nestas comunidades estão os sujeitos de pesquisa na qual se aprofundaram o objeto de estudo possibilitou uma interação das ações cotidianas vividas com a pesquisadora. Nesse caso, o planejamento metodológico possibilitou conhecer o universo cultural quilombola em Salvaterra, assim como, entender como se dá a relação rural-urbano no cotidiano dos sujeitos.

1.1.1 Os sujeitos da pesquisa

No contexto de identificar a relação rural-urbana estabelecem-se como sujeitos da pesquisa um amplo grupo de envolvidos que vai para além do território quilombola, são eles: quilombolas, ribeirinhos, rabeteiros, pescadores, moto taxistas, associações, empresários, funcionalismo público, fazendeiros, Estado e etc. A relação rural-urbano se estabelece no cotidiano, na interação entre os diversos sujeitos envolvidos, nas novas configurações que emergem da realidade, nas tentativas de se adaptar ou readequar suas atividades. No entanto na interação com esses sujeitos, foca-se nos que se autodenominam quilombolas, presentes nas comunidades quilombolas de Salvaterra.

As comunidades quilombolas de Salvaterra-PA estão distribuídos por todo território municipal. A Comunidade de remanescente de quilombos Caldeirão é uma das 17 (dezesete) comunidades quilombolas em Salvaterra no Marajó. Segundo levantamento de campo realizado com nas comunidades quilombolas, em Salvaterra existe uma vasta população vivendo nos quilombos, esse universo abrange, aproximadamente, 1.791 famílias quilombolas (dados informados pelas lideranças das comunidades na pesquisa de campo). Em média, o número de indivíduos que compõe cada família, é de 5 (cinco) a 7 (sete) membros.

Pensar esses territórios é pensar a história da Amazônia, para além de um histórico de dominação de um povo. É uma constante ação das contradições. Para muitas comunidades tradicionais, a relação rural-urbano estreita cada vez mais território de convívio das comunidades (que também é um território de conforto e segurança), limita seu cotidiano e impõe componentes desconhecidos a sua forma de organização.

Pensa-se de forma geral, a perspectiva dos territórios quilombolas, localizados em Salvaterra no Marajó, na luta protagonizada por um conjunto de 17 comunidades quilombolas. As atividades de campo realizados em Salvaterra, município Marajoara, tiveram o objetivo de conhecer a área de pesquisa (Salvaterra - Marajó), contatar sujeitos e definir o recorte do lócus de pesquisa (comunidade quilombola), estreitar laços com os sujeitos da pesquisa, fazer coleta de dados, e definir a comunidade quilombola que seria objeto principal do aprofundamento da pesquisa para a produção da dissertação caso a comunidade caldeirão.

A figura 1 abaixo, ajuda a entender onde estão distribuídos esses sujeitos no território rural de Salvaterra, quantas e quais comunidades quilombolas constituem o universo quilombola no município e a localização da Comunidade Quilombola Caldeirão – onde será aprofundada a análise do objeto de estudo da pesquisa, na qual, resulta esta dissertação.

Figura 1 - Mapa de localização do território quilombolas de Salvaterra



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

1.1.2 Apresentando a comunidade quilombola Caldeirão

“(...) nessa época a gente não tinha esse conhecimento que a gente era descendente de preto. Foi quando veio a pesquisa pra cá que começamos a entender e reivindicar o direito ao território”
(MARIA FRANCISCA, quilombola de Caldeirão, 2021).

A comunidade quilombola é formada com as primeiras famílias residentes, nascidas e criadas no território de Caldeirão. Essas famílias são históricas e tinham relação estreita com a natureza, tais famílias se mantinham com atividades de extrativismo, agricultura familiar e pesca. Estavam instaladas a beira do rio Paracauari. No início o acesso a comunidade era feito de canoa, pelas águas de rios e igarapés do entorno do lugar. Sabe-se que a comunidade é ocupada por muitas gerações de antepassados desses moradores, muito antes de Salvaterra se constituir legalmente enquanto município em 1961. Segundo Hilário Moraes coordenador regional da Malungo e quilombola da comunidade Caldeirão, “ela tem mais de 250 anos”.

O Estatuto Social de Caldeirão reconhece como famílias fundadoras as famílias mais antigas na comunidade: família Glória, família Alcântara e família Gonçalves. A comunidade iniciou nas proximidades de um igarapé, com poucas famílias que se instalaram a muito tempo atrás no território usando o igarapé de forma coletiva. As casas eram afastadas uma das outras. Antes os moradores transitavam por caminhos que passava uma ou duas pessoas. Os caminhos eram usados para visitar os parentes, ir a festas, etc. Alguns moradores relatam que ajudavam seus avós a fazer farinha na comunidade Pau Furado, acessavam a comunidade por esses caminhos. Nos percursos passavam por igarapés em cima de troncos de açaizeiro.

Segundo relato dos moradores mais antigos, os limites da comunidade Caldeirão, é demarcado por igarapé (Igarapé do Guajará e Igarapé do Ariri) e o próprio rio Paracauari. Com o passar do tempo os igarapés secaram ou foram inutilizados para a pesca ou impedidos de serem usados por ficarem em propriedades privadas. E o rio Paracauari que antes era bem estreito – o que facilitava as relações da comunidade com a área urbanizada de Soure – ficou mais largo pelo constante assoreamento ocasionado pelos barcos e lanchas que fazem o transporte de passageiros, cada vez com mais frequência. Com o passar do tempo o rio foi se alargando, e afastando da porção territorial do que hoje se compreende por Salvaterra.

O nome da comunidade Caldeirão foi dado por causa de um evento no rio Paracauari que se assemelhava a um caldeirão sendo mexido. Como explica um morador da comunidade:

Na primeira rua, próximo a igreja Nossa Senhora do Carmo, existia um porto onde a correnteza, principalmente no período de Água Grande, a correnteza fica muito

forte, e quem tá de longe e escuta o movimento de águas ali como se tivesse um caldeirão fervendo, borbulhando, um fenômeno que acontece principalmente no período de água grandes. E lá se formam grandes redemoinhos de água, tipo um caldeirão mesmo e por causa desse fenômeno ficou Caldeirão o nome da comunidade (EMERSON MIRANDA - Liderança da comunidade Caldeirão).

O evento¹ mencionado pelo residente da comunidade está representado na logomarca da comunidade quilombola Caldeirão, como mostra a figura abaixo:

Figura 2 – Logomarca da Comunidade Quilombola Caldeirão



Fonte: Trabalho de campo.

Durante as atividades em campo na comunidade Caldeirão uma moradora que desde seu nascimento reside na comunidade, criando seus filhos e neto no lugar, relembra:

Ninguém queria vir morar para cá porque era só o mato era uma casa aqui e outro ali e era escura não tinha rua o começo da comunidade era lá na beira do rio, só era estradinha tinha um caminho que a gente varava para uma parte que a gente chama de Pedreira. Era só caminhozinho só mato, aparecia muita visagem de noite até de dia quando passavam bem aqui tinha um bacuri as pessoas escutavam sacudir o negócio tipo com dinheiro dentro da lata, moeda dentro da lata aí nos inibia... Depois veio a energia elétrica e o povo, as pessoas começaram já a vender terra (MARIA AUXILIADORA, moradora de Caldeirão).

¹ O fenômeno no rio Paracauari é identificado como Turbilhão ou Voragem: o movimento rápido da água em forma de redemoinho gerado no exato encontro de correntes de duas marés.

Com o passar do tempo a comunidade Caldeirão foi crescendo, atraiu novas famílias, e investimentos de empresários e fazendeiros que se instalaram nas redondezas do território.

A comunidade veio crescendo através de novas famílias formada dentro do quilombo, dentro do território. Vieram com maquinário e foram abrindo as estradas no território quilombola de caldeirão e com o passar do tempo a comunidade veio aumentando a quantidade dessas famílias no quilombo. Agora não só tem famílias nascidas e criadas dentro do território, mas também outras famílias que são de outras localidades, de outro lugar e assim a comunidade vem se tornando bastante visível, aos olhos de outras localidades, aos olhos de outras cidades ou melhor dos residentes dela. Nossa comunidade ficou mais visível aos olhos de grandes empresários de empreendedores que vieram se instalando de qualquer jeito e de qualquer forma, construindo fábricas que até hoje atuam dentro da comunidade (RAIMUNDO NOVAES - Liderança da Comunidade Caldeirão, 2023).

A comunidade de Caldeirão está localizada próxima à malha urbana de Salvaterra e Soure. Segundo o último levantamento realizado na comunidade, no período da pandemia – visando realizar a entrega de cestas básicas -, na Comunidade quilombola Caldeirão existem aproximadamente 520 famílias, com estimativa de 3.000 a 3.500 moradores na comunidade, segundo informado pela coordenação da associação quilombola de Caldeirão.

Segundo alguns moradores da comunidade quilombola Caldeirão, com o aumento do número de residentes ficou cada vez mais difícil conseguir um lugar para plantar na comunidade. Um morador relata que “são escassos os números de roças e tá cada vez mais difícil conseguir alguém que queira trabalhar no plantio, agora tem uma geração diferente, com outros costumes, (...) eu não me importo, faço porque gosto” (MANECO – morador da comunidade Caldeirão, 2022).

As vendas dos excedentes da agricultura familiar, realizada pelos moradores da comunidade Caldeirão, eram feitas em Soure, na feira ou no mercado. Os moradores que produziam atravessavam bem cedo, de madrugada. Uma extrativista local de Caldeirão com 64 anos, nascida e criada com seus pais na comunidade, relata:

“Eu comecei a trabalhar com minha mãe desde os 12 anos, antes tínhamos roça mas depois os terrenos começaram a ficar escassos. Quando a gente plantava a mandioca eu ficava responsável pela mandioca para ajudar minha mãe: raspa, lavar, tirar tucupí, tapioca, e quando fiquei maior comecei a ajudar a vender. Depois de adulta eu ia em Soure comprar mandioca, atravessava pro outro lado ou ia lá na comunidade Pau Furado atrás da mandioca para fazer o beiju. (...) Esse trabalho de roça é mesmo só pra quem tem coragem (...) era muito trabalho (...) roça dá trabalho, mas eu trabalhava, ia e vinha. Hoje aqui no Caldeirão só já tem um que faz beiju, um compadre meu. É pouca gente que ainda faz roça, que ainda trabalha na roça... Eu já me aposentei!” (CARMEM LÚCIA, moradora de Caldeirão).

Só com a venda de tapioca a moradora quilombola da comunidade Caldeirão informou ter trabalhado por mais de 20 anos nessa atividade, ‘na lida com a macaxeira’. “Antes aqui só era mato (..) eu acho que melhorou muito o Caldeirão. (...) Aqui mesmo no Caldeirão só mora mesmo é quilombola, quem faz roça faz, quem fazia caiera fazia, agora são poucos que fazem, mas nada se apagou, tá tudo aqui na memória” (CARMEM LÚCIA, moradora de Caldeirão).

Nas memórias dos atuais residentes da comunidade ficam as histórias contadas pelos seus pais e as próprias observações do que vem ocorrendo gradativamente em seu território coletivo. Memórias estas que servem de instrumento de reivindicação de seus direitos.

Ficou cada vez mais difícil para essas famílias conquistarem os seus sonhos e seus objetivos porque terras foram tomadas, terras foram invadidas, invasões foram construídas, fazendas se chegaram dentro do nosso território e as famílias que lutaram e aquelas famílias que ainda lutam hoje ficaram camufladas devido a essa evolução onde ninguém teve como parar, porque a luta, a grande luta pelo nosso território é nosso título coletivo e há anos e anos que nós viemos lutando não só nós, outras comunidade quilombolas vem lutando pela titulação do territórios e até hoje só temos o processo no Incra. Com essa evolução que teve dentro da comunidade se tornou cada vez mais difícil a conquista desse título coletivo. É uma pena. Eu como jovem atual presidente lamento, ou melhor, nós lamentamos, mas vamos seguir avante lutando, buscando melhorias para que essas pessoas possam viver bem, tranquilas, com segurança dentro do nosso território quilombola (RAIMUNDO NOVAES - Liderança da Comunidade Caldeirão).

De forma geral, os moradores não olham as mudanças no território com melancolia. Veem as mudanças como benefícios, melhoria de vida mesmo relatando, ou melhor, identificando no processo, a desvalorização da identidade dos sujeitos da comunidade.

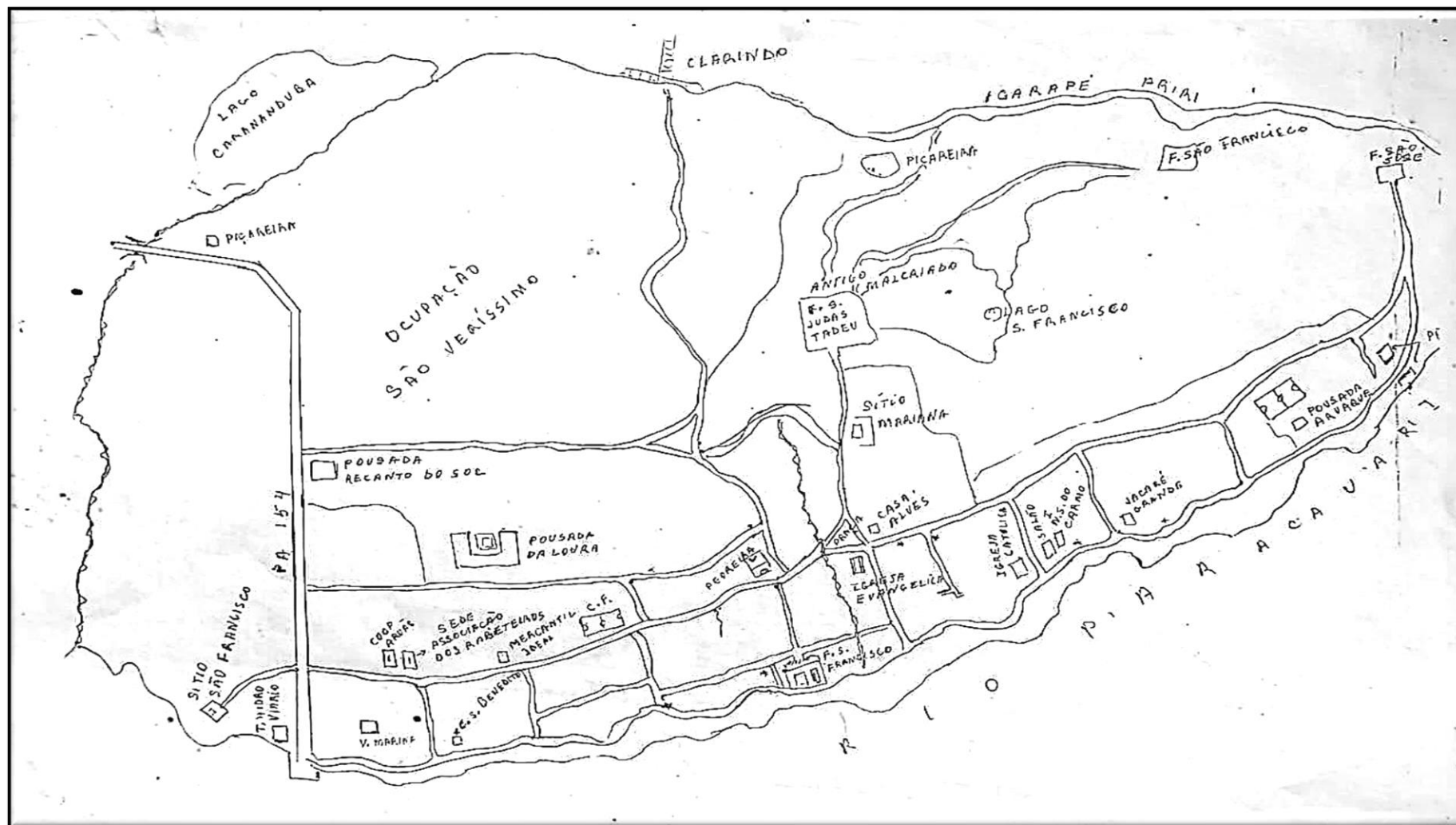
Os limites do território da comunidade Caldeirão pode ser observado em um Croqui² desenhado pelos moradores da comunidade em 2013, quando os mesmos estavam em processo de organização da associação quilombola, que foi fundada em 11 de agosto de 2003.

A Associação Remanescente de Quilombo de Caldeirão (ARQUIC) é considerada um importante instrumento no processo de luta e na organização do território e tem como objetivo “Defender, com resistência e identidade, os direitos humanos fundamentais da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão, em Salvaterra” (ARQUIC, 2023).

Essa organização de luta foi motivada a partir do momento em que a comunidade se descobria enquanto sujeito de direito. Segundo os mesmos, o processo de luta organizada iniciou-se a partir de 1999 quando chegou a pesquisa sobre as comunidades quilombolas locais em Salvaterra, mediada por um projeto de cartografia social em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA). Observar figura 3.

² Trata-se de um dos métodos mais simples da cartografia social, que é o “desenho do mapa mental (participante desenha o mapa do local, a partir de suas memórias e experiência de vida)” (SOUTO, 2021, p. 32).

Figura 3 – Comunidade quilombola de Caldeirão no período de 2013



Fonte: Comunidade quilombola Caldeirão em 2013 – Croqui apresentado por moradora durante realização de atividade de campo em 2022.

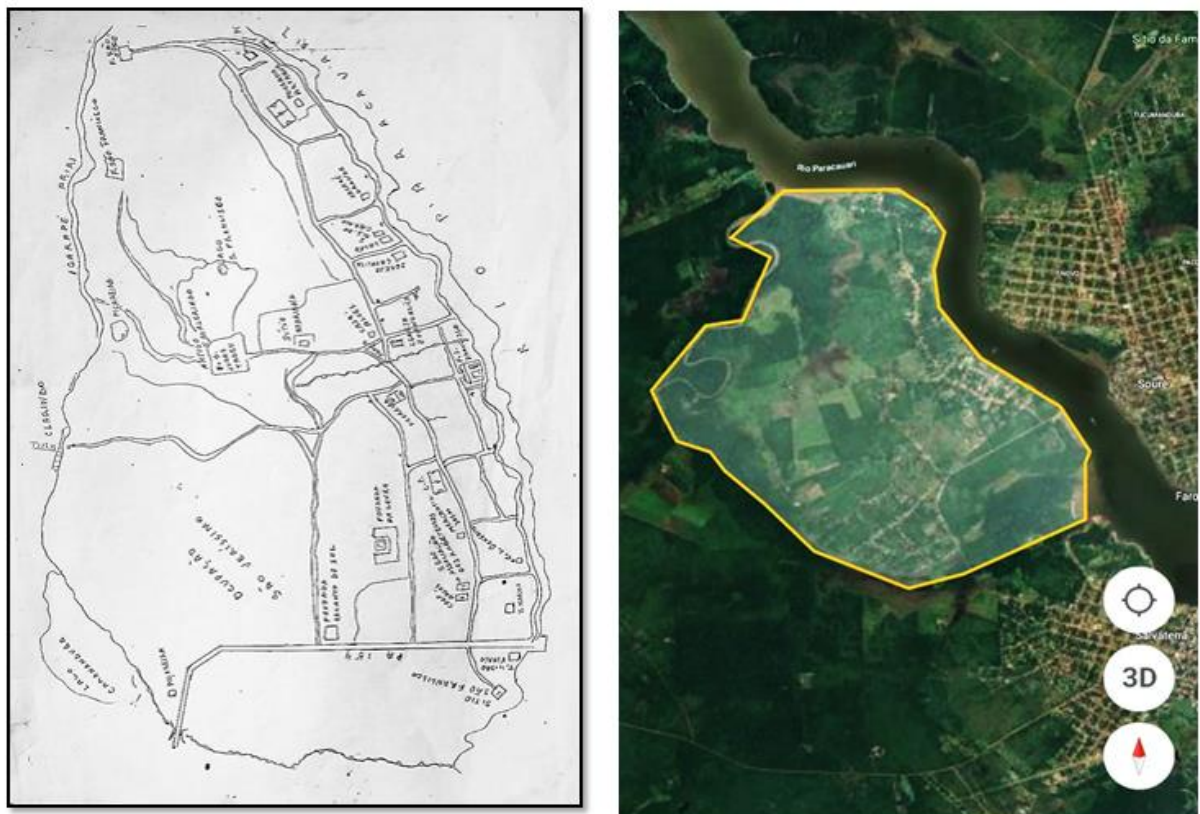
O Croqui foi produzido pelos moradores da comunidade durante o início do processo e luta pelo reconhecimento da comunidade quilombola e a partir desse momento os moradores ainda relatam a perda do território. Especificamente no ano de 2013, os moradores que trabalhavam com agricultura familiar e alguns sócios fundadores da ARQUIC que assinaram a ata de fundação da mesma, em 2003, foram os que participaram da produção deste.

A participação coletiva no processo de construção da cartografia social na representação do território é um grande instrumento e luta para as comunidades quilombolas e terá grande contribuição na análise do *locus* de pesquisa, pois:

A Cartografia Social é uma área que tem crescido no Brasil nos últimos anos, no que tange à sua aplicação com o objetivo de subsidiar com documentos (os mapas), a resolução de conflitos dos mais variados tipos (de interesses, de uso dos recursos naturais, aqueles socioambientais, dentre outros). Em certas situações, os grupos em disputa possuem níveis diferenciados de força (traduzido, por vezes, em poder econômico e/ou influência política), o que reforça a importância da adoção desse tipo de visão cartográfica, dado o empoderamento dos grupos mais vulneráveis no processo (SOUTO, 2021, p. 17).

Um comparativo entre a comunidade Caldeirão (de 2013 e 2023) pode ser, inicialmente, observado na figura 4, considerando um período de 10 (dez) anos depois.

Figura 4 – Croqui 2013 e Imagem de satélite da Comunidade quilombola Caldeirão em 2023

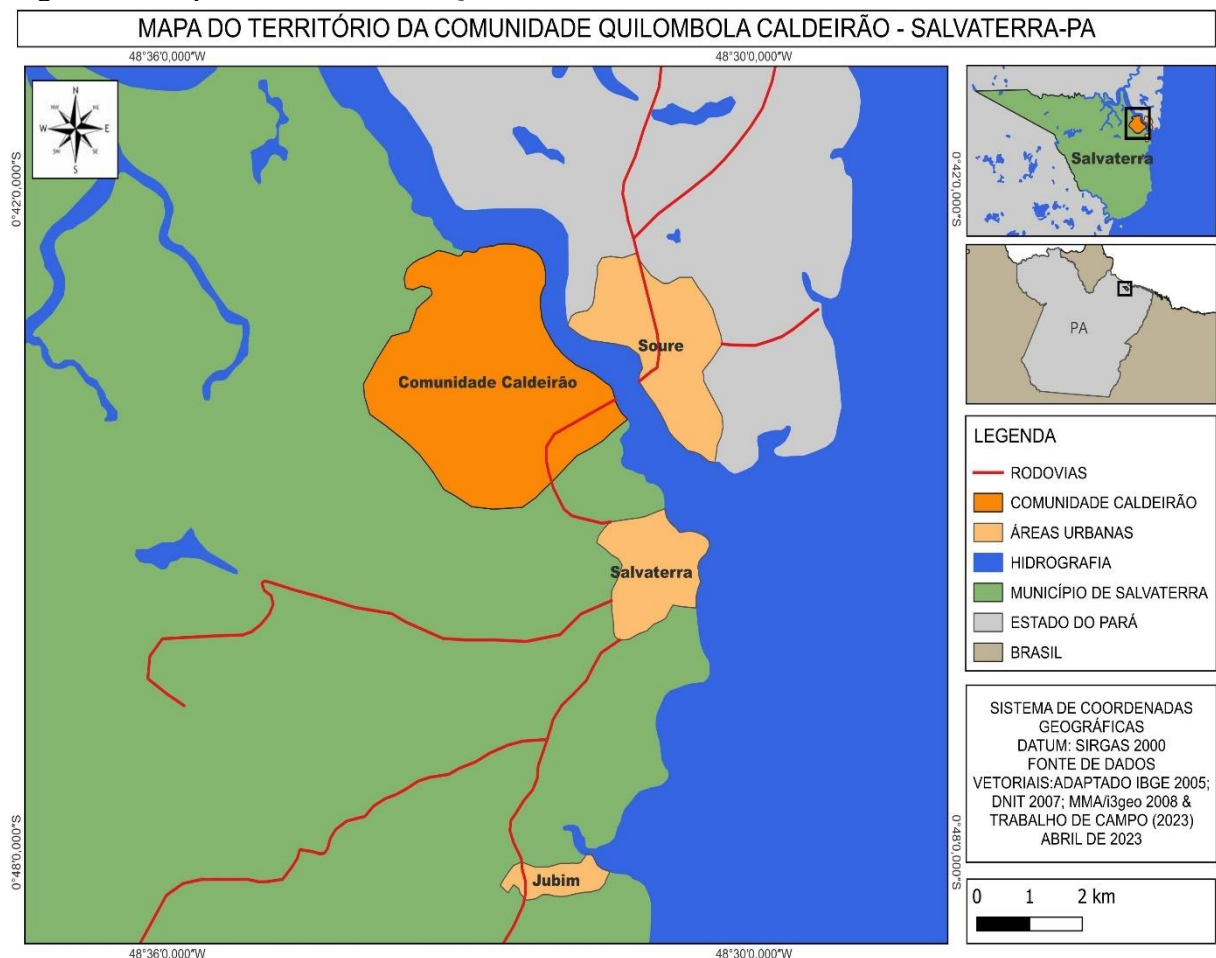


Fonte: Croqui da comunidade, 2013 e Imagem Google Earth, 2023.

Na figura 4, tanto o croqui quanto a imagem de satélite ao lado, foram repassadas pelos quilombolas da Caldeirão durante o processo de luta pelo reconhecimento de seu território. A comunidade quilombola em questão é limitada pelas águas, rios e igarapés situados em seu entorno, seus limites representados são externados pelas memórias dos sujeitos da comunidade quilombola. O croqui representa para os mesmos, um importante instrumento de luta social. O comparativo ajuda a evidenciar alguns elementos lembrados pelos moradores, identificado na cartografia social de 10 anos antes, como a área desmatada nas proximidades das fazendas, sítio e igarapé de uso coletivo. A luta se dá na defesa do território. “Dentro do território do nosso mapa, tudo é Caldeirão e Caldeirão é território quilombola” (EMERSON MIRANDA - Liderança da comunidade Caldeirão, 2022).

Na figura 5 abaixo, destaca-se o território de Caldeirão, conforme os limites informados pelos moradores da comunidade. No mapa é possível perceber que o território de Caldeirão – extensão pertencente a maior comunidade quilombola de Salvaterra, com 520 famílias – é maior que a área urbana de Salvaterra e Soure, segundo dados do IBGE (2005).

Figura 5 – Mapa da Comunidade Quilombola Caldeirão



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

O território de Caldeirão, representado na figura 5 abrange, aproximadamente, uma área de 12,9 km², com perímetro de 15,2 Km. Atualmente, dentro do território da comunidade quilombola Caldeirão tem-se: 2 fábricas (1 de beneficiamento de peixe e 1 de gelo); 3 pousadas funcionando; 1 estância de construção; 3 campos de futebol; 5 arenas de futebol; 3 caixas d'água dividida entre os perímetros reconhecidos pelos moradores como: cima, baixo e pedreira; 6 comércios funcionando; 2 escolas (1 de ensino fundamental completo e 1 de ensino infantil); 1 Porto onde encosta a embarcação da empresa privada Golfinho – que faz viagem de Soure³ a Belém com parada em Salvaterra; 10 portos de pescas; 3 igrejas católicas; 7 igrejas evangélicas; 2 associações (de rabeteiros e dos quilombola); e 1 porto da balsa que fica localizada no fim da PA 154. Destacam-se as dinâmicas relacionadas aos moradores da comunidade Caldeirão no intuito de identificar a relação rural-urbano no lugar.

1.1.3 O objeto de estudo

A proposta temática de pesquisa propõe investigações que possibilitam compreender o objeto de estudo, a relação rural-urbano, em sua interação cotidiana sobre influência da relação local-global. Nas palavras do autor Alentejano (2000): “Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos” (ALENTEJANO, 2000, p. 104). Deixemos a ideia usualmente dicotômica (de rural x urbano) de lado e pensemos na diversidade que se prolifera na interação entre elas, sem negar, ao mesmo tempo, suas peculiaridades e complementariedades existentes.

Conforme explica Corrêa (1995, p. 1), o espaço urbano é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”, e pode ser compreendido como:

“O conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura

³ O atual município de Soure, primitivamente era uma aldeia dos índios *Muruanazes*, onde na época colonial do Brasil residiram alguns missionários. Em 1757, o então governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, objetivando criar municípios no interior da Amazônia, elevou a localidade à categoria de Vila com a denominação de Soure, dando-lhe assim, autonomia municipal. Em 1833 a vila foi extinta, sendo re-criada em 1847, e tornou-se município em 20/01/1859. “No ano de 1961, por meio da Lei Estadual nº 2.460, novos municípios foram criados, caso de Salvaterra, desmembrado de Soure” (PME - Prefeitura Municipal de Soure).

expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado” (CORRÊA, 1995, p. 1).

Para Alentejano (2000), a natureza do rural pode ser definido sob “as dimensões econômica, social e espacial da relação dos atores sociais com a terra” (ALENTEJANO, 2000, p. 104). O autor afirma existir uma diversidade e complexidade nas relações dos sujeitos com a terra, e explica suas dimensões associadas. Assim sendo, para ele:

As relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição da infra-estrutura e das moradias (ALENTEJANO, 2000, p. 104).

Considerando a explicação dos dois autores supracitados abordam-se a interações dos sujeitos nesses espaços, nesse caso, dos quilombolas no interagir para além de suas comunidades. Na busca do moderno cresce uma urbanização em que ressalta, cada vez mais a interação rural-urbano que salienta uma visível transformação gradativa da Amazônia e, no processo, constituem relação e movimento entre o antes predominantemente rural e o urbano – que se apresenta de forma predominante nas cidades grandes.

Segundo Corrêa (1993), o contexto urbano do local pode ser entendido como reflexo, “(...) refletindo a complexa estrutura social em classes, própria do capitalismo. A jornada para o trabalho, por outro lado, aparece como consequência da fragmentação capitalista que separou lugar de trabalho de lugar de residência” (CORRÊA, 1993, p. 15). E esse modo de vida pode coexistir com outros.

Para Lefebvre, o urbano, assim como o rural, distingue a qualidade essencial de certas populações, de uma dimensão geográfica, de uma concentração habitacional, de atividades produtivas, de regimes de produção e troca, dentre outros. Urbano e rural seriam então abstrações concretas. Concretas por sua substância, tornada parte da atividade humana. Abstratas, por seu sentido de contorno mensurável, definível, e que influencia a existência social, criando novas relações (LEFEBVRE, 1999 *apud* COSTA & MACEDO, 2010, p. 119).

Na perspectiva de desenvolvimento de um mundo capitalista constroem-se estereótipos que minimizam a importância das identidades diluídas dentro dos diversos territórios existentes, podendo ser eles territórios de camponês, quilombola, assentado, agricultor familiar, negro, ribeirinho, assalariado, sem-terra, indígena, extrativista e etc. No processo as especificidades entre seus limites e fluxos acabam por interagir.

Wanderley (2011) faz uma análise temática do espaço rural brasileiros de forma contextualizada, considerando um histórico da acumulação do capital e da estruturação das relações sociais no campo possibilitando maiores explicações sobre o objeto de pesquisa. Em seu estudo⁴ destaca elementos importantes a partir da desagregação da economia escravocrata no gradativo avanço da hegemonização do capitalismo no campo, indo de encontro ao imaginário urbano-industrial e de transformações produtivo-financeira no país. No processo, evidencia a relação rural-urbano cada vez mais complexas ao mesmo tempo em que constata uma interdependência entre o meio rural e o urbano na subordinação ao capitalismo.

Alves e Vale (2013) relembram que as definições de rural-urbano se baseiam em demarcações conceituais que toma por referência a infraestrutura no espaço urbano como conjunto de infraestrutura em combinação de critérios estruturais e funcionais⁵, ou seja, considera que “tudo aquilo que não for urbano é rural” (ALVES e VALE, 2013, p. 34). Para visualizar a movimentação das relações impostas na perpetuada hegemonização do sistema capitalista sobre os diversos territórios, torna-se imprescindível entender o território em sua amplitude, como explica Oliveira (2002):

Como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações superestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (OLIVEIRA, 2002, p. 74).

Essas relações que se dão no território são ressaltadas como significativo fortalecimento de luta por Lima Filho (2014) quando trata da análise das relações que envolvem festas de santo e conseqüentemente a construção de alianças políticas entre as comunidades quilombolas localizados no município de Salvaterra. O autor toma como base sua pesquisa realizada na comunidade quilombola de Bacabal em Salvaterra, e expõe que a interação cultural entre as comunidades remanescente quilombolas que lutam pelas titulações de seus territórios “geram vínculos fortes, laços de confiança e fidelidade, e alianças políticas entre as mesmas” (LIMA FILHO, 2014, p. 9).

⁴ Wanderley (2011) analisa o campo e cidade abordando assuntos como: Agricultura e Acumulação de capital, Feudalismo e Capitalismo, Subordinação do trabalho e Resistência dos trabalhadores rurais, Concentração fundiária, Lutas pela terra, Autonomia e Diversidade de um povo.

⁵ Alves e Vale citam que: “Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe.” (VEIGA, 2004, p. 28 *apud* ALVES e VALE, 2013, p. 34).

1.2 Apresentando o tipo e caracterização da pesquisa

Os meios técnicos da investigação metodológica para a elaboração da pesquisa (objetivos específicos) possibilitaram a construção das bases lógicas da investigação (objetivo geral). A metodologia de desenvolvimento deste trabalho visa alcançar os objetivos específicos. O trabalho será desenvolvido com base em uma pesquisa bibliográfica, utilizando o suporte de análises documentais (leis municipais), visitas de campo, e entrevistas. O recorte de análise territorial não irá se restringir a comunidade quilombola Caldeirão em Salvaterra-PA, no entanto se aprofundará na mesma.

Prevalecerá a técnica de pesquisa qualitativa⁶ como um mecanismo que possibilitará um maior aprofundamento na realidade social da comunidade de remanescente quilombola de Caldeirão, assim como, de uma abordagem da complexidade social de forma geral. Para Prodanov e Freitas (2013) a pesquisa qualitativa,

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 70).

O uso da abordagem qualitativa não reduz a importância representativa de dados quantitativos⁷, pelo contrário “é importante acrescentar que essas duas abordagens estão interligadas e complementam-se” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 71). Quanto aos fins da pesquisa trata-se de uma pesquisa tanto exploratória – com uso de fontes bibliográficas de material já elaborado sobre a temática; quanto explicativa – com uso extensivo de trabalho de campo, de recursos como questionário, entrevistas, formulários e observação.

A pesquisa exigirá uma constante retomada às anotações de campo, de idas ao campo, à literatura e até mesmo à coleta de dados adicionais que forem coletados e sistematizados no decorrer das etapas da pesquisa. Apresenta-se como uma pesquisa eminentemente qualitativa, fundamentada por biografias publicadas e pelo trabalho de campo.

⁶ Análise de conteúdo; Construção de teoria; Análise de discurso (ROESCH, 1999 *apud* PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 115).

⁷ Métodos estatísticos (frequência, correlação, associação...) (ROESCH, 1999 *apud* PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 115).

1.3 Apresentando as etapas e procedimentos da pesquisa

As etapas da pesquisa visaram alcançar o objetivo geral através de um conjunto de procedimentos que tendem a responder a questão formulada e aos objetivos específicos traçados. Como procedimentos destacam-se: Levantamento bibliográfico para dar fundamentação teórica à pesquisa; Realização de trabalho de campo exploratório ou pré-campo para reconhecimento da área e identificação de sujeitos envolvidos; Registro fotográfico da área e observações sobre o objeto de estudo; Realização de trabalho de campo para aplicação de instrumento de coleta de dados; Mapeamento da área de estudo; e Construção de tabelas quadros e gráficos representativos sobre os dados coletados.

Destaca-se que alguns procedimentos estarão condicionados as restrições impostas no município de Salvaterra, por questões de saúde motivada pela pandemia do Covid-19. Logo, ressalta-se que mesmo reduzida às possibilidades de coleta de dados *in lócus* a pesquisa visa responder a questão problema proposta inicialmente. Propõe-se a elaboração de 4 (quatro) capítulos correspondentes a discursão da temática e análise de dados voltados para o objeto de pesquisa.

A pesquisa estará dividida da seguinte forma:

- Introdução a pesquisa
- Capítulo 1: Metodologia de pesquisa – Evidencia a estrutura da pesquisa e apresenta a comunidade;
- Capítulo 2: Histórico e Teórico – Destacar o contexto histórico em que se inserem as lutas dos povos que compõem as especificidades do território quilombola em Salvaterra, considerando as relações entre o rural e urbano (Objetivo 1);
- Capítulo 3: As dinâmicas e conflitos na interação rural-urbano – Evidenciar as principais dinâmicas, conflitos e estratégias de mitigação utilizadas pelas comunidades quilombolas de Salvaterra, ressaltando o cotidiano da Comunidade Caldeirão (Objetivo 2);
- Capítulo 4: Análise da relação rural-urbano no *lócus* de estudo – Identificar a relação rural-urbano existentes nas comunidades quilombolas de Salvaterra, evidenciando como ela se expressa na comunidade quilombola Caldeirão (Objetivo 3);
- Conclusão: Responderá a questão problema em um resgate geral da temática.

Propõe-se pensar, a *priori* de forma isolada, metodologias para alcançar os objetivos específicos, para que posteriormente se possa, por intermédio da análise conjunta, responder a problemática proposta alcançando, assim, o objetivo geral de analisar o contexto socioespacial de Salvaterra-PA, território marajoara que, de forma macro, ressalte a relação rural-urbano existente nas comunidades quilombolas do lugar, direcionando um olhar especial a comunidade quilombola Caldeirão. Os objetivos específicos serão trabalhados em 3 (três) etapas de produção, distribuídos entre os capítulos.

1ª etapa: Leitura.

Propõe-se realizar levantamento bibliográfico acerca da temática e; realizar revisão bibliográfica das produções acadêmicas sobre as comunidades quilombolas de Salvaterra-PA; contatar lideranças quilombolas locais. Esta etapa possibilitou um resgate do contexto histórico regional da Amazônia que influenciou na atual configuração das relações entre urbano/rural no território marajoara.

2ª etapa: Campo.

Propõe-se ir a campo; identificar as motivações e impactos no território quilombola; elaborar mapeamento das comunidades quilombolas; mapear a comunidade quilombola Caldeirão. Esta etapa possibilitou uma melhor avaliação das consequências do impacto de intensificação de espaço urbano atraído para o município de Salvaterra ao longo dos anos, possibilitando maior compreensão, considerando concepções dos sujeitos, a cerca de como se dá as dinâmicas do território.

3ª etapa: Sistematização de dados.

Propõe-se realizar entrevistas e aplicar questionário semiestruturado (obedecendo aos protocolos sanitários vigentes, em virtude da COVID-19) e; elaborar gráficos, quadros e tabelas; socializar experiência de campo com sujeitos através da sistematização de dados coletados e observados. Esta etapa possibilitou descobrir resultados através do olhar da comunidade, percebendo os impactos pelas mudanças socioespaciais percebidas por eles, ajudando a traçar um perfil da comunidade quilombola Caldeirão em torno do cotidiano em que se perpetua a relação rural-urbano.

Dentre as 3 (três) etapas planejadas como: leitura, campo e sistematização de dados, destaca-se que as mesmas estão interligadas e são interdependentes no processo de produção.

As datas, objetivo e tipo de atividade realizados em campo durante a pesquisa, podem ser identificados no quadro 2:

Quadro 2 – Atividades de campo no *locus* de pesquisa

CAMPO	OBJETIVO PROPOSTO	ATIVIDADE REAZADA
03 a 08/09/21 Pré-campo (1º semestre)	Conhecer a área de pesquisa (Salvaterra - Marajó), contatar sujeitos e definir o recorte do locus de pesquisa (comunidade quilombola Siricari).	<u>1º Festival Cultural Quilombola de Salvaterra:</u> Neste evento “Festival Cultural Quilombola” reuniram-se representantes das comunidades quilombolas locais do município. (Programação no anexo I)
18 a 21/11/21 Campo 1 (2º semestre)	Estreitar laços com os sujeitos da pesquisa e fazer coleta de dados.	<u>XVII Jogos Quilombolas de Salvaterra:</u> Para além dos jogos quilombolas o evento celebrou a Festa da Beleza e Resistência Negra Quilombola com as comunidades locais. (Programação no anexo II)
02 a 06/02/22 Campo 2 (2º semestre)	Apresentar a diversidade local à turma de graduação durante a disciplina de Campo Interdisciplinar I contextualizando com o atual projeto de pesquisa.	<u>Estágio com o orientador Fabiano Bringel:</u> Este trabalho de campo resulta da atividade durante a disciplina de “Espaço Agrário na Amazônia” integrando o processo avaliativo com o professor orientador. (Programação no anexo III)
21 a 25/03/22 Campo 3 (3º semestre)	Conhecer a comunidade quilombola de Caldeirão e sua associação quilombola	Este campo possibilitou apresentar o projeto de pesquisa e conversar com alguns dos moradores mais antigos da comunidade Caldeirão; com antigas lideranças quilombolas locais e; com a nova coordenação da associação que foi eleita e que passará pelo ato formal de posse.
22 a 25/07/22 Campo 4 (3º semestre)	Mapear de forma parcial a comunidade quilombola de Caldeirão	Conversa com moradores locais sobre os trabalhos anteriores produzidos por visitantes ou moradores sobre a comunidade quilombola de Caldeirão
18 a 22/08/22 Campo 5 (3º semestre)	Aplicar questionário de pesquisa e realizar entrevistas com os sujeitos da pesquisa <i>in locus</i> .	<u>2º Festival Cultural Quilombola de Salvaterra:</u> Neste evento “Festival Cultural Quilombola” reuniram-se representantes das comunidades quilombolas locais do município. (Programação no anexo I)
03 a 08/09/22 Campo 6 (3º semestre)	Aplicar questionário de pesquisa e realizar entrevistas com os sujeitos da pesquisa <i>in locus</i> .	<u>Coleta de dados</u> Participar do desfile cívico quilombola (06/09) e contatar participantes e o público.
10 a 15/02/23 Campo 7 (4º semestre)	Encontro de lideranças na comunidade quilombola Salvá	Seminário de Justiça Ambiental Participação no debate sobre o meio ambiente
10 a 17/03/23 Campo 8 (4º semestre)	Produzir um breve histórico da comunidade Caldeirão	Conversar com os moradores mais antigos, consultando lembranças e memórias.
14 a 19/04/23 Campo 9 (4º semestre)	Socializar com a comunidade quilombola os resultados parciais da pesquisa realizada em Caldeirão	<u>Socialização de amostra de dados coletados</u> Fazer um demonstrativo do resultado de pesquisa e socializar trabalhos relacionados ao atual <i>locus</i> e sujeitos.

Fonte: Autora, 2023.

Para o desenvolvimento da pesquisa com os sujeitos utilizou-se questionário direcionado aos envolvidos, que buscavam de forma geral aprofundar o universo de atuação desses sujeitos visando as relações que se estabeleciam entre os mesmos. Entre eles: Lideranças comunitárias, buscando abranger para além da comunidade quilombola de Caldeirão, representação de todas as comunidades quilombolas localizados dentro do município de Salvaterra; atual coordenação da associação quilombola (atuante na comunidade); e Moradores da comunidade quilombola Caldeirão.

As atividades em campo e participação nos eventos de campo durante a pesquisa (como o Festival Cultural Quilombola de Salvaterra e os Jogos Quilombolas de Salvaterra) possibilitaram um olhar macro às relações que criaram e fortaleceram os laços e confiança com as comunidades quilombolas locais.

Os planejamentos de campo ou mesmo as atividades de campos realizadas possibilitaram maior contato com os sujeitos. Para as atividades de campo nas comunidades quilombolas partimos do entendimento de que:

“Os quilombos são espaços de afirmação e manutenção da identidade africana e afro-brasileira, (...). O sentimento de pertencimento a um território, bem como toda a cosmovisão que carrega esse espaço, da forma de identidade quilombola, que passa a ser uma arma para a luta e manutenção de suas territorialidades” (SANTOS; PAIXÃO & AMARAL, 2019, p. 145).

Importa destacar que algumas atividades de campos realizada nas comunidades quilombolas do município de Salvaterra, tiveram que ser reagendados ou reprogramados muitas vezes, ao longo do período de pesquisa, de acordo com a disponibilidade dos sujeitos e/ou as necessidades de executar as atividades dentro do programa (PPGG).

Os trabalhos de campos realizados em Caldeirão foram realizados ao longo de 2 (dois) anos de pesquisa. As dinâmicas, conflitos e estratégias de superação usada pela comunidade quilombola Caldeirão foram sendo identificadas durante as conversas com os quilombolas. *A priori*, com os residentes mais antigos, posteriormente a esta fase, com os demais moradores. Muitos diálogos relacionados a dinâmica diária dos moradores da comunidade quilombola foram se construindo. Os dias na comunidade quilombola foram na companhia de moradores. No final das conversas os moradores sempre indicavam a conversa com outros moradores, que geralmente eram parentes, e assim, a comunidade foi percorrida.

Grande parte dos percursos na comunidade, de vizinhança em vizinhança, foram realizados de moto com os moradores, que sempre estavam dispostos a ajudar, doando seu tempo. Observar figura 6, abaixo:

Figura 6 – Imagens de alguns momentos em campo na comunidade quilombola Caldeirão



Fonte: Trabalho de Campo.

1.3.1 Cronograma da pesquisa

A construção de um cronograma de pesquisa que demonstre o planejamento das etapas de elaboração da pesquisa ajuda o pesquisador a produzir de forma organizada, e proporciona ao leitor uma melhor percepção geral da pesquisa final. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 139), “a pesquisa deve ser dividida em partes, e devemos fazer a previsão do tempo necessário para passar de uma fase a outra. Não esquecer que determinadas partes podem ser executadas simultaneamente, mas existem outras que dependem das anteriores, (...)”. As etapas podem ser apresentadas de forma variada, dependendo do planejamento.

As atividades planejadas neste, foram organizadas por semestre obedecendo a grade curricular do próprio programa de pós-graduação concentrando a produção dos elementos

essenciais de uma pesquisa no 1º semestre, continuando no 2º e 3º semestre as leituras mais específicas e produção concentrada da dissertação, deixando para o último semestre as etapas finais como podem ser observadas no quadro 3. Algumas etapas foram executadas de forma simultâneas. Optou-se por executar as etapas da pesquisa por semestre, concentrando um grupo de atividades que pudessem ser desenvolvidas de forma harmônica. Destaca-se que as 3 (três) fases de pesquisas recomendadas por Prodanov e Freitas (2013) estão diluídas nas etapas de pesquisa e abrangem: o planejamento da pesquisa, a atitudes do pesquisador e as fases da pesquisa.

Quadro 3 - Etapas de pesquisa da dissertação

Etapas/Semestre	01	02	03	04
Adequação do tema e <i>lôcus</i> de pesquisa	X			
Justificativa, objetivos, problematização e, metodologia	X			
Revisão de literatura (bibliográfica)	X	X		
Campus exploratório / Coleta de dados	X	X	X	
Definição dos capítulos (sumário preliminar)		X	X	
Fundamentação teórica: redação dos capítulos		X	X	
Seminário de dissertação (atividade avaliativa obrigatória do programa)		X		
Tabulação, análise dos dados e elaboração de síntese			X	
Organização e elaboração da parte pré e pós-textual			X	
Conclusão parcial da análise dos resultados			X	
Qualificação da pesquisa (atividade avaliativa obrigatória do programa)			X	
Ajustes metodológicos, conceituais e analíticos.			X	X
Redação final, revisão linguística; formatação conforme normas ABNT				X
Defesa da dissertação / Apresentação do trabalho final				X
Entrega do trabalho final com ajustes recomendados pela banca				X

Fonte: Produção própria, 2023.

No 1º semestre focou-se em organizar o projeto que precisou ser readequado para o novo *lôcus* de pesquisa (para Salvaterra na Amazônia Marajoara), por esse motivo concentrou-se na necessidade de: realizar campo exploratório e participar de alguns eventos protagonizados pelos sujeitos da pesquisa (descrito no quadro 1 das atividades de campo); e selecionar e aprofundar leituras essenciais a pesquisa em *lôcus*. No 2º semestre destaca-se o planejamento estrutural da dissertação, focando na produção da pesquisa com ajustes teóricos e metodológicos pertinentes ao absorvido pelas leituras e aulas segundo as disciplinas ofertadas pelo programa de pós-graduação.

No semestre seguinte focaram-se na coleta, tratamento e sistematização dos dados coletados que, basicamente, trabalha de forma simultânea com o planejado para o 2º e 4º semestre. Neste semestre concentrou-se uma maior participação em campo e contato com os

sujeitos na comunidade quilombola de Caldeirão. O 4º e último semestre de planejamento e execução de pesquisa se concentra principalmente na organização, defesa e entrega da pesquisa (com seus ajustes finais). Durante o processo tanto as etapas da pesquisa como as atividades de campo realizadas, foram planejadas e constantemente readequadas, de acordo com a necessidade de desenvolvimento da pesquisa.

1.3.2 Alguns conceitos pontuais para a pesquisa

A proposta se concentra na categoria Território englobando o conceito de territorialidade, resgatando o caráter conflituoso que se estabelecem no palco de atuação dos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa.

Os conceitos chaves abordados para análise do objeto de estudo se dá em torno da categoria Território e, do conceito de quilombo utilizados por autores que, ao longo da produção, nortearam as ideias que se costuraram como base durante o conjunto argumentativo da temática, no entanto, a pesquisa não se restringiu aos mesmos, pois inserem-se em conjunto as análises teóricas as concepções que os sujeitos caracterizam como significado, relacionados aos seus territórios quilombolas.

Para sistematizar as ideias que pautam a discussão teórica sobre a relação rural-urbano protagonizada pelos quilombolas de Salvaterra, apresenta-se o quadro 4, abaixo:

Quadro 4 - Quadro Conceitual da pesquisa

CONCEITO	AUTOR	TRABALHO/OBRA
Território	HAESBAERT, Rogério.	Territórios Alternativos (2002)
Quilombo	AMARAL, Assunção José Pureza.	Quilombo Now: O dossiê da Black Amazon (2019).

Fonte: produzido pela autora, 2023.

O quadro conceitual da pesquisa apresenta-se de forma objetiva. Os autores no quadro, entre os demais utilizados na dissertação, destacam-se como referência sobre os conceitos. Logo, possibilitaram maior propriedade acerca das análises e no percurso do fazer a pesquisa após leituras relevantes sobre a temática, atuando de forma pontual, “dando conta das discussões e polêmicas mais pertinentes”, como é indicado pelos autores Prodanov e Freitas (2013, p. 18).

1.4 Apresentando a forma de análise dos dados e método da pesquisa

“(...) a abordagem histórico-dialética representa uma nova visão de mundo e de ciência pelos geógrafos. O intuito de entender e desvendar a realidade social, esta abordagem permite resgatar a história e fazer o movimento contraditório das ideias e dos atores e agentes envolvidos” (ALVES, 2012, p. 323).

O método é a “forma de pensar para chegarmos à natureza de determinado problema, quer seja para estudá-lo ou explicá-lo” (PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 127), cabe ao escritor se utilizar do método que melhor abarque seu interesse de pesquisa na realidade estudada, sabendo que “o conhecimento científico é certo na medida em que se baseia em dados verificados e está apto a fornecer previsões concretas” (MORIN, 1999, p. 23).

A temática evidenciará a relação rural-urbano no território marajoara, propondo um olhar a partir de comunidades quilombolas localizados em Salvaterra, aprofundando a análise nas relações que se estabelecem na comunidade quilombola de Caldeirão - localizada em menor distância da área urbana de Salvaterra. Para tal pensa-se a importância do método como um conjunto de meios técnicos da investigação (PRODANOV e FREITAS, 2013). Esse conjunto será destacado na forma de análise considerando “as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc” (GIL 2008, p. 14 *apud* PRODANOV e FREITAS, 2013, p. 35).

Segundo Lakatos e Marconi (2007) o mundo deve ser entendido como um conjunto de processos que estão interligados e são dependentes um do outro, nele os fatos estão em movimento, em constante mudança, seguindo um caminho de transformação de forma que “(...) o fim de um processo é sempre o começo de outro.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 101). Nele as coisas não ocorrem ou acontecem de forma isolada, para compreender suas expressões torna-se necessário ultrapassar fronteiras do que se limita através do aparente. “Sabemos que a fronteira econômica tem no conflito social uma de suas características mais marcantes (MARTINS, 1997). Esse conflito socialmente estabelecido ganha expressão no espaço geográfico através de suas dimensões rurais e urbanas” (BRINGEL, 2006, p. 30).

Para Sales (2017, p. 47), “o método científico deve conceber que o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. O real surge na consciência como processo da síntese, ou seja, como resultado. Esse resultado vem de um

movimento histórico de dada instituição”. A abordagem predominantemente qualitativa ajuda na forma de análise dos dados da pesquisa.

A relação entre ideologia e metodologia deixa bastante clara que a luta entre as classes sociais tem forte influência nos métodos que produzem e negociam as verdades científicas, o que demonstra que a construção do conhecimento é produto das ações humanas dialéticas, onde ora se procura não apenas produzir saberes, mas reelaborar, revisar, questionar e às vezes, minar saberes de outrem (SALES, 2017, p. 49).

Trata-se de reconhecer que “o mundo exterior é a fonte do conhecimento. A questão de saber se o mundo é cognoscível, se o pensamento humano é capaz de conhecer a verdade tem muita importância para a ciência e para a praxe” (SALES, 2017, p. 50). Nesse processo demonstra-se que “comunidades quilombolas não são apenas aquelas originadas de grupos de escravos fugidos, mas a resistência a todas as formas de usurpações as caracteriza de forma plena.” (MALUNGU, s/d, p. 6). E nesse processo de resistência vive uma dinâmica acelerada que difere e desvaloriza as típicas relações do seu universo cultural.

Para Bombardi (2007), “na dialética, a teoria não pode se constituir de modo isolado da prática porque é esta que fornece conteúdo para o pensar” (BOMBARDI, 2007, p. 329). Na perspectiva de compreender esse universo em que se confundem as lógicas econômicas, sociais e culturais de determinadas comunidades, apropria-se do desenvolver da pesquisa para pensar a realidade no *lócus* de pesquisa, sabendo que cada comunidade humana desenvolve “processos sociais de territorialização”, ou seja, “num mesmo território existem múltiplas territorialidades” (PORTO GONÇALVES, 2006, p. 47), e cabe ao pesquisador a investigação de como essas múltiplas relações de poder está se perpetuando no dia a dia do território dessas comunidades.

Capítulo 2 - COMPREENDENDO A PRÁTICA A PARTIR DE SUA HISTÓRIA

“Se uma geração inteira perde o contato com a história, perde qualquer atitude crítica em relação ao presente, nem sequer pode canalizar o seu desespero pelos descaminhos da atual sociedade. Tudo isso pode ser bem moderno, ou pós-moderno; porém, no fundo, não passa do requentado cinismo de sempre”
(SOUZA, 2019, p. 23-24).

O atual capítulo pretende fazer um resgate teórico e histórico da temática de forma que englobe um conjunto argumentativo e, oportunamente, possibilite identificar como se estabelece a relação rural-urbano no município de Salvaterra-Pa. Para maior compreensão resgata-se um olhar geográfico a partir da análise do passado permitindo entender as pegadas deixadas no presente como herança histórica no desenhar da modernidade que se apresenta em muitos aspectos de forma contraditória. Nesse processo, entende-se que “a interpretação da história e da geografia é, pois, geral e constante, uma pesquisa de geografia humana não tendo senão um resultado incompleto e um valor científico limitado se aquele que a realiza não tem, além do espírito geográfico, uma mentalidade histórica” (MONBEIG, 1944, p. 10 *apud* ALVES, 2012, p. 320).

Faz-se necessário identificar o contexto histórico em que se inserem as lutas dos povos locais que compõem as especificidades do território, pois, “compreender a organização da paisagem nos remete entender sua evolução e construção, por isso, a abordagem histórica é para alguns geógrafos uma ferramenta importante na interpretação do espaço rural” (ALVES, 2012, p. 319). Assim, cabe entender que “na Amazônia, a história foi fruto de um impacto colonial, a história do povo amazônico foi sendo construída até se tornar uma real expressão de identidade” (SOUZA, 2019, p. 25).

Dialeticamente o capitalismo se beneficia da homogeneização e da diversidade vinculados ao seu modo de produção e consumo, e mesmo considerando que, teoricamente, nesse movimento, fortalecem-se as relações estabelecidas entre o rural e o urbano na luta pelo território, no percurso, acentuam-se o protagonismo desses sujeitos como agentes do processo de mudança desencadeados pelas lutas políticas cada vez mais fortalecidas pelo fenômeno da globalização, “agindo como mecanismo de homogeneização das diversidades produtoras de

conhecimentos e inseridos nessa diversidade silenciada da região amazônica” (SILVA, ARAÚJO e FARIAS, 2018, p. 42).

A história da Amazônia é uma história presente, viva, que favorece a compreensão do atual. Em sua plenitude é um conjunto histórico (consolidado cotidianamente) em ação na movimentação global no qual, as forças atuantes, representada pelos muitos interesses internos e externos, orientam a sociedade contemporânea. No processo consolidam-se novas organizações territoriais que constituem o cenário atualmente urbano e rural da Amazônia, compreendendo também sua relação, “porque cada momento da história é uma perfeita fusão do plural e do singular” (SOUZA, 2019, p. 25).

2.1 Um projeto dominador em larga escala

Nosso mundo é egoísta, foi pensado por pequenos grupos poderosos economicamente em prol de seu próprio benefício, (...) porque poderoso para eles é o dinheiro, o lucro, a vantagem, o capitalismo. Toda crueldade praticada no processo foram só degraus que ajudaram a chegar no topo, a conquistarem seus objetivos
(George – Liderança quilombola de Salvá, 2023).

Cruz (2007) faz uma análise do mundo contemporâneo globalizado, ressaltando que, nesse processo de globalização,

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. (...). Portanto, o capitalismo não está centrado somente nos países ricos; o centro do capitalismo está em todos os lugares no mundo onde as empresas multinacionais estão (CRUZ, 2007, p. 25).

Os aspectos do modo de produção capitalista hegemônico no domínio das relações impostas obedecem às lógicas do mercado global. Assim sendo, o local acaba assumindo características do global, exemplificados no modo capitalista de produção (SANTOS e SILVEIRA, 2012). Sobre a política individualista das empresas globais, Santos (2017) afirma que: “A política agora é feita no mercado. Só que esse mercado global não existe como ator, mas como uma ideologia, um símbolo. Os atores são as empresas globais, que não tem preocupações éticas, nem finalísticas.” (SANTOS, 2017, p. 67).

Relacionado a isso, Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma que todos estão inseridos no turbilhão mundial da modernidade e nesse processo “uns fazem da ciência instrumento de

ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social” (OLIVEIRA, 1999, p. 64). De forma macro alguns autores analisam que:

Diante desse processo, da dinâmica empreendedora e ávida por lucros, grupos e movimentos sociais resistem, contestam e se colocam contra essas práticas que denotam a intensificação do aproveitamento capitalista dos recursos regionais, da mesma maneira como se colocam contra o avanço das ações neoliberais e da concentração de poder por parte do Estado (CASTRO, 2014; TRINDADE JR., 2014 *apud* LIMA, 2021, p. 9).

A adaptação ao que se apresenta de forma nova requer constantemente mudanças, ou seja, novas atitudes. Tais reações podem ser interpretadas como fruto de “pelo menos 450 anos no Brasil de ruralidades profundas” (BRINGEL, 2020, p. 2), e no contexto de transição muitas comunidades rurais coexistem com as atividades típicas do urbano. Neste contexto, Bringel (2020) considera que a territorialização a partir dos assentamentos rurais apresentam características distintas que se assemelham.

Distintas porque cada indivíduo e família são um universo inteiro de relações, tanto materiais como simbólicos, apresentando diferentes saberes, origens e ocupações. Simultaneamente, apresentam certa unidade nas trajetórias porque os indivíduos e as famílias passaram por um esgotamento das capacidades reprodutivas, materiais e simbólicas, e seguiram a “corrente” da emigração em direção à Amazônia, compondo a face demográfica da fronteira (BRINGEL, 2020, p. 3).

A população chega com sua bagagem cheia de conhecimento empírico, no qual “todo processo organizativo gira em torno da perspectiva coletivista de produção do espaço. Quando o estado lança sua malha programada e institucionaliza sobre o território os processos desqualificadores se instalam, a exclusão se estabelece (...)” (BRINGEL, 2020, p. 3). Nesse momento surgem novas formas de se relacionar. “Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo” (OLIVEIRA, 2007, p. 8).

Cabe ressaltar que para os povos do campo, de forma geral, “a autonomia, a autogestão, a ação direta, as solidariedades orgânicas e as relações diretas com a natureza são elementos que fazem parte da práxis (...)” (BRINGEL, COSTA e VAN WELDEN, 2018, p. 21). Dessa forma, as mudanças impostas pelo mundo globalizado expressam uma dialética na tentativa de criar alternativas ao mesmo tempo em que se é moldado pelo que se apresenta.

Vale ressaltar que segundo Oliveira (2007), estamos “diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa” (OLIVEIRA, 2007, p. 12). Com isso, no decorrer das relações estabelecidas no cotidiano, ganha destaque a interação do rural com o urbano.

No campo “(...) a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo” (OLIVEIRA, 2007, p. 8), sujeita cada vez mais a sofrer influência do modo capitalista de produção. Buscando abranger o domínio econômico sobre o campo, na década de 1990, para ganhar espaço e autonomia sobre as atividades produtivas, os projetos políticos administrativos se intensificam tentando fazer valer a falsa ideia de que o rural foi ou está sendo sepultado pela expansão do urbano.

Nesse sentido, Alentejano (2000) exemplifica o papel excludente do documento intitulado ‘Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Desenvolvimento Local’ para um novo mundo rural, lançado em março de 1999 pelo Governo Federal, que desdobra-se em analisar uma série de aspectos contraditórios que, segundo ele, resultam na “tendência à concentração da propriedade, aumento crescente de custos, redução da produtividade a longo prazo, redução do volume de mão-de-obra empregado, favorecendo o êxodo rural, a contaminação de solos, lençóis freáticos, alimentos e agricultores, (...)” (ALENTEJANO, 2000, p. 90).

A história da Amazônia, tanto quanto sua herança social e cultural é resultante de uma complexa relação de interesses em busca de soberania política e conseqüentemente econômica, que se desenha desde os primeiros contatos históricos registrados. E nesse processo os migrantes⁸ (forçados ou não) que se instalaram no território foram tão dominantes quanto dominados. “Assim, torna-se fundamental no estudo do território a compreensão da totalidade do processo sem, contudo, perder de vista as múltiplas relações com o local” (MAZULLO, 2007, p. 8). Nesse caso com a Amazônia marajoara.

Para Souza (2019) falar da Amazônia é apontar para o histórico descaso com os povos, salientar a capacidade de resistência desenvolvida frente aos opressores, compreender o papel da igreja no processo integrador e o processo de miscigenação incluso. Logo, “(...) não se limita a favorecer a compreensão de um povo em sua dimensão geopolítica e cultural;

⁸ “O migrante é um agente de transformação, tanto posto em movimento quanto provocador de transformações. Com ele migram ideias, redes, dominações, resistências, conflitos e territórios, tanto simbolicamente quanto materializados” (HAZEU, 2015, p. 42).

significa também defender valores democráticos e humanistas, defender a diferença, a pluralidade étnica e cultural, como bens inalienáveis da humanidade” (SOUZA, 2019, p. 17).

Nesse sentido, Mazullo (2007) referindo-se a pluralidade cultural material, de diferentes sociedades indígenas instaladas ao longo do rio Solimões no Amazonas no século XVI, oportunamente, nos lembra de relatos de Gaspar de Carvajal sobre a Amazônia:

(...) havia grande quantidade de artigos de porcelana, de feitiços diversos, jarras e cântanos muitos grandes, com capacidade para mais de vinte arrobas, e outros objetos pequenos tais como pratos, vasos de louça e candelabros de porcelana, a melhor que já se viu no mundo, pois de Málaga não é igual, porque esta é vitrificada e enfeitadas com todas as cores tão vivas que deslumbram (...). Os desenhos e as pinturas que fazem sobre ela são tão bem trabalhados que nós admiramos como possam somente com habilidade natural fazer e decorar todas essas coisas (CARVAJAL, 1941. p. 201 *apud* MAZULLO, 2007, p. 19).

Fato que nos faz imaginar uma sociedade sem necessidade nenhuma de intervenção para o ‘desenvolvimento’. Desde o início, nos primeiros contatos com a Amazônia e seus povos que nela resistem, o desenvolvimento que se pensava era o próprio – em como garantir domínio e se utilizar daquela região para o seu próprio desenvolvimento econômico. “Na realidade, Espanha e Portugal, ainda unificados, somente vão ter interesse na posse e conquista do território amazônico, à medida que outros povos europeus começaram a manter contato com os índios na costa norte e na região estuarial do rio Amazonas.” (MAZULLO, 2007, p. 19). De forma geral a História da Amazônia se acentuou e continua se destacando pelo interesse externo em seus recursos naturais que possam ser capitados.

Para Haesbaert (2002), “(...) o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados” (HAESBAERT, 2002, p. 121). A dialética do território é pensada considerando os interesses favoráveis e contrários ao capital, pois, “(...) a produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de reprodução ampliada do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

Segundo Becker (2005) a Amazônia deixou de ser uma mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, se transformando em uma região com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores, com protagonismos de diferentes sujeitos. Assim sendo cabe pensar as mudanças gradativas no decorrer do tempo.

2.2 O Contexto Amazônico/marajoara

Segundo Tavares (2011), as estratégias de ocupação do território amazônico, de forma geral, podem ser percebidas em dois grandes momentos, primeiro quando apropriado pelos portugueses e depois pelos brasileiros. No primeiro momento destaca-se a fundação de Belém e o controle do grande rio-mar – século XVII, com a ocupação militar na embocadura do rio Amazonas; a criação de unidades político administrativas como os Estados (assegurando a posse do território); as missões religiosas (com objetivo de pacificar os indígenas e impedir sua aliança com as nações europeias); A Política Pombalina⁹; e A economia da borracha (que embora propagada como um período áureo, não enriqueceu a região). No segundo momento (segunda metade do século XX) destaca-se a atração nacional e internacional e o investimento em infraestrutura (comunicação, transporte e energia), pensando os planos de desenvolvimento, os grandes projetos-territoriais (TAVARES, 2011).

O contexto histórico, de forma geral, é pensado sobre as mudanças socioespaciais que ocorreram. Até pouco tempo a Amazônia era entendida como um espaço rudimentar de pouca possibilidade de desenvolvimento de uma sociedade avançada. Para Souza (2019), em uma análise a partir de contribuições de pesquisa pautada sobre diferentes perspectivas (de sociólogo, historiador, e de crítica literário), as sociedades complexas da Amazônia (antigas sociedades não reconhecidas no momento) eram simplesmente negadas, tornando-as desconhecidas. Souza (2019) nos lembra que:

Nos últimos vinte anos, uma série de estudos começou a sacudir posições tidas como estabelecidas e a constatar que a Amazônia compôs, na pré-história, um rico e diversificado cenário de sociedades humanas. Pesquisas como as da arqueóloga Anna Roosevelt, sobre as culturas da ilha de Marajó e da calha amazônica, comprovam a existência de uma inequívoca ocupação desde o Pleistoceno, ou início do Holoceno, por sociedades de caçadores-coletores, donos de elaboradas culturas de tecnologia da pedra, além de algumas das mais antigas sociedades sedentárias, fabricantes de cerâmica e agricultores equatoriais. Um passado formado por sociedades de grande complexidade econômica e sofisticação cultural (SOUZA, 2019, p. 43).

Souza (2019) fala dos vestígios históricos de antigas sociedades que deixaram sua marca no processo de luta por seus territórios. Sobre a recepção aos colonizadores Pacheco (2010) relata que: “O labirinto de ilhas, os ‘Marajós’, e seus habitantes cravados na foz do

⁹ Na política Pombalina implantou-se “reformas como: a execução do tratado de limites (1750); o estabelecimento da Companhia Geral do Comércio do Grão Pará; o estímulo a agricultura de exportação (1755); a declaração da liberdade dos indígenas; o estímulo à miscigenação entre índios e portugueses; a expulsão dos jesuítas e de outras ordens religiosas e a introdução de escravos africanos para servir de mão de obra” (GORETTI-TAVARES, 2011, p. 110).

território a ser conquistado, não assistiram, passivamente, àquelas estranhas chegadas de gentes tão diferentes de suas visões humanas” (PACHECO, 2010, p. 18 – Grifos do autor). É importante lembrar que os nativos da Ilhas eram experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações¹⁰. Um fato facilmente esquecido ou ignorado. Segundo o autor supracitado,

(...) é possível dizer que, quando se discute a conquista da Amazônia, geralmente não se leva em conta o lugar estratégico que os Marajós desempenharam nesse processo. Como se vinha acompanhando anteriormente, as expedições organizadas por capitães portugueses, apoiados pelos Tupinambás para derrotar Aruãs e nações Nheengãbas, não obtiveram sucesso, apesar de o medo das armas de fogo os terem forçado a destruir suas aldeias da beira do rio, construindo lugarejos no centro daquela ilha alinhavada por igarapés, igapós e lagos. “Que não podendo esses índios ser localizados em nenhuma parte ficaram eles habitando toda a ilha, e lutando com táticas de guerrilha e uso de setas envenenadas que apareciam de repente e atacavam para recuar, rapidamente, em suas canoas a velas de jupati, diante da exasperação dos colonos e seus arqueiros desarvorados” (PEREIRA, 2007, p. 197 *apud* PACHECO, 2010, p. 24).

Sobre esse cenário de defesa e conquista do território marajoara, Rosa Acevedo Marin (2010) nos lembra de que a ordem político-econômica implementadas no período colonial e pós-colonização protagonizaram mudanças nos cenários das sociedades humanas, interferindo não só nas sociedades indígenas, mas em “(...) uma diversidade de microsociedades formadas por ribeirinhos, quilombolas, trabalhadores, no campo e nas cidades” (MARIN, 2010, p. 25).

No prefácio da obra de Souza (2019) intitulada História da Amazônia, Brigitte Thiérion explica que o Marajó é uma terra que se revela de forma paradoxal, de forma coerente em sua diversidade, onde “(...) vivem algumas etnias descendentes dos povos originários, testemunhas da presença das ricas civilizações, anteriores às colonizações espanhola e portuguesa, que atuaram a partir do chamado Século dos Descobrimentos” (Brigitte Thiérion *in* SOUZA, 2019, p. 15). Segundo Souza (2019, p. 46) a maior estrutura de sítios arqueológicos indicando a existência de civilizações antigas “pode ser encontrada nos altiplanos da Amazônia boliviana, no médio Orinoco e na ilha de Marajó”. O autor relata, ainda, que:

Na ilha de Marajó, floresceu uma das mais admiráveis civilizações do grande vale, que provavelmente já estava extinta ou decadente por ocasião da chegada dos europeus. No entanto, os restos arqueológicos são impressionantes, com quarenta sítios descobertos numa superfície de 10 a 15 quilômetros quadrados. Embora poucos sítios tenham sido escavados e as áreas de cemitérios tenham atraído

¹⁰ A citar, “(...) Aruãs, Sacacas, Marauaná, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, entre outras e os batizados de Nheengãbas, enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos” (PACHECO, 2010, p. 18).

saqueadores em busca das soberbas cerâmicas que serviam de urnas funerárias, os resultados são intrigantes e surpreendentes.

Entre as escavações da ilha de Marajó, a que mais se destaca é a do monte de Teso dos Bichos. Ali, entre 400 a.C. e 1300 d.C., existiu uma população estimada entre quinhentas e mil pessoas. Fazia parte de um complexo de povoados pertencentes a uma sociedade de tuxauas. Essa sociedade apresentava um alto desenvolvimento tecnológico e uma ordem social bem definida. As mulheres se encarregavam dos trabalhos agrícolas, cuidavam do preparo da alimentação e habitavam casas coletivas. Os homens eram responsáveis pela caça, pela guerra, pelas atividades religiosas e viviam em habitações masculinas. Essas habitações ficavam próximas ao centro cerimonial da aldeia, numa plataforma de barro construída na ala oeste. Toda a povoação ocupava aproximadamente 2,5 hectares.

O estudo dos esqueletos encontrados em Teso dos Bichos mostra que os moradores da ilha guardavam traços físicos muito parecidos com os dos atuais povos indígenas, embora fossem centímetros mais altos. As mulheres eram baixas e bem proporcionadas, e os homens musculosos, indicando uma dieta rica de proteína animal e comida de origem vegetal. O formato craniano prova que eram amazônidas, não andinos. Teso dos Bichos deve ter mantido uma concentração humana por dois milênios sem maiores problemas, disputas ou superpopulação. Muitos dos hábitos e costumes posteriormente herdados pelos povos indígenas e pelas populações cabocas foram criados e desenvolvidos por essas sociedades antigas. A preferência por certos peixes, como o pirarucu, e o uso de refrescos fermentados, como o aluá, eram muito comuns entre as gentes de Marajó, de Tupinambarana, do Solimões ou do altiplano boliviano. Mas o processo de despovoação, ocorrido com a chegada dos europeus, fez com que os povos indígenas modernos retrocedessem para um tipo de vida anterior ao surgimento dessas economias intensivas comandadas por poderosos tuxauas (SOUZA, 2019, p. 46-47).

Em sua análise Souza (2019) apresenta uma terra de descendentes culturais que constituem uma sociedade rica e complexa em sua singularidade. Para ele falar da Amazônia é falar da história do mundo em processo de globalização, compreendendo a influência em seu cotidiano, sua história de descaso, e sua luta por reconhecimento e sobrevivência. O autor nos faz pensar sobre “quantos heróis, homens anônimos e esquecidos, viveram, lutaram e morreram nesta terra” (SOUZA, 2019, p. 19). Brigitte Thiérion lembra que:

A própria história da colonização, a precedência espanhola na região, as relações privilegiadas mantidas com a corte portuguesa e uma tentativa separatista frente às vontades hegemônicas do império brasileiro em formação explicam em grande parte este afastamento dos centros decisórios e a atitude condescendente e colonizadora do resto da federação (Brigitte Thiérion *in* SOUZA, 2019, p. 16).

Na análise de Tavares (2011) sobre a formação histórico-territorial da Amazônia brasileira, a autora apresenta um resumo sobre “a geograficidade das missões religiosas, a política pombalina e o valor simbólico das formas espaciais, a herança africana na Amazônia, a economia da borracha, e as reorganização do território a partir da segunda metade do século XX (...)” (TAVARES, 2011, p. 107). Esses pontos temáticos, abordados pela autora, contribuem para entender de forma macro as relações intensificadas no Marajó a partir da

formação histórico-territorial da Amazônia. A autora aborda o processo de ocupação do território, enfatizando como se deu as ações administrativas de ocupação, exploração dos recursos como estratégias utilizadas para assegurar a posse do território, e demonstrar desde o início a “potencialidade de recursos da nova região que se apresentava ao mundo europeu” (TAVARES, 2011, p. 109). Sobre a herança africana na Amazônia, a autora destaca que:

Segundo Ferreira (2007) a introdução do negro na Região deu-se inicialmente nos séculos XVI e XVII, na costa do Amapá e na foz do rio Amazonas pelos ingleses para o funcionamento de engenhos clandestinos, na fabricação do açúcar e da aguardente. (...).

(...) no século XVIII, no período de 1757 a 1779, chegou à Capitania, 25.365 negros. Mas a introdução efetiva do africano no Pará deveu-se ao governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para dar suporte à produção agrícola, uma vez que o braço do ameríndio não era suficiente para desenvolver a agricultura.

“Chegam negros procedentes do grupo Banto: Angola, Congo, Benguela, Cabinda, Moçambique, Moxicongo, Macua e Caçanje. Do grupo Sudanês: Mina, Mali ou Mai ou ainda Mandinga, Fula, Fulupe ou Fulupo, Bijojó ou Bixapô. Em 1753, aportam em Belém, os navios Nossa Senhora do Monte Carmo e São José com peças negras vindas de Bissau, destinadas a engenhos e lavouras. A Cia. Geral do Comércio do Gram Pará e Maranhão, criada em 1755 introduziu no Pará 14.749 escravos oriundos da África. Deste contingente muitos eram recambiados para o Mato Grosso. Em 1760, chega a Belém procedente dos portos da Guiné 140 negros de Cacheu.” - Grifos da autora (FERREIRA, 2007 apud TAVARES, 2011, p. 111 – Grifos da autora).

Trata-se de fragmentos histórico que retrata a escravidão enraizada na Amazônia, que não pode ser entendida como uma simples introdução ou chegada de negros. A herança africana (em sua abrangência) configura grande parte da história e constitui base para as particularidades da identidade social dos amazônidas. Segundo Souza (2019), no processo de formação regional o grande impacto da herança ocidental na cultura e desenvolvimento somam a diversidade que se friccionam atualmente, favorecendo a compreensão do presente, de forma a orientar os movimentos da sociedade contemporânea. Nesse sentido, Marin (2010) destaca que:

A história da ocupação da ilha de Joanes ou Marajó é central na formação histórica do Pará, em especial, na perspectiva do choque e poder exercido pelo colonizador “branco” sobre os grupos indígenas e a persistência de uma visão e de processos que produzem seu ocultamento, invisibilidade, subjugamento no presente. Ainda, a ilha não representou, em nenhum momento, um mundo aparte e proprietários de terra da ilha de Marajó detinham terras nos rios próximos de Belém e em direção à Costa Atlântica, igualmente estão presentes na cidade com amplo espaço de poder político. (MARIN, 2010, p. 32)

Um espaço de poder político utilizado, segundo Tavares (2011), para a exploração de mão de obra e dos recursos naturais que configuram na segunda metade do século XX uma

fase de expansão de fronteira visando maior mobilização de capital e o surgimento de sistemas econômicos mais amplos. Tais empreendimentos aceleraram a presença de núcleos urbanos, atraindo força de trabalho para uma rede de infraestrutura iniciada com a implementação de projetos de integração da Amazônia, demandando planos de desenvolvimento e a mobilidade da força de trabalho.

Alguns significantes fragmentos históricos permitem entender novas relações atraídas para a Amazônia, que de forma intensificada, estabeleceu um cenário típico das relações de produção, voltado para um universo capitalista globalizado. Entender o processo de territorialização dos grandes projetos na Amazônia permite, mesmo com limitações, compreender de forma contextualizada como se construiu e se consolidou a atração para a Amazônia. Esta grande mobilização de capital, de interesse global foi resultante de políticas que buscavam o investimento econômico na região, “vendendo” perspectivas de grandes retornos econômicos. Importa destacar que durante a segunda metade do século XX, aliada a política desenvolvimentista que atraía investimento econômico para a Amazônia, houveram grandes restrições políticas administrativas, que dificultaram a vida dos trabalhadores rurais.

No período do golpe militar iniciou-se uma série de restrições e medidas políticas administrativas que causaram grandes repercussões e conseqüentes um aumento dos conflitos nas comunidades rurais que viviam no local.¹¹ Uma política que almejava o desenvolvimento de uns em detrimento de outros.

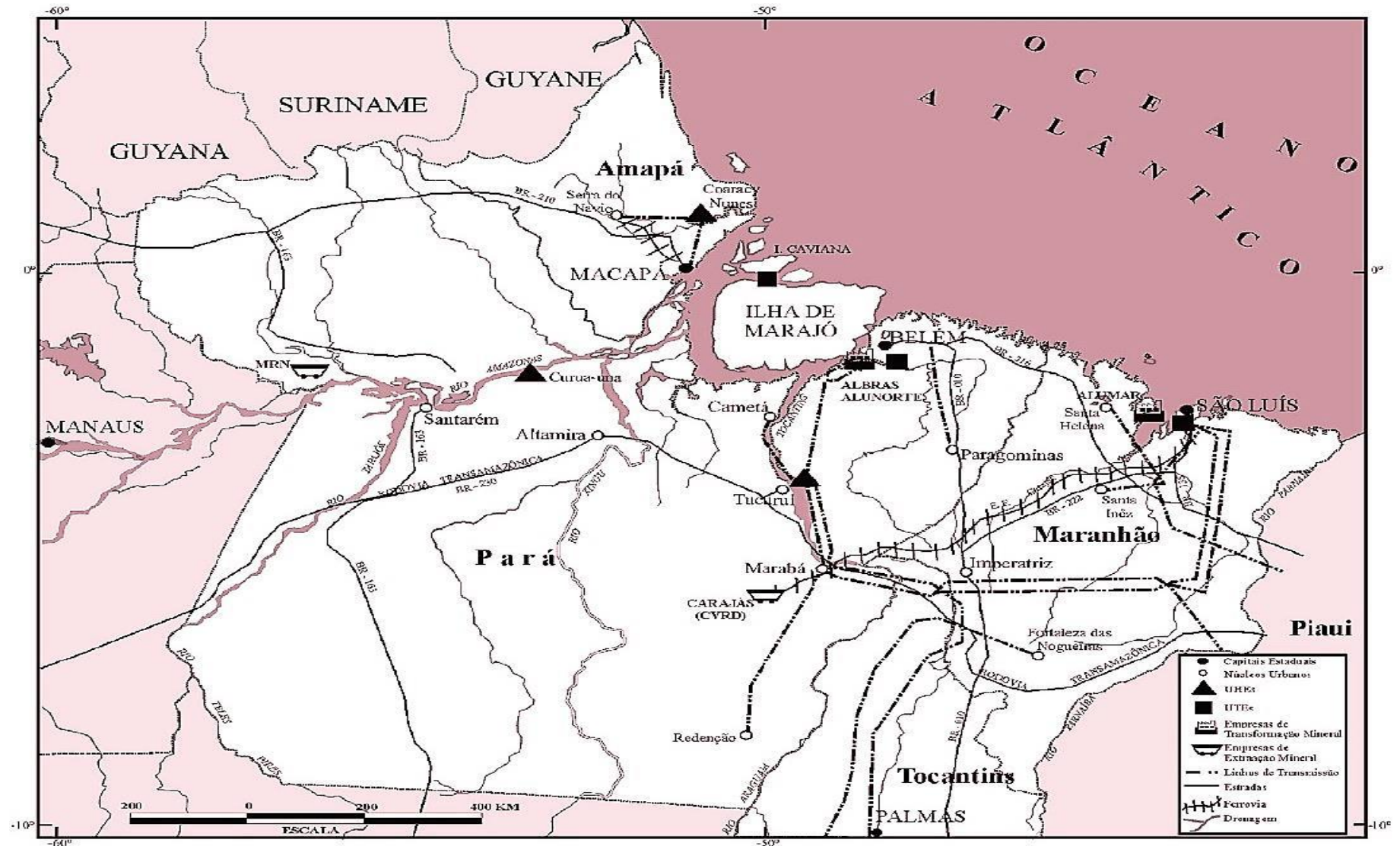
Concomitante aos grandes investimentos que se destacavam, nesse período, ocorreu também grandes reviravoltas dos movimentos negros¹² em torno das comunidades remanescentes quilombolas no Brasil, articulando uma rede “(...) de relações e alianças que foram se modificando e alargando os horizontes de atuação de ambas.” (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 13).

A seguir na figura 7, Tavares (2011) demonstra como se deu a implantação de um conjunto de infraestrutura na Amazônia.

¹¹ “Depois do Golpe Político-Militar de 1964, publica-se o Decreto nº 3.641 de 5 de janeiro de 1966, que visava evitar a improdutividade das terras, deixando livre a venda de terras devolutas, sem qualquer delimitação de área. (...) nesse período, que se verificou a expedição de títulos falsos, que tornaram graves os conflitos de terras” (TAVARES, 2011, p. 116).

¹² Domingues e Gomes (2013) explicam – considerando a fala da ativista Josilene Brandão (através de um depoimento citado por ALBERTI e PEREIRA, 2007:310) –, que o movimento quilombola faz parte de um mosaico mais amplo: “Quando a gente fala ‘movimento negro’, ele engloba tanto o rural quanto o urbano. E o movimento quilombola é uma vertente no meio rural”. Por essa perspectiva, quilombo estaria associado à ruralidade, forma camponesa, terra de uso comum e práxis ecológica de preservação dos recursos da natureza (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 17).

Figura 7 - Infraestrutura implantada na Amazônia



Fonte: TAVARES, 2011, p. 118. Adaptado.

Domingues e Gomes (2013) destacam:

É importante dizer, porém, que tais articulações remontam ao período da ditadura. A política de desenvolvimento da agricultura, implementada pelo regime militar, privilegiava o latifúndio (concentração de terra) e a monocultura, o que causou grande impacto nas comunidades quilombolas. O foco desenvolvimentista voltado para o mercado e a especulação fundiária elevaram os níveis de conflito e disputa por terra no país. Muitas comunidades negras rurais tiveram partes de seu território tomadas por processos violentos de expropriação. Isto também fomentou a mobilização quilombola. Dialogando, portanto, com diversas organizações, tanto as do movimento negro quanto as do movimento campesino, as comunidades negras rurais foram à luta pelos seus direitos (FIABANI, 2008; SOUZA, 2008, *apud* DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 14).

No movimento histórico se constata, um período de ações governamentais de retirada de direitos na tentativa de des-envolver relações estabelecidas tradicionalmente no Brasil, ao mesmo tempo, que essas ações impulsionam maior organização social construindo laços de solidariedades e maiores articulações entre as comunidades negras rurais, considerando também a amplitude de seu movimento na interação rural-urbano. Segundo Barbosa (2012), “a distribuição da população do Marajó apresenta pequeno predomínio da população rural com (56,59%) de acordo com o IBGE, 2010, enquanto que a média do país é de (16%), (...), apenas três (Breves, Soure e Salvaterra) possuem população urbana superior à rural” (BARBOSA, 2012, p. 23). A tabela 1 traz um demonstrativo da distribuída da população.

Tabela 1 - Dados demográficos das populações urbanas e rurais do Marajó

Município	População Urbana		População Rural		Total
Afuá	9.478	27,07 %	25.539	72,93 %	35.017
Anajás	9.492	38,32 %	15.279	61,68 %	24.771
Bagre	10.652	44,65 %	13.203	55,35 %	23.885
Breves	46.561	50,14 %	46.304	49,86 %	92.865
Cachoeira do Arari	7.365	36,00 %	13.095	64,00 %	20.460
Chaves	2.500	11,83 %	18.638	88,17 %	21.138
Currálinho	10.938	38,27 %	17.644	61,73 %	28.582
Gurupá	9.680	32,97 %	19.480	67,03 %	29.060
Melgaço	5.499	22,18 %	19.290	77,82 %	24.789
Muaná	14.523	42,42 %	19.714	57,58 %	34.237
Ponta de Pedra	12.429	47,82 %	13.560	52,18 %	25.989
Portel	24.846	47,63 %	27.320	52,37 %	52.166
Salvaterra	12.681	62,83 %	7.503	37,17 %	20.184
Santa Cruz do Arari	4.001	49,01 %	4.162	50,99 %	8.163
São Sebastião da Boa Vista	9.907	43,28 %	12.983	56,72 %	22.890
Soure	21.009	91,36 %	1.986	8,64 %	22.995
TOTAL	211.461	43,41 %	275.700	56,59 %	487.161

Fonte de dados: IBGE, 2010; BARBOSA, 2012, p. 23-24. Adaptado pela autora.

Os dados da tabela 1, estão baseados no levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo o último censo realizado em 2010. Dos 16 municípios marajoaras, que somam um território predominantemente rural (com 56,59%), entre os mais populosos estão: Breves (92.865 - com seu território dividido entre rural e urbano), Portel (52.166 – território com leve predominância rural) e, Afuá (35.017 – território predominantemente rural). “A estrutura econômica da mesorregião do Marajó é influenciada por atividades vinculadas à pecuária, particularmente, a bubalina, cultivada nos campos naturais da Ilha do Marajó, ao extrativismo nas áreas de floresta e à pequena agricultura desenvolvida desde o período colonial” (BARBOSA, 2012, p. 34). Observar tabela 2, abaixo.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano do município do Marajó, 1991/2000/2010

MUNICÍPIO	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010*
Afuá	0,419 R 0,271 / L 0,640 / E 0,345	0,612 R 0,494 / L 0,745 / E 0,598	0,489 R 0,774 / L 0,485 / E 0,311
Anajás	0,379 R 0,301 / L 0,585 / E 0,252	0,595 R 0,524 / L 0,733 / E 0,529	0,484 R 0,774 / L 0,506 / E 0,290
Bagre	0,411 R 0,215 / L 0,610 / E 0,408	0,571 R 0,453 / L 0,637 / E 0,624	0,471 R 0,777 / L 0,481 / E 0,280
Breves	0,432 R 0,290 / L 0,633 / E 0,374	0,630 R 0,514 / L 0,706 / E 0,671	0,503 R 0,778 / L 0,524 / E 0,312
Cachoeira do Arari	0,474 R 0,278 / L 0,628 / R 0,517	0,680 R 0,563 / L 0,710 / E 0,766	0,546 R 0,778 / L 0,525 / E 0,398
Chaves	0,434 R 0,234 / L 0,636 / E 0,431	0,581 R 0,464 / L 0,710 / E 0,568	0,453 R 0,769 / L 0,516 / E 0,234
Curralinho	0,449 R 0,328 / L 0,619 / E 0,400	0,596 R 0,468 / L 0,655 / E 0,666	0,502 R 0,769 / L 0,508 / E 0,323
Gurupá	0,396 R 0,232 / L 0,593 / E 0,363	0,631 R 0,493 / L 0,721 / E 0,679	0,509 R 0,777 / L 0,510 / E 0,333
Melgaço	0,349 R 0,227 / L 0,610 / E 0,209	0,525 R 0,431 / L 0,598 / E 0,546	0,418 R 0,776 / L 0,454 / E 0,207
Muaná	0,483 R 0,247 / L 0,658 / E 0,542	0,653 R 0,514 / L 0,710 / E 0,734	0,547 R 0,775 / L 0,540 / E 0,391
Ponta de Pedra	0,488 R 0,275 / L 0,628 / E 0,561	0,652 R 0,510 / L 0,710 / E 0,716	0,562 R 0,773 / L 0,558 / E 0,412
Portel	0,405 R 0,281 / L 0,621 / E 0,313	0,608 R 0,528 / L 0,721 / E 0,574	0,483 R 0,767 / L 0,513 / E 0,286
Salvaterra	0,552 R 0,396 / L 0,644 / E 0,617	0,715 R 0,544 / L 0,745 / E 0,856	0,608 R 0,793 / L 0,580 / E 0,488
Santa Cruz do Arari	0,481 R 0,286 / L 0,636 / E 0,521	0,630 R 0,492 / L 0,664 / E 0,733	0,557 R 0,775 / L 0,483 / E 0,461
São Sebastião da Boa Vista	0,482 R 0,263 / L 0,648 / E 0,534	0,666 R 0,484 / L 0,734 / E 0,779	0,558 R 0,760 / L 0,520 / E 0,439
Soure	0,565 R 0,426 / L 0,636 / E 0,634	0,723 R 0,564 / L 0,747 / E 0,858	0,615 R 0,760 / L 0,583 / E 0,525
Média IDH Marajó**	0,450	0,629	0,519

* Base de dados do período: Atlas de Desenvolvimento Humano. PNUD Brasil, Ipea e FJP, 2020.

** Considera a soma dos IDHM dos municípios do Marajó dividido pelo número de municípios (16 municípios).
Fonte: Atlas de desenvolvimento Humano/PNUD, 2000 *apud* BARBOSA, 2012, p. 24-25; ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020. Adaptado pela autora.

Historicamente, “os municípios do Marajó têm garantido a estruturação de formas de vida e reprodução com baixos padrões de qualidade, tendo em vista que a falta de acesso a serviços coletivos (...) capazes de reduzir vulnerabilidades sociais.” (BARBOSA, 2012, p. 25). Tais ações se caracterizam como descaso social e agravasse quando associado “a baixa capacidade de geração de emprego e renda nos municípios do Marajó, aliada ao fato da maior parte da população encontrar-se nas classes menos favorecidas economicamente” (BARBOSA, 2012, p. 25). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: Renda (R), Longevidade (L), e Educação (E). O índice varia de 0 (zero) a 1 (um). As 3 (três) dimensões do IDH – padrão de vida, vida longa e saudável, e acesso ao conhecimento.

A tabela 2 traz um demonstrativo dos índices de desenvolvimentos dos municípios marajoaras relacionados aos 3 (três) últimos censo demográfico – 1991, 2000, e 2010. Quanto mais próximo de 1 (um), maior o desenvolvimento humano. “Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, no que tange suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter” (PNUD, 2013, p. 23). Quando analisado em conjunto, os municípios apresentam um dado significativo e relevante, diretamente relacionado a falta de políticas públicas locais. Todos os municípios pertencentes a região do Marajó teve um aumento nos valores referentes ao IDHM de 1991 para 2000 e uma redução no índice nos dados apresentados pelo censo seguinte – 2010.

Tais dados indicam uma regressão na qualidade de vida dos residentes locais, impactando diretamente no bem estar, e para além do que reflete os indicadores, esses resultados perpetuam nas relações estabelecidas no cotidiano. As políticas sociais implementadas nos municípios marajoaras giram em torno do programa Bolsa Família (BF) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), se constituindo assim, “elementos essenciais na composição da renda familiar, na medida em que possibilitam o combate à fome e à miséria” (BARBOSA, 2012, p. 25).

Cabe ressaltar ainda que segundos dados apresentados na tabela 2, os municípios de Soure e Salvaterra se destacam com os maiores índices de desenvolvimento da região marajoara durante o período demonstrado. Os dois municípios constituem região imediata Soure-Salaterra da mesorregião do Marajó e microrregião do Arari, estando entre os 3 municípios que possuem maior número de população residente em área urbana: Breves (50,14%), Salvaterra (62,83%), e Soure (91,36 %), como demonstrado na tabela 1. Segundo dados coletados no site do IBGE Cidades:

O município de Breves apresenta 6.1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 13.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 2.9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada - presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

O município de Salvaterra apresenta 5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 22.5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada - presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio.

O município de Soure apresenta 64.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 22.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada - presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE CIDADES, 2010).

Sobre o conjunto associado ao desenvolvimento humano local do Marajó - que deveria oferecer aos residentes oportunidades iguais, de forma a alcançar a plenitude de seus direitos -, a autora Barbosa (2012) faz apontamentos relacionados a educação, saúde e economia. Informa que as escolas do nível superior do Marajó concentram-se nos núcleos urbanos, o que amplia as dificuldades de acesso da população que reside na área rural. Sobre a saúde, a mesma afirma que, os dois Centros Regionais de Saúde (CRS)¹³ que assistem os residentes marajoaras dos 16 (dezesseis) municípios recebem uma assistência deficiente, dificultada pela alta rotatividade dos profissionais de saúde, e com índices de mortalidade vinculados, em sua maioria, por doenças do aparelho circulatório, respiratório e afecções no período perinatal. E sobre a economia enfatiza haver uma oscilação entre os indicadores de renda e de produção da região, “isto porque os municípios que apresentam os melhores resultados na produção não são necessariamente aqueles que têm melhor distribuição de renda.” (BARBOSA, 2012, p. 33).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelece que:

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam (PNUD, 2013, p. 23).

Uma reportagem do jornal *online* O Liberal (2021) afirma que o valor referente ao PIB *per capita* do Marajó é 3 vezes menor que a referência nacional. “Se a região do Marajó

¹³ “O 7º CRS abrange os municípios de Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Já o 8º CRS abrange os municípios de Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel, que pertencem no PDR – Plano Diretor de Regionalização” - Regiões de Saúde Metropolitana e Ilhas Marajó (BARBOSA, 2012, p. 29).

fosse um Estado, estaria em último lugar, bem abaixo do Maranhão, na 27ª colocação, com PIB per capita de R\$13,9 mil.” A região possui baixos indicadores sociais, com grave desigualdade na saúde e educação – “Apenas Salvaterra (9%) possui índice de analfabetismo menor que a média nacional, que é de 9,4%. Todos os demais municípios possuem índice de analfabetismo maior, com destaque negativo para Melgaço, com 38,5% de taxa de analfabetismo entre a população” (O LIBERAL, 2021). Segundo informa a reportagem do Jornal *on-line* Liberal em 11 de dezembro de 2010:

A mortalidade infantil na região é de 15,4 por mil nascidos vivos, enquanto que no país esse índice médio fica em 12,8. Em relação a leitos por mil habitantes, dados do Ministério da Saúde revelam que a região possui índice inferior a um a cada mil habitantes (0,8), enquanto a média nacional é de 2 por mil habitantes. Por fim, números do Sistema Único de Saúde (SUS) reforçam a desigualdade: de acordo com dados de 2019, a despesa total de saúde por habitante no país foi de R\$ 816,9 em média. No Marajó, esse valor cai para R\$ 386,6.

(...)

Aliás, todos os 16 municípios possuem IDHM abaixo da média nacional, que é de 0,72. O mais baixo é Melgaço (0,41), seguido por Chaves (0,453). O mais alto, entre os municípios marajoaras, é Soure, com 0,61, ainda abaixo da média nacional e da própria média estadual, que é de 0,64. Não por acaso, Soure é o município - em conjunto com Salvaterra - que atrai boa parte dos turistas que visitam a região e possui melhor infraestrutura de logística de transporte (O LIBERAL, 2021).

De acordo com o exposto, destaca-se a necessidade de maior investimento de infraestrutura pública como coleta de lixo, sistema de esgoto, fossas, e fornecimento de água encanada, pois, “a situação de saneamento no Marajó é precária, a exemplo do Estado do Pará e do Brasil, em que há uma necessidade de investimento de curto, médio e longo prazo, tendo em vista o baixo nível de implantação da rede de serviços básicos” (BARBOSA, 2012, p. 32), impactando diretamente na vida do residente marajoara.

O relatório analítico territorial do Marajó apresentado pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará informa que “a ausência de infraestrutura e de equipamentos de uso coletivo tem produzido problemas de ordens diversas, como fome, miséria, altos índices de malária, em determinados municípios, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes etc.” (BARBOSA, 2012, p. 4). Os problemas estruturais, relacionados estão relacionados a má gestão no território, contudo, ainda são sequelas históricas que precisam ser interceptadas e remediadas. Tratadas com maior compromisso e seriedade, ao invés de, simplesmente, ser representada como dados estatísticos impactando no desenvolvimento do estado, da região (Amazônica) e do país.

Em geral o contexto histórico marajoara, localizado na Amazônia paraense é comumente apresentado por seu aspecto econômico e físico-político, definidos nos

mapeamentos gerais com “indicadores socioeconômicos que traduzem o isolamento deste arquipélago e, em consequência, os efeitos do modelo de desenvolvimento concentrador de renda e de serviços públicos na capital do estado do Pará, sem grandes repercussões para o arquipélago do Marajó” (BARBOSA, 2012, p. 4). São dados relevantes e de grande significado, que se refletem em consequências reais, mais que numéricas, sociais, expressas cotidianamente.

Cabe destacar que a região do Marajó possui duas fisionomias paisagísticas distintas: o Marajó dos campos – com seus gados, planície alagada, e onde foi detectado os primeiros vestígios da conhecida cultura marajoara; e o Marajó das florestas – onde encontram-se inúmeros sítios e a cerâmicas típicas da fase Marajoara. A Amazônia marajoara em sua amplitude - por meio da pesquisa histórica social, onde esses Marajós se encontram e se diferenciam, em sua integralidade -, adentra “narrativas de doloridos confrontos vividos em palcos de águas, matas e campos alagados, entre portugueses e nações indígenas, no processo de conquista dos Marajós a partir de 1616” (PACHECO, 2010, p. 16). O processo de conquista e ocupação do Marajó constitui grande importância na história da Amazônia, que não podem ser compreendidos de forma isolada, pois, apresenta em seu território singularidades específicas que não podem ser ignoradas.

Em função do ecossistema e visando restrições ao uso do solo, o Arquipélago do Marajó é uma Área de Proteção Ambiental (APA)¹⁴, criado desde a Constituição do Estado do Pará, de 1989 (Art. 13, parágrafo 2º). Nessa porção da Amazônia existem 4 (quatro) reservas extrativistas¹⁵ em que, “o uso dos recursos naturais constitui uma base de desenvolvimento sustentável tendo em vista o usufruto pelas comunidades locais historicamente vinculadas à cultura. Sua vegetação é típica de manguezal, com predomínio de mangueiro, siriúba e tinteira” (BARBOSA, 2012, p. 6). Desde a regionalização criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1989, o Marajó é considerado uma mesorregião e está subdividido em três microrregiões geográficas: Portel, Furos de Breves e Arari.

As constantes queimadas que se intensificaram na região têm destruído a biodiversidade do Marajó que somam as inúmeras espécies da fauna, flora e povos tradicionais. Cabe destacar que os ataques aos povos tradicionais - donos legítimos dos

¹⁴ Compreende: “as microrregiões de Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure) e Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista), com um total de 5.904.400ha, cujos limites são dados pelo oceano Atlântico, o rio Amazonas e a baía do Marajó” (BARBOSA, 2012, p. 6).

¹⁵ “(...) a Resex Mapuá no município de Breves com 94.463 ha, a Resex Terra Grande Pracuúba com 194.695 há, que abrange os municípios de Currálinho e São Sebastião da Boa Vista, a Resex Gurupá-Melgaço com 145.297 há, abrangendo os municípios de Gurupá, Melgaço e Breves e a Reserva Marinha de Soure, com 27.463 há.” (BARBOSA, 2012, p. 7).

direitos de ocupar seu território -, nunca acabaram (em muitos casos, camuflaram-se em burocracias), muitos continuam lutando e morrendo em suas terras. Segundo o levantamento de Domingues e Gomes (2013):

Desde as últimas décadas do século XX, o debate sobre a reforma agrária tem se articulado com as temáticas da questão racial, em particular das comunidades negras rurais e remanescentes de quilombo. Com visibilidade nacional, tem mobilizado a sociedade civil, como movimentos sociais, operadores do Direito, jornalistas, ONGs, intelectuais, universidades e não menos frequentemente partidos políticos, Ministério Público e agendas dos governos, federal, estaduais e municipais. Tal conexão sobre terra e etnicidade possibilitou a ampliação do debate sobre a própria história da população negra no Brasil – com destaque para a escravidão africana e os quilombos – para outros patamares. Eventos políticos e/ou efemérides comemorativas (transformadas em agendas de denúncias e protestos) como o centenário da Abolição da escravidão (1988), o aniversário de 300 anos da morte de Zumbi, líder do Quilombo de Palmares (1995) e mesmo a Conferência Mundial contra o Racismo, à Xenofobia e às Intolerâncias Correlatas (Durban, 2001) mobilizaram diversos setores sociais na reflexão e na intervenção política visando o combate das desigualdades raciais (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 6).

No processo nascem todos os dias heróis (homens, mulheres) que mesmo anônimos e esquecidos por parte da sociedade, insistem em resistir bravamente. Essa resistência agregou maior visibilidade e, conseqüentemente, conquistas ao coletivo de luta.

2.3 Breve panorama de Salvaterra

O município de Salvaterra pertence à mesorregião de Marajó e à microrregião do Arari. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 00°45'21”S e 48°45'54”W. Destaca-se também que a localidade tem como limites: ao norte o Município de Soure; a leste a Baía do Marajó; ao sul a Baía do Marajó e Município de Cachoeira do Arari e a Oeste o Município de Cachoeira do Arari.

Salvaterra é parte do maior arquipélago flúvio-marítimo do planeta, banhado pelo Oceano Atlântico e pelos rios Amazonas e Tocantins, a Ilha de Marajó, no Pará tem na água um elemento protagonista da mobilidade. “A ocupação humana da área estuarina em que Salvaterra está localizada remonta à fase pré-colonial de ocupação da Amazônia, cuja cultura dos primeiros habitantes deixou um legado sociocultural para as populações contemporâneas” (FURTADO e SOUZA, 2006 *apud* PEIXOTO, 2014, p. 17), pois “é ainda em torno das águas que Salvaterra desenvolve suas principais atividades econômicas, de transporte e culturais” (PEIXOTO, 2014, p. 17) constitui-se como um importante espaço protagonizado no processo de luta quilombola.

Essa localidade que consideramos hoje o município de Salvaterra, foi colonizado efetivamente por volta do século XVIII, pelos frades jesuítas que se instalaram, a princípio, na vila de Monsarás, a sede do município. Entre os povos que habitavam esta região, à época da ocupação europeia, predominavam os índios da tribo Sacaca descendente dos Aruãs, grupo linguístico indígena dos mais importantes no Brasil, que deixaram uma herança de grandes obras de arte em cerâmica tendo se desenvolvida ao longo dos anos em toda a ilha do Marajó. Enfatiza-se que essa área era usada como um local de reunião para os habitantes daquelas aldeias, a fim de realizarem troca de trabalhos, assim como para fins de defesa de seu território contra invasões externas. Foi nesta parte do Marajó, mais precisamente, no lugar atualmente conhecido como Joanes, que aportou o colonizador espanhol Vicente Yanez Pinzon (CRUZ, 1987).

Em 1757, durante o chamado período Pombalino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado¹⁶, Governador Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1759, elevou a região à categoria de Vila, com a denominação de Soure, a antiga aldeia dos índios Maruanazes (CRUZ, 1987). O autor explica ainda que, no ano de 1833 o Conselho do Governo da Província, extinguiu o território de Soure, que foi anexado ao da vila de Monsarás, sendo que a autonomia municipal só foi restabelecida pela Lei nº 138, de 9 de novembro de 1847. Entende-se que Salvaterra era um povoado de Soure e foi elevado à vila através da Lei nº 758, de 27 de fevereiro de 1901, e instalado pelo Decreto nº 993, de 9 de abril do mês seguinte.

Porém, na divisão territorial fixada pelo Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, estabelecida para o período 1944-48, Salvaterra já aparece como distrito de Soure, assim permanecendo até 29 de dezembro de 1961, quando através da Lei nº 2.460 foi desmembrado de Soure, durante o governo de Aurélio do Carmo (CRUZ, 1987).

Como Salvaterra foi domínio dos portugueses escravocratas, de indígenas e negros no trabalho em fazendas, até os dias atuais há evidências dessa fase de sua história, sendo que a resistência à tal dominação levou os escravos a um processo de organização, presente até hoje no município, exemplificada nas comunidades quilombolas existentes (CARVALHO, 1998).

¹⁶ Francisco Xavier de Mendonça Furtado era de família bastante influente em Portugal, pois era irmão do ministro do Reino Marquês de Pombal e do cardeal e inquisidor-mor Paulo António de Carvalho e Mendonça. Foi governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão de 1751 a 1759 e, como tal, recebeu duas importantes diretrizes para a sua ação de governo: 1) promover a secularização da administração das aldeias e a declaração da “liberdade” dos índios, com a conseqüente supressão do poder temporal dos religiosos nesses locais; e 2) a criação de uma companhia geral de comércio para o Grão-Pará. De acordo com cartas que enviou para o Rei, os colonos não dispunham de recursos para importar escravos da África. Fundou as cidades de Soure e São Domingos do Capim. Em 1759, regressou a Portugal (CRUZ, 1987).

Atualmente o território de Salvaterra constituiu-se pelas terras dos distritos de Salvaterra (sede), Condeixa, Joanes, Jubim e Monsarás, possuindo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), uma população estimada 24.392 pessoas e Densidade demográfica de 23,17 hab/km². Na tabela a seguir podemos visualizar a variação da população e sua distribuição no território no período de 2000 a 2020, evidenciando um aumento populacional significativo no período apresentado e, por consequência, aumento da densidade demográfica.

Tabela 3 - População, Área e Densidade Demográfica em Salvaterra, período de 2000-2020

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
2000	15.118	1.043,50	14,42
2001 ⁽¹⁾	15.492	1.043,50	14,85
2002 ⁽¹⁾	15.797	1.043,50	15,14
2003 ⁽¹⁾	16.113	1.043,50	15,44
2004 ⁽¹⁾	16.828	1.043,50	16,13
2005 ⁽¹⁾	17.141	1.043,50	16,43
2006 ⁽¹⁾	17.505	1.043,50	16,78
2007	17.077	1.043,50	16,37
2008 ⁽¹⁾	17.858	1.043,50	17,11
2009 ⁽¹⁾	18.124	1.043,50	17,37
2010	20.183	1.039,07	19,42
2011 ⁽¹⁾	20.572	1.039,07	19,80
2012 ⁽¹⁾	20.948	1.039,10	20,16
2013 ⁽¹⁾	21.592	1.039,10	20,78
2014 ⁽¹⁾	21.987	1.043,50	21,07
2015 ⁽¹⁾	22.370	1.043,50	21,44
2016 ⁽¹⁾	22.740	1.039,07	21,88
2017 ⁽¹⁾	23.096	1.039,07	22,23
2018 ⁽¹⁾	23.424	1.039,07	22,54
2019 ⁽¹⁾	23.752	1.039,07	22,86
2020 ⁽¹⁾	24.075	1.039,07	23,17

Fonte: PNUD / IPEA / FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

⁽¹⁾ População Estimada no ano de referência.

Para 2021 o IBGE apresentou estimativa de que houvesse 24.392 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano do Município é, ainda, considerado relativamente baixo, ocupando a 40^a posição no Estado do Pará e o 3957^o lugar no Brasil, segundo o IBGE. Entre 2013 e 2017 a variação populacional no município de Salvaterra foi superior ao aumento

apresentado a nível estadual. “A população do município - Salvaterra - registrou um aumento de 6,97%. No mesmo período, a UF - Pará - registrou um aumento de 4,98%, sendo composta, em sua maioria, por homens e negros” (ATLAS BRASIL). No levantamento de dados mais atualizado (2017), os negros representam 86,74% da população de Salvaterra.

Os Índice de Desenvolvimento Humano do município do Marajó (1991/2000/2010) apresentado por Barbosa (2012) apesar de informar que a base de dados seria o Atlas de Desenvolvimento Humano (2000), apresenta dados divergentes sobre o IDH de Salvaterra. Observar tabela de IDH de Salvaterra, abaixo.

Tabela 4 - Índices municipais de Desenvolvimento Humano em Salvaterra-PA

Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM 1991/2000/2010			
IDHM	Anos		
	1991	2000	2010
IDH – M	0,391	0,478	0,608
IDH – M Longevidade	0,677	0,745	0,793
IDH – M Educação	0,171	0,286	0,488
IDH – M Renda	0,515	0,514	0,580

Fonte: PNUD / IPEA / FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

O IDH-M é de 0,608 o que coloca o município em 40º no estado do Pará, ressaltando que a incidência da pobreza subjetiva é 53,57%. Destacando que é possível observar na série histórica 1991-2000-2010, uma melhoria dos indicadores do IDHM em todas as suas dimensões, o que é positivo, mas, como ressaltado anteriormente, é ainda muito baixo, principalmente se comparado com outros municípios do Brasil. O site Atlas Brasil - que retrata um perfil do desenvolvimento humano sustentável e as desigualdades no Brasil -, destaca alguns pontos importantes para a análise. O mesmo, durante pesquisa (em 2023) sobre o panorama municipal de Salvaterra retrata um quadro de vulnerabilidade social. O site diz:

A situação da vulnerabilidade social no município - Salvaterra - pode ser analisada pela dinâmica de alguns indicadores: houve redução no percentual de crianças extremamente pobres, que passou de 36,48% para 31,96%, entre 2000 e 2010; o percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, no mesmo período, passou de 13,53% para 33,09%. Neste mesmo período, é possível perceber que houve crescimento no percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, que passou de 23,30% para 24,86%. Por último, houve crescimento no percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada no município. Em 2000, o percentual era de 22,12% e, em 2010, o indicador registrou 60,13% (ATLAS BRASIL).

Segundo indicadores apresentados pelo site Atlas Brasil, baseado nas fontes de censos e de registros administrativos, o índice de Gini¹⁷ no município de Salvaterra passou de 0,55, em 2000, para 0,57, em 2010, indicando, portanto, evidenciando um crescimento na desigualdade de renda. Os dados apresentados pelo Atlas Brasil retratam ainda que os dados de ocupação formal entre os moradores do município são baixos, mesmo apresentando registro de um aumento percentual (considerando o período de 2000 à 2010). O grau de formalização entre a população ocupada de 18 anos ou mais de idade passou de 14,28% em 2000, para 21,03%, em 2010.

As fontes de rendas de grande parte dos moradores, inclusive dos quilombolas residentes no local, advêm de atividades informais. Sobre essas atividades econômicas exercidas, um quilombola afirma: “A atividade que é muito presente aqui na nossa comunidade é o extrativismo que é a coleta de fruto do açaí, da bacaba, do bacuri, da mangaba, do tucumã, e de outros frutos que existem na natureza” (OSVALDO – quilombola de Boa Vista, 2023).

As atividades que compõem renda mensal, exercidas pelas famílias quilombolas das comunidades de Salvaterra, estão: a agricultura familiar, atividades de pesca, extrativismo e benefícios sociais como auxílio Brasil / bolsa família, ou o auxílio pesca (no período de defeso). Sobre as condições econômicas no município de Salvaterra o Atlas Brasil apresenta dados explica que:

No Atlas do Desenvolvimento Humano, são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R\$70,00, R\$140,00 e R\$255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010), respectivamente. Dessa forma, em 2000, 26,35% da população do município eram extremamente pobres, 56,93% eram pobres e 81,32% eram vulneráveis à pobreza; em 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 23,43%, 42,33% e 67,15%.

Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família passou de 69,82%, em 2014, para 81,20%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 140,00), inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 76,91%, em 2014, e 93,69%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R\$ 255,00), também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 78,39%, em 2014, e 97,18%, em 2017.

No aspecto econômico, o município enquadra-se em base agrária, possuindo sua economia baseada em atividades rurais, na pesca, na criação de gado e produção do coco-da-

¹⁷ O índice de Gini é uma das medidas de desigualdade de renda constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Seu valor pode variar entre 0 e 1 e, quanto maior, maior a desigualdade de renda existente.

baía. Atualmente, o principal produto produzido é o abacaxi, sendo que a mandioca também possui boa participação na economia. Destaca-se que o abacaxi cultivado na região é um dos mais doces do país, tirando daí o sustento dos moradores e a economia da região, fazendo com que o município seja um dos grandes produtores e exportador da fruta.

Apesar de Salvaterra ser grande produtor e exportador de abacaxi, o seu PIB é baixo colocando-o nas últimas posições quando comparado aos demais município paraenses e, mesmo que tenha ocorrido aumento significativo do PIB bruto e do PIB per capita a posição, em um comparativo com os outros municípios vem gradativamente caindo. Uma explicação provável seria o baixo valor econômico agregado aos produtos cultivados na região.

Na tabela seguinte apresentam-se alguns indicadores econômicos importantes para pensar o município de Salvaterra, mesmo que esses dados sejam representativos de um curto período (de 2002 a 2018). Tais registros administrativos do Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *Per capita* de Salvaterra pode ser observado na tabela 5, a baixo.

Tabela 5 - Produto Interno Bruto Per Capita a Preço de Mercado Corrente 2002-2018

Ano	Valor (R\$ Mil)	PIB		PIB PERCAPITA	
		Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
2002	28.341	0,11	114°	1.794	106°
2003	31.574	0,10	114°	1.960	109°
2004	35.825	0,10	115°	2.129	115°
2005	40.860	0,10	113°	2.384	107°
2006	45.847	0,10	114°	2.619	109°
2007	51.872	0,10	113°	3.038	107°
2008	57.750	0,09	111°	3.234	103°
2009	67.163	0,11	110°	3.706	103°
2010	77.018	0,09	113°	3.816	121°
2011	90.257	0,09	111°	4.387	120°
2012	100.369	0,09	114°	4.791	124°
2013	113.111	0,09	116°	5.239	138°
2014	122.809	0,10	117°	5.586	132°
2015	143.257	0,11	112°	6.404	125°
2016	151.543	0,11	115°	6.664	130°
2017	165.814	0,11	113°	7.179	125°
2018	174.981	0,11	114°	7.470	121°

Fonte: FAPESPA/IBGE, 2020.

Elaboração: FAPESPA/SEPLAN

Para além da desvalorização agregada à produção local, os quilombolas sugerem para melhorar a qualidade de vida medidas relacionadas a políticas públicas que atraia

investimentos sem que haja impactos a natureza e a cultura local, necessárias a reprodução de suas existências com “políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas que sejam executadas e não fiquem somente no papel” (CARLA – quilombola da comunidade Bacabal, 2023). Os quilombolas de Salvaterra mencionam haver a necessidade de políticas que visem a “valorização do conhecimento, medicina de quintal, alimentação cultivada por nós, e respeito ao ambiente” (MARIA LUIZA - quilombola de Boca da Mata, 2023).

Entre as medidas estruturais de investimento na saúde, educação e em projetos de desenvolvimento econômico local surgem as preocupações com a preservação do território sócio-cultural. Uma liderança sugere que “os governos, tanto municipais como estaduais ou federais, sejam mais responsável na aplicação dessas políticas públicas (...). E que seja feita a consulta prévia, pois não somos consultados sobre a maneira que pensamos ou desejamos” OSVALDO – quilombola de Boa Vista, 2023). E ainda, um quilombola de Caldeirão acrescenta “eu sugiro para melhorar a qualidade de vida das nossas famílias, de nosso território quilombola de Caldeirão é o nosso título” (PATRIQUE – quilombola de Caldeirão, 2023).

Nesse sentido, no acompanhar das mudanças impostas pelo sistema hegemônico dominante, identifica-se entre as comunidades, uma necessidade de se adaptar ao novo, enfrentando conflitos constantes em seu cotidiano – por ser muitas das vezes, uma das poucas alternativas que se apresentam, aliadas as necessidades existentes.

Em Salvaterra essa história contribui para uma grande diversidade cultural. “Quanto ao potencial turístico, merece destaque o ecoturismo, a festividade mais importante do município é a do Círio de Nossa Senhora da Conceição, além das festas tradicionais destacando o turismo cultural, juntamente com o artesanato e alguns patrimônios históricos” (BARBOSA, 2012, p. 20).

Sobre as comunidades quilombolas de Salvaterra cabe ressaltar a influência da escravidão, que deixou sequelas físicas e morais nos antepassados, que ainda na atualidade são sentidas pelos seus descendentes. As memórias dos quilombolas relembram história de um “outro universo em posição dominada e estigmatizada” (MARIN, 2010, p. 25).

O território quilombola de Salvaterra se acentuou durante o processo de colonização da coroa portuguesa no local, que se utilizava do trabalho escravo de negros e indígenas no desenvolvimento da economia de base agrícola e pecuária. Tais relações resultaram em uma caracterização correspondente a influência afroindígena que fortalecem as especificidades dos territórios marajoaras.

2.4 A luta quilombola pelo território

Quilombo é espaço de liberdade e resistência, não lugar de escravo fugido (SANTOS; PAIXÃO & AMARAL, 2019, p. 132)

As lutas dos povos quilombolas são constantemente internas tanto quanto externas e se intensificam com as mudanças socioespaciais do território, onde novas lógicas de vidas tentam anular um modo de vida tradicional, muitas vezes interpretado ou compreendido como ultrapassado¹⁸. “Isso abre a possibilidade de pensar os remanescentes das comunidades dos quilombos como formas de organização social existentes na contemporaneidade” (BENEDETTI, 2021, p. 703). Isso, a medida que, a luta coletiva mostrou-se como instrumento de oportunidade em busca de justiça social.

Um dos marcos importantes desse processo foram os encontros estaduais. O 1º. Encontro foi realizado no Maranhão, em 1986, e teve a participação de aproximadamente 46 comunidades e sindicatos de trabalhadores rurais de várias regiões, além de ter contado com o apoio do Centro de Cultura Negra do Maranhão. Discutiu-se as formas de uso e posse da terra, manifestações culturais, religiosidade e memória oral. Entretanto, sua principal reivindicação se relacionava à questão fundiária, envolta, naquele instante, em tensos processos de grilagem e expropriação. Os 2º e 3º encontros das comunidades negras rurais do Maranhão aconteceram em 1988 e 1989, respectivamente. Eventos semelhantes tomaram lugar no estado do Pará nesse mesmo biênio, reunindo comunidades quilombolas e agrupamentos do movimento negro (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 14).

Trata-se da organização social na luta pelo território. “Os quilombos, no Brasil, foram caracterizados como territórios de resistência, onde populações negras poderiam garantir sua reprodução física, social e cultural” (PEIXOTO, 2019, p. 113). A luta pelo território se dá a partir do reconhecer seu direito enquanto integrante, logo:

Defender o território, como direito legítimo das comunidades quilombolas, significa combater um passado e presente de opressão e subalternidade nas dimensões de raça, classe e gênero. Aponta para a superação das representações inferiorizantes e estigmas criados historicamente e ainda presentes no imaginário social brasileiro (com reflexos, inclusive, na educação escolar). Defender o território trata-se, portanto, de respeitar os valores civilizatórios das comunidades quilombolas e sua rica contribuição para a formação social, cultural, política e econômica do Brasil, além de avançar significativamente no combate as injustiças sociais presentes na nossa estrutura agrária (RODRIGUES, MACEDO e SANTOS, 2018, p. 284-285).

¹⁸ Esses sujeitos vivem, sobretudo, da agricultura, da pesca, da caça e do extrativismo vegetal, motivo pelo qual necessitam do território historicamente apropriado por seus antepassados para desenvolverem essas atividades, fonte de renda e alimentação (GOMES, SCHMITZ e BRINGEL, 2018, p. 599).

No entanto, as lutas vão para além do material ou visível, resguardam suas culturas, crenças e essências. Uma tentativa constante de liberdade capturada desde tempos imemoriais. Um dos motivos pelo qual se faz necessário e “reforça a necessidade da titulação definitiva por essas populações de modo a obterem maior legitimidade jurídica diante dos agentes externos” (GOMES; CRUZ; CALVI & REIS, 2018, p. 156).

Segundo Amaral (2014) ainda é comum associar a formação de quilombo como diretamente ligada ao tráfico de escravos africano negro intercontinental via Atlântico, em outras palavras, “ao regime de escravidão implantado nas Américas, de modo geral, no Brasil e na Amazônia, em particular; a entrada de negros na Amazônia, distribuídos conforme o eixo econômico, cacau (baixo Amazonas), pecuária (Marajó), cana-de-açúcar (Baixo Tocantins), arroz (Macapá),” e etc., mas para além disso, as formações se constituem por justiça a estes atos e as suas consequências perpetuadas. São “mobilizações dos negros, contra a vida como escravos, dentre outros” (AMARAL, 2014, p. 96).

No coletivo dessas comunidades quilombolas, a luta se faz diariamente, se construindo de forma lenta aos olhos de muitos, mas significativa para os povos remanescentes de quilombo que reivindicam os títulos definitivos de suas terras. “Passados mais de trinta anos de sua promulgação, a emissão do título definitivo ainda é uma realidade distante para a maior parte das mais de 3.000 (três) mil comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos no país” (BENEDETTI, 2021, p. 700), que Bombardi (2007) esclarece ser um “direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica de expropriação” (OLIVEIRA, 2001b, p. 14, *apud* BOMBARDI, 2007, p. 330). Assim como Benedetti (2021), Bombardi (2007), a autora Malcher (2017) enfatiza que:

O estado brasileiro tem uma dívida social, histórica, econômica, política, cultural e religiosa com as comunidades quilombolas as quais em cinco séculos sofrem com a ausência do Estado e das políticas públicas que tenham como objetivos garantir-lhes condições de um bem viver sem sobressaltos e oportunidades básicas de usufruir plenamente seus direitos. Apesar da conquista formal como sujeitos de direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, na prática cotidiana, as comunidades quilombolas batalham pela efetivação de seus direitos, inclusive o reconhecimento da propriedade das terras que ocupam (MALCHER, 2017, p. 155-156).

O reconhecimento de direitos na Constituição Federal (CF) representa um avanço somado a outros dispositivos de luta via legal conforme expõe o portal *on-line* da Comissão Pró-Índio de São Paulo, afirmando que “a Constituição Federal de 1988 assegurou no artigo 68 do ADCT o direito dos quilombolas à propriedade de suas terras. Direitos territoriais são

reconhecidos também na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)” com força de lei em nosso país desde 2004 (Comissão Pró-Índio de São Paulo, s/d)¹⁹.

Segundo Domingues e Gomes (2013), a formação de comunidades negras, descendentes de escravos ou diretamente relacionada aos fatos históricos que constituem memória de seus antepassados, faz parte da história da formação territorial do país:

Ao longo de todo o Brasil, sejam próximas às grandes cidades, em áreas importantes da agroexportação e produção de alimentos dos séculos XVIII e XIX, como em áreas de fronteiras e mesmo em divisa com terras indígenas, são encontradas inúmeras vilas, povoados e comunidades negras. As formações históricas destas são diversas: terras herdadas de quilombolas/escravos fugidos e seus descendentes da escravidão; doações de senhores ou ordens religiosas a ex escravos; terras compradas por libertos e herdadas pelos seus descendentes; terras conseguidas do Estado em troca de participação em guerras ou ainda de inúmeras migrações de libertos e suas famílias no período imediatamente pós-emancipação (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 19).

A história contada a partir desse momento tem raízes combinadas a contextos geográficos, históricos e socioeconômicos diversos, que propagam a partir das vilas e pequenos povoados formados por nossos antepassados.

Mesmo com a formação e organização das comunidades quilombolas cada vez mais forte outros mecanismos como, por exemplo, a lógica do desenvolvimento, continua a proporcionar aos mesmos a necessidade de luta intensiva por seus direitos. Em grande parte, “porque os incentivos oferecidos a fazendeiros e empresas para estabelecerem-se na região resultaram em grandes taxas de desmatamentos, concentração fundiária e atos de violência a indígenas e camponeses que já residiam ou chegavam à região amazônica, (...)” (HÉBETTE, 2004; LOUREIRO, 2001 *apud* GOMES; CRUZ; CALVI & REIS, 2018, p. 140). Por este motivo, a luta pelo direito ao território contempla, entre outras coisas, não silenciar as vozes e desses sujeitos que, comumente, são penalizados no processo de construção do tão propagado desenvolvimento econômico, no desenhar de uma ideia de moderno que segue impactando-os.

A Fundação Cultural Palmares - FCP (2021) registra no quadro geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) a existência de 369 (trezentos e sessenta e nove) comunidades quilombolas na região norte do país, destas, 300 (trezentas) comunidades estão certificadas. Podemos observar uma avaliação geral das CRQs por região, segundo dados publicados pela FCP, considerando as Unidades da Federação (UFs) no quadro 5.

¹⁹ “Porém, até hoje, apenas 9% das comunidades quilombolas vivem em áreas tituladas” (Comissão Pró-Índio de São Paulo, s/d - <https://cpisp.org.br/ha-30-anos-constituicao-reconhecia-os-direitos-quilombolas/>).

Quadro 5 - Comunidades quilombolas no Brasil

Comunidades Remanescentes de Quilombos (QRQs): registro de 2004 a 2021			
Região	CRQs Identificadas	CRQs Certificadas	UFs
Norte	369	300	AC, AM, AP, PA, RO, RR, TO
Nordeste	2196	1727	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE
Centro-oeste	169	151	DF, GO, MS, MT,
Sudeste	547	450	ES, MG, RJ, SP
Sul	193	191	PR, RS, SC

Fonte: Dados atualizados até 15/09/2020 (FCP, 2020). Adaptado pela autora, 2022.

Segundo dados apresentados pela Comissão Pró-Índio de São Paulo (2022) existem 1.083 processos de regularização abertos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Brasil²⁰ (contendo 13 relatórios de identificação, 1 portaria de reconhecimento e declaração, e 1 decreto de desapropriação – todos publicados em 2021). Registram ainda, 199 terras tituladas no Brasil – 184 tituladas pelos governos estaduais, 40 pelo governo federal, 4 por governo federal e estadual, e 1 terra titulada por governo municipal (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2022).

Cada processo iniciado sobre as QRCs tem suas especificidades que estruturam a organização das comunidades em diferentes dinâmicas. “Ao lado da regularização fundiária, o acesso às políticas públicas – como educação, saúde, saneamento básico e eletrificação – e a garantia dos Direitos Humanos são outras bandeiras do protagonismo quilombola” (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 15).

No estado do Pará registra-se 264 (duzentos e sessenta e quatro) comunidades quilombolas das quais 206 (duzentos e seis) possuem certificação. Segundo dados apresentados pela FCP (2021), os municípios paraenses que apresentam registros de identificação de CRQs são: Abaetetuba, Acará, Alenquer, Ananindeua, Baião, Bagre, Barcarena, Boa Vista do Gurupá²¹, Belém, Bonito, Bragança, Breu Branco, Bujaru, Cachoeira do Arari, Castanhal, Cachoeira do Piriá, Capitão Poço, Colares, Cametá, Concórdia do Pará, Currealinho, Garrafão do Norte, Gurupá, Inhangapi, Irituia, Igarapé Açu, Mocajuba, Moju, Monte Alegre, Óbidos, Oeiras do Pará, Oriximiná, Ourém, Ponta de Pedra, Portel, Prainha, Santarém, Salvaterra, Santa Isabel do Pará, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, Tomé Açu, Tracuateua, e Viseu.

²⁰ O Observatório Terras Quilombolas não apresenta uma relação de todas as terras e comunidades quilombolas existentes no País, focando somente naquelas já tituladas e nas que contam com processo para titulação em curso no Incra.

²¹ Boa Vista é um município do estado do Maranhão, localizado exatamente na fronteira com o estado do Pará, mas, o município aparece citado na tabela da CRQs certificadas no Pará.

A matéria “Quilombolas no Brasil” publicado no site do IBGE Educa, afirma que “(...) é no estado do Pará, na região Norte, que está a maioria das localidades com delimitação oficial”, ou seja, com territórios quilombolas oficialmente delimitados e definidos em setores censitários (IBGE Educa, 2019, s/d).

Hoje, (...), percebe-se por parte do governo do Estado e das prefeituras locais o favorecimento aos novos fazendeiros e a negligência referente à legislação ambiental. Torna-se vital, por isso, os títulos definitivos às comunidades quilombolas marajoaras, que agora têm como preocupação não só a histórica concentração fundiária que as limitam o acesso aos recursos, mas também os novos problemas ambientais (GOMES; CRUZ; CALVI & REIS, 2018, p. 156).

Os autores supracitados, lembram ainda que segundo Almeida e Marin (2010) “(...) é sob o controle direto de povos e comunidades tradicionais que existe um percentual significativo de áreas com elevada cobertura vegetal, com florestas e cursos d’água ainda preservados” (*apud* GOMES; CRUZ; CALVI & REIS, 2018, p. 143).

2.4.1 A presença quilombola no território marajoara

Neste território inserem os lagos, rios, igarapés, ilhas de vegetação e atalhos que várias gerações têm utilizado para garantir sua sobrevivência material, assim como para recriar seu mundo simbólico. “Terras de pretos velho”, “terras de herança” e “terras de herdeiros” são denominações dessas territorialidades específicas que constituem o território quilombola
(MALUNGU/PNCSA, 2006, p. 8).

Nessa porção Amazônica destacaremos os marajoaras como um polo de diversidades considerando sua totalidade, e excelente localização estratégica, com identidade própria no que se refere à paisagem natural, cultural e histórica. A Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) do governo do estado do Pará, através do serviço de informação ao cidadão, apresenta o Marajó da seguinte forma:

O Polo Marajó é constituído dos dezesseis municípios que compõem a Região Marajó, sendo eles: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Localizada ao norte do estado do Pará, a Ilha do Marajó é a maior ilha fluviomarítima (cercada por rio e mar) do mundo. A ilha é banhada pelo Oceano Atlântico e pelos rios Amazonas, Pará e pela Baía do Marajó.

Dentre os principais atrativos, destacam-se as paisagens naturais com seus campos alagados, belas praias, rios piscosos (grande quantidade de peixes), rica fauna, trilhas ecológicas e fazendas centenárias de criação de búfalos. A cultura

diversificada está presente nos grupos folclóricos, culinária típica, artesanato marajoara, arquitetura antiga e ruínas históricas. Essas características conferem ao arquipélago alternativas inesgotáveis na área do turismo. O Marajó é um dos mais importantes santuários ecológicos do planeta e, por essa razão, foi transformado em Área de Proteção Ambiental (APA).

Os municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras se constituem destinos consolidados da prática turística, apresentando potencialidades para o turismo de sol e praia, turismo rural e ecoturismo, por sua natureza exuberante, belas praias de água doce, produção de queijos e riquíssima cultura marajoara (SETUR, 2016, s/p).

Nesse cenário destacam-se os amazônidas marajoaras, repletos de particularidades demarcando um território de identidade coletiva, construído no “(...) processos de miscigenação desde a época da colonização, quando grande parte foi dizimada devido a “guerras” ocorridas entre os portugueses e os Aruãs ou Aruac e Nhambiquaras, nações indígenas bastante numerosas que habitaram a, então, Ilha Grande de Joanes” (BARBOSA, 2012, p. 13-14), em Salvaterra/Marajó. “Ressalta-se que por volta de 1823, a população de negros, indígenas e mestiços na ilha correspondia a mais de 80% da população local” (BARBOSA, 2012, p. 14). Associado ao processo de composição populacional constituído ao longo da história da Amazônia soma-se aos nativos da ilha do Marajó, os imigrantes estrangeiros e as centenas de negros escravizados desde o século XVIII.

Palheta e Amaral (2019) quando explicam as motivações para a introdução de africanos escravizados no Marajó, apontam como justificativa a necessidade de mais braços para criação de gados na ilha no século XVII. Para além dessa motivação o aumento do número de negros escravizados pode ser explicado pelas doenças trazidas pelos navios negreiros, as políticas de ampliação relacionada ao uso da força de trabalho almejando maior produção local, ou seja, desenvolvimento econômico, e sobre as leis de liberdade indígena chamada de política do índio cidadão promovida pelo ministro Sebastião de Carvalho e Melo, “pois pretendia acabar com a escravidão indígena – em 1755, mas implementada pelo diretório de 1757, para tanto, o mesmo promoveu a introdução de africanos na região através da criação da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão” (PALHETA e AMARAL, 2019, p. 43).

No território marajoara, os negros escravizados, além de trabalhar na lavoura produziam artesanatos, pescavam, produziam pão, vendiam, construía casas, e faziam serviços domésticos. “A marca da presença do negro na Amazônia e da resistência dos mesmos aos tratamentos dos dominadores são os inúmeros quilombos existentes na região Amazônia, assim como em todo Brasil. Eles são a representação da resistência de uma África presente no Brasil” (PALHETA e AMARAL, 2019, p. 50-51). Balduino (2004) explica sobre:

A OCUPAÇÃO DA TERRA – Com a edição da lei de terras de 1850, determinando que o acesso à terra só se faria mediante compra ou herança, os negros na fuga das senzalas, ou já usufruindo da Abolição da Escravatura, empreenderam discretamente o caminho da ocupação das terras mais distantes e por lá foram se estabelecendo (BALDUÍNO, 2004, p. 22).

Assim foram se formando os quilombos no Marajó e surgindo as comunidades quilombolas. “Faz-se de suma importância pontuar a formação dos quilombos como uma das principais formas de resistência contra o regime escravista e não como um simples local de fuga sem propósitos e objetivos” (SANTOS; PAIXÃO & AMARAL, 2019, p. 144).

As comunidades quilombolas vivem uma pluralidade com as especificidades de seu território, “(...) do ponto de vista histórico, ao lado dos povos indígenas, são as comunidades quilombolas, que têm sido um dos ‘principais Guardiães de Matas e Rios’” (ACEVEDO; CASTRO, 1998 *apud* MALCHER, 2017, p. 61). Assim, como afirma Rodrigues, Macedo e Santos (2018),

(...), percebe-se aqui a importância que assume a categoria território, não entendido somente como uma delimitação jurídico-político, mas que envolve dimensões simbólicas, de pertencimento que os grupos sociais fazem do lugar em que vivem, dos laços de solidariedade e reciprocidade criados e no uso coletivo da terra, enfim, território construído e reconstruído por sujeitos individuais e coletivos, necessário para a reprodução da vida material e simbólica das comunidades (RODRIGUES, MACEDO e SANTOS, 2018, p. 284).

Os Territórios quilombolas e indígenas são territórios que no Marajó, historicamente, absorvem as lógicas de seu entorno, se adaptando (mesmo que de forma compulsória). A força de trabalho desses sujeitos fora explorada nas obras locais, mas para além de suas impressões materiais deixadas através da exploração de seu trabalho, deixaram na sociedade sua influência cultural. Peixoto (2019) afirma, considerando estudos de autores que tratam da temática, que:

“No Marajó, a mão-de-obra de negros foi utilizada juntamente à mão-de-obra indígena principalmente na pecuária (Piani 2007:87; Marin 2009:209). Trabalhos como o de Flávio Gomes (2005), Rosa Elizabeth Acevedo Marin (2009) e Agenor Sarraf Pacheco (2010) mostram, a partir de diferentes vieses²², como as alianças entre povos indígenas e negros foram fundamentais na formação da sociedade marajoara, principalmente na região dos campos da ilha” (PEIXOTO, 2019, p. 104).

²² Para a autora esse conjunto literário explica de forma geral esse contexto, pois, em “Gomes (2005), há referência às alianças de indígenas e negros em empreitadas de fuga do regime de escravidão. Marin (2009) reflete acerca dos processos históricos políticos e de territorialização no Marajó, (...). Pacheco (2010) parte de narrativas históricas para compreender como se davam práticas afroindígenas na vida religiosa marajoara.” (PEIXOTO, 2019, p. 104).

Segundo a autora, devemos considerar que durante as constantes mudanças ao longo da história, “ocorreu por todo território brasileiro um processo de encontro de horizontes de grupos e pensamentos heterogêneos. Foram estabelecidas relações entre elaborações que se situam em diversas dimensões: sociológicas, mitológicas, religiosas, epistemológicas, ontológicas, cosmopolíticas” (GOLDMAN, 2014 *apud* PEIXOTO, 2019, p. 104). Tais relações resultaram em uma caracterização correspondente a influencia afroindígena, que fortalecem as especificidades do território marajoara no “pensar a constituição marajoara nos termos de uma relação afroindígena, e em especial dos quilombos de Salvaterra, inspira um profícuo debate. Nele, põe-se em questão sua compreensão a partir da mistura e da mestiçagem e também os essencialismos culturais.” (PEIXOTO, 2019, p. 105).

Os povos tradicionais inseridos na constante relação entre o rural e o urbano adaptam-se ao “moderno” que se apresenta na acelerada rotina demandada na perpetuação hegemônica capitalista global que alcança as mais distantes e, muitas das vezes, esquecidas comunidades quilombolas da Amazônia Marajoara. Assim sendo, rural e urbano, campo e cidade vão se unindo de forma dialética, “quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas, e particularmente pela reforma agrária. É, pois, contraditoriamente, nas cidades que os camponeses estão ganhando a luta pela reforma agrária” (OLIVEIRA, 2004, p. 64).

No processo de reivindicação pelos seus direitos, inclusive de acesso à cidade, “o direito a terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (Estatuto da cidade - art. 2º, Inciso I), os sujeitos das comunidades quilombolas de Salvaterra reafirmam um constante processo de luta. “Muitos dos conflitos diários são motivados pela falta de transporte público, ou pelas péssimas condições das estradas, ou pela falta de estradas, pois alguns ficam localizadas dentro de território privado de fazendeiros” (JESSICA – quilombola da Comunidade Mangueira, 2023). Tal fato impede ou dificulta o ir e vir dos sujeitos, pois, segundo relato da liderança quilombola de Mangueira, “quando não poder ir por dentro da fazenda, só indo pelo rio mesmo”.

Esse fato é uma das pautas das comunidades que lutam coletivamente pelos títulos de seus territórios. Cabe destacar que tal reivindicação está atrelada a dívida histórica que a nação brasileira acumulou no processo de escravização de um povo e posteriormente (após abolição em 1888) em um contínuo projeto de repressão e invisibilização a esses sujeitos que ajudaram a construir esse país. Sobre essa contribuição, Palheta e Amaral (2019) citam que:

Escravos foram utilizados em outras tarefas como a construção de fortalezas, condução de embarcação para o Mato Grosso, no cultivo da cana, arroz, tabaco, mandioca, milho, nas fazendas de criação de gado e cavalos do Marajó. Também eram artesões, tecelões de chapéus de palha, de redes de algodão e de maqueiras. Foram apanhadores de açai, pescadores, padeiros, trabalhadores do porto, serventes de obras públicas, calafates, carpinteiros, pedreiros, ferreiros, vendedores de tabaco, garapa e frutas, lavadeiras, vendeiras, cozinheiras, que sabem coser, lavar, engomar, cozinhar e também ganhar na rua (SAMPAIO, 2005, p. 05 *apud* PALHETA e AMARAL, 2019, p. 32).

Destaca-se o entendimento de que em muitas comunidades a luta pela titulação coletiva foi uma pauta construída ao longo do processo de mobilização política e identitária comum, a despeito de ocasionais resistências específicas no fazer-se o coletivo no processo de luta social. Hoje, as comunidades negras, reivindicam os títulos definitivos de seus territórios, como um sonho coletivo, e um direito garantido por seus antepassados que deixaram para as gerações futuras, com as forças de seus braços, grande contribuição material e imaterial.

A contribuição do negro para a formação do caráter da nossa gente foi enorme. Por ela fizemos a religião mais intimista, mais enfeitada, mais festeira, o seu caráter menos a áspero. Por ela adquirimos uma dose mais elevada de emotividade e de superstição. Por ela nos fizemos mais sensuais e pegajosos. Adquirimos muito do africano e ele adquiriu muito de nós. Na mistura que se processou o tempo todo, a oferta do escravo foi profunda e se integrou na alma brasileira (SODRÉ, 1998, p. 67 *apud* ALMEIDA e AMARAL, 2019, p. 58).

No 1ª Festival Cultural Quilombola de Salvaterra, no Marajó, foi possível perceber a organização social, religiosa e políticas desses povos em luta, que vivem seu território em uma extensão de seu lar, de sua casa. Para além da exposição cultural socializada, através de oficinas organizadas pelas comunidades quilombolas presentes no período do evento.²³

Destaca-se o encontro como estratégia política de luta muito importante para o fortalecimento de suas ações coletivas. Um momento em que as lideranças das comunidades quilombolas (formada em sua grande maioria por mulheres e jovens) socializam fatos ocorridos nas comunidades e estratégias de enfrentamento. Um espaço importante em que todos são ouvidos. “A cultura Marajoara é enriquecida pelas diferentes formas de se relacionar com o mundo e com os elementos imateriais do território. O quilombola Marajoara constrói formas próprias de se relacionar entre si e com as outras comunidades, (...)” (MALCHER, 2017, p. 73). A organização fortalece seu coletivo.

²³ O festival ocorreu no período de 04 a 07 de setembro de 2021, na comunidade quilombola de Siricari, Salvaterra-PA, e contou com a presença de aproximadamente 450 pessoas representando a presença de 14 comunidades locais, segundo informações dos próprios organizadores do evento - lideranças quilombolas. Durante o evento foi oferecido aos participantes oficinas de turbante, dança, fotografia, festejo religioso, rodas de conversas temáticas - visando o processo regularização do território e fortalecimento da luta.

Tal organização é uma estratégia de luta muito importante para o território que traz visibilidade às comunidades tradicionais locais, ao mesmo tempo em que, articulam-se mecanismos coletivos de resistência qualificada, utilizando os recursos jurídicos, midiáticos e se encaixando nas representações coletivas para serem ouvidos e garantidos os seus direitos. “Os territórios socialmente organizados portam as marcas do tempo, ou seja, as diversas fases e trajetórias das configurações do desenvolvimento econômico” (PIRES, 2007, p. 55).

Capítulo 3 – ENTENDENDO A REALIDADE IMPOSTA: LUTAS, CONFLITOS E ESTRATÉGIAS DE UM POVO

“Quaisquer que sejam suas formas espaciais e sociais, resultantes das distintas formações históricas, das quais fazem parte, o mundo rural se define por uma dupla característica: a predominância dos espaços naturais sobre os espaços construídos e sua conformação enquanto pequeno grupo social, onde predominam as relações de proximidade e de interconhecimento. Estamos diante do nosso próprio objeto de estudos: este mundo rural que se move em função das dinâmicas, de uma certa forma ‘externas’ e ‘internas’ que, longe de serem antagônicas, confluem gerando os processos sociais rurais, que nos cabe explicar” (WANDERLEY, 2011, p. 21).

Para as comunidades quilombolas a luta pela terra é uma luta fundamental. Priorizam questões de titulação e o desenvolvimento de técnicas e práticas que valorizem seus conhecimentos, considerando que “as comunidades de Salvaterra têm práticas agrícolas, em muito dificultadas pela pressão de fazendeiros e pelos conflitos de terra; outras são pesqueiras e coletoras e/ou complementam estas atividades com agricultura” (MALUNGU/PNCSA, 2006, p. 6). Desta forma, na interação, surgem conflitos na tentativa de evitar o retalhamento do território.

De forma geral, as mudanças socioespaciais de um território permitem conhecer as lutas pela reafirmação das identidades dos sujeitos envolvidos nele, dos modos de vidas dos povos tradicionais a uma adaptação ou transição ao modo de vida imposta pelo mercado capitalista, promovendo um processo contraditório de produção e consumo, um alimentando o outro. No processo de perpetuação dos modelos hegemônicos que se consolidam, os conflitos podem ser melhor explicados quando analisados, ora em conjunto – nas relações que se estabelecem; ora de forma individual – compreendendo a singularidade pré-existente. As transformações socioeconômicas, cultural e ambiental resultantes formam o contexto do lugar. E nesse processo resultam conflitos, cabendo investiga-los de forma aprofundada.

Embora as estruturas de oportunidades políticas influenciem a permanência dessas comunidades locais, “o seu fortalecimento e as suas conquistas não dependem apenas de ações essencialmente políticas, mas da formação de sentimentos de pertencimento a uma unidade comum, possível com o processo de identificação” (GOMES, SCHMITZ e BRINGEL, 2018, p. 591), que segundo Cruz e Mello “ocorrem dentro de uma lógica espacial

na qual não há a necessidade de que essas áreas (uso comum e familiar) sejam adjacentes e permanentes. Além disso, a distribuição dos roçados, casas e a área de uso comum é baseada num consenso do grupo e não em ações isoladas” (CRUZ e MELLO 2021, p. 71).

Os conflitos acarretam situações de constantes tensões. Essas tensões podem estar representadas no ato de: os quilombolas transitarem pelos atalhos que são as linhas de comunicação por entre os povoados; serem em alguns casos impedidos de pescar em rios, lagos e utilizar espaço comum de lazer esportivo; apreensão ou destruição de seus instrumentos de trabalho, de locomoção e de roças; Proibição por parte da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) aos quilombolas de Barro Alto, Pau Furado e Santa Luzia de abrir roças; sofrem prisões e ameaças pela polícia e fazendeiros quando reagem; e em muitos casos são obrigados a pagar um percentual sobre o produto da pesca (MALUNGU/PNCSA, 2006). Os conflitos estão presentes de muitas formas distintas nas ações dos sujeitos envolvidos.

Tais ações dificultam os quilombos de exercer sua cultura e modo de vida, tirando sua liberdade e autonomia de uso do território entendido como seu por direito. Segundo os quilombolas muitos desses conflitos podem ser amenizados com as demarcações da terra quilombolas no município de Salvaterra. A regularização fundiária possibilitaria fortalecer o território como fonte de recursos naturais essenciais a sua reprodução física, social, econômica e cultural.

As mudanças causam impacto social, cultural e econômico. Destaca-se que “a evolução socioeconômica do Marajó foi marcada por ciclos de sucesso e de declínio, com exploração da pecuária e do extrativismo. A ocupação do território da ilha se mostrou dependente das atividades extrativistas” (BRASIL, 1999 *apud* SEIXAS, MALCHER & TEIXEIRA, 2018, p. 5) que se intensificam no território e, à medida que se ampliam, tendem a produzir conflitos durante o processo de domínio de território e das lógicas que as motivam.

Brandão (2004) inspirado na afirmação de Robinson Crusóe sobre a melhor forma de conhecermos o modo de ser verdadeiro e profundo de uma gente de um lugar (por exemplo o homem rural brasileiro) ser ler a literatura sobre eles, nos indica a leitura de “Jorge Amado, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Rachel de Queiroz. Agora, se vocês quiserem complicar, aí vão ler Otávio Jorge Velho, Carlos Brandão, José de Souza Martins, e assim por diante” (BRANDÃO, 2004, p. 127). Talvez o capítulo anterior tenha sido uma abordagem complicada, mas, pretende-se neste capítulo simplificar a partir de um maior diálogo com os sujeitos, ou seja, de maior exposição das vozes quilombolas.

3.1 As comunidades quilombolas de Salvaterra

Quilombolas de Salvaterra somos todos nós, e mesmo sendo muitos, ao mesmo tempo somos um só, um coletivo, cada dia mais fortes...
(NOEMY – Fala de abertura no desfile cívico quilombola, 2022)

Mesmo a principal bandeira de luta quilombola sendo a conquistas dos títulos definitivos de seus territórios, a luta nunca se limitou a isso, pois, “(...) se criaram práticas e eventos que valorizam a imagem dos quilombos. A (re)construção de símbolos procura fortalecer a identidade do grupo, que tem caráter estratégico, cognitivo e mobilizador” (GOMES, SCHMITZ e BRINGEL, 2018, p. 591). A mobilização dos povos quilombolas ajudou e ajuda, de forma direta e indireta, a alcançar conquistas importantes que atuam no fortalecimento de luta coletiva pela identidade, como:

“(...) a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a aprovação da Lei que torna obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira na Educação Básica, o decreto 4887/2003, a Resolução 08 de 2012, a lei 12.990/2014, ainda são aspectos de ancoragem na continuidade do processo de avançar nas lutas, de continuar a construção de uma democracia participativa a caminho de um outro Brasil e de um outro mundo” (MALCHER, 2017, p. 165).

Para além dessas conquistas em âmbito geral, em Salvaterra existem os grupos de lideranças das Juventude Negra Quilombola, chamado ABAYOMI, com o slogan unidos para vencer; e o grupo semente do quilombo, que seria um pequeno grupo de mulheres que confeccionam peças de roupas (nas cores do quilombo) e customizam acessórios com produtos da natureza, voltados a exaltação da mulher negra e valorização da cultura quilombola. A coordenação Abayomi informa por meio de sua rede social (Instagram) que:

No dia 28 de abril de 2013, na Comunidade Quilombola de Deus me Ajude, surgiu o Grupo de Juventude Negra Quilombola Abayomi. Há 10 anos um grupo de jovens empoderados fundou esse grupo que hoje ainda traz a mesma força e vem cumprindo com o objetivo que foi traçado desde o início, que é a formação de jovens lideranças para atuarem no movimento negro-quilombola como um todo. O Grupo Abayomi vem construindo sua história, de sua fundação até aqui, de maneira compartilhada e alcançando os jovens das 17 comunidades quilombolas de Salvaterra (ABAYOMI, 2023).

Aliada as organizações dos grupos, somam-se uma rede de solidariedade na divulgação dos trabalhos, e consumo entre os mesmos. A figura abaixo mostra a postagem de comemoração de 10 anos de atuação e resistência desse grupo.

Figura 8 – 10 anos de resistência Abayomi



Fonte: ABAYOMI, 2023.

A figura 8 foi criada e postada nas redes sociais do grupo Abayomi em comemoração aos 10 anos de atuação do grupo. Representa o ato união das jovens lideranças. A formação do grupo Abayomi se alinha ao processo de organização das comunidades quilombolas do município de Salvaterra.²⁴ Os mesmos realizaram contrapartidas sociais nas comunidades quilombolas Mangueiras e Salvá no evento denominado de 1º Festival Quilombola Abayomi ocorrido em 2021, com uso de brincadeiras da dança da cadeira, dança com o balão, cabo de guerra, corrida de 100 metros, corrida de saco, ensinar a fazer estrela, dança em grupo, assim como apresentação desses grupos de danças.

As contrapartidas sociais nas comunidades quilombolas de Salvaterra ajudam a conectar essas lideranças jovens com a luta coletiva desses sujeitos. A atuação representa o fortalecimento político de suas ações culturais, ampliando o alcance participativo e dando visibilidade em suas ações. Alguns desses momentos de socialização cultural, podem serem observados nas imagens das crianças e jovens nas duas comunidades, na figura 9.

²⁴ O ANEXO III trás um breve relatório do processo de formação e atuação do grupo Abayomi no município de Salvaterra-PA.

Figura 9 – Contrapartidas sociais do grupo Abayomi nas comunidades Mangueiras e Salvá



Fonte: Imagens do 1º Festival Cultural Abayomi em 2021 – coordenação Abayomi.

As contrapartidas são o retorno que o grupo Abayomi dá para algumas comunidades quilombolas quando aprovamos algum projeto. Geralmente são momentos de recreação com as crianças. Em uma reunião de posse da nova coordenação de jovens do grupo de lideranças Abayomi, uma moradora da comunidade quilombola de Mangueiras fez uma fala voltada a parabenização dos novos jovens aprovados na universidade através do processo seletivo especial para quilombolas (PSE Quilombola).

Nós temos um número bem elevados de Abayomis que foram aprovados a gente sabe que é fruto de vocês mesmo, de vocês estarem engajados nesse tempo. Eu quero dizer para vocês que não desperdicem as oportunidades porque como eu falei eu não tive essa oportunidade que vocês estão tendo, para mim ter o ensino fundamental para completar eu ia estudar em bairro alto, quem conhece Mangueiras sabe a logística de mangueira para bairro alto. Eu ia de rio de barquinho fazer a coleta com uma pessoa que tinha. Uma pessoa que tinha um botezinho e também queria terminar através do supletivo que tinha em Bairro Alto com professora Conceição que dava aula a tarde. Então eu quero que vocês vejam que a gente tem que lutar... Nessas outras comunidades o ônibus vai buscar na porta, em Mangueiras a gente sempre tinha que andar os caminhos atravessando o rio (NOEMI – Comunidade quilombola de Mangueiras, 2021).

A quilombola incentiva os jovens sobre a importância de persistirem e do papel que os mesmos desempenham frente a luta quilombola. A figura abaixo mostra o momento de posse das lideranças jovens das comunidades quilombolas, ocorrido na comunidade Paixão.

Figura 10 - Nova coordenação ABAYOMI na comunidade Paixão



Fonte: Campo Marajó, 2022.

A luta dos quilombolas para aquisição de seus direitos, já garantidos por lei, é uma luta contínua. Segundo destaca Benedetti (2021), faz-se necessário recordar que:

“O reconhecimento dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos representa uma dívida histórica no Brasil. Na campanha abolicionista, chegaram a ser apresentadas propostas de distribuição de terras como medidas preparatórias ao fim da escravização, mas que não se efetivaram. Foi necessário transcorrer um século até que o movimento negro conseguisse assegurar os direitos territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos na Constituição Federal de 1988” (BENEDETTI, 2021, p. 700).

O reconhecimento do direito de luta avança e fortalece com o apoio legal. Tais ações ajudam a evidenciar as dinâmicas e a reduzir os conflitos cotidianos vivenciados pelos moradores da comunidade de remanescente quilombola em todo Brasil. Destaca-se que todas as comunidades quilombolas de Salvaterra não possuem os títulos definitivos de seus territórios. A Tabela 6 traz um demonstrativo das Comunidades quilombolas certificados ou que estão em processo de certificação em Salvaterra segundo informado por algumas instituições competentes como Incra, Malungu e Comissão Pró-Índio de São Paulo.²⁵

²⁵ A pesquisa nessas instituições – FCP, Incra, Malungu e Comissão Pró-Índio de São Paulo - foram realizadas por município, nesse caso, em Salvaterra-PA.

Tabela 6 – Registro das Comunidades Quilombolas certificados em Salvaterra-PA

COMUNIDADES QUILOMBOLAS CERTIFICADAS					
Comunidade	Nº processo na FCP	Data da Abertura	Nº da portaria	Portaria no Dou	Nº processo Incra
Campina	01420.000188/2004-40	14/04/2004	19/2004	04/06/2004	54100.000321/2004-47
Bacabal	01420.000561/2006-24	20/03/2006	15/2006	28/07/2006	54100.000115/2005-18
Santa Luzia	01420.000578/2006-81	20/03/2006	15/2006	28/07/2006	54100.002289/2005-15
Rosário	01420.001846/2006-82	01/08/2006	29/2006	13/12/2006	54100.000076/2007-11
Vila União / Campina	01420.001847/2006-27	01/08/2006	29/2006	13/12/2006	54100.000321/2004-47
Boa Vista	01420.000735/2007-30	29/03/2007	51/2007	16/05/2007	54100.000426/2007-49
Deus Ajude	01420.005569/2010-63	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000114/2005-73
Bairro Alto	01420.005574/2010-76	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.001306/2010-64
Caldeirão	01420.005571/2010-32	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000290/2007-77
Pau Furado	01420.005572/2010-87	26/10/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000458/2007-44
São Benedito da Ponta	01420.007606/2010-78	07/12/2010	162/2010	27/12/2010	54100.000069/2007-19
Siricarí	01420.002886/2011-17	15/03/2011	211/2011	22/12/2011	54100.000093/2013-04
Providência	01420.003113/2011-40	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.003655/2013-63
Mangueiras	01420.003116/2011-83	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.000589/2010-27
Salvá	01420.003110/2011-14	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.001686/2005-70
Paixão	01420.003117/2011-28	17/03/2011	28/2016	07/03/2016	54100.000075/2007-76
COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO					
São João	Sem processo FCP e	2007	Comissão Pró-Índio de São Paulo e Incra		54100.000459/2007-99
Boca da Mata	Sem publicação no Dou	—	Informada pela Malungu		Sem processo no Incra
Cururu	01420.005952/2016-15	14/06/2016	Informada pela FCP - Falta ata/Histórico		Sem processo no Incra

Fonte de dados: FCP (2017, 2022), MALUNGU (2021), INCRA (2022) & Comissão Pró-Índio de São Paulo (2020). Elaborado pela autora.

A tabela 6 traz dados sobre registro dos processos das comunidades quilombolas de Salvaterra. A pesquisa foi realizada em diferentes instituições, como: na Fundação Cultural Palmares – FCP; Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – Malungu; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra; ou Comissão Pró-Índio de São Paulo. Entre as 19 comunidades citadas pelas fontes, estão Campina e São João que, segundo informado pelas lideranças locais, iniciaram procedimento de registro para reivindicação de seu território coletivo enquanto território de negro, remanescente de quilombo, no entanto, não deram andamento no processo iniciado.

A comunidade Campina deu entrada na FCP em 2004, mas 2 anos depois deu entrada novamente após uma reorganização do território e da comunidade com outro nome (Vila união/Campina). As duas (Campina e vila união/Campina) apresentam o mesmo número de protocolo no Incra. Os quilombolas dessa comunidade se referem a ela como comunidade quilombola de Vila União.

A Comunidade São João apresenta uma situação similar com registro de entrada em 2007. A mesma é informada pelas instituições: Comissão Pró-Índio de São Paulo e Incra, inclusive com registro próprio no Incra. Após 4 anos esse território se reorganizou e registram protocolo na FCP e Incra com o nome de comunidade quilombola de Mangueiras, gerando, assim, um novo número de protocolo no Incra. Segundo explica a liderança da comunidade de Mangueira residente no bairro São João, “a comunidade Mangueiras é um grande território dividido por bairros, que engloba o bairro São João. São João e mangueiras é uma única comunidade quilombola” (JESSICA - quilombola da Comunidade Mangueiras, 2023). Destaca-se que as duplicidades de protocolo dessas comunidades, atualmente reconhecidas como Vila união e Mangueiras, é justificada por conflitos internos entre os residentes no período.

Das 17 comunidades quilombolas em Salvaterra a mais recente é a comunidade quilombola Boca da Mata, informada no período de pandemia pela Malungu e ainda sem registro de protocolo na FCP e Incra. A comunidade quilombola Cururu possui abertura de processo registrada na FCP, sem registro de processo no Incra por pendência de documento (Ata/Histórico).

Sobre a comunidade Cururu cabe informar que em um primeiro momento de pesquisa para levantamento de dados sobre as comunidades quilombolas em Salvaterra, realizados no 1º semestre de 2021 na FCP, informava-se a comunidade Cururu com o nome de ‘Cururu, Cururuzinho e Água Boa’ - com nº de processo 01420.005952/2016-15, em processo de certificação em aberto, constando como aguardando complementação de documentos na etapa atual do processo. Após novas pesquisas para atualização de dados no 1º semestre de 2022, identificou-se a alteração/substituição no nome de registro da comunidade, ficando: Cururu, permanecendo com o mesmo número de processo. Tal alteração foi explicada por uma liderança jovem quilombola como sendo resultante de conflitos internos, o mesmo informou que “a confusão foi feita por parte de um cidadão que queria se beneficiar da comunidade, capitando recursos para benefício próprio, sem pensar no coletivo de Cururu” (Liderança Abayimi, 2023).

As comunidades quilombolas Bacabal, Santa Luzia, Rosário, Vila União/Campina, Boa Vista, Deus Ajude, Bairro Alto, Caldeirão, Pau Furado, São Benedito da Ponta, Siricarí, Providência, Mangueiras, Salvá, e Paixão possuem número de processo na FCP e no Inbra, como demonstrado na tabela 6. A “FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à auto definição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, certifica a comunidade que assim se reconhece e declara²⁶.

Entre as comunidades certificadas em Salvaterra-Pa, a FCP informa somente as etapas do processo da Comunidade quilombola de Bacabal (decreto) e comunidade quilombola de Santa Luzia (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID) que são respectivamente a segunda e terceira com data de abertura mais antiga. A comunidade quilombola de Caldeirão - onde serão aprofundadas as análises desta pesquisa -, está certificada na mesma portaria com outras 4 (quatro) comunidades (Deus Ajude, Bairro Alto, Pau Furado e São Benedito da Ponta). Ressalta-se que as comunidades quilombolas de Salvaterra estão lutando até o momento pela emissão do título definitivo dos seus territórios.

A Nova Cartografia Social (NCS)²⁷ tem um papel auxiliador no mapeamento dessas comunidades na Amazônia, intencionando apresentar a localização e organização de grande parte dos quilombolas do Marajó no território de Salvaterra. Esses sujeitos no processo de luta coletiva por seus direitos explicam que para avançarem seus objetivos procuram estar unidos, “(...) não é cada um por si e sim cada um por todos, e todos por um que é o território quilombola de Salvaterra” (Luzia Betânia Alcântara *apud* MALUNGU/PNCSA, 2006, p. 3).

Um dos símbolos de união das comunidades é o ato de arquear as bandeiras das comunidades lado a lado ou mesmo, expô-las ao redor dos barracões que sediem as reuniões, palestras ou eventos festivos. Cada comunidade quilombola traz sua bandeira. E mais que um valor simbólico elas representam orgulho e comprometimento dos sujeitos no enfrentamento das questões diárias que conflituam e impedem o alcançar de seus sonhos de valorização

²⁶ Para isso, três documentos são exigidos, de acordo com a Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007: Ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade, contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um Requerimento de certificação endereçado à presidência da FCP (FCP - Fundação Cultural Palmares, 2021).

²⁷ “(...) tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Com o material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem” (NCSA, s/d).

cultural e titulação de seus territórios. A figura abaixo mostra algumas dessas bandeiras, das comunidades quilombolas de Salvaterra.

Figura 11 – Algumas bandeiras das comunidades quilombolas de Salvaterra



Fonte: Campo Marajó, 2022.

Para além da valorização cultural, esses eventos servem para fortalecer estratégias de lutas frente aos desafios diariamente enfrentados pelos sujeitos. São manifestações simbólicas e legítimas que caracterizam o emergir da identidade negra nas comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra que lutam e enfrentam conflitos cotidianos. E cada comunidade tem sua história, esses relatos estão simbolizados em suas bandeiras.

Nesse sentido, o quadro 6 abaixo, traz uma exposição dos principais conflitos enfrentados por essas comunidades quilombolas, assim como informações do quantitativos de famílias pertencentes as comunidades quilombolas. No entanto, algumas comunidades para informar o número (aproximado) de famílias contabilizaram as que residem atualmente nas comunidades quilombolas de Salvaterra, por este motivo não se considera o quantitativo como número exato e sim aproximado.

Quadro 6 – Principais conflitos identificados pelas famílias quilombolas de Salvaterra, ocorrendo nos territórios de suas comunidades

Comunidade Quilombola	Nº de família	Conflitos relatados pelos moradores das comunidades quilombolas de Salvaterra-PA
Salvá	25	Conflito interno relacionado à área de limpeza, externo com fazendeiros relacionado ao uso de área comum dentro de uma propriedade privada, “Captam os próprios irmãos com empregos na fazenda para ir contra as ações do quilombo”.
Providência	19	Conflito pelo uso do território de pesca com fazendeiros locais (alegam que os peixes pertencem a eles).
Rosário	92	Relacionado a questão territorial, invasão / ambientais com o plantio do arroz (rios do Igarapés estão recebendo esses agrotóxicos) / destruição do território de pesca por causa da abertura de drenos nos igarapés / conflito relacionado ao uso de um porto de embarque e desembarque dos quilombolas / “Fazendeiro abriu estradas dentro do território”
Santa Luzia	15	Conflito relacionado a demarcação da comunidade, “a cada ano diminui, limitações aparecem na mata de bacurizais”
Deus Ajude	50	Conflitos com posseiros, com fazendeiros e com a chegada do agronegócio dentro da comunidade.
Cururu	38	Conflito por posse de terra, muita moradia de pessoas de fora e outro é a estrada que está ruim de estrutura.
Caldeirão	520	Relacionadas as invasões / vendas irregulares de terras / desentendimentos com fazendeiros que não deixam plantar (fazendas ao redor do quilombo) / Relacionados a empresas não trazem retorno para a comunidade, não empregam.
Pau Furado	80	Conflito relacionado ao território (fazendeiros próximos ao quilombo); conflito interno: destruição da vegetação com retirada de madeira na área próxima de igarapés para produção de carvão; vendas de roças para terceiros (de fora); “muitos migrantes temporários, aproximadamente 30 famílias do total saem para estudo, trabalho ou questão de saúde”.
Boa Vista	123	Os conflitos estão relacionados a chegada do agronegócio
Siricari	45	Atualmente os conflitos é por causa da preservação das matas que pertencem aos moradores / extração irregular de madeira para venda / chegada de pessoas de fora / criação de animais (solto) em locais de plantações
Vila União/ Campina	180	Conflitos territoriais relacionado a vendas de lotes de terra / imigração de pessoas não quilombolas / falta de políticas públicas de incentivo a produção familiar, educação, saúde, saneamento básico e transporte.
Mangueiras	180	Conflitos relacionados a impedimentos das atividades extrativistas e dos recursos naturais / exploração por parte dos seguranças da fazenda com uso de violência / exploração ambiental (com o plantio de soja, uso de calcária, desmatamento) / conflitos relacionados ao uso coletivo do território / conflito relacionado ao acesso terrestre a cidade.
Paixão	47	Conflitos relacionados ao uso do território (com fazendeiros que cercam limites cada vez maiores de terras) impedindo a comunidade de fazer plantações de hortaliças, mandioca e abacaxi.
Bacabal	97	Conflitos territoriais externos e internos relacionados a demora no processo de titulação do território.
São Benedito da Ponta	45	Conflitos agrários com fazendeiros
Boca da Mata	45	Conflitos relacionados ao Racismo Estrutural e Institucional, (que desqualifica o sentimento de pertencimento no território) / conflitos relacionados a venda de terras para pessoas de fora da comunidade.
Bairro Alto	190	Conflitos estão relacionados ao território - fazendas existentes na comunidade que estão sobrepostas ao território Quilombola

Fonte: Atividade de campo. Elaboração ela autora, 2023.

As informações coletadas no quadro 6 apresentam um olhar dos sujeitos das comunidades sobre seus conflitos diários nos territórios quilombolas. Alguns fragmentos estão na íntegra, outros somam as opiniões de vários sujeitos das comunidades. De forma geral, entre os conflitos mais recorrentes nas comunidades, estão conflitos internos e externos.

Entre os conflitos internos estão: conflitos relacionados as atividades coletivas, como limpeza do território; aos empregos nas fazendas que servem de instrumento de autodestruição cultural, indo contra as ações dos quilombos; vendas de terrenos nas comunidades; impactos ambientais com retirada de madeira de forma desordenada sem consenso coletivo; conflitos sobre o racismo estrutural presente dentro e fora do território.

Entre os conflitos externos estão: conflitos relacionados a impedimentos das atividades extrativistas, e de uso dos recursos naturais; exploração por parte dos seguranças da fazenda que obrigam a vender toda produção por um baixo preço; uso de violência com agressão física e ameaça, quando se recusam a entregar o açaí eles chegam a atirar, mandar prender os apanhadores, as mercadorias e jogam fora, assim como a pesca; conflitos relacionadas a exploração ambiental, destruição do ambiente com o plantio de soja, uso de calcária, desmatamento de matas; conflitos relacionados ao uso coletivo do território impedindo de construir suas roças, criar seus animais, usar área de recreação; conflito relacionado ao acesso (ir e vir dos sujeitos) tanto quando passam por dentro das fazendas ou quando abrem estradas dentro do território quilombola; relacionados as demarcações das fazendas que cada vez mais invadem os territórios das comunidades; conflitos relacionada a estrutura: condições das estradas e iluminação; relacionada a administração pública sobre a ausência de retorno compensatório das empresas exploradoras do território das comunidades; e a demora nas etapas do processo para emissão dos títulos dos territórios por parte dos órgãos competentes.

O próprio movimento quilombolas, em sua demanda coletiva, percebem os conflitos como impactos relacionados ao ambiente rural-urbano, a exemplo, no aumento do barulho nas comunidades vindo das construções e funcionamento das máquinas de produção das fazendas localizados dentro do território e no entorno das comunidades. Muitos conflitos são vistos como veículos de urbanidades. Ao mesmo tempo que simbolizam oportunidades, também constituem conflitos que são percebidos a partir de experiencias negativas vivenciadas pelos mesmos na adaptação cotidiana das mudanças condicionadas a urbanidade presente.

Os conflitos expressos pelos quilombolas de Salvaterra são percebidos pelos mesmos como estruturais, que fundamentam aspectos sociais relacionados a infraestrutura demandada pelo urbano e pela relação que se estabelece para além da superficialidade que aparentemente é percebida. Condicionam e são condicionados pela relação rural-urbano.

Tais conflitos, citados no quadro 6, constituem e demandam a relação rural-urbano dos sujeitos. Sobre os conflitos que ocorrem no território, Edilene (quilombola de Caldeirão, 2023) explica que “grande parte está relacionado a questão de pertencimento e ao respeito mútuo”, que desqualifica o sentimento ao pertencimento no território. Sobre isso a diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra explica:

A identidade quilombola assume duas vertentes: uma individual, quando depende da consciência de cada membro para se reconhecer como quilombola, e ao mesmo tempo uma coletiva que para ser aceito como membro daquela comunidade precisa de sua anuência, de acordo com os critérios de pertencimento do grupo, estabelecidos coletivamente. Não cabe, portanto, a nenhum agente externo nem a rotulação nem a negação da identidade de um grupo étnico. Essa autoafirmação identitária diz respeito somente aos membros do grupo. Não basta apenas que um indivíduo afirme ou negue sua identidade étnica, é necessário que esta identidade seja referendada pelo coletivo (INCRA, 2017, p. 5-6).

No Brasil, a auto definição de comunidades remanescentes de quilombos é certificada pela FCP que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal” (FCP – Portaria nº 98, 2007, s/p). Lima Filho, Cardoso e Alencar (2018) explicam que:

(...), o conhecimento sobre o direito à titulação do território quilombola, garantido pela Constituição de 1988 (Brasil, 2001), chegou às comunidades de Salvaterra por meio do trabalho do CEDENPA, da UFPA e do programa Raízes. A partir de então, tendo as mulheres como principais protagonistas, por meio dos encontros de mulheres quilombolas, a autoidentificação propagou-se intra e entre comunidades, seguindo uma rede de alianças políticas que já existia e vinha sendo construída ao longo de várias gerações (LIMA FILHO; CARDOSO e ALENCAR, 2018, p. 126).

A identificação e o mapeamento das comunidades negras rurais foram de grande importância em todo estado paraense. Em Salvaterra auxiliou no surgimento de várias comunidades que já lutavam para recuperar áreas que foram perdidas. Nesse processo se destaca o protagonismo da mulher negra que a partir das formações promovidas pelo Centro de Defesa e Estudos do Negro no Pará (CEDENPA), no 1º (primeiro) encontro de mulheres negras quilombolas atuaram nas organizações das associações comunitárias de suas comunidades com liderança e autonomia travando lutas em defesa do seu território (LIMA FILHO; CARDOSO e ALENCAR, 2018). A partir daí cada comunidade em processo de regularização travam, de forma particularizada, suas trajetórias de luta fortalecendo, para além disso, o seu coletivo. O protagonismo da mulher é fundamental no processo de lutas dessas comunidades quilombolas.

É preciso considerar que coletivos negros foram sistematicamente expulsos de suas terras ao longo dos diferentes processos econômicos instituídos em todo o país. Daí a noção de quilombo ser atrelada a uma “forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações” (Leite 2000:335). Considero que a expressão política das mulheres, nesse contexto, aparece também como um ato de cuidado, de resistência e de possibilidade, da ordem de um devir. Da possibilidade de existir, da memória e de um vir a ser. A casa, como o quilombo, aparecem como “lugares do possível” (Gomes 2009:154): (re)produzem em uma microescala a existência autônoma de povos marginalizados e sua “singular vitalidade inventiva” (TRECCANI, 2006, p. 52 *apud* PEIXOTO, 2019, p. 114).

Peixoto (2019) relata em seu trabalho titulado “a mulher e seu quintal, caminhadas por um universo mágico-místico transformacional”, o papel da mulher enquanto cuidadora do seu lar, responsáveis pelo cultivo dos quintais e cuidados com as plantas, estreitando suas relações com a natureza. A autora relata ainda que:

“Um indicativo dessa relação fundamental é que em Mangueiras, como na maioria dos quilombos que lutam até hoje pelo reconhecimento de suas terras, as mulheres tiveram papel decisivo no processo político e identitário (Marin 2009:217; Lima Filho 2014:52). Segundo Petrônio Medeiros Lima Filho, com relação às comunidades de Salvaterra: “foram as mulheres as principais lideranças que propuseram e aprofundaram os debates sobre a autoidentificação quilombola no interior de suas comunidades” (Lima Filho, 2014, p. 52 *apud* PEIXOTO, 2019, p. 114).

No território quilombola de Mangueiras²⁸ em Salvaterra, “os quintais são importantes áreas de sociabilidade, onde é possível perceber as inscrições dos processos de habitação do território pelo coletivo quilombola e seus sentidos” (PEIXOTO, 2019, p. 101). Logo,

(...) abrange não só a assim chamada ocupação efetiva atual, mas também o universo das características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades. Assim sendo, um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Assim sendo, um território seria um ente que sobrepõe a terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano (INCRA, 2017, p. 7).

No território quilombola o papel da mulher enquanto portadora de experiência das atividades culturais coletivas – por maiores envolvimento nos afazeres domésticos da comunidade –, amplia cada vez mais as conexões políticas estabelecidas de forma necessária ao processo de luta pelos direitos à terra, tornando-se “referência com relação à memória e

²⁸ “Mangueiras é uma das comunidades quilombolas mais afastada da sede do município, uma das de mais difícil acesso. É também uma das mais antigas de Salvaterra, uma espécie de “comunidade mãe”, de onde se dispersaram grupos de negros para vários outros locais onde formaram novos quilombos (Cardoso 2008:130)” (PEIXOTO, 2019, p. 103).

ancestralidade para os estudos antropológicos necessários ao requerimento do título de terras quilombolas” (PEIXOTO, 2019, p. 114), ou seja, se empoderando de sua história, da história de sua comunidade e dos seus antepassados.

As mulheres estão ocupando espaços de protagonismos nas lutas frente aos conflitos cotidianos, inclusive, elas estão presentes em maior número nas composições das associações quilombolas e nos demais grupos de lideranças das comunidades locais de Salvaterra, representando seu coletivo. “Por meio da rede constituída por mães, esposas, avós, filhas e netas – enfim, um segmento social marcado por mulheres de diferentes gerações –, a autoidentificação ganhou densidade e expandiu-se pelas comunidades de ascendência negra” (LIMA FILHO; SILVEIRA e CARDOSO, 2016, p. 94).

A participação nos eventos em campo, como o 1º Festival Cultural Quilombola de Salvaterra e XVII Jogos Quilombolas de Salvaterra (ocorridos no 2º semestre de 2021), possibilitou compreender como essa influência histórica e cultural é canalizada no coletivo de luta, e ainda, um olhar macro as relações de fortalecimento de laços e confiança entre as comunidades quilombolas locais, atraindo visibilidade política (usadas também como estratégias de luta). Nos eventos coletivos das comunidades quilombolas locais, a participação das mulheres é preponderante. Essas participações podem ser visualmente notadas nos eventos culturais e atividades de campos realizadas, como mostra a figura 12.

Figura 12 – 1º festival Cultural quilombolas de Salvaterra-PA



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Durante o evento foi oferecido aos participantes oficinas de turbante, dança africanas, fotografia, rodas de conversas temáticas (voltadas aos jovens e a organização do território) visando o processo regularização. As lideranças presentes se reúnem com o objetivo de socializar fatos ocorridos nas comunidades e estratégias de lutas no enfrentamento. Participavam das reuniões homens, mulheres e jovens. Durante a noite ocorria o levantamento do mastro e apresentações culturais dos grupos que chegavam de comunidades vizinhas.

O XVII Jogos de Identidade Quilombola ocorreu na comunidade quilombola de Paixão e contou com a participação de mais de 700 pessoas. As comunidades estavam representadas por delegações que participavam das atividades esportivas por equipes de suas respectivas comunidades. Na ocasião houve o reconhecimento de luta de algumas lideranças quilombolas, sendo a maioria jovens que se engajaram na organização e deram apoio ao evento. As atividades ocorridas no evento podem ser observadas através da figura abaixo:

Figura 13 - XVII Jogos de Identidade Quilombola



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Na ocasião os quilombolas participaram de diferentes mobilidades esportivas como: Luta Marajoara, apresentação em grupo, desfile Mister e Miss, cabo de guerra, corrida, vôlei, futebol, e além de todo entretenimento, o evento proporcionou o estreitamento de laços de amizade nas equipes de torcidas, oficinas e até mesmo nas filas do almoço.

As lideranças das comunidades quilombolas se reuniram antes de deixar a comunidade - enquanto os hospedados se organizavam para deixar a comunidade - para a habitual avaliação da conjuntura política objetivando fortalecer o aspecto de luta e resistência entre as comunidades locais. Tais atividades eram organizadas de forma estratégica para socializar experiências, conflitos recorrentes e pensarem estratégias de defesa.

Um dos campos abrangeu o percurso de Salvaterra à Soure. Algumas das atividades podem ser observadas na figura 14, abaixo:

Figura 14 – Trabalho de campo nas comunidades quilombolas de Rosário e Paixão



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

A atividade de campo ilustrada na figura 14, contemplou uma visita exploratória até a comunidade quilombola Rosário - conversou-se com os moradores locais, acompanhando um pouco da rotina da comunidade nas escolas e plantações de abacaxi, acompanhando, também, a produção de celas de couro e de canoa; e na comunidade Paixão - para participar de uma reunião de lideranças locais a convite do atual coordenador Abayomi. Entre outras coisas²⁹, o trabalho de campo proporcionou a participação na reunião com lideranças quilombolas das comunidades do município de Salvaterra, ocorrido na comunidade quilombola de Paixão, inclusive, possibilitou conhecer o secretário de educação do município que é quilombola, da comunidade Caldeirão (atual recorte de pesquisa).

O evento proporcionou conhecer e contatar lideranças quilombolas que foram peças-chaves para compreender um pouco do universo diário desses sujeitos e principalmente oportunizou um momento de diálogo direto com os mesmos, socializando a proposta de pesquisa e objeto de estudo sob a temática: A relação rural-urbano no território marajoara. Foi o primeiro momento de socialização da pesquisa. Destaca-se que o espaço de interação dessas comunidades eram os quintais e demais espaços de uso coletivos do quilombola na natureza. Um território de manifestações genuínas que emergem a natureza do sujeito quilombola na sua íntima relação. “Quanto maior o espaço ao ar livre, maior a sensação de liberdade” (VÂNIA – quilombola de Siricari, 2023). Sobre isso, Peixoto (2019) entende que:

Por isso, para Benedito Nunes, os quintais são fronteiras, são uma dimensão ‘limítrofe da cultura’ (Nunes 1994:263). Ou seja, onde o cultural e o natural não podem ser compreendidos a partir de uma cisão drástica. São lugares onde as relações entre espécies são históricas, constitutivas e estão integradas em uma cosmovisão em que as noções de natureza, humanidade e cultura não são estanques e indivisíveis. Esse é um fator que garante inclusive a alta biodiversidade desses espaços (PEIXOTO, 2019, p. 115-116).

Um grupo de crianças das comunidades quilombolas, presentes em um evento cultural na comunidade Siricari, que participavam de uma oficina de fotografia e direcionavam-me as paisagens mais bonitas, de formas empolgadas, apontavam e diziam: “fique aqui nessa árvore, aqui bate vento e sempre aparecem Borboletas”; “deita lá, a grama é bem verde e vai destacar”; “senta aqui que tem Joaninhas”; “no campo com o pôr-do-sol atrás”. E dessa forma iam indicando elementos da natureza que, nitidamente, eram belos aos seus olhos.

²⁹ A rota da visita contemplou conhecer: Vila histórica de Joanes, AERAJ – associação educativa rural e artesanal da Vila de Joanes, fábrica de laticínio (produção de queijo) e fazenda Portal, Resex Pesqueiro (ASSUREMAS - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure), Comunidade Quilombola de Paixão (Reunião Abayomi), Comunidade Quilombola de Rosário, área urbana de Salvaterra, e principais vias de acesso.

As crianças registraram imagens no festival cultural quilombola e nos jogos, nas oficinas de fotografias, capturaram o cotidiano dos participantes. Em diferentes momentos as crianças relatavam: “Participar é divertido porque brinco com outras crianças e porque gosto de dançar (...), das coreografias, de colocar turbante, das tranças no meu cabelo (...)” (VITÓRIA – participante dos eventos culturais nas comunidades quilombolas, 2021). Inclusive uma criança expressou que gostava de ver seus avós dançando. Nos eventos as crianças aprendem com os mais velhos e partilham experiências que fazem parte de suas vidas.

Destaca-se que nos eventos nas comunidades é muito comum encontrar muitas crianças participando. As mesmas tem oportunidade de se expressar nas atividades culturais em grupo que envolvem também, jovens, adultos, meia idade e melhor idade (idosos das comunidades). As crianças e algumas imagens capturadas por elas nos dias de Oficinas de fotografia, nos eventos mencionados na pesquisa, podem ser observadas na figura abaixo:

Figura 15 – Imagens registradas pelas crianças nas oficinas de fotografia nas comunidades



Fonte: trabalho de campo, 2021.

A participação do coletivo quilombola inclui as crianças que desde cedo vivenciam o processo de fortalecimento cultural do território. Aprendem a reivindicar direitos e valorizar suas raízes negras combatendo atos de preconceitos e injustiças “invisíveis” para muitos.

Não podemos esquecer que os órgãos mediadores, que sistematizam e mediam os direitos de classes são os mesmos opressores que outrora usaram de requintes de crueldade para reprimir qualquer forma de protesto ou manifestação cultural que ameaçasse a ordem e o progresso almejado, direcionado a Amazônia como promessa de desenvolvimento, e mesmo muito antes, quando o país era só uma colônia de exploração. “Esse complexo cosmológico está ligado ao processo histórico que fez convergirem para o lugar coletivos negros e indígenas. Portanto, a forma como foi se delineando na conformação da paisagem local está profundamente arraigada nos diálogos que ali estabeleceram (...)” (PEIXOTO, 2019, p. 104).

A luta pelos direitos ao uso do território aos povos tradicionais da Amazônia é constantemente sacrificante, pois, como foi ouvido em muitas falas de lideranças locais, “resistir também implica em correr riscos, em sofrer ameaças, correr risco de despejo, temer o deslocamento forçado, atentados ou outras formas de repressão” (quilombola de Caldeirão, 2023). Esses tipos de relatos estão sempre presentes quando se pauta os conflitos diários das comunidades rurais. Sobre isso, Domingues e Gomes (2013) explicam que:

Entre as historicidades possíveis e as memórias ressignificadas, encontraremos gerações e gerações de homens e mulheres do campo reconstruindo permanentemente sua própria história, territorialidade, tradição, gramática cultural e etnicidade. Temas diversos das memórias e lutas do passado e do tempo presente são amalgamados e conectados em tornos de novas narrativas, fragmentos, fios condutores, silêncios, esquecimentos e fundamentalmente projetos e agências (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 7).

O passado e o presente convivem em uma constante interação. Com isso as estratégias de reciprocidade, de conciliação e superação das dificuldades por parte do sujeito enquanto quilombola parte de reconhecer-se, e isso se dá de forma complexa envolvendo contradições presentes no dia a dia que atuam “(...) tanto ‘fora’, na sociedade, atravessando grupos políticos estabelecidos, quanto ‘dentro’ da cabeça de cada indivíduo” (Hall, 2014, p. 15 *apud* GOMES, SCHMITZ e BRINGEL, 2018, p. 593).

Em Caldeirão o contexto de luta se manifesta em ações práticas e simbólicas, “nasce dentro de cada um, quando se reconhecemos parte de um coletivo e só depois pode ser germinada no território” (LENE – quilombola de Caldeirão, 2023), que abrange “não só a assim chamada ocupação efetiva atual, mas também o universo das características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades” (INCRA, 2017, p. 7).

3.2. Ser quilombola da comunidade quilombola Caldeirão

A nossa comunidade representa a luta, resistência. Ela representa a história de um povo que lá no passado lutaram, sobreviveram pra que hoje nós pudéssemos estar aqui com a nossa casa, com nosso terreno, de forma digna, e justa graças a luta dos antepassados que lutaram por nós. Por isso que hoje nós somos denominados como remanescente de quilombo, de quilombolas. Daqueles que lutaram e que não desistiram, que foram desbravadores de conquista e de melhorias pra que hoje nós pudéssemos estar aqui. Sem lutas vai se perdendo toda a essência, toda a história, toda conquista, toda resistência, não há vida. Então temos que ter vida, esperança, e o objetivo de se conquistar para melhoria de nosso território, de nossas famílias, da nossa comunidade quilombola de caldeirão entre outras famílias de outras comunidades do município de Salvaterra e do estado do Pará, e assim sucessivamente

(RAIMUNDO NOVAES – Coordenador da Associação da Comunidade Quilombola Caldeirão, 2023).

Como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, o interesse de pesquisa na comunidade quilombola Caldeirão se dá por sua mediação está mais próxima a malha urbana de Salvaterra, na perspectiva de que essa proximidade possa externar maiores expressividades entre a relação rural-urbano. Entre os diversos lugares, essa expressividade se dá tanto no urbano como campo de luta e de direito, mediados pela organização de luta coletiva quilombola e, da comunidade, quanto no ambiente rural – nas comunidades quilombolas de Salvaterra. Segundo informado pela atual coordenação da associação do quilombo de Caldeirão, das 520 famílias que compõe o território quilombola de Caldeirão (aproximadamente), 500 famílias estão cadastradas na associação quilombola. O trabalho de mapeamento foi um esforço de fortalecer o coletivo quilombola, objetivando, entre outras:

Empenhar esforços para que as famílias quilombolas do seu Território, com vulnerabilidade habitacional, isto é, sem domicílio ou com domicílio precário, obtenham acesso à política habitacional rural, inclusive àquelas direcionadas especificamente às comunidades quilombolas, seja por meio do governo federal, estadual e/ou municipal (Objetivo IX – ESTATUTO SOCIAL DE CALDEIRÃO)

No território é comum ter, em uma mesma residência, mais de uma família residindo juntas. São membros familiares que, ao constituírem famílias, somam-se as residências paternas (de um dos dois). Também é comum encontrarmos na comunidade, quilombolas de origem de outra comunidade residindo com o parceiro em suas comunidades de origem. Algumas residências na comunidade quilombola Caldeirão pode ser visualizadas na figura 16:

Figura 16 – Imagens do território de Caldeirão



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Muitas das famílias, ou parte de seus membros associados, pertencentes ao quilombo Caldeirão, não se encontram residindo na comunidade por motivo de logística atrelada a questões de estudo, saúde e/ou trabalho. Mas, esta é uma situação muito comum, relatada por muitos quilombolas de outras comunidades de Salvaterra. Durante as entrevistas muitos moradores expõe as dificuldades vividas - de antes e da atualidade-, no entanto, também deixam claro suas percepções de valorização no modo de vida que tentam preservar junto ao seu território. Após uma longa conversa com uma senhora de 63 anos de idade, sobre suas memórias de vida na comunidade, as dificuldades enfrentadas e o fato de ter que ajudar sua mãe desde os 12 anos, em determinado momento, a mesma informa de forma enfática:

(...), mas não se engane, não somos de tudo pobres. Temos muito a oferecer e a felicidade não é medida pelo que temos, mas pelo quanto somos felizes com o pouco que temos. A vida no campo é difícil, mas eu gostava. Não temos acesso fácil a estrutura de Salvaterra, mas temos nossas ervas, nossas crenças, aprendemos com os mais velhos, com a experiência de nossos ancestrais, aprendemos muito com os jovens, com meus filhos que não viveram muitas coisas do que já vivi. Buscamos justiça e estamos conseguindo porque estamos ganhando reconhecimento, esse que te faz vir até aqui e ficar me ouvindo falar (...). Entendemos que esse reconhecimento também é justiça, entende? Não é que eu me conforme com pouco, é que vejo, assim como muitos aqui, vejo valor no pouco que temos. (CARMEM LÚCIA - Quilombola de Caldeirão, 2023).

No enfrentamento da luta, a comunidade entende a importância de fortalecer o coletivo que abrange as comunidades quilombolas. Esse reconhecimento parte de se aceitar e valorizar suas práticas. Os mesmos reivindicam porque entendem que foram e, em muitos aspectos, continuam sendo injustiçados. Abaixo, delegação de Caldeirão nos jogos quilombolas.

Figura 17 – Delegação da Comunidade Caldeirão no XVII Jogos de Identidade Quilombola



Foto: Jeferson Barbosa, 2021 – Jovem quilombola da comunidade Paixão. Trabalho de campo.

As manifestações culturais na comunidade se expressam em diferentes formas no território, tanto através do esporte, da dança, da música, hábitos de vida e religião, quanto no processo de reconhecimento enquanto sujeito de direitos étnicos. Na parte religiosa destacam-se as festas de Santo que envolvem para além da comunidade Caldeirão, sujeitos de outras comunidades que participam da parte religiosa e da festa de aparelhagem que ocorre no dia de encerramento. A comunidade Caldeirão participa da organização religiosa que se efetiva em diferentes momentos do ano como lembra um morador.

Na igreja católica acontecem as missas no terceiro domingo de cada mês, das 9 às 10:30 da manhã. Nos domingos só é culto dominical. Na comunidade é realizado a procissão de Nossa Senhora de Fátima todo dia 13 de maio todo ano, também na próxima segunda-feira após a data da festividade de Nossa Senhora de Fátima acontece as peregrinações e se diz que é a abertura da da festividade de Nossa Senhora do Carmo que é padroeira da comunidade. Nesse período de maio até julho, segundo final de semana do mês de julho vem acontecendo as peregrinações e no dia, no segundo domingo do mês de julho é realizado o cirio da comunidade. E após Nossa Senhora do Carmo em junho é festejado a festividade de Santo Antônio, apesar que é uma festa particular, mas já tem uma tradição de mais de cem anos.

Segundo às famílias que festejam o santo dizem que começou num local chamado aqui Malcriado ficando lá uns sessenta anos e depois veio para a comunidade, e aqui já tem quase noventa anos e acontece sempre no segundo final de semana do mês de junho, de segunda à sábado (EMERSON MIRANDA – quilombola de Caldeirão, 2023).

Segundo Lima Filho (2014) sobre essas relações que envolvem festas de santo e conseqüentemente a construção de alianças políticas entre as comunidades quilombolas localizados no município de Salvaterra, expõe que a interação cultural entre as comunidades remanescente quilombolas que lutam pelas titulações de seus territórios “geram vínculos fortes, laços de confiança e fidelidade, e alianças políticas entre as mesmas” (LIMA FILHO, 2014, p. 9). Logo, a partir desta, a organização coletiva atua como um significativo fortalecimento de luta e fortalece seus laços de convivência no território.

(...), um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Assim sendo, um território seria um ente que sobrepõe a terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano. (INCRA, 2017, p. 7).

Para além da manifestação cultural dentro da comunidade alguns grupos de danças realizam apresentações externamente. “Tem um grupo de dança que se prepara pra fazer as apresentações durante as noites culturais dos jogos quilombolas” (AUXILIADORA – quilombola de Caldeirão, 2022). No urbano a cultura como luta quilombola pode ser exemplificada pela manifestação política e cultural do/no Desfile Cívico Quilombolas das escolas localizadas nas comunidades quilombolas de Salvaterra, assim como, pela representatividade quilombola nos departamentos administrativos e colegiados de participação popular. Segundo Lima Filho, Silveira e Cardoso (2016):

Sabe-se que, em 2013, por exigência das comunidades, a prefeitura municipal de Salvaterra, durante a programação oficial dedicada à celebração da independência do Brasil, reservou, pela primeira vez na história do município, um dia inteiro para que apenas as comunidades quilombolas do município se apresentassem no desfile público em honra à efeméride. Esse evento foi chamado “I Desfile Cívico Quilombola” e representou simbolicamente o reconhecimento por parte do poder público tanto da existência, quanto da importância das quinze comunidades quilombolas na esfera política do município, principalmente quando se reflete sobre a sua legitimidade em termos de cidadania. (LIMA FILHO; SILVEIRA e CARDOSO, 2016, p. 91).

Atualmente, o desfile cívico quilombola permanece fortalecido pelas 17 comunidades quilombolas de Salvaterra, como “uma expressão política de resistência e, mais que isso, de

existência. Viemos mostrar que existimos” (Fala de um quilombola no momento do desfile, 2022). O Desfile Cívico Quilombola de Caldeirão em 2022, apresenta a diversidade, pautas de reivindicação, sua cultura através das danças, com instrumentos culturais e acessórios nas cores do quilombo. Algumas imagens do desfile podem ser visualizadas na figura abaixo:

Figura 18 – Comunidade Caldeirão no Desfile Cívico Quilombola em 2022



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

No Desfile Cívico Quilombola que acontece no dia 6 de setembro, as comunidades se juntam para exporem suas bandeiras de lutas e reivindicações; destacar elementos da cultura

afrodescendente; e para protestar contra preconceitos historicamente consolidados utilizando o lugar conquistado na agenda municipal como um espaço político consolidado para suas manifestações identitárias na agenda municipal anual. “Esse desfile é uma das maiores expressões das alianças políticas recentes, momento em que essas comunidades autorrepresentam sua identidade, suas bandeiras.” (LIMA FILHO; SILVEIRA e CARDOSO, 2016, p. 91). Podemos citar ainda como exemplo de luta no urbano as captações recursos e estrutura para formação e qualificação profissional voltadas aos residentes das comunidades, oferecidas dentro das mesmas. Observar figura 19, abaixo:

Figura 19 – Oficina de Construção de Instrumentos musicais na comunidade Caldeirão



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

Outro exemplo de luta que está se construindo fora do território quilombola, através da representatividade coletiva seria a revisão do plano diretor que está acontecendo no município de Salvaterra. Segundo um participante na reunião que ocorreu na comunidade Caldeirão:

Foi primeiro uma reunião de revisão lá da comunidade Caldeirão visando a construção do Plano Diretor pra gente colocar os anseios da comunidade. A gente colocou muita coisa lá relacionada básico, educação, saúde, meio ambiente, entre outros assuntos. Ainda estão fazendo as rodas de reunião dentro das comunidades, ainda vão marcar o dia da apresentação desses dados que serão juntados e apresentar a proposta de Plano Diretor reformulado para ver se a população aprova ou não (EMERSON MIRANDA – morador da comunidade Caldeirão, 2023).

Esse recente processo em andamento é entendido como uma importante oportunidade que os quilombolas tem de reivindicar anseios básicos das comunidades quilombolas. O projeto de atualização do Plano Diretor está defasado e, com a proposta de atualização com a participação coletiva, esperasse que abranja as reais condições de desenvolvimento territorial, e que estas, possam agregar maior qualidade de vida aos residentes das comunidades quilombolas, sem que no processo des-envolva laços importantes. Na figura 20 podemos verificar a chamada pública para revisão do Plano Diretor com a comunidade caldeirão.

Figura 20 – Chamada Pública da oficina temática do Plano Diretor na comunidade Caldeirão



Fonte: Trabalho de campo, 2023.

O Plano Diretor em vigor está representado pela lei 1.135 de 10 de outubro de 2006. O mesmo, em seu art. 9º, inciso II apoiasse: “no direito a cidade para todos, compreendendo o direito a terra urbana e rural, a moradia, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana e rural, ao transporte, ao serviço público, ao trabalho e lazer” (PMS, 2006, p. 3).

Questões garantidas no Plano Diretor de 2006, são pontos de reivindicações das comunidades quilombolas de Salvaterra e estão relacionadas aos principais conflitos relatados pelas mesmas. A garantia de acesso aos seus direitos estruturais são reivindicação complementares às suas bandeiras de luta étnica e cultural. Por isso, Lima Filho, Silveira e Cardoso (2016) explicam:

As lutas não possuem por base comum apenas as condições aviltantes com as quais os grupos negros rurais sempre tiveram que lidar. Elas estão marcadas também por intensos laços de reciprocidades, alianças políticas, rituais e de parentesco, com objetivos de conquistar ou manter as áreas que sempre ocuparam (LIMA FILHO; SILVEIRA e CARDOSO, 2016, p. 90).

No ambiente rural, a luta se faz no cotidiano das comunidades, com cada uma, entre elas de forma coletiva e para além delas, onde o quilombola estiver, “porque a luta está com ele e vai com ele onde ele for” (HILÁRIO MORAES – quilombola de Caldeirão, 2023). Viver das atividades de pesca e cultivo, de roça e das hortas na comunidade Caldeirão é resistir, é lutar.

Mesmo existindo muitos pontos de pesca, as atividades de pesca funcionam como renda complementar as famílias de Caldeirão. “Antigamente não era assim, a comunidade tinha uma rotina diferente, bem pacata, com menos moradores, com maior área de plantio, agora as terras estão escassas e os peixes também. Agora a rapaziada mais jovem busca novas fontes de renda, eu permaneço aqui” (MANECO - quilombola de Caldeirão, 2022). A figura a seguir mostra algumas áreas de pesca na comunidade Caldeirão.

Figura 21 – Território de pesca na comunidade quilombola Caldeirão



Fonte: Trabalho de Campo.

Em muitas residências percebe-se a existência de canoas nos quintais, usadas nas atividades de pesca. As atividades rurais em Caldeirão não se expressam somente nas típicas atividades econômica desempenhadas, mas, nas relações estabelecidas com esses espaços e com a natureza. Na comunidade encontramos algumas áreas de roças de macaxeira e milho, e pequenas hortas de cheiro verde e salsa e algumas verduras como couve, pimentão e chicória. Algumas áreas de roças de Caldeirão podem ser observadas na figura 22.

Figura 22 – Area de roça e horta na comunidade quilombola Caldeirão



Fonte: Atividade de campo, 2023.

O cultivo de milho e macaxeira é realizado por algumas famílias locais. As residências possuem áreas descampadas com grandes quintais. Para muitos a agricultura familiar é uma atividade econômica complementar. O pouco que produzem costuma ser usado para uso próprio, por ser pequenas quantidades. Nos quintais encontramos muitas árvores e frutas, como: abacaxi, abacate, açaí, bacaba, banana, goiaba, limão, pimentas, acerola, caju, ameixa, castanha do Pará, siriguela, cajarana, manga, jaca, cupuaçu, jutaí, juru, bacuri cupuaçu, ata, cana, coco, marajá, cacau, piquiá, jambo, pitomba e outras.

Existem algumas casas de forno usadas na produção de farinha. Quando observado o conjunto das famílias residentes em Caldeirão percebe-se também o vínculo de trabalho com a

terra. Para muitos as atividades para plantar, colher, pescar, preparar a farinha, tirar a goma de tapioca, o tucupi, extrair o mel de abelha, cultivar de plantas medicinais, entre outras atividades, é uma atividade usual. Um trabalhador rural dos mais antigo na comunidade Caldeirão, conversando enquanto trabalhava em um final de tarde na comunidade Caldeirão, explicou que estava no preparo, primeiro, da goma de tapioca e, no dia seguinte, iria acordar bem cedo para fazer a farinha. Ele explica:

Tem três tipos de macaxeira tem amarela tem a branca e tem a outra a macaxeira que eu cortei já é para plantar os galhos dela tá grilando lá já, para não perder ela todo ano eu planto, todo ano eu tenho quando quero macaxeira para fazer bolo eu faço arranco aquele pé e planto novamente aí no outro ano tu vai lá tem o pé plantado, a cabeça dele corta aquelas ponta tudinho e mete de novo na terra, uns que tem aqui que estão por aí são tudo arrancado cortado e plantado de novo (MANECO – quilombola de Caldeirão, 2022).

A figura 23, abaixo mostra o senhor Maneco trabalhando no quintal de sua residência na produção da farinha, goma de tapioca e extraindo o tucupi.

Figura 23 – Produção de farinha na comunidade quilombola Caldeirão



Fonte: Trabalho de Campo, 2022.

O senhor Maneco explica que as coisas na comunidade Caldeirão já mudaram muito. “Eu tenho um bom tempo de lavoura tenho 63 eu comecei com meu pai, com 18 anos eu já tinha roça, já via a vó fazer. Ela ficava com meu avô lá para o sítio tinha roça com ele com meu pai, tá aí, tenho uns 40 anos de experiência aí todo mundo vem aqui comigo”. O mesmo informa que trabalha nas atividades rurais desde jovem e é isso que ele sabe fazer. “Hoje em dia não é mais assim, o jovem vai para a escola, até sai da comunidade para estudar mas quando volta não quer trabalhar na terra e nem sabe, muitos tentam trabalhar com outras coisa mas aqui, não tem muitas oportunidades” (MANECO – quilombola de Caldeirão, 2022). Segundo uma liderança da comunidade Bairro Alto, o futuro das comunidades quilombolas estão nos jovens das próprias comunidades que devem aprimorar as técnicas e valorizar sua história de vida, transformando o conhecimento em estratégia de resistência. A mesma diz:

Eu acho que mostrar para a juventude, o povo mais jovem, que ele pode sobreviver da terra, do próprio cultivo é essencial e pode ser uma das maneiras de transformar muitos jovens que não acreditam nisso, porque cresceu já virou adulto vendo essa transformação e a gente vai retomar isso mostrar na prática esses fatos, vendo que a gente já consegue sobreviver daquilo que produz é muito bacana é essencial para a manutenção das comunidades rurais (PÁSCOA – quilombola de Bairro Alto, 2021).

A assessoria da Malungu, em seu site *on-line* expõe que “a palavra quilombo é originária do idioma africano *quimbunco*, que significa: sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupo étnicos desenraizados de suas comunidades.” (SOUZA, s/d). Na comunidade quilombola Caldeirão a valorização de sua história é parte educacional e instrumento de ensino para as crianças que estudam na comunidade, pois entende-se que:

“(...) a educação quilombola deve instigar o negro a ter consciência de sua história, suas lutas, rupturas, dificuldades e superações afim de problematizar que o povo sem identidade tem sua autoestima diluída, porém quando se joga à luz do conhecimento na trajetória do movimento negro e a constituição do quilombo, as conquistas são exemplos salutareos de como superar as heranças de um sistema racista criminoso.” (SAN TOS; PAIXÃO e AMARAL, 2019, p. 145).

Em Caldeirão tem 2 escolas. A E.M.E.I Quilombola Maria Marlene Santos Miranda que atende 4 turmas da educação infantil, maternal II, pré-escola I e pré-escola II. A outra, E.M.E.F. Quilombola Sebastião de Assis Gonçalves atende alunos do fundamental menor, do 1º ao 5º ano e fundamental maior do 6º ao 9º ano. Uma professora da comunidade explica: “Eu trabalho na escola Maria Marlene que tem aproximadamente 64 alunos. A cultura quilombola está inserida no currículo escolar, mas apenas 3 professores da escola são da comunidade Caldeirão” (NILMA SANTOS, professora de Caldeirão, 2023). A mesma ainda

aponta alguns elementos que ajudariam a melhorar a qualidade do ensino-aprendizagem na escola que trabalha citando: “melhorias nas questões estruturais do espaço, pois não é adaptado para a faixa etária das crianças pequenas, materiais pedagógicos como jogos de encaixe e etc.”.

O acesso a educação de qualidade é uma bandeira de luta das comunidades quilombolas de Salvaterra. Os quilombolas licenciados exigem maiores oportunidades de ocupar seus espaços de trabalho nas comunidades que residem. Muitos outros que se formam em outras áreas buscam oportunidades de empregos na própria comunidade.

Os jovens veem no ensino superior uma oportunidade de crescer e trazer retorno para suas comunidades. Sobre isso um quilombola de Caldeirão opina: “seria muito bom os jovens hoje em dia aprenderem a fazer esse trabalho porque é muita pouca gente que sabe, não é uma coisa que a gente aprende assim olhando numa receita é uma coisa que a gente tem que ter experiência ver” (MANECO – quilombola de Caldeirão, 2022).

O Processo Seletivo especial Indígena e Quilombola (PSE I/Q) oferecido pela Universidade Federal do Pará (UFPA) tem sido uma das formas de acesso do quilombola de Salvaterra a universidade pública. “O PSE I/Q oferta duas vagas em cada um dos 193 cursos de graduação da Universidade Federal do Pará” (UFPA-PSE I/Q, 2023).

Para além do acesso à universidade a permanência também é resultado de resistência e superação das dificuldades no trajeto, moradia, alimentação e distanciamento de familiares e amigos. “Longe da comunidade para frequentar a universidade nos distanciamos da rede de apoio familiarizada e muitos nem conseguem permanecer” (SAMARA – quilombola de Caldeirão, 2021). Apesar das dificuldades, os quilombolas reconhecem que o PSE foi uma oportunidade para os jovens das comunidades quilombolas de Salvaterra que já acessaram esse recurso ou mesmo sonham em ter essa oportunidade. Segundo a assessoria da UFPA:

Uma das novidades previstas para o PSE-Indígenas e Quilombolas 2023 é a realização da reoferta, modalidade que foi novidade no Processo Seletivo 2022 (PS 2022) e que agora também será realizada, de maneira diferenciada, no PSE-IQ. A ideia da reoferta é dar a possibilidade de os(as) candidatos(as) aprovados(as) no processo seletivo e não classificados(as) em suas escolhas iniciais optarem por concorrer a uma vaga em outro curso que tenha vagas não preenchidas, disponibilizadas pela reoferta. O processo otimiza a ocupação de vagas em cursos de graduação da UFPA e amplia as possibilidades de entrada dos inscritos na seleção (UFPA/PSE I/Q, 2023).

Muitos jovens de Caldeirão acessaram a universidade através do PSE, no entanto após a formação encontraram dificuldades de permanência no curso e de se inserir no mercado de trabalho relacionado a área de formação profissional, como conta um jovem de Caldeirão.

Para mim acessar a universidade foi viver uma experiência única, mas ao mesmo tempo tive muita dificuldade em 2014 quando fiz o Processo Seletivo Especial Quilombola. Eu conseguir passar no curso de ciência da computação, chegando lá na UFPA tive muita dificuldade. Como eu nunca gostei de cálculo o curso exigia muito, aí eu desistir. E foi aí que eu pesquisei os cursos na própria universidade. Teve uma feira de apresentação de cursos para agente entender o que queríamos, foi quando me deparei com Curso de produção Multimídia. Sempre gostei de trabalhar com áudio, imagem e vídeo, e vários outros temas que incluíam no curso. Aí foi que em 2016 fiz a prova PSE novamente e conseguir passar. Descobri um mundo novo de grandes descobertas na parte de tecnologia. (...). Sai de lá pronto pro mercado de trabalho e foi quando eu mais fiquei triste porque o mercado em Belém pro meu curso, até tem, mas para conseguir e muito difícil. (...). Voltei pra minha comunidade quilombola com a intenção de repassar o que eu aprendi prós jovens em forma de ministrar cursos de informática, design, Exel entre outros, referente a computação, mas não tive estrutura para desenvolver a proposta. Mas ajudo muito com meu conhecimento. Toda vez que tem um evento aqui pessoas me procuram muito pra fazer um panfleto, uma logo, ou um cartaz pra divulgar qualquer coisa. Pra minha carreira profissional foi muito bom, eu aprendi muito, só não pude até hoje repassar o que eu aprendi para os outros. O que eu queria muito é conseguir um emprego na minha área, foi frustrante eu não ter uma oportunidade (JEAN – jovem quilombola de Caldeirão, 2023).

Na comunidade quilombola Caldeirão a educação escolar também é um símbolo de luta cotidiana. Nesse sentido, o Estatuto Social de Caldeirão prevê em seu objetivo específico XIII “apoiar a participação de estudantes quilombolas pertencentes ao Território nos processos seletivos especiais para ingresso no ensino superior, pós-graduação, mestrado, doutorado e PHD, na forma do seu Regimento Interno ou Resolução”. Entre os direitos garantidos, expressos no acesso a políticas públicas, destacam-se a existência de estratégias de permanência a elas, assim como, a necessidade de novas oportunidades de crescimento profissional, que seja pensada a longo prazo para que esses sujeitos não sejam invisibilizados junto com a propagada justiça prometida aos mesmos.

3.3 O cotidiano da comunidade quilombola Caldeirão

No cotidiano na comunidade quilombola Caldeirão as relações se estabelecem entre as atividades domésticas, trabalho, estudo, lazer e demais necessidades. Em muitos momentos, durante as atividades de campo, acompanhar o cotidiano da comunidade também abrangeu acompanhar o cotidiano da família de seu Elias³⁰. A dona da casa cuidava das atividades domésticas, o filho mais velho trabalhava com projetos educacional e o filho caçula ajudava o pai que é coordenador da associação de rabeteiros da comunidade Caldeirão e em seu tempo livre também é *DJ*. A família reside na comunidade com seus familiares (tios, primos e avós).

³⁰ A família de seu Elias alojou-me durante as atividades de campo realizada na comunidade Caldeirão.

Assim, como a família do senhor Elias, existem muitas famílias na comunidade que não desenvolvem atividades tipicamente rurais, no entanto se autodenominam como comunidades rurais, pois vivem essa relação no território. Cultivam plantas, usam os recursos de benzedeiros, parteiras, pescam para consumo familiar e ajudam familiares na produção da farinha e outras atividades, sempre que necessário. Um quilombola de Caldeirão expõe:

Nosso território foi muito devastado pouco se trabalha com produto da natureza, mesmo assim temos famílias que realizam atividades extrativistas, trabalham direto com coleta do açai. Tem algumas pessoas que trabalham com produção de óleos vegetais, no caso, andiroba, copaíba, óleo de bicho do tucumã, óleo de coco, entre outros. Tem também alguns que, além dessas atividades, trabalham em atividades voltadas para empresa privada e alguns que fazem o serviço aqui na cooperativa de mototaxista, trabalham na associação da rabeteiros também (...). (EMERSON MIRANDA – comunidade Caldeirão, 2023).

Os quilombolas de Caldeirão adaptam-se as oportunidades e necessidades impostas. Não são só trabalhadores rurais, pois diariamente migram nas atividades exercidas, como explica uma moradora: “conheço mototaxista que também é o apanhador de açai” (NETE – quilombola de Caldeirão, 2023). Em Caldeirão alguns quilombolas trabalham na cidade ou em cargos municipais ou em outras comunidades.

O cotidiano da comunidade se faz com luta e resistência, pois entendem que “viveram ao longo do tempo e ainda vivem situações semelhantes relacionadas com a perda de seus territórios de pesca, de extrativismo e de produção agrícola. Isso tem gerado inúmeros conflitos com os fazendeiros locais, detentores de poder político e econômico (...) (LIMA FILHO; SILVEIRA e CARDOSO, 2016, p. 89).

No entorno da comunidade Caldeirão o número de empresas instaladas vem crescendo. Sua instalação e atuação no território quilombola de Caldeirão protagoniza muitos conflitos relacionados a impactos ambientais, desterritorialização, atração de novos residentes entre outros, que com muita frequência também acontecem nas demais comunidades quilombolas de Salvaterra.

Destaca-se que, muitas das falas das rodas de conversas nos campos realizadas, se pauta na afirmativa de que todas as comunidades passam por conflitos e que, quanto mais longe dos empreendimentos menores impactos ao meio ambiente e conseqüentemente as famílias que dela se utilizam como meio de subsistência, e mesmo, quando somente mantem uma relação mais particularizada com a natureza. Abaixo, figura das empresas instaladas em Caldeirão.

Figura 24 – Algumas empresas instaladas no território quilombola de Caldeirão



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Na figura 24 estão representadas as empresas de gelo, de pesca, de materiais de construção, as maiores na comunidade. Uma moradora explica que um dos conflitos relacionados se referem ao impacto ambiental, a poluição dos igarapés. “A empresa de pesca joga os peixes mortos no igarapé, inviabilizando o uso comum” (moradora de Caldeirão, 2022).

Nas comunidades quilombolas de Salvaterra as mudanças impostas pelo crescimento populacional constituem relação rural-urbano vivenciada e fortalecida por estratégias de permanências, assim como na comunidade quilombola Caldeirão. As dinâmicas e conflitos cotidianos vivenciados, ressaltam as estratégias de mitigação usadas nas relações que se dão no território e, no processo, evidenciam as contradições e tensões sociais.

Entre as mudanças observadas pelos moradores de Caldeirão, sobre a percepção de redução do território, e mudanças de hábitos dos residentes, principalmente dos mais velhos, foi citado o recente asfaltamento da rua principal como uma ação conflituosa, pois, muitos entendem que o asfalto veio para atrair cada vez mais investimentos. Observar figura 25.

Figura 25 – Asfalto na comunidade quilombola Caldeirão



Fonte: Trabalho de campo, 2022.

Junto as novas técnicas e demandas de serviços atraídas pela chegada do urbano, criam-se novas estratégias de permanência no território garantindo direitos de acesso, qualidade e inovação oferecida pelos típicos cenários urbanos, que atraem maiores demandas de serviço e investimento público. Um desses atrativos seria o asfaltamento que chegou na principal vias de acesso da comunidade Caldeirão. Os moradores gostaram, mas também gostariam de terem sido consultados sobre as demandas prioritárias na comunidade quilombolas. “O posto de saúde não tá mais funcionando a muito tempo. O retorno do funcionamento sim seria um benefício para a comunidade (...). O asfalto é bom, mas ninguém perguntou o que estamos precisando” (MARIA AUXILIADORA – quilombola de Caldeirão, 2022).

Em conversa com os moradores da comunidade foi possível perceber conflitos com empresários que querem comprar grande parte do lote que segundo os mesmos é de uso de caça da comunidade; mudança nas relações de trabalho dos antigos rabeteiros que a muitos anos trabalham na atividade de transporte de passageiros (principalmente para Soure); trabalhadores da malha urbana que fazem o que tende a ser uma migração pendular de trabalho e não deixando de realizar atividades de agricultura familiar no fim de semana; tem os que mantem relação comercial mais próxima com o município de Soure e não de Salvaterra (por vários motivos como: dificuldade de transporte, distância, variedade de serviços, economia de gastos e etc.); venda de drogas na comunidade; bar com música alta até tarde da noite; e ainda preliminarmente informam haver em Caldeirão uma divisão da comunidade pelos que não se reconhecem enquanto quilombola, e etc. Abaixo, apresenta-se um quadro que busca evidenciar os conflitos, mais comuns, relatados pelos quilombolas de Caldeirão:

Quadro 7 – Principais conflitos mencionados pelos moradores de Caldeirão

CONFLITOS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CALDEIRÃO	
Internos	Externos
<ul style="list-style-type: none"> - Ser ou não quilombola (pertencimento étnico) - O papel das empresas no território - Vendas de terra no território - Ser um sócio da associação quilombola - Ser quilombola ou remanescente de quilombo 	<ul style="list-style-type: none"> - Conflitos ambientais - Conflito com fazendeiros e empresas - Conflito com trabalhadores atuando no território - Conflitos com moradores invasores - Conflitos a gestão administrativa
Internos e Externos <ul style="list-style-type: none"> - Conflitos pelo uso do território - Conflitos sobre valorização cultural 	

Fonte: Trabalho de campo. Elaborado pela autora, 2023.

Tais conflitos são enfrentados por uma série de estratégias de resistências que cotidianamente são reinventadas. A permanência no território de origem acaba por ser, também, em defesa do que o próprio chamado progresso despeja como mazelas no processo. Agrega-se a isso a degradação do ambiente natural (poluição ambiental, rios, desmatamento, redução fauna/flora, e espaço de cultivo) impactando diretamente os quilombolas que lidam com atividades de caça pesca e cultivo em seu cotidiano.

Entre os conflitos internos destaca-se o pertencimento étnico entre os quilombolas de Caldeirão que funcionam como uma aliança no comprometimento de luta. “O caráter étnico comum, a partir daquele momento, vai ligar os quilombolas para além das diferenças produtivas com as quais sempre se autodefiniram anteriormente” (LIMA FILHO; SILVEIRA e CARDOSO, 2016, p. 91). Destaca-se a existência de algumas pessoas contactadas na

comunidade Caldeirão que não se declararam enquanto quilombolas, mas também, não declararam abertamente não o serem, preferindo não responderem sobre essa questão. Alguns relatam que a raiz do problema está na proposta de uso coletivo dos espaços que muitos tem enquanto propriedade privada, ou mesmo, na possibilidade de que com o título definitivo do território alguns sejam obrigados a sair.

Para os quilombolas de Caldeirão o funcionamento das empresas locais deveria ser fiscalizado de perto, evitando assim maiores impactos ambientais e exigindo das mesmas, comprometimento social com vagas de empregos para os residentes locais, e direcionamentos de impostos para serem aplicados em melhorias sugeridas pela comunidade quilombola.

O cadastro das famílias na associação da comunidade quilombola prevê pagamento de uma contribuição mensal de 10 (dez) reais – direcionados a manutenção da estrutura da mesma -, situação que grande parte das famílias não regularizam. Tal situação acarreta impedimentos de formação das lideranças e descontrole do número de famílias residentes no território. “Tem que cumprir com suas obrigações enquanto parte de um coletivo para poder ter acesso aos seus direitos, como declaração para participar do PSE I/Q” (AUXILIADORA – quilombola de Caldeirão, 2023). Entre as responsabilidades do quilombola estão a valorização local. Sobre isso a residente expõe:

Quero falar para essa nova diretoria que tem que colocar lá nas regras que se quiser declaração para fazer PSE a mãe tem que dá valor na escola da própria comunidade quando tiver criança né, dá pra entender quando não tem a série né, mas tem, aí pega e leva para Soure ou Salvaterra e às vezes é o mesmo professor, e ainda atrapalha fechar a turma daqui tendo vaga para todos. A escola é grande, tem quatro salas funciona de manhã e de tarde (AUXILIADORA - quilombola de Caldeirão, 2023).

O conflito de interpretação de se autodenominarem quilombola ou remanescente de quilombo foi identificado quando, algumas vezes, corrigido por moradores quilombolas quando o termo ‘comunidade remanescente de quilombo’ era usado. Eles que não se veem enquanto remanescentes e solicitavam que se chame de comunidade quilombola, apesar de entenderem que comunidade remanescente de quilombo se trata do termo definido na lei.

Esse novo universo de pertença étnica, identitária, territorial, construído com base em alianças políticas entre comunidades quilombolas, atualmente está fundamentando as ações dos grupos, principalmente quando se trata de expor publicamente o sentimento de pertença a uma comunidade negra quilombola e rural, de externar o orgulho e a luta por cidadania no contexto marajoara. Isso se coaduna com um percurso histórico que vai desde a chegada às comunidades de Salvaterra do conhecimento sobre o direito ao reconhecimento e à titulação do território, (...) (LIMA FILHO; SILVEIRA e CARDOSO, 2016, p. 91).

Em Caldeirão a socialização dos conflitos possibilitam pensar em estratégias de combate e mitigação, no processo de partilhar experiências. Logo, as festas como organização política surgem como instrumento de articulação de ideias e ação. Os encontros entre os sujeitos permitem um fortalecimento do coletivo, possibilitando maior resistência aos desencontros cotidianos que conflitam no processo de efetiva afirmação de direitos de seus territórios. Uma quilombola de Salvaterra afirma que:

No processo de luta é visível o trabalho da comunidade de cobrar, de dizer o que tá faltando para nos reafirmar. Desde o começo que a gente começou lá em 2003, no tempo da professora Rosa, lembro que passamos o dia lá em Bacabal e as lideranças reunindo todo mundo e fazendo a cartografia social, mas a comunidade mudou muito desde o primeiro mapeamento (...), começa e logo termina bem ali no canto, não segue mais para lá, só essas duas ruas, só esse pedacinho (...). (Relatos de moradora quilombola de Caldeirão, em 24/03/2022)

A quilombola de Caldeirão destaca que houve perda de território na comunidade, mostrando o espaço de uso da comunidade, apontando para um croqui desenhado pelos moradores mais antigos da comunidade em 2013 durante a participação de um projeto de cartografia social. Destaca-se que nas rodas de conversas em que participam comunidades quilombolas de Salvaterra, é comum ouvir relatos de moradores das comunidades que percebem a redução do espaço de uso comum, explicando que geralmente esse espaço é perdido para a propriedade privada, como fazendeiros e empresários locais. “Em grande parte a perda do território também pode ser explicada pela venda irregular de terras de moradores para pessoas de fora da comunidade” (SAMARA – quilombola de Caldeirão, 2021). Essas novas pessoas acabam por contribuir em seu convívio diário com conflitos.

Entre os conflitos externos, que envolvem os quilombolas da comunidade Caldeirão e os sujeitos de fora da comunidade, os moradores citam com maior facilidade o impacto ambiental motivado por ações de fora da comunidade como os numeros crescente de queimadas, pois “(...) muitos fazendeiros queimam irresponsavelmente as matas de arvores centenárias para produzir a soja, ou seja o que for. Isso trás consequencias para todos” (HILÁRIO, quilombola de Caldeirão, 2021).

Na comunidade Caldeirão os conflitos ambientais são consequentes de ações de fazendeiros que além de restringir o território de uso comum em seus limites territoriais, “(...) são intrusos que não se reconhecem enquanto quilombolas, não respeitam o uso do território, nosso modo de sobrevivência e nem a história de luta que tentamos fortalecer no coletivo” (AUXILIADORA – quilombola de Caldeirão, 2021). As empresas intaladas no território não são abertas ao diálogo. Uma das principais reclamações citadas é referente ao barulho que

fazem no processo de produção. Uma moradora relata: “(...) as máquinas começam a funcionar de madrugada, as vezes 3 horas da madrugada e aqui em casa ninguém mais consegue dormir. Alguns moradores da redondeza até reclamam, eles dão uma amenizada, mas não adianta, nessa madrugada já começou a barulheira de novo” (ISABEL - quilombola de Caldeirão, 2022).

O conflito com moradores de fora atuando no território quilombola está relacionado a alta velocidade de mototaxistas ou motoristas de vans (o transporte coletivo comumente usada) nas ruas, assim como o barulho das businas em alguns casos. No território da comunidade tem um ponto de mototax, próximo a rampa do porto da balsa que faz a travessia Salvaterra/Soure. “Esses mototaxista são de fora da comunidade, se juntaram e monopolizaram o espaço, atuam dentro da comunidade, mas não são da comunidade Caldeirão” (EMERSON MIRANDA, quilombola de Caldeirão, 2023).

Alguns moradores da comunidade explicam que as invasões no território foram estimuladas pela gestão da época que buscavam exercer uma política de ampliação urbana na área comercial de Salvaterra. Um morador área de ocupação São Veríssimo, dentro do território de Caldeirão, trabalhador da fábrica de produção de queijo em Soure explicou que “foi bom porque desafogou a área comercial de Salvaterra”, onde morava com a mãe.

O conflito citados pelos quilombolas de Caldeirão que envolvem a gestão administrativa, se materializam em omissões dos direitos desses sujeitos no processo de exercer ações como: não consultar a comunidade, não fiscalizar ou punir quem degrada o meio ambiente, não regularizar atuações trabalhistas ou respeitar a cultura no território dos que, por direito reconhecido, buscam valorização e respeito nas relações que se estabelecem cotidianamente. “A gestão se omite e por isso a luta não pode parar ou iremos retroceder” (RAIMUNDO NOVAES, quilombola de Caldeirão, 2023).

Os conflitos internos e externos, que envolvem as relações mais gerais, para além da comunidade, se expressam nos conflitos pelo território e na desvalorização cultural quilombola. “Dentro da comunidade isso é visto nos funcionários públicos concursados que não trabalham a realidade da comunidade e suas especificidades” (EMERSON MIRANDA, quilombola de Caldeirão). Na interação rural-urbana dos residentes “buscamos resgatar as especificidades de ser quilombola em Caldeirão” (RAIMUNDO – comunidade Caldeirão, 2023).

Uma moradora esclarece: “Te contar essas coisas todas, não é reclamar, não significa que desprezaremos o novo, muito pelo contrário, só não desvalorizamos os velhos hábitos que relembram nossos antepassados, como eles foram criados e nos criaram, onde nossa história

pela sobrevivência nasce” (CARMEM LÚCIA, quilombola de Caldeirão). Nas comunidades quilombolas de Salvaterra é exposta a existência de conflitos pelo uso do território e relacionados a valorização cultural. É após identificar o conflito que os quilombolas criam estratégias de permanência. “Esse conflito socialmente estabelecido ganha expressão no espaço geográfico através de suas dimensões rurais e urbanas” (BRINGEL, 2006, p. 30).

Como estratégia de luta no coletivo, para que se alcance pautas importantes que tragam melhoras significativas para as comunidades quilombolas, se reconhece a importância do papel da juventude no fortalecimento do coletivo. Nesse sentido, uma liderança propõe:

Devemos mapear jovens que ainda estudam na comunidade e jovens que já estão fora, para entender sob pontos de vistas diferentes, suas experiências contadas. Buscar compreender como estes conseguiram chegar lá fora e como que ele se estruturou, resgatando o olhar deles para valorização da agricultura familiar. Como eles veem? Qual a diferença que estão vendo? E sobre os que estão na dentro da comunidade: como que eles veem? Que perspectiva eles têm para trabalhar dentro da comunidade, ou melhor, de continuar trabalhando? Mostrar essa diferença, porque muitas das vezes, muitos jovens vão para a cidade achando que é um mar de flores, que é muito melhor que na comunidade, do outro lado tem os que ficam na comunidade, mas não conseguem enxergar na universidade como que eles sentem essa sobrevivência. Enfim, fazer uma comparação disso e focar. (...), a exemplo, não podemos ficar comprando frutas de outro estado que sai muito mais caro. Tentar colocar essa ideia para a comunidade (PÁSCOA – quilombola de Bairro Alto, 2022).

Os quilombolas de Salvaterra deixam claro que eles não são só sofredores, são isso sim, mas eles também são festa, são laços, são cultura, são lutas e estratégias de superação. Não podem ser definidos pelo o que têm ou não tem, mas também, pelo o que precisam ter, pelo que reivindicam que é, principalmente, os títulos definitivos de seus territórios.

Capítulo 4 - APROFUNDANDO A RELAÇÃO RURAL-URBANO PROTAGONIZADA PELOS SUJEITOS

A territorialidade concretiza-se em práticas quotidianas, na perseguição de estratégias de vida e de trabalho, na execução de ações que são criadoras da existência material e social e que possuem uma dimensão histórica. Ela retrata as dimensões complexas e múltiplas que interrogam no atual contexto histórico sobre a reprodução material e social de sujeitos coletivos
(MARIN, 2010, p. 36).

De forma macro pensar os diversos espaços onde se conectam o desenvolver de um mundo globalizado, possibilita compreender a prática de comunidades específicas, analisando sua história e cultura. Nesse sentido, a geografia se propõe a captar a luta e ação política em uma abordagem dialética que permitam perceber as contradições e os conflitos deixados na sociedade. Para entender essa dinâmica em escala local, marcada por um contexto histórico de formação, pressupõe-se analisar suas relações na perspectiva rural-urbano, que entre outras coisas, possibilita identificar, principalmente em cidades pequenas, as “manifestações das ruralidades na cidade e das urbanidades no campo” (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2021, p. 10).

As transformações territoriais recentes no campo brasileiro estão presentes nas relações cotidianas. Identificar seu movimento nos permite, minimamente, entendê-los. “Como se sabe, a realidade é a única referência para submetermos à discussão nossas concepções teóricas” (OLIVEIRA, 1999, p. 65). Para Malcher (2007, p. 166), no cotidiano “estas práticas socioespaciais demandam formas de organização e apropriação que se disseminam de diversas formas a partir da territorialidade destes sujeitos, sendo concretizadas em ações distintas no território” (MALCHER, 2017, p. 156). Segundo Cruz e Mello (2021):

Para compreender as práticas de gestão e uso do território é preciso conhecer as estratégias de reciprocidade que vinculam as famílias locais, resultante do seu *habitus* dentro da dinâmica histórica e sociológica, configurando o circuito do ‘dar, receber, retribuir’ (MAUSS, 2003), mas considerar também a existência de conflitos, sejam internos às vilas e comunidades sejam entre vizinhos e conhecer suas estratégias de conciliação e superação das dificuldades (CRUZ e MELLO, 2021, p. 69).

De forma geral, pretende-se neste capítulo uma reflexão de como os habitantes das comunidades quilombolas de Salvaterra, e em especial, da comunidade Caldeirão mantem

suas relações cotidianas com o urbano. Isso pode se dar através de algumas clivagens – econômica (atividades que os quilombolas unem os dois processos de forma contraditória), social (migrações temporárias e permanentes entre esses dois espaços, processos educacionais e processos formativos, busca pela saúde, etc.), cultural (diversas manifestações, tanto as que ocorrem no próprio território como na cidade - como os jogos quilombolas e o desfile cívico quilombola de 06 de setembro, manifestações religiosas, festival de cultura marajoara etc.), e percepções ambientais dos sujeitos sobre os dois espaços.

Destaca-se o entendimento considerado pela Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (Malungu), de que:

O jovem rural, seja ele quilombola ou não, está inserido em um contexto (o meio rural) que ao longo do tempo veio passando por importantes transformações. O desenvolvimento dos meios de transportes e das tecnologias da informação vem aumentando a interação cultural entre o meio rural e urbano e com isso as referências para a construção das identidades e dos projetos de vida para o futuro. Em muitos contextos rurais já podemos verificar a presença não só da televisão, rádio, celular, mas também da internet. Todas essas transformações propiciaram (...), um estreitamento das fronteiras entre o rural e o urbano (CUPERTINO, 2012, p. 73 *apud* MALUNGU, s/d, p. 33).

O método de pesquisa no percorrer do desenvolver da temática possibilitará um olhar para além da particularidade, evidenciando as influências históricas enraizadas no processo e as suas consequências como resultantes prováveis de um processo em movimento, na qual, a ideia e ação de desenvolvimento do país proporcionou um estreitamento entre as relações rural-urbano. Sobre isso, Bringel (2006) considerando, também, a concepção de Oliveira (1995) sobre a temática, explica que:

Este fato é produto de uma contradição intensificada pelo processo de globalização: a cidade e o campo vão se unindo. Não significa a eliminação de suas diferenças "ao contrário, aprofunda-as, tornando cada uma mais específica, porém cada vez mais portadora da característica geral da outra" (OLIVEIRA, 1995: 474). Nesse sentido, a cidade acaba sendo palco e lugar de lutas rurais e/ou lutas urbanas que ocorrem em áreas rurais. Espaço rural e espaço urbano se confundem, ao mesmo tempo em que se diferenciam por suas especificidades (BRINGEL, 2006, p. 25).

As comunidades tradicionais, de forma geral, para além do município de Salvaterra, estão em uma relação constante com o meio rural-urbano. "O espaço socialmente produzido (LEFÈBVRE, 2006, 2008, 2013) da Amazônia está intrinsecamente vinculado ao processo de acumulação (OLIVEIRA, 1999, 2000)" (*apud* LIMA, 2021, p. 8), logo, na interação surgem os conflitos relacionados aos novos modos de produção que demandam, como na rizicultura em Salvaterra, "(...) preocupação com riscos ambientais associados à utilização de defensivos

agrícolas e fertilizantes, à captação e descarte de água, além de agravar outros problemas pré-existentes, como a restrição de acesso e utilização” (CRUZ e MELLO, 2021, p. 66).

O histórico marajoara com suas especificidades territoriais, nos convida pensar as mudanças socioespaciais em Salvaterra considerando as relações estabelecidas entre os diferentes modos de vida causando, conseqüentemente, conflitos cotidianos vivenciados pelos moradores das comunidades de remanescentes quilombolas, que serão analisadas, de forma aprofundada, a partir da comunidade de Caldeirão.

Sobre a vivência no território Haesbaert (2002) nos explica que:

“(…) as sociedades tradicionais eram mais territorializadas, enraizadas, e que a sociedade moderna foi-se tornando cada vez mais ‘resificada’ ou reticulada, quer dizer, transformada através de fluxos cada vez mais dinâmicos, marcados pela velocidade crescente dos deslocamentos, passados de um mundo ‘tradicional’ mais introvertido para um mundo ‘moderno’ cada vez mais extrovertido e globalizado.” – Grifos do autor (HAESBAERT, 2002, p. 122).

Sobre a lógica da construção do território e que são caracterizadas por singularidades específicas nas relações, cabe entender o que o autor Ariovaldo Umbelino de Oliveira explica: “O território é, assim, efeito material de luta de classe travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e o proprietários de terra” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

4.1 A relação que se estabelece entre o Rural e o Urbano

O campo industrializou-se, porém ele continua sendo o campo, o mundo rural com suas especificidades, agora contraditoriamente mais conflitado (OLIVEIRA, 2004, p. 45).

Torna-se necessário enfatizar que “campo-cidade e rural-urbano possuem um caráter diverso” (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2021, p. 7) e mesmo reconhecendo e considerando as “(...) inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado” (ALENTEJANO, 2000, p. 102, *apud* RIBEIRO e OLIVEIRA, 2021, p. 7).

Na perspectiva de entender os sujeitos, e expressar sua interpretação do espaço, partimos de abordar suas concepções de rural e urbano expressas em seus cotidianos. Logo, o quadro abaixo, demonstra um pouco da percepção de rural e urbano entendida pelos

quilombolas residentes nas comunidades quilombolas de Salvaterra. Algumas citações podem dimensionar essa realidade vivida pelos sujeitos.

Quadro 8 - A percepção de rural e urbano dos sujeitos da pesquisa

Comunidade quilombola	Entendimento de Rural e Urbano pelos sujeitos
Salvá	“O rural não tem essa estrutura de cidade, mas sim de vila. A zona rural é distante do urbano e, geralmente, é cercada por vegetação mata, essas coisas. O urbano é aquilo que compreende o centro da cidade, o lugar de recurso onde as comunidades vão para suprir suas necessidades para além dos conflitos, é onde está localizado os bancos, a prefeitura, a câmara, o judiciário, a estrutura interna que compõe o município”
Pau Furado	Rural é o ambiente na comunidade quilombola. Lugar onde estão as roças, as plantas, os igarapés, as matas. O urbano seria Salvaterra.
Mangueira	“Rural são as comunidades, são espaços que antes podíamos fazer nossas criações de galinhas e o porco, ter roças, ter o quintal. O urbano é a cidade, é a sede do município.”
Deus Ajude	“Espaço Rural é aquele aonde está as comunidades distantes, localizadas fora do território do Urbano. Então, é onde tem falta de tudo, de políticas públicas na questão de saúde, saneamento, essas coisas (...) / Espaço Urbano é onde já tem bancos, lojas essas coisas”
Bacabal	Rural no campo, nas comunidades / Urbano na cidade, em Salvaterra
Caldeirão	Rural é onde temos agricultura dentro do nosso território. Temos as atividades de extrativismo do açáí, a pecuária, a pesca, a plantação de mandioca / Urbano é um conjunto de estruturas como saneamento básico, asfalto, grandes empresas, atividade econômica bem evoluída e produtiva, escolas de melhores qualidades (médio, fundamental), água encanada.
Rosário	“Rural tem uma prática tradicional, o modo de fazer, de viver, de realizar práticas como o caçar, o pescar, a agricultura da mandioca, do abacaxi, essa parte, lá é onde se concentra os campos, com distância da localização das residências / Urbano tem mais infraestrutura, onde estão as ruas asfaltadas, os hospitais, mesmo que com pouco espaço para realizar nossas atividades”
Boca da Mata	Rural onde tem as roças o igarapé / Urbano onde facilitar o acesso às políticas públicas existentes como o acesso a água potável, estradas de boa qualidade, escolas.
Siricari	Rural é onde existe mais estradas de chão, poucos movimentos em ruas, menos concentração de pessoas e mais áreas de matas verde e plantações. Urbano é considerado a área de cidade, com infraestrutura e onde há grande maior concentração de pessoas.
Cururu	“O rural é o nosso lar, onde tá a comunidade. Urbano é onde se busca estudo, trabalho, aqui faz parte da nossa lida. Tem gente que mora aqui, mas passa maior parte do tempo lá”
Santa Luzia	“Rural é o lugar que encontramos a calma, a sustentabilidade, com diversas formas de sustentar nossas famílias. Urbano é onde temos maior acesso as coisas que necessitamos, aonde podemos conseguir estudar o avançado. Lugar que encontramos oportunidade.”
Providência	“O rural é onde fica as comunidades quilombolas, que é pra fora da cidade, onde fica as vilas / O urbano é onde fica localizada Salvaterra no caso, lá o centro, esse é o urbano.”
Boa Vista	“Nossa comunidade fica no espaço rural da cidade da onde tem uma estrada que começa na PA 154 de Salvaterra e adentra as comunidade aqui do ramal de Boa Vista, Ponta, Deus me Ajude, Providência e vai até na beira do rio de Mangueiras” / Urbano é na cidade.
Paixão	“O espaço rural é o interior da cidade, dos cabocos como diz a minha vó. É muito longe. É muita dificuldade com tudo isso, é a situação precária, é lama, é estrada escangalhado, é um caos mesmo as nossas as nossas vicinais pra cá.” / O urbano é a cidade.
Vila União	“Rural onde as famílias ficam mais isoladas e o urbano onde tem mais facilidade de encontrar emprego e etc.”
São Benedito da Ponta	“Rural área relacionada a terra, em geral, criações de animais. Urbano onde está localizada a cidade com seus prédios, barulho para todos os lados, comércio, grande, poluição.”
Bairro Alto	Ambiente da comunidade é rural. Urbano é Salvaterra, onde tem mais infraestrutura

Fonte: Trabalho de Campo em Salvaterra – Elaborado pela autora, 2023.

No dia-a-dia de cada território vive-se, de forma intensa, o particular e a totalidade da realidade rural e urbana. “É esta intensidade da territorialidade que distingue, (...), o rural do urbano, podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa” (ALENTEJANO, 2000, p. 105). Um fato que pode ser observado nas comunidades negras quilombolas presente no município de Salvaterra.

Destaca-se que, as informações foram respondidas por residentes das comunidades quilombolas de Salvaterra (sendo estas lideranças ou não), durante diálogos em diferentes momentos em que se somam as atividades de campo realizadas. As respostas foram agrupadas por comunidade quando aparecem mais de uma definição entre os residentes.

Geralmente, a oportunidade de questionar sobre a concepção de rural e urbano aos sujeitos surgiam quando era respondido aos mesmo sobre o questionamento que faziam, relacionado ao motivo do interesse na comunidade, momento em que era explicado sobre a pesquisa. O quadro 8 representa as falas dos sujeitos de forma direta ou indireta – conciliando com outros sujeitos da comunidade. De forma unanime, os sujeitos entendem que as comunidades quilombolas ficam localizadas no espaço rural de Salvaterra.

A percepção de rural e urbano para a maioria está relacionada ao tipo de estrutura, atividade exercida e hábitos culturais. Alguns definem o espaço como um lugar de conforto, aconchego ao estranho que para eles seria o urbano. A falta de estrutura material para permanência e acesso a comunidade como: as escolas, posto de saúde, estradas acessíveis, iluminação pública, transporte coletivo, acesso à internet e outros mencionados como relativos ao que se encontra no espaço rural são resultantes da falta de políticas públicas para as populações que ocupam esses espaços.

A falta de estrutura nas comunidades quilombolas de Salvaterra é, entre outras coisas, bandeira de lutas dessas comunidades que lutam pela qualidade de vida em seus territórios, reivindicando seus títulos coletivos, podendo assim, trabalhar na terra, com os recursos da natureza de forma sustentável e responsável, gerando renda para as famílias através da agricultura e extrativismo. “Com os títulos de seus territórios, as comunidades quilombolas poderão captar recursos para projetos ligadas a agricultura e extrativismo, que trarão oportunidades ajudarão as comunidades a reduzirem a pobreza que muitas famílias se encontram” (EMERSON MIRANDA – quilombola de Caldeirão, 2022). Destaca-se que para Milton Santos (2017): “A pobreza é uma situação de carência, mas também de luta, um estado vivo, de luta ativa, em que a tomada de consciência é possível.” (SANTOS, 2017, p. 132).

Os sujeitos identificam o urbano como um lugar de oportunidade, de maiores recursos e possibilidades. Um espaço estruturado que recorrem na interação de suas necessidades básicas. Uma interação rural e urbana estreitada pelo tempo, que em sua dialética compõem as especificidades de um território. E nesse sentido, o território se apresenta como “(...) produto concreto de lutas de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência, sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundantes: proletariado, burguesia e proprietários de terra (OLIVEIRA, 2004, p. 62).

Aparentemente à medida que o urbano cresce, reduz-se a área rural e os moradores que vivem no campo, no entanto, o que ocorre pode ser entendido como a constituição do que o autor citado expõe sobre a existência de vários urbanos e rurais em seu universo de complexidade (ALENTEJANO, 2000). Considerando o exposto, destaca-se que, para Malcher (2017), “a família do espaço agrário (quilombo) não deve ser olhada de forma inteiramente similar à do urbano – os motivos são óbvios, pois as dinâmicas dos entornos são diferenciadas-, no agrário a família extensa é quase sempre mais articulada” (MALCHER, 2017, p. 156-157). Visualiza-se uma inter-relação que acabam perpassando os conflitos no espaço rural brasileiro, em especial da Amazônia.

Becker (2005) afirma que “processou-se na região uma penosa mobilidade espacial, com forte migração e contínua expropriação da terra e, assim, ligada a um processo de urbanização. Em vista disso, a Amazônia teve a maior taxa de crescimento urbano no país nas últimas décadas” (BECKER, 2005, p. 73). O crescimento populacional não veio acompanhado de um planejamento de políticas públicas que alcançassem as necessidades dessa população. Guerra (2015) nos lembra de que, antes, as ilhas funcionavam como reservas de recursos naturais e refúgio da biodiversidade amazônica:

Os setores urbanos caracterizados pela concentração de serviços básicos de saneamento, educação, saúde, transporte e moradia, nos últimos dois séculos, levaram a uma perspectiva em que o espaço e o modo de vida são dados por elementos ditos de urbanização. A referência dos municípios, estados e países são, portanto, as aglomerações, secundarizando-se os espaços dispersos, ordinariamente entendidos como rurais, nos quais ocorre a produção agrícola e pecuária, o extrativismo mineral e vegetal, a caça, a pesca, mas também atividades esportivas, de lazer e entretenimento (GUERRA, 2015, p. 584).

O autor citado, resgata análises de Eidorfe Moreira³¹ sobre a Amazônia e em especial sobre a capital do estado do Pará, considerando-o como “um dos pensadores mais requintados

³¹ Suas contribuições influem filosoficamente sobre intelectuais e gestores atuantes na região, o que dá concretude à sua noção de que o geógrafo é um participante, e não um expectador, do mundo em que vive e exercita a sua profissão (MOREIRA, 1989, p. 7 *apud* GUERRA, 2015, p. 584).

sobre o espaço amazônico” (GUERRA, 2015, p. 284), destacando que durante o período de 1940 à 2010 a zona rural do município de Belém, capital do estado do Pará, se tornou “menos significativa em termos demográficos pelo intenso processo de urbanização, entendido como a chegada de serviços básicos como estradas, transporte regular, energia elétrica, escolas, postos de saúde e comércio” (GUERRA, 2015, p. 586). A área urbana atraía investimentos e parcelas significativas do contingente populacional. Daí a afirmativa de que há um urbano e um rural entrelaçados na Amazônia brasileira, mostrando “que as ilhas do arquipélago belenense vêm se modificando e integrando paulatinamente à dinâmica da sede municipal”. (GUERRA, 2015, p. 588).

Para entender melhor a dimensão sócio-espacial, faz-se necessário compreender a concepção da situação espacial como uma análise conjunta do meio em que está inserida. Para Ribeiro (2019), “a essência do conceito destaca a necessidade de se entender a cidade não mediante a sua simples localização física, mas a partir de sua inserção num determinado quadro de interações espaciais” (RIBEIRO, 2019, p. 123). Da mesma forma, as relações rurais para serem compreendidas devem ser desprovidas de conceitos prévios, analisando sua interação. Na tentativa de melhor entender as relações estabelecidas nos bairros rurais do município de Salvaterra, Lima Filho (2014) recorre a Queiroz (2006) quando explica que:

Bairro rural não é sociedade primitiva, mas ambos, à medida que se mantêm íntegros e afastados das influências introduzidas pelo avanço da sociedade capitalista, exibem profundas semelhanças no modo como se organizam e se reproduzem. (...) a formulação de Marx relativa a algumas formações econômicas pré-capitalistas sintetiza o que há de comum entre elas: nessas formações, acentua Marx, o objetivo da produção é o homem, ao contrário do que predomina no mundo moderno, em que a produção surge como objetivo do homem, e a riqueza como fim da produção (Marx, 1971:447). O passado é, pois, o tempo da abundância, da produção de valores de uso, do igualitarismo que reinava entre seus moradores, da irrelevância de uma economia monetária, da indiferenciação de sua estrutura. (...). (QUEIROZ, 2006, p. 106-107 *apud* LIMA FILHO, 2014, p. 198).

Independente da estrutura adotada tanto o rural quanto o urbano, se estabelecem nas relações cotidianas estruturas de formas diferenciadas que não precisam ser, necessariamente, rotuladas de evoluídas ou primitivas. A não ser que o objetivo da análise consista em fixar um ponto de vista em um determinado tempo, mas aí uma nova questão se levantaria: primitiva ou evoluída em relação ao quê?

Segundo Ariovaldo, deve haver um caminho da compreensão contraditória entre as relações cidade/campo. “É assim que esse processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, sobretudo via sua industrialização tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os

numa unidade dialética” (OLIVEIRA, 2004, p. 64). Os trabalhadores dos setores das atividades econômicas de ambas (agricultura e pecuária de um lado – indústria e comércio etc., em outro) estão recebendo cada vez mais a presença de trabalhadores do campo assalariados na cidade (boia-fria), assim como a industrialização dos produtos agrícolas estão sendo feitos no campo por trabalhadores da cidade no campo.

Sobre o modelo agrícola do país, Balduino (2004) afirma que:

O que acontece atualmente é a prioridade econômica e política, dada ao agronegócio, sem dúvida portador de divisas, modernizador e aglutinador de uma elite rica, porém, ao mesmo tempo, concentrador de renda e de terra e gerador de pobreza na população do campo. Agride a natureza pela devastação do meio ambiente, em vista da rendosa monocultura. Debilita a nação, submetendo-a à voracidade dos interesses do mercado internacional (BALDUÍNO, 2004, p. 23).

Sobre o urbano, os autores Rolnik e Klink (2011) afirmam que “uma política de desenvolvimento urbano tem, entre outros, o objetivo de garantir condição de urbanização” (ROLNIK e KLINK, 2011, p. 95) e, nesse processo algumas comunidades locais foram diretamente impactadas pelas demandas empresariais e percebem o descaso da administração pública com maior intensidade, como ocorre na região marajoara, onde destacam-se os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. “Pode-se dizer que esse processo é responsável pela localização de pessoas em áreas que não atendem às suas necessidades essenciais (moradia digna, infraestrutura, oferta de serviços, etc.)” (BORGES e ROCHA, 2004 *apud* LIMA *et al.* 2019, p. 353). A má distribuição de investimento público explica as discrepâncias sociais.

Entende-se que “o modo de vida em qualquer lugar não é estático e se materializa no território com sucessivas transformações” (MALCHER, 2017, p. 156). Para uma compreensão do território, principalmente visando compreender a relação rural-urbano que se estabelece no mesmo, cabe também compreender, em um contexto geral, como se deu o processo agrícola no Brasil, a partir de uma análise do campo brasileiro, pois, “(...) o processo contraditório de reprodução ampliada do capital além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 2007, p. 11). Nesse sentido resgata-se uma afirmativa de Oliveira (1999) explicando que:

O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho

assalariado pela presença no campo do bóia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença do aumento do trabalho familiar no campo) (OLIVEIRA, 1999, p. 73).

Na busca pelo desenvolvimento ultrapassam-se as lógicas do capitalismo no uso do território e das relações de trabalho estabelecidas. “Assim, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 11), ou seja, produz igual e contraditoriamente, relações capitalistas e não capitalistas de produção e de trabalho, de forma igual e contraditória, em nome da lógica de desenvolvimento tem-se uma constante luta de dois lados que se complementam.

Face às mudanças e às novas realidades do mundo agrário, onde o enfoque local e territorial envolve atividades rurais não-agrícolas, dentre outras questões, como as inter-relações rural-urbano, sabe-se que há hoje no Brasil uma clara necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento territorial rural historicamente adotado no país, promovendo-se ao mesmo tempo uma reorientação das políticas públicas para o campo e das demais formas de intervenção do Estado na realidade do novo-velho rural brasileiro (CARVALHO, 2018, p. 316).

As mudanças ao longo do processo histórico de ocupação do território evidenciaram desigualdades sociais. Bombardi (2007) afirma que “(...) é preciso não se esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada” (RECLUS, 1985, p. 84-85 *apud* BOMBARDI, 2007, p. 319-320). As desigualdades produzidas pelo capital afetam de forma impactante os territórios tradicionais e o modo de vida camponês predominante no campo. “O espaço de acumulação de capital contrapõe-se ao espaço do camponês” (MARQUES, 2004, p. 146). Cabe explicar que segundo Marques (2004):

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145).

Importa destacar que para as comunidades quilombolas “a territorialidade é o elemento de construção da identidade territorial quilombola. As formas de acesso à terra, incluem as dimensões materiais e imateriais, onde a estreita relação do grupo representa uma relação complexa e aponta para a existência da terra como território.” (MALCHER, 2017, p.

160). Segundo explica a quilombola Joely Souza “na dimensão material a terra é o que temos em comum” (JOELY BENTO SOUZA - comunidade quilombola Siricari).

Segundo Sales (2017), “a interação de dois modos de vida diferentes implica em uma drástica transformação de ambas, haja vista que essas mudanças se dilatam cronologicamente e devem ser analisadas ao longo do tempo histórico” (SALES, 2017, p. 47), dessa forma, pensar as especificidades e interações possibilita compreender a reformulação de papéis e identidades dos sujeitos no dia-a-dia. “Quando se estuda as comunidades remanescentes de quilombo, as lembranças de seus moradores possibilitam a entrada em suas raízes históricas, fazendo dessa forma, com que o passado que sempre esteve presente em suas memórias se torne mais vivo” (FUNES, 1995, p. 16 *apud* ALMEIDA e AMARAL, 2019, p. 59).

Destaca-se que as atividades de campo com observação participativa e referências teóricas de forma associadas possibilitam analisar o espaço de convívio dos sujeitos, nas relações que se estabelecem entre os mesmos, permitindo maior apropriação sobre as dinâmicas de movimento entre e para além do território, materializando resultados que melhor se aproximem da realidade local. Entendendo que “a consequência lógica na dimensão sociocultural do território é a constituição de um lugar onde se estabelece um diálogo constante com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si” (BRINGEL, 2012, p. 112).

Observou-se as práticas diárias dos sujeitos nas atividades econômicas, culturais, sociais e de estratégia de luta. Grande parte da rotina diária é realizada na própria comunidade, mas para além dela utilizam vários meios de transportes³² (moto, ônibus, rabetas, balsa, barcos, lancha, canoa, bicicleta, vans) na efetivação de suas atividades cotidianas (trabalho, estudo, saúde, mobilização cultural, religião), que ocorrem na interação entre as comunidades, a área urbana de Salvaterra e de outros municípios vizinhos como Soure e Belém – capital do estado.

A mobilidade estabelece a interação rural-urbano, considerando que, “(...) rural e urbano se relacionam constantemente e, ambos, conferem importância a tal dinâmica” (TEIXEIRA e DE PAULA, 2021, p. 89). Pensar a Amazônia em suas especificidades sociais possibilita maior aproximação do campo teórico à realidade vivenciada pelos sujeitos, que para além de serem quilombolas, são amazônidas.

³² Há no Marajó especificidades geográficas que impossibilitam a locomoção entre algumas comunidades apenas por via terrestre ou fluvial, às vezes se faz necessário a combinação desses meios de transporte.

4.2 Os deslocamentos como uma fronteira de interação Rural-urbano

O Marajó é rico, e valoroso para nós. As pessoas de fora gostam de nos visitar, de viver não, porque aqui tudo é longe. Eu respeito apesar de achar que longe mesmo seria ir pra lá, de onde muitos vem, porque meu ponto de referência é aqui, a minha comunidade. Quando se olha da comunidade longe mesmo é lá (VALÉRIA CARNEIRO, Coordenação de Igualdade de Gênero da Malungu, 2023).

A coordenadora da Malungu realizou um discurso em uma reunião de acolhimento das lideranças das comunidades quilombolas de Salvaterra, que ocorreu na comunidade Salvá – uma comunidade de difícil acesso para grande parte dos participantes que a consideram a mais isolada -, considerando a dificuldade de acesso de todos os presentes. A coordenadora da pasta de Gênero da Malungu, que também pertence a comunidade quilombola de Pau Furado, fez um acolhimento aconchegante aos que chegavam, ao mesmo tempo que se despedia de suas funções atuais enquanto coordenadora de gênero, ressaltando a importância de lideranças das comunidades quilombolas de Salvaterra terem representatividade nas associações das comunidades quilombolas do Pará.

As fronteiras que se apresentam diante do processo de luta quilombola está, muitas das vezes, representadas na interação de seus deslocamentos para as ações organizadas. A exemplo, podemos citar que no município de Salvaterra, arquipélago do Marajó, é promovido pelas comunidades quilombolas locais, uma intensa circulação durante as festas culturais e religiosas promovido pelas comunidades, contribuindo para as ações coletivas desses sujeitos. E como muitas dessas ações em 2023 ocorrerão na comunidade Salvá (como os Jogos quilombolas), uma liderança do lugar explica como chegar na comunidade:

O acesso pra minha comunidade se dá tanto por água, você pode sair do município de Soure por água de rabeta dá em aproximadamente uma hora e meia, duas horas de rabeta, de barco como é mais lento chega até duas horas e meia, três e dá também por via terrestre mais distante, eu acredito que fica aí uns trinta quilômetro do centro urbano de Salvaterra, atravessa o rio Dallas, chega na comunidade de Mangueiras, acho que percorre mais aí uns 7 a 10 km e você chega na minha comunidade (GEORGE LUCAS – Liderança quilombola de Salvá, 2023).

Nas referências do trajeto até chegar ao destino que seria a comunidade Salvá, percebe-se o município de Soure e a área urbana de Salvaterra como referência. As falas dos sujeitos mostram que a distância desses pontos é mais do que uma distância física. Destaca-se na interação dos quilombolas, onde circulam, o território também é cenário de festa. Entre as festas a festa do santo padroeiro das comunidades, é reconhecida pelos autores Lima Filho,

Cardoso e Alencar (2018), como um universo de interação subjetivas que ultrapassam fronteiras, logo, a festividade:

(...) tira a comunidade inteira do círculo estreito de suas fronteiras e a insere em um circuito de festas que amplia a circulação das pessoas, das coisas e das dádivas para além das fronteiras de cada comunidade. Essa circulação é responsável por produzir uma territorialidade que conduz a uma intensa partilha de territórios, quando, todos os anos e há gerações, estas comunidades se visitam e compartilham os territórios umas das outras, de modo que, por meio deste sistema, ao longo do tempo, são criados simultaneamente o território de cada comunidade e outro mais amplo, que envolve o conjunto das comunidades e é partilhado por elas (LIMA FILHO; CARDOSO e ALENCAR, 2018, p. 125).

A temática é tratada pelos autores como um símbolo de fortalecimento de luta política ao mesmo tempo em que se solidificam as alianças que se constituem no processo coletivo, onde se verifica “um dos nexos responsáveis pela tessitura das relações entre os vários grupos sociais” (LIMA FILHO; CARDOSO e ALENCAR, 2018, p. 127). A partir daí pensa-se a fronteira como um espaço heterogêneo de conflito social, coexistindo em seus aspectos que se assemelham e divergem. Um espaço em que se fundem ideias e ações.

Do ponto de vista das lutas sociais, de forma geral, a garantia dos direitos simboliza um avanço da fronteira histórica diante do preconceito e ações repressoras de identidades e manifestações culturais. Se olhar pelo lado do progresso (do novo) que com seus recursos técnico científico informacional tenta desenvolver a economia do país, a valorização cultural representada pelo tradicional pode ser interpretado como uma barreira que o impede ou o limita no avançar. A contradição está na não avançar de seus objetivos limitando o outro, logo, atua no fortalecimento de uma fronteira que, de certa forma, um representa para o outro.

Podemos pensar a fronteira teórica como um aspecto para análise da questão. As barreiras e empecilhos nunca pensados e sistematizados por teóricos até a segunda metade do século XX. Pensar o passado considerando de forma sistemática os fatos, tendo a ciência como base de dados, concretiza-se como um avanço de fronteiras burocráticas no processo de luta pelo território quilombola. No Brasil os direitos reprimidos de comunidades negras foram pautas de importantes movimentos e entidades nesse período, agregando “(...) relações e alianças que foram se modificando e alargando os horizontes de atuação de ambas as partes. As mobilizações raciais trouxeram ao país a discussão sobre a questão quilombola e, a um só tempo, impulsionaram as articulações das comunidades negras rurais” (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 13-14). Nesse sentido o autor explica que os movimentos representativos organizados iniciaram um papel importante no avanço da luta por seus direitos.

No processo, a mobilidade constitui fluxo entre as relações sociais rurais e urbanas estabelecidas para além do local, pois, “as relações sociais incluem as dimensões simbólica, afetiva, cultural, bem como os processos de herança e sucessão” (ALENTEJANO, 2000, p. 104).

Os autores Cruz e Mello (2021) explicam que o cotidiano dessas comunidades,

(...) revela um contexto da realidade empírica, com a identificação das comunidades rurais que compõem o território de uso comum, a percepção de suas fronteiras, estratégias de acesso, usos e gestão dos recursos naturais e como suas relações de vizinhança e redes de parentesco contribuem para conservar seus vínculos sociais e territoriais (CRUZ e MELLO, 2021, p. 68).

No processo de interação social diária, inserem-se múltiplos sujeitos. A relação rural-urbano entrelaçado ao processo de vivência e constante luta pelo território se caracteriza com suas formações socioespaciais distintas, ao mesmo tempo em que são combinadas e contraditórias, constituindo interação em um espaço de delimitação subjetiva. A fronteira frente a luta pelo território quilombolas se movimenta simultaneamente junto as ações práticas, teóricas e ideológicas.

As lutas pelos territórios quilombolas constituem uma barreira de proteção cultural e ambiental. A conquista de seus direitos reconhecida de forma legal representaria uma barreira aos mais agressivos ataques ao modo de vida que, entre outras coisas, preservaria o ambiente natural. Esses problemas ambientais foram ocasionados pelas novas demandas globais que, entre outras coisas, pleiteiam maior interação entre os espaços rurais e urbanos. E pensando a “(...) complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações” (MARTINS, 1997, p. 159), destaca-se a mobilidade que se constitui entre os mesmos. Nesse sentido, entre outros elementos, cabe pensar a mobilidade como uma dinâmica fluente desses espaços.

Uma fronteira conquistada pela luta coletiva de um povo historicamente penalizado. Um quilombola de Caldeirão explica que, “o próprio título definitivo do nosso território será nosso cercado de proteção. (...) esses limites não serão prisão, serão liberdade e respeito para quem vem e vai” (ELIAS – quilombola de Caldeirão, 2022). As necessidades de deslocamentos também funcionam como um espaço de interação rural-urbano cotidianamente. Sempre que se mencionava as relações entre esses 2 espaços (rural e urbano) a conversa era direcionada a dificuldade de acesso até a cidade ou mesmo a outros lugares fora das comunidades quilombolas. Sobre o acesso à comunidade o quilombola de Pau furado explica:

O acesso a comunidade é feito por uma estrada de chão e piçarra também. Ainda não tem asfalto. Nós estamos nessa luta de ver se a gente consegue uma estrada com trabalho de terraplanagem pra que possamos conseguir, futuramente, uma camada asfáltica, pra melhorar o tráfego, pra diminuir a distância até a cidade. Eu acabei de falar que é mais ou menos de cinco a oito, ou dez quilômetro de cada comunidade. Cada comunidade varia essa distância. A nossa, por exemplo, é isso. Mas, como temos que passar pelas outras comunidade vai aumentando a distância. Seria mais fácil se tivéssemos uma estrada que fosse dá lá na cidade (OSVALDO – Lidrança da comunidade Boa Vista, 2023).

São espaços que “possuem diálogos e interações, mas também singularidades e especificidades”. Uma compreensão aprofundada na temática, que pautar a complexidade da mobilidade das pessoas, demanda abordar as “especificidades, das necessidades de cada lugar e dos seus habitantes” (Teixeira e De Paula, 2021, p. 90). No caso, entende-se que grande parte da rotina dos quilombolas insere-se na migração pendular desses espaços de acesso.

Sobre as formas de acesso a sua comunidade e as estratégias de superação das dificuldades, uma moradora quilombola de Boca da Mata explica:

Chegamos na comunidade de bicicleta, moto, caro. Não temos transporte coletivo, temos casa lá dentro da Boca, e as roças o igarapé, mas por conta do racismo estrutural não temos mais água potável, não temos estrada de boa qualidade nem escola. Isso faz com que as famílias mudem para a beira da estrada para facilitar o acesso às poucas políticas existentes (MARIA LUIZA, quilombola da comunidade Boca da Mata, 2023).

Segundo Lira (2017, p. 20) a migração e a mobilidade “são processos complementares no sentido de que articulam diferentes escalas de fenômenos relacionados à distribuição espacial da população na Amazônia brasileira constituindo um espaço de vida com características específicas”. Para tal, pensamos a realidade dos quilombolas de Salvaterra considerando as singularidades de seu território na Amazônia marajoara, pois, a representatividade do espaço de vida revela um “(...) envolvimento com os lugares, os hábitos e os costumes, bem como os medos, insegurança e angústia referentes a certos lugares ou situações” (MARANDOLA JR, 2006, p. 7).

O jovem Raimundo, residente da comunidade Caldeirão conta que,

O acesso a nossa comunidade é feito de forma livre e espontânea devido não termos o nosso título. No nosso território, as pessoas estão instalando grade em suas casas. Tá tendo invasões. Então, qualquer pessoa chega, qualquer pessoa se instala e isso, tem afetado muito dentro do nosso território. Com eles vem as drogas, que tem sido um problema dentro do nosso território quilombola e devido a isso não é seguro. Muitos jovens estão se perdendo para as drogas. Infelizmente isso até hoje vem acontecendo. As políticas públicas não tem chegado até nós, infelizmente (RAIMUNDO NOVAES, quilombola de Caldeirão, 2023).

Segundo o mesmo, a titulação de seu território quilombola resolveria grande parte desses problemas. A mobilidade implica mais que identificar suas dimensões e como está estruturada no *locus* de pesquisa, requer analisar seu movimento agregado as atuais demandas de desenvolvimento do seu entorno “(...) produzindo novos padrões espaciais e sociodemográficos que incidem diretamente na qualidade e no padrão de vida das pessoas” (MARANDOLA JR, 2006, p. 1).

Nas comunidades quilombolas de Salvaterra o espaço de vida engloba as migrações temporárias e permanentes para além do território quilombola. Está presente nos processos educacionais; processos formativos de luta; busca pela saúde; e manifestações (tanto as que ocorrem no próprio território quilombola como fora), evidenciando que o espaço urbano também é “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 1995, p. 1).

Lira (2017) explica que o espaço de vida pode ser apropriado como “uma ferramenta útil para se entender os diversos movimentos populacionais mais frequentes num menor intervalo de tempo ou nos deslocamentos rotineiros” (LIRA, 2017, p. 25). Tal ferramenta expressa o deslocamento dos sujeitos como uma fronteira de relação rural-urbano que se faz presente cotidianamente.

A análise da mobilidade se baseou na experiência de campo, considerando a própria história de vida dos sujeitos, revelando aspectos materiais e imateriais da comunidade. Destaca-se na análise, 2 (dois) tipos de mobilidade: A Mobilidade Interna entre as comunidades quilombolas - a exemplo consideramos as 17 comunidades quilombolas; e A Mobilidade Externa representada em relação ao núcleo urbano de Salvaterra, do município de Soure e de Belém (capital do Estado).

Para Marandola Jr (2006) o mecanismo de proteção ligado ao lugar é a comunidade e “promove a segurança e a auto-identidade tanto quanto o sentimento de pertença” (MARANDOLA JR, 2006, p. 6). Tal afirmação nos ajuda a explicar a intensa mobilidade interna entre as comunidades quilombolas de Salvaterra, pois, nelas se reforça o elo simbólico de coletividade nas rotinas culturais (em festejos das comunidades quilombolas, como os jogos, o desfile cívico quilombola e o festival de tradição quilombola), religiosas (nas igrejas e festividades religiosas), educação (nas escolas quilombolas presentes em algumas comunidades ou em projetos capitados pelas lideranças quilombolas) e trabalho (pelas famílias que possuem um espaço para a agricultura familiar ou que trabalham nas escolas das comunidades vizinhas ou que residem).

A mobilidade que se afirmar existir, está representada no espaço de vida dos quilombolas de Salvaterra, na forma de esquema representativo em que se expressam essas interações relatadas pelas conversas com os residentes dessas comunidades. Ver figura 26.

Figura 26 – Esquema representativo da mobilidade quilombola em Salvaterra-PA



Fonte: MACHADO, LIRA e BRINGEL, 2022, p. 1150.

A mobilidade externa às comunidades quilombolas de Salvaterra está relacionada a busca de maior infraestrutura ou de serviços que não são acessados nas comunidades, por exemplo: setor administrativo público, bancos, supermercados, hospital, farmácia, escola de nível médio e técnico, universidade, trabalho, manutenção de veículos e outros serviços. No entanto, essa mobilidade é representada com maior ou menor frequência considerando além do destino, outros motivos relacionados ao custeio, facilidade do acesso, tempo e segurança.

A mobilidade externa apresenta-se relacionada a três (03) destinos: com o núcleo urbano de Salvaterra; com o município de Soure; e com Belém. É possível observar no

desenho representativo que grande parte dos quilombolas quando necessário sair de suas comunidades se direcionam para o município de Soure. A preferência justifica-se por Soure apresentar maior rede de infraestrutura e redução de custo no transporte quando comparado com Salvaterra e maior facilidade de acesso, quando comparado a Belém (capital).

Sobre essa questão, a moradora da comunidade quilombola Caldeirão explica seus motivos de frequentar mais o centro comercial de Soure do que Salvaterra.

Se eu tiver que sair daqui da comunidade pra ir numa consulta, ou comprar um remédio eu sempre vou para cá pra Soure, aqui a gente tem mais opção e as coisas são mais baratas, a feira é bem pertinho, tem supermercado e ainda economizo no tempo e no transporte, (...) encontro minha gente de quilombo lá, (...) eles preferem porque é tudo pertinho. Quem tem transporte próprio vai lá em Salvaterra, ou não, as vezes vem tudo pra cá. Olha eu peguei ontem um mototaxista lá em Salvaterra e me cobraram dez reais e ainda não queriam me deixar aqui dentro do quilombo. Se eu for em Soure eu atravesso na balsa de graça, faço tudo e volto de balsa. Se eu tiver com muita pressa e não quiser esperar a balsa vou de rabetá, com 6 reais vou e volto (MARIA AUXILIADORA, quilombola de Caldeirão, 2022).

A localização da comunidade quilombola de Caldeirão encontra-se situada mais próxima à área central de Salvaterra e Soure, por isso, mesmo localizada em Salvaterra a relação com os residentes de Soure faz-se de forma constante. Aponta-se a isso dois fatores como justificativa a cultura de agregar o município de Soure ao espaço cotidiano das comunidades quilombolas: o fato de Soure ser o município marajoara com maior percentual de população urbana (91%) logo, melhor infraestrutura; e de Salvaterra ter sido distrito de Soure (desde 1901, apenas em 1961 foi elevada à categoria de município). A relação cultural e imaterial com Soure transparece na fala da moradora de Caldeirão quando ela diz “pra cá” apontando para o lado de Soure, e “lá” referindo-se ao núcleo urbano de Salvaterra.

Os laços que se constituem no convívio entre as comunidades reforçam os mecanismos de proteção existencial, como a família e o lugar. Com maior distância (origem-destino) o quilombola se expõe a maiores riscos, justificado pela necessidade de se locomover em busca de serviços não acessados no local por falta de políticas públicas voltadas a atender essa parte da sociedade. Exemplificando citamos o naufrágio de uma lancha clandestina levando a óbito muitos passageiros que viajavam com destino à Belém³³ que, segundo Hilário Moraes (Coordenador Regional da Malungu)³⁴, entre as muitas vítimas fatais, estavam sete (07) quilombolas das comunidades de Salvaterra, sendo estas: Pau Furado (01), Rosário (01), Bairro Alto (02) e Caldeirão (03).

³³ Naufrágio ocorrido em 08/09/2022, noticiado pelo jornal online G1 Jornal Nacional.

³⁴ Hilário Moraes – Coordenador Regional Salgado da Malungu até o 1º quadrimestre de 2023.

A questão fundamental que se apresenta é que a ausência de políticas públicas eficazes para o deslocamento da população quilombola que, facilite o acesso ao núcleo urbano de Salvaterra, produz a necessidade de deslocamento para outros municípios. Logo, o espaço de vida dos quilombolas aponta algumas vulnerabilidades que as populações sofrem, na interação rural-urbano, quando são precariamente inseridos a elas e acabam tendo que se deslocar para outros lugares atrás serviços - como serviço médicos e estudo -, submetendo-se a situação de altos riscos em transportes clandestinos, como o que aconteceu no naufrágio da lancha que vitimou sete (07) quilombolas.

Nesta análise, destaca-se uma população que cria alternativas de sobrevivência ampliando seu espaço de vida para outros municípios. E tudo se encaixa na agenda de luta pela sobrevivência física e cultural desses quilombolas, na busca pelos seus direitos e reconhecimento enquanto vivem a perspectivas de conquista de seus títulos.

Decerto os embates pelo direito à terra, ao desenvolvimento sustentável, à dignidade e às identidades étnicas continuam calibrando os impasses, desafios e horizontes da democracia. Não se trata, contudo, de idealizações idiossincráticas e sim de justiça, de respeito à diversidade, de reconhecimento de direitos e preservação de bens de natureza material e imaterial dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (DOMINGUES e GOMES, 2013, p. 21).

As riquezas naturais e diversidade cultural marajoara continuam sendo impactada por um “(...) derivativo do mesmo fenômeno europeu, compondo no novo espaço geográfico um conjunto de sociedade que reivindicava possuir o monopólio da força política legítima, cada uma propondo um destino para seus povos e suas fronteiras” (SOUZA, 2019, p. 24). Nesse processo novos cenários, materiais e imateriais, vão se construindo na interação que os espaços rurais das comunidades quilombolas de Salvaterra mantém com o urbano.

As mudanças impostas pelo crescimento constituem uma relação rural-urbano vivenciada e fortalecida por estratégias de permanências nas comunidades quilombolas de Salvaterra, como as de criar uma agenda de ações anuais que os permitem estreitar os laços e resistir em cenários de encontros e desencontros culturais. As dinâmicas e conflitos cotidianos vivenciados, ressaltam em estratégias de mitigação usadas nas relações que se dão no território e, no processo, evidenciam-se as contradições e tensões sociais.

Na comunidade Caldeirão as dinâmicas diárias entre os espaços urbanos de Salvaterra, Soure e Belém (capital do Estado) se dão em busca das necessidades básicas constituindo, em suas especificidades, história de encontros, desencontros e resistência.

4.3 As mudanças que ressaltam o cenário de relação rural-urbano na comunidade quilombola Caldeirão em Salvaterra-PA

A partir de setembro de 2022, com a chegada do asfalto na via principal de acesso a comunidade Caldeirão o cenário do impacto urbanístico mudou significativamente por aqui. Falo com relação a acessibilidade, porém percebo que alguns valores do cotidiano e vivência quilombola estão se modelado ao que vem da área urbana (NILMA SANTOS, professora de Caldeirão, 2023).

A relação rural-urbano na comunidade quilombola Caldeirão sempre existiu e assim continuará. O que muda é a forma de se relacionar e a intensidade que ocorre. A luta e estratégia utilizadas pela permanência no território com a conquista de seus títulos definitivo, assim como para todas as comunidades de Salvaterra, garantirá a preservação de sua história, e manutenção cultural do povo negro que no passado foram forçados a viver uma realidade imposta por outros. Querem um espaço para reviver elementos da cultura viva em suas memórias, como expõe os quilombolas, “só queremos um pedacinho da paz de antes” (CARMÉM LÚCIA, quilombola de Caldeirão, 2023), porque “nossa cultura é uma cultura tão rica, tão genuína e só queremos um espaço para mantê-la viva” (MARIA AUXILIADORA, moradora de Caldeirão, 2023).

Pelos relatos dos mais velhos percebe-se que a comunidade se formou nas margens do rio Paracauari próximo à área comercial de Soure para não perder o contato com o urbano, ou melhor, com a relação que se fazia com ele, mantendo essa interação sem que, necessariamente, o modo de vida atual fosse descaracterizado. De lá, a comunidade que vivia em um território mais afastado, se relacionava com a vida agitada e toda estrutura agregada a ela, vinda junto de um desenvolvimento que reconheciam ser útil, no entanto, conseguiam manter a tranquilidade e hábitos de vida, de uma forma mais reservada.

Destaca-se que todas as mudanças na comunidade rural quilombola de Caldeirão estão atreladas as demandas do urbano a longo prazo. Tais mudanças não se encaixam em um período de tempo pré-determinado, por isso talvez a análise macro não estabeleça um recorte temporal definido. Os elementos da memória que condicionam uma separação de antes e depois da comunidade, estão diretamente relacionados ao contato, ou ausência, dos elementos de infraestrutura urbana: estradas, energia elétrica, transporte – ao tempo e forma de deslocamento -, aumento populacional, assim como a nova rotina imposta aos moradores, sobre o trabalho, o estudo, o lazer, a saúde e demais necessidades básicas, inclusive em suas relações com o místico e com a natureza que caracterizam uma nova relação cultural.

As mudanças no território de Caldeirão foram analisadas a partir das memórias dos mais antigos sobre a mudança da paisagem, do espaço físico e material que se reivindica enquanto território quilombola de Caldeirão, que pode ser melhor analisado através de um recurso visual, que seria um mapa de uso e cobertura do solo; e também, de forma complementar e tão significativa quanto, as mudanças imateriais, de hábitos culturais que se fazem presente na memória dos residentes da comunidade Caldeirão.

Para a figura 27 (abaixo), intencionamos realizar recortes temporais que expressassem o uso e cobertura vegetal do solo com o passar do tempo. Inicialmente, planejava-se realizar um recorte temporal anterior a 1960, de forma que mostrasse o uso do território em um período anterior a comunidade pertencer ao município de Salvaterra (ou quando se tornou município em 1961)³⁵, evidenciando a provável relação existente entre a comunidade formada as margens do rio Paracauari, com o município de Soure, onde pertencia no período de sua formação (antes mesmo de Soure se tornar município em 1847, a 176 anos). E a partir daí mostrar as mudanças no território relacionadas ao crescimento da área construída, observar a proporção da vegetação primária e secundária, e o solo exposto na mesma.

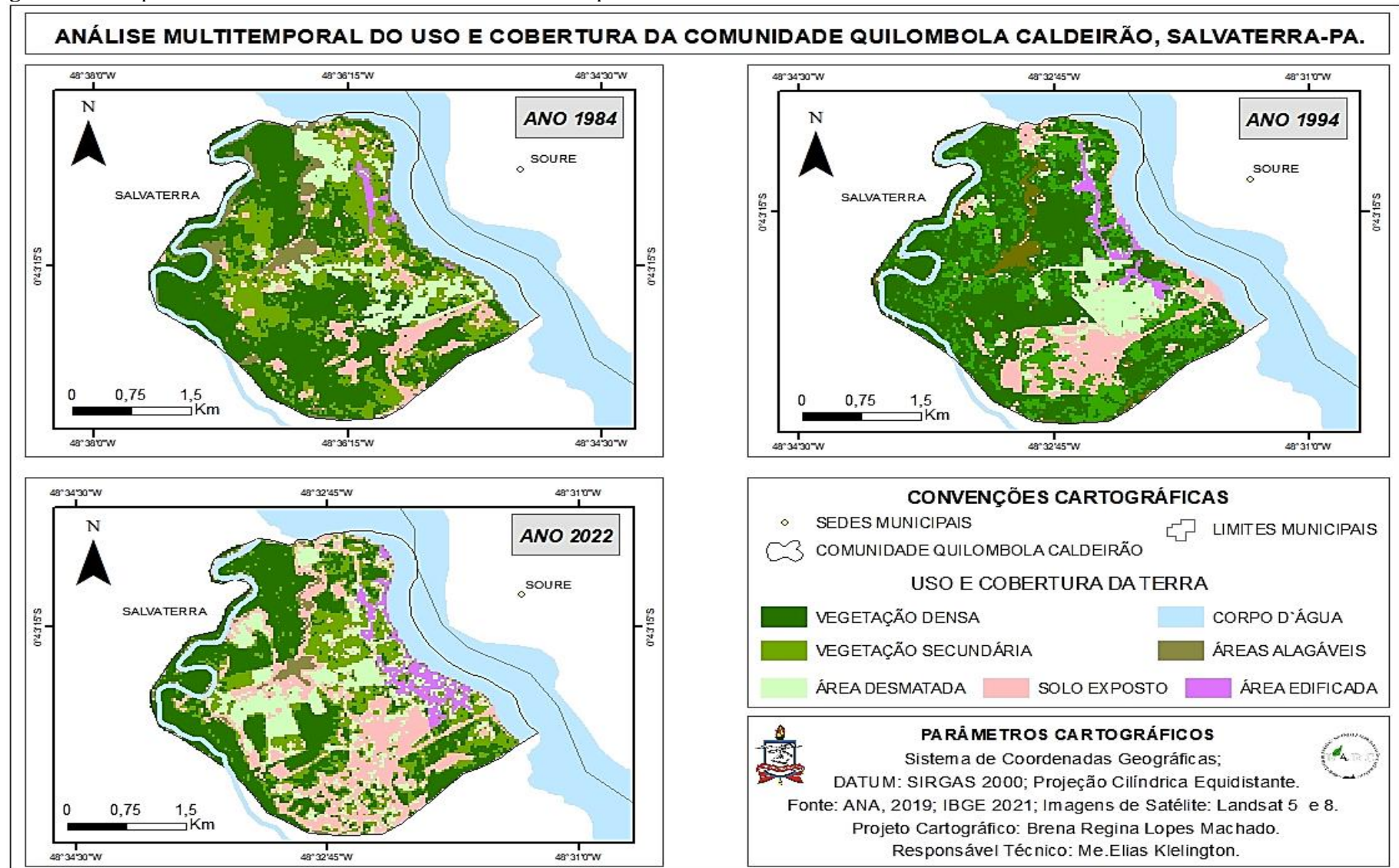
Infelizmente, o recorte inicialmente planejado não pode ser realizado por falta de imagens daquela época. O registro mais antigo, data do ano de 1969, e é uma imagem do Google Earth. Muitas das imagens de satélite disponíveis, a partir de 1970, também se encontravam comprometidas pelas nuvens. Logo, utilizou-se um recorte temporal que expressassem os dados inicialmente planejados, oferecendo um melhor detalhamento nos elementos a serem observados, e que também, possibilitasse uma maior qualidade da imagem.

As mudanças na comunidade Caldeirão podem ser observadas nos recortes temporais expresso no mapa de uso e cobertura do solo do território quilombola de Caldeirão. O Mapeamento apresenta 3 (três) recortes temporais 1984, 1994 e 2022. Mostra uma alteração estrutural na paisagem do território rural da comunidade. As mudanças físicas expressam, desde o primeiro recorte (1984), a existência de grandes áreas de vegetação secundária, que é a resultante do processo de regeneração natural da flora após algum tipo de corte raso, queimada ou uso para agricultura ou pastagem. Tal fato indica uso anterior daquele espaço como fora relatado por muitos moradores da comunidade.

Para maiores análises sobre o uso e cobertura do solo da comunidade quilombola Caldeirão, observar figura 27:

³⁵ Observar Anexo VII - Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961, que cria novos municípios no Estado do Pará, entre eles o município de Salvaterra, estabelecendo ainda seus limites.

Figura 27 – Mapa de uso e cobertura do solo da comunidade quilombola Caldeirão



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A análise multitemporal de uso e cobertura da comunidade Caldeirão, representa uma variação temporal de 38 anos, e tendem a demonstrar os dados coletados e observados em campo. Apesar do curto período de recorte, possibilitam realizar uma análise macro sobre as mudanças no território. Na amostra de imagem de 1984 já é possível perceber os elementos apresentados na legenda como, vegetação, área desmatada, as edificações que se concentravam em frente ao rio Paracauari e o corpo hídrico. Os quilombolas de Caldeirão explicam que seu território é demarcado por igarapés, por muito tempo utilizado como espaço de uso coletivo para pesca e lazer. Nas 3 (três) imagens apresentadas na figura 27 podemos perceber esse entorno delimitado pelo corpo d'água, assim como, as áreas de desmatamento que cresceram, consideravelmente com o passar do tempo.

Em 1994, 10 anos depois do primeiro recorte – antes mesmo do território iniciar o processo de reconhecimento enquanto território quilombola e reivindicar seu espaço de uso coletivo -, percebe-se um aumento considerável das edificações indo de encontro a estrada construída que dá acesso ao centro de Salvaterra até o porto da balsa que faz a rota para Soure. A área que representa as edificações cresce em direção a principal via de acesso a comunidade Caldeirão, a PA 154. E ainda mostra grande área de solo exposto na área pertencente a ocupação São Veríssimo, uma área ocupada que surgiu no mesmo período através de políticas de incentivo administrativo, que buscava atrair novos moradores para a área. “São Veríssimo, hoje, é comunidade Caldeirão apesar de não abrigar nem 10% do total de famílias da comunidade” (EMERSON MIRANDA, quilombola de Caldeirão, 2023).

A área de desmatamento registrada em 1994, estrategicamente, interliga as 2 (duas) áreas: a área anteriormente ocupada com a área da ocupação São Veríssimo. O recorte temporal com imagem de 2022, mostra a proporção das mudanças 28 anos depois. Percebe-se uma redução das áreas de vegetação na comunidade. As áreas de desmatamento estão concentradas no centro do território de Caldeirão, onde atualmente estão localizadas algumas áreas privadas de fazendas. As áreas edificadas se concentram nas 3 primeiras ruas principais, de frente com o município de Soure – onde ainda se mantem intensas relações cotidianas.

Destaca-se que a Comunidade Remanescente de Quilombo Caldeirão retrata um histórico de transformações em seu território que, no processo, testemunham as memórias de seus ancestrais e residentes mais velhos. As percepções de mudanças identificadas pelos sujeitos, também são elementos de análise do território que se expressa cotidianamente entre os seus espaços de vida rural e urbano.

A seguir, apresenta-se um quadro com registro de alguns fragmentos que expressam mudanças identificadas pelos quilombolas de Caldeirão. Observar quadro 9, abaixo:

Quadro 9 – Mudanças na comunidade quilombola Caldeirão

Informação repassada pelos quilombolas da comunidade Caldeirão		
Tipo de mudança	Antes	Depois
Natureza	“Era tudo mata, muitos igarapés, tinha animais. O rio era farto de peixe (...)”	“A mata reduziu muito. Já teve muitos desmatamentos por causa das áreas privadas e das invasões”
Transporte	“Antes eu ia de de montaria e de canoinha pra soltar lá na praia, do outrolado do igarapé”	“você pode usar bicicleta, moto, carro. O ônibus escolar também entra aqui (...). Pra Soure pode usar a rabeta, a balsa”
Residências	“era só uma casa aqui outra ali e era escura pra gente andar, não tinha essa rua aqui era só a rua que tinha o começo da comunidade lá na beira do rio, era só uma estradinha que é uma parte ali que a gente chama de pedreira”	“Agora tem muitas residências. Aqui nessa parte é quase tudo família (...), os quintais são menores. A gente fica assim meio apertado porque não tem mais espaço”
Segurança	“As casas eram seguras, ficavam sempre abertas mesmo distantes das outras”	“Grande parte das casas estão gradeadas e são de alvenaria porque é mais seguro”
Hábito	“Aparecia visagem de noite, por certos lugares tínhamos que passar bem rapidinho, respeitar a natureza, pedir licença. Do contrário os encantados se manifestavam, faziam barulho, mostravam coisas estranhas, expulsavam, malinavam. Ficavam com dor de cabeça e meio atarantado.”	“As pessoas não respeitam a natureza como antes. Não valorizam. Aprendem na escola que é importante, mas não tem aquela prática do jeito de antes, agente ensina, até fala, mas como não vive isso. Fica difícil!”
Lazer	“Os banhos de igarapés eram a diversão. Agora ainda tem, mas pra longe”	“Aqui tem torneio, festividades religiosas, as festas noturnas de aparelhagem”
Trabalho	“Éramos famílias de trabalhadores rurais, vivíamos do que cultivávamos ou extraíamos da natureza”	“Temos quem faz hortas, quem tem roças e que cultivam plantas, mas também temos funcionários públicos, agentes de saúde rabeteiros, mototaxistas, professores, (...)”
População	“Tinha poucas famílias residentes, todos se conheciam. Sabíamos os nomes de todos”	“Depois que abriram a estrada e chegou a energia elétrica que aumentou o número de moradores“
Economia	“As famílias se reuniam de madrugada, saiam, nas suas pequenas canoas para ir pescar, botava a rede enquanto a rede estava na água estava pegando caranguejo, estavam pegando caramujo, estavam apanhando açaí (...)”	“Ainda tem renda vinha do extrativismo, da farinha, da tapioca, do tucupi, do pescado (...), mas muitos também assalariados, informal ou não (...). São poucos que ainda se reúnem pra pescar”
Estrutura	“Tinha muitas roças, igarapés, arvores frutíferas, e tinha uns caminhos antigos”	“Tem escola, as fábricas, fazendas, campo, comércio, associação, posto, estrada (...)”
Cultura	“Tinha uma tia que colocava boi bumba, quadrilha, performasse folclórico”	“Tem o Cirio que Nossa Senhora do Carmo e a festividade de Santo Antônio que é uma festividade da comunidade”
Saúde	“Antes usávamos muito as benzedeiças para cuidar das crianças”	“Hoje vamos nos postos de saúde, clínicas ou hospital em Soure ou em Salvaterra”
Luta	“Antes nossa força estava na união, nas relações estreitas que mantínhamos”	“Hoje não mudou muito. Siamo um coletivo. Temos nossas associações e organização política quilombola que unifica nossas estratégias e nos fortalece”

Fonte de dados: Trabalho de campo. Produzido pela autora, 2023.

As mudanças na comunidade Caldeirão destacam-se em vários aspectos no quadro 9 e são uma representação simbólica dos relatos dos moradores, baseados nas memórias e experiências pessoais. Importa destacar que tais mudanças não eliminaram a possibilidade de permanência ou de adaptação contemporâneas de práticas e saberes mais antigos, antes usados com maior frequência pelos mais velhos e os antepassados desses moradores. Os sujeitos relatam que as mudanças foram, aos poucos, incorporadas em seus cotidianos.

Quanto as mudanças imateriais, de hábitos culturais que se fazem presente na comunidade quilombola Caldeirão, destacam-se as mudanças de hábitos, que não são mais os mesmos. A exemplo, a necessidades dos jovens, de novas rotinas, de demandas diferentes nas relações familiares e de vizinhança, enfim, modos, formas e frequências diferenciadas, que foram modeladas por novas demandas que se expressam em larga escala com grandes alternativas apresentadas para além dele, inclusive virtualmente.

Em Caldeirão a interação com o urbano também ta expressa na relação com Soure. Talvez pela proximidade estabelecida no passado, como explica uma moradora:

Antigamente pra ir passar Salvaterra era muito difícil quando não tinha a rodovia, tinha que atravessar um igarapé chamado Guajará mas era muito arriscado por causa de arraia ou então tinha que atravessar pra Sore pra pegar um bote que fazia transporte pra Soure e Salvaterra e era muito difícil tudo a gente dependia de Soure, até enterrar os corpos dos nossos ente querido tudo era em Soure. Depois que fizeram a rodovia que já facilitou pra ir pra Salvaterra. Antes a gente tinha que ir de canoinha pra atravessar esse Igarapé ou ia andando pela praia até chegar onde era o Igarapé e atravessava pro outro lado que já era Salvaterra. Pra poder chegar lá no centro da cidade. Então era uma dificuldade maior. Hoje em dia está facilitado por causa da estrada, mas ainda prefiro ir para Soure. Porque pra ir pra Salvaterra depende de ter transporte e é mais é moto táxi depende de ter vinte reais pra frente. Para Soure a gente pode ir até de graça porque na balsa atravessa de graça, ou então se quiser ir de transporte particular tem a rabeta, que cobra 3 reais (MARIA AUXILIADORA – quilombola de Caldeirão, 2022).

O senhor Elias Rabeteiro, como é conhecido por muitos em Caldeirão, é o presidente da Associação de Transporte Marítimo Alternativo Salvaterra e Soure (a conhecida associação dos rabeteiros) desde julho de 1999, e quilombola da comunidade Caldeirão. Sobre seu trabalho na associação, o mesmo explica: “Somos 11 sócios daqui do lado de Salvaterra, todos daqui da comunidade Caldeirão e 10 lá de Soure. Fazemos a travessia todos os dias. A travessia é 3 reais, mas dos policiais e bombeiros a gente não cobra. Se o estudante tiver a carteirinha a gente cobra só 1,50” (ELIAS – quilombola de Caldeirão, 2022). O senhor Elias, quilombola que trabalha como rabeteiro, explica que existe um intenso fluxo de passageiros que fazem o traslado diariamente. Esses sujeito exercem a migração pendular entre Salvaterra e Soure por motivo de trabalho, laser e estudo.

Dia de semana o fluxo de passageiros saindo de Salvaterra para Soure é maior. O pessoal das comunidades vem fazer transação de banco, resolver questões do Bolsa Família (...). Final de semana nosso público maior vem de Soure pelo laser, nessa época de açude, Igarapé é muita gente. (...) Se for fazer um comparativo de preços em relação a laser é muito mais barato em Salvaterra, é muito mais próximo, principalmente a Praia Grande próximo da cidade, então se precisar comprar alguma coisa é muito mais fácil circular dentro da cidade. E também tem mais opções agora no inverno. Os Igarapés estão todos cheios (ELIAS, quilombola de Caldeirão, 2023).

A associação dos rabeteiros funciona 24 horas por dia. O horário da noite é bem movimentado porque o funcionamento da balsa é até 19 horas de segunda a sábado, ou seja, é a única opção de quem tiver que atravessar para Soure ou Salvaterra após esse horário. Geralmente entre esse público estão os trabalhadores do corpo de bombeiros e estudantes do turno da noite, que costumam usar a balsa na ida para a universidade, mas voltam de rabeta, para Salvaterra ou Soure. Os mesmos são instrumentos de uma migração pendular que se realiza diariamente. Sobre essa questão Hazeu (2015) explica que:

A dinâmica e a experiência de migração refletem e interferem nas relações de gênero, raça, geração e de classes. A migração não significa necessariamente uma mobilidade social de ascensão, porém, em todos os casos a migração significa uma transformação do conjunto de relações de poder na família, na comunidade e na sociedade. A própria migração é moldada pelas posições e disputas de poder inerentes ao conjunto de relações sociais e identitárias, e estas são, por sua vez, influenciadas pela experiência da migração, pela relação entre mobilidade e imobilidade, presença e ausência, pelo retorno, e por novas territorialidades e identidades. A migração é um fator de profundas transformações sociais, pelas tensões que provoca nas relações em termos micro e macrosociais (HAZEU, 2015, p. 49).

As migrações abordadas, entre as comunidades e para além delas, entre os municípios constituem relação cotidiana entre o rural e o urbano e a forma que interagem, de forma ampla é uma temática importante de ser resgatada e que reflete em muitos estudos que abordam direta e indiretamente a temática. Tendo em vista o cenário atual, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pauta esse assunto em uma recente obra “(...) como uma âncora para debates sobre o tema rural-urbano no IBGE com o propósito de uma nova classificação com vistas à divulgação do Censo Demográfico 2020” (IBGE, 2017, p. 9). Destaca-se a necessidade de pautar de forma breve a concepção dessa relação para o IBGE.

Em um dos trabalhos de campos realizados durante a trajetória acadêmica da atual pesquisa, deparou-se com uma fala marcante de uma liderança quilombola, que fazia a seguinte afirmação: “Meus caminhos de outrora se transformaram nas avenidas do agora” (Roberto Chip – Quilombola do Sítio Conceição, em Barcarena, 2022). A liderança se referia

as rápidas mudanças externas impostas aos moradores do município que transformaram a paisagem local, sendo uma mudança visual que geram inúmeros impactos imateriais.

Tal afirmação levou a necessidade de pensar, entre outras coisas, as instituições responsáveis por mapear e caracterizar esses espaços, os espaços rurais e urbanos. Nas pesquisas científicas atuais relacionadas a área das ciências humana, muitos dos dados de pesquisas usados são disponibilizados pelo banco de dados do IBGE.

Em 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma obra intitulada de Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil. Na apresentação do mesmo, o diretor de Geociências da instituição, Wadih João Scandar Neto, ressalta a trajetória conceitual “construída pela Geografia do IBGE desde os anos 1930 em torno da delimitação das dimensões – rural e urbana – que carregam traços ambientais, culturais, sociais e econômicos, determinantes até hoje para a caracterização da sociedade e do território brasileiro.” (IBGE - Wadih João Scandar Neto, 2017, p. 7). A obra propõe fazer um apanhado das temática rural-urbana em diferentes nações, e a elaborar uma nova classificação para a divulgação do Censo Demográfico 2020. Sobre o IBGE, o mesmo cita:

Finalmente, constituindo uma informação geográfica central ao conhecimento e à ação pública e privada sobre o Território Nacional, a delimitação entre os espaços rurais e urbanos conta na atualidade com um rico instrumental cartográfico e estatístico capaz de abordar, em múltiplas escalas, o desafio que é o de classificar o Brasil a partir do movimento de continuidade/descontinuidade construído entre os espaços rurais e urbanos (IBGE - Wadih João Scandar Neto, 2017, p. 7).

Tal afirmativa torna-se preocupante quanto a forma com que os espaços rurais foram urbanizados para reproduzir a ideia de desenvolvimento da Amazônia, sendo uma mudança sistemática do espaço físico que não pensou nos sujeitos atuantes nele. Ferreira (2007) lembra que em função das forças produtivas e das novas relações de produção deve haver uma superação das diferenças entre urbano e rural. “Não ocorre o desaparecimento do campo e das atividades agrícolas, urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados, mas a oposição cidade/campo atenua-se. O urbano não se restringe à parcela da população que mora na cidade” (FERREIRA, 2007, p. 152).

Importa destacar que segundo o IBGE (2017) entre as formas técnicas e critérios existentes utilizados para operacionalizar e classificar o rural e o urbano em alguns países está: a delimitação político-administrativa; o corte populacional; a densidade demográfica; a ocupação econômica da população; a morfologia; e o modo de vida. Para tais critérios concentram-se concepções diferentes que somam uma grande variedade teórica na análise da

temática rural-urbano. Logo, na tentativa de se encaixar em uma nova demanda que visualiza haver uma necessidade de superação da atual metodologia de pesquisa para incorporar a complexidade existente na sociedade brasileira, pensa-se uma interpretação mais adequada a realidade local relacionada ao espaço rural e urbano. E também, a ideia de complementariedade que se apresenta. As novas perspectivas do IBGE consideram que:

A relação entre os espaços urbanos e rurais deve também considerar as ligações urbano-rurais, que podem ser representadas pelos fluxos de bens, pessoas, recursos naturais, capital, trabalho, serviços, informação e tecnologia, conectando zonas rurais, peri-urbanas e urbanas. Essas conexões são complementares e sinérgicas e impactam na configuração espacial brasileira (IBGE, p. 9).

O IBGE parece reconhecer a necessidade de novas concepções teóricas para representar com maior qualidade a realidade brasileira. Na obra citada pautam-se as limitações existentes que precisam ser superadas no importante processo de regularização fundiária no país. Para o IBGE as definições tem a função técnica e não necessariamente teórica-conceitual. Usam aferição quando é preciso recortar e tornar palpável o rural e o urbano. Não podemos na academia querer usar as definições do IBGE como conceito acadêmico. No entanto, cabe entender essas definições aplicadas, e como elas impactam.

Aprofundar este debate e entender essas mudanças e os impactos que uma política baseada em dados que não representem a realidade do lugar podem acarretar a longo prazo, torna-se necessária, pois, do contrário pode se transformar em uma reprodução da violência de direitos e injustiça reproduzida. Questões essas que perpassam por um conjunto de reivindicações combatidas pelos movimentos negros e agenda de luta quilombolas do país. Sujeitos estes, historicamente penalizados.

Pensar a relação rural-urbano existentes nas comunidades quilombolas de Salvaterra, evidenciando como se expressa na comunidade quilombola Caldeirão – a partir das vozes dos sujeitos e observação de seu cotidiano – oportunizou entender com maior clareza como esses espaços, rural e urbano, estão presentes no cotidiano de forma geral, mesmo que cada lugar estabeleça especificidades diferentes. No fim trata-se de uma complementariedade que se expressa de forma singular em cada lugar.

CONCLUSÃO

A conclusão é que terra é mais do que terra. Esse símbolo, que se liga visceralmente à vida, é propriamente o lugar histórico dessas lutas, sucessoras das mais primitivas lutas dos índios, dos negros e dos camponeses que, na sofrida busca do próprio chão, foram descobrindo, as outras dimensões do seu combate. Terra é dignidade, é participação, é cidadania, é democracia. Terra é festa do povo novo que, por meio da mudança, conquistou a liberdade, a fraternidade e a alegria de viver! (BALDUÍNO, 2004, p. 24-25)

Pensar a Amazônia em suas especificidades sociais é uma temática de preocupação comum entre os pesquisadores na atualidade. Na tentativa de abarcar contribuições que aprofundem as análises socioespaciais e territoriais na Amazônia pensou-se a relação rural-urbano no território marajoara, considerando o cotidiano das comunidades quilombolas do lugar, em Salvaterra-PA, e em especial, aprofundando a análise na comunidade quilombola Caldeirão, com os sujeitos que constituem seu cotidiano. Tal contribuição possibilitou, de forma prática, maior aproximação do campo teórico a realidade vivenciada.

Analisar as mudanças socioespaciais do território marajoara, direcionando um olhar atento a relação rural-urbano estabelecida nas comunidades quilombolas no município de Salvaterra foi um grande desafio, pois, demandou um olhar atento sobre muitos aspectos diretamente relacionados aos cotidianos dos sujeitos em Salvaterra. Para além de Salvaterra, considera-se as especificidades do território marajoara como um todo culturalmente rico, mas com um preocupante índice de vulnerabilidade social que acometem seu contingente populacional, onde estão também, os quilombolas de Salvaterra.

A região do Marajó historicamente tem registrado baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresentando uma queda significativa na qualidade de vida de 2000 (média 0,629) para 2010 (média 0,519), se considerar uma análise geral dos 16 municípios, refletindo a falta de investimento local e o descaso com os sujeitos residentes dessa parte do estado paraense. Tal situação repercute de forma penalizadora nos municípios, ou melhor, em seus municípios, que sobrevivem em um baixo padrão econômico, acessando uma estrutura de saúde e educação fragilizada, entre outras coisas.

No intuito de responder a questões que se investigava surgiram vários questionamentos que somente as atividades de campo puderam esclarecer, à medida que o contato com os sujeitos se estreitava. Nesta dissertação, apresenta-se os quilombolas de

Salvaterra como sujeitos rurais que cotidianamente interagem com o urbano, logo, são também os mesmos que compõe o cenário urbano do lugar, que demandam a necessidade de novos projetos políticos de acesso a estrutura oferecida, para além desses espaços que se concentra, que seria a área urbana do município de Salvaterra, na qual reside 62,83% da população municipal – segundo dados disponibilizados pelo último censo, em 2010.

Os quilombolas de Salvaterra reivindicam que seus direitos sejam cada vez mais acessíveis, ou seja, que a estrutura oferecida pela rede urbana do lugar – que geralmente, se amplia ao município de Soure e a capital do estado, Belém – contemple as necessidades de seu coletivo. Na verdade, o espaço urbano, de forma geral – que vem crescendo ao longo desse século –, na relação com o rural em Salvaterra, não medem forças. Se conflitam, mas, contraditoriamente, se realizam nas relações expressas no cotidiano.

A busca de maiores acesso a estrutura que garante seus direitos básicos a sobrevivência e a qualidade de vida apresentam-se como mediadora da relação rural-urbana estabelecida entre os quilombolas de Salvaterra. Na comunidade quilombola Caldeirão essa relação estabelecida se destaca com maior transparência, por ser uma comunidade com um número significativo de moradores, entre 3.000 a 3.500 residentes, com rotina diversificada, e também, por ser uma comunidade rural localizada nas proximidades da área urbana tornando, assim, uma relação dinâmica entre esses espaços e os sujeitos.

O conjunto teórico se mostrou como uma base, de forma central, para o exercício de interpretação da realidade. Entender o contexto histórico do lugar, assim como o universo dos sujeitos considerando a influência externa global associada as principais mudanças voltadas a dinâmica rural-urbano que se agregam ao território, ajudam a evidenciar dinâmicas e conflitos cotidianos singulares, que se mascaram nas relações e que podem ser resultantes e, conseqüentemente, motivo de reprodução de um contexto historicamente imposto, que se mostra de forma complexa.

Nesse caso, em específico, retrata-se em Salvaterra a história dos negros escravizados e inferiorizados por uma classe que se expressou dominante e protagonista de injustiça social. Atualmente, os quilombolas reconhecem-se descendentes desses negros que participaram do processo de construção (material e imaterial) de como Salvaterra se apresenta atualmente, e no processo de organização social e fortalecimento do seu coletivo, são protagonistas de lutas estratégicas, de superação dos conflitos que enfrentam cotidianamente em suas comunidades. As lutas são em defesa do território, pelo direito ao uso do território carregado de significado palpáveis e concretos de valor cultural, assim como de significados abstratos, de saberes e modos de fazer, que perpetuam seu histórico, sua história.

A relação entre os espaços reconhecidos pelos sujeitos enquanto urbano e rural, constitui-se em fluxos materiais e imateriais, de bens e ações, de estrutura e ideias, que caracterizam as especificidades do lugar, de cada comunidade quilombola em Salvaterra. Nessa interação dos sujeitos, entre as comunidades e para além delas, onde se materializam seus espaços de vida constituem-se fronteiras de circulação de pessoas, recursos naturais, trabalho, serviços, informação, tecnologia, assim como, reciprocidades, laços de solidariedade, partilha e uma rica carga cultural que conectam as comunidades rurais ao urbano. Tais elementos apresentam-se como conexões entre o urbano e o rural. A relação entre esses espaços é essencial a manutenção da vida desses sujeitos, de forma complementar.

A mobilidade destaca-se como um importante instrumento para entender a realidade dos quilombolas de Salvaterra. Evidencia-se no cotidiano das 17 comunidades quilombolas um fluxo em busca de seus direitos que fortalece, coletivamente, as ações de resistência presentes na intensa mobilidade entre as mesmas, como sua cultura e identidade. E, externamente, para além delas, visualiza-se uma ampliação do espaço de vida desses sujeitos ligados a uma mobilidade externa a elas (com o núcleo urbano de Salvaterra, Belém e Soure), motivadas por estruturas básicas de sobrevivência, destacando a necessidade de se chegar a seus destinos, expondo-se, muitas das vezes, a situações de riscos pela urgência de acesso a políticas públicas que estão concentradas no núcleo urbano de Salvaterra e em outros municípios. Logo, a interação dos sujeitos das comunidades quilombolas destacam uma mobilidade interna e externa as comunidades quilombolas locais.

Destaca-se no processo de pesquisa, a identificação de que os quilombolas de Salvaterra mantêm um forte laço de relações com o município de Soure. Essa relação é identificada no diálogo com os moradores das comunidades quilombolas de Salvaterra quando relatam hábitos cotidianos em busca de serviços fora de suas comunidades, em relação a compra e venda de produtos ou mesmo no acesso de serviços. Os mesmos expressam haver maior facilidade e produtividade em ir em Soure, pois encontram lá um mercado diverso e mais estruturado. Isso contribui para que o espaço de vida dos quilombolas do lugar, se dê de forma mais intensa com a área urbana de Soure do que com Salvaterra.

A facilidade de acesso, assim como, a intensidade na relação que os quilombolas – de Salvá, Mangueiras, Bacabal, Rosário, São Benedito da Ponta, Siricari, Paixão, Deus Ajude, Bairro Alto, Cururu, Santa Luzia, Providência, Boa Vista, Boca da Mata, Vila União, Pau Furado e Caldeirão – estabelecem com Soure, podem ser explicadas pelo fator histórico de relação com o território de Salvaterra, por ter sido distrito de Soure – desde sua constituição, até 1961 quando legalmente se tornou município –, e também, pelo fato de Soure ser o

município marajoara mais urbanizado, ou seja, de maior estrutura, já que a capital fica mais distante e é considerada pelos mesmos de difícil acesso, pelo custo econômico e pelo tempo de viagem de Salvaterra a Belém.

Esses fatos também podem explicar a ampliação do espaço de vida dos moradores da comunidade quilombola Caldeirão para o município de Soure, que mantém uma relação cotidiana com maior frequência, do que com a área urbana do próprio município de Salvaterra. No entanto, para além dessas explicações, considera-se que a relação rural-urbano expressa pela comunidade Caldeirão é historicamente constituída desde sua formação, que inclusive, se formou enquanto comunidade em detrimento dessa relação.

Os quilombolas de Caldeirão destacam que na localidade, onde está instalada a comunidade, as margens do rio Paracauari, podiam até se comunicar com as pessoas da feira através dos gritos, na época que o rio era mais estreito. Apesar da comunidade se localizar as margens do rio Paracauari, do outro lado de Soure, os quilombolas sempre consideraram de fácil acesso essa interação. Estar em Soure era rápido e fácil, bastava uma canoa para atravessar o rio. Caldeirão demonstra uma proximidade subjetiva com o município de Soure, talvez por isso sempre se referem ao lugar como “aqui em Soure”. E curiosamente, tanto Caldeirão quanto as demais comunidades quilombolas de Salvaterra expressam a distância que existe até a área urbana do seu município quando, recorrentemente, dizem “lá em Salvaterra”, como se não estivessem em Salvaterra também.

Historicamente no território da comunidade Caldeirão as relações comerciais de venda dos alimentos excedentes extraídos da natureza, com o trabalho agrícola e das atividades de pesca, se davam em Soure. A rotina dos moradores da comunidade, por muito tempo era, predominantemente, com Soure e, apesar de, atualmente, a comunidade se localizar em Salvaterra e as condições de acesso possibilitarem maior relação com a área urbana do município, essa relação estreita com o município de Soure ainda permanece, mesmo que com intensidade reduzida quando comparada ao período que não existia a PA 154 – que atualmente facilitou o acesso da comunidade Caldeirão com a área central de Salvaterra.

A mobilidade no território marajoara, está diretamente ligada a relação rural-urbano estabelecida no município de Salvaterra. Pensar tal relação demandou uma avaliação de muitos aspectos diretamente relacionados ao cotidiano dos sujeitos. Para tal, considerar o contexto histórico do lugar, assim como o universo dos sujeitos e a influência externa global associada às mudanças que se agregam ao território na interação rural-urbano ajudou a entender sua dinâmica.

A relação rural-urbano nas comunidades quilombolas de Salvaterra esta presente nas ações cotidianas, nas expectativas de suas lutas e na memória dos descendentes daqueles que carregaram em seus ombros o peso da injustiça, dos maus tratos, e da exploração. Essa relação conta uma história de mudanças, que antes, a muito tempo atrás, em nome da modernidade usurpou direitos dos negros que constituem grande parte da população do lugar, e na atualidade trabalha para remediar, incorporando – através de mecanismos legais, mesmo que de forma lenta – a igualdade que é cobrada pelos mesmos com muita luta.

Na perspectiva de compensar as injustiças com as mudanças impostas pelo tempo, que motivou a exploração do trabalhador negro e, agora, oportuniza ampliar os mecanismos de luta pelo título do território quilombola, constitui-se uma relação dialética. Pois os novos instrumentos disponíveis para a luta, acessado pelos quilombolas, como as redes sociais, grupos em aplicativos de mensagens instantâneas, instrumento de organização de classe (associações quilombolas das comunidades e em outras escalas territoriais), e os novos espaços políticos conquistados (como desfile cívico quilombola de Salvaterra em 6 de setembro e os espaços deliberativos nas comissões administrativas e conselhos institucionais) apresentam-se como mecanismos de fortalecimento coletivo de luta, tanto no campo quanto na cidade, fortalecendo assim, os conectivos da relação rural-urbano entre os sujeitos.

Entende-se que as comunidades quilombolas, em geral, são espaços intensivamente pressionados pelo capital. A luta diária do quilombola, em que se inserem sua mobilidade, se constitui dialeticamente, no ato de resistir as bruscas mudanças que tendem a anular sua memória e direitos, ao mesmo tempo, que buscam, enquanto coletivo de luta, adaptar-se ao espaço das relações, convivendo da melhor forma sem perder sua essência.

Em Caldeirão a relação rural-urbano se dá cotidianamente e de forma cada vez mais intensa. Essa relação é interpretada pelos quilombolas como essencial, e os mesmos buscam otimizar essa proximidade reivindicando acesso de qualidade a estrutura oferecida pelo espaço urbano sem que esse contato descaracterize suas especificidades étnicas e culturais com o território. Para tal, assim como as demais comunidades quilombolas de Salvaterra, consideram que só o título definitivo de seus territórios pode garantir maior autonomia e proteção aos sujeitos e a natureza.

Pensam a luta coletiva quilombola como um importante instrumento para garantir a conquista de seus territórios. A demora no processo de regularização é interpretada pelos mesmo como uma tramitação burocrática que se fricciona entre a ideia de garantir direitos sem que isso reflita em perda de investimentos e lucros econômicos em escalas macros. Enquanto isso o ambiente natural, a cultura e os direitos de justiça continuam sendo lesados.

Analisar a forma cotidiana que se estabelece a relação rural-urbano na comunidade quilombola Caldeirão demandou, também, observar o entrelaçamento do rural e urbano em pleno século XXI, em uma comunidade quilombola localizada na Amazônia marajoara, no município de Salvaterra, para entender essa relação presente em sua constituição, através de elementos ressaltados pelas memórias dos residentes do lugar.

Faz-se necessário esclarecer que as comunidades quilombolas vivem as singularidades e as totalidades de seu território e, é por entender isso, que se torna essencial deixar claro que, uma pesquisa não dá conta de abarcar a totalidade dos problemas encontrados e dos processos que a influenciam, logo, é comum apontar lacunas, ou seja, a necessidade de dar prosseguimento a pesquisas abordando questões pertinentes e atualizadas. A exemplo cita-se a questão do agronegócio que vem atacando as comunidades quilombolas do marajó, sendo pauta de conflito com os sujeitos no território pelo impacto ambiental que causa, de forma geral, pelo caráter agressivo agregado. Assim, visualiza-se a possibilidades de um maior aprofundamento de algumas outras questões que também se destacam no processo de focar no objeto de estudo, pois, como toda pesquisa, esta, ainda tem lacunas a serem preenchidas.

REFERÊNCIAS

- ABAYOMI – Grupo de juventude negra quilombola de Salvaterra. **10 anos de resistência**. Postagem Instagram. Acesso em: 28/04/2023. Acesso em: https://www.instagram.com/p/CrIMKxrg_ZG/?igshid=YmMyMTA2M2Y=
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, v. 15, p. 87-112, 2000. Acesso em: 26/04/2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/issue/view/18>.
- ALMEIDA, Rozemberg Ribeiro de; AMARAL, Assunção José Pureza. Jacarequara: escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia. *In: Quilombo Now: o dossiê da Black Amazon*. AMARAL, Assunção José Pureza (org.). Castanhal-Pa. 2019.
- ALVES, Flamarion Dutra. Abordagens metodológicas da geografia agrária clássica brasileira. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia v. 13, n. 42 jun/2012 p. 315-329.
- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013. p. 33-41. ISSN 1980-5772. DOI: 10.5654/actageo2013.0003.0002
- AMARAL, Assunção José Pureza. Caminhos negros e afrodescendência na Amazônia. *In: Entre os rios e as florestas da Amazônia: perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento*. CAMPELO, Marilu Márcia; JESUS, Raimundo Jorge N. de; DEUS, Zélia Amador de. (org.) Belém: UFPA – GEAM, 2014. 330p. ISBN: 978-85-89-17139-7.
- ATLAS BRASIL. **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil**. Atlas do Desenvolvimento Humano. (PNUD). 2010. Acesso em: 22/04/2023. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/150630>
- ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Ranking**: municípios do Pará, 2010. Acesso em: 27/07/2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>
- BARBOSA, Maria José de Souza (coord.). **Relatório Analítico do Território do Marajó**. Universidade Federal do Pará - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA / PITCPES. Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Belém, 2012. 79 pág.
- BALDUÍNO, Dom Tomás. O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. *In: O campo no século XXI - Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.; MARQUES, Marta Inês Medeiros (orgs.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. Pág. 19-25.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados** 19 (53), 2005. p. 17-86.
- BENEDETTI, Adriane Cristina. Entre avanços e bloqueios: uma análise da política de titulação de territórios quilombolas. *In: Entre continuidades e discontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira*. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 699-726, out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n3-8>.
- BOMBARDI, Larissa Mies. A dialética e a geografia agrária na obra de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. *IN: FERNADES, B.M; MARQUES, M. I; SUZUKI, J. Geografia Agrária: Teoria e Poder*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que há em nós. *In: O campo no século XXI - Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. OLIVEIRA,

Ariovaldo Umbelino de.; MARQUES, Marta Inês Medeiros (orgs.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. Pág. 121-131.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Fronteira capitalista, campesinato e trabalho – apontamentos na Amazônia. São Paulo: Outras Expressões. **Revista Terceira Margem Amazônia**. Vol. I, nº 02, 2012.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Rumos, trechos e borocas: Trajetórias e Identidades Camponesas de Assentados Rurais no Sudeste do Pará. **Dissertação de Mestrado** – Universidade Federal do Pará. Belém – PA, 2006.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Direitos ao território, direitos à vida e a questão agrária. **Revista Mutirão** - Folheto de Geografias Agrárias do Sul. V. 01, No. I, 2020. 11p.

BRINGEL, Fabiano de Oliveira; COSTA, Felipe Figueiredo da; VAN WELDEN Xavier. Questão agrária, campesinato e anarquismo – interseções entre Rússia revolucionária e a Amazônia oriental. **Revista de Geografia** (Recife) V. 35, No. 5, 2018. ISSN 0104-5490. Pág. 16-37.

CARMO, Eunápio Dutra do; CARMO, Silvana Rodrigues Gouveia do. Disputas territoriais e sofrimento humano: a continuidade dos impactos socioambientais em Barcarena. *In*: COUTO, Aiala Colares; SANTOS, Tiago Veloso dos; RIBEIRO, Willame de Oliveira (Org.). *In*: **Amazônia, Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais**. Coleção Saberes Amazônicos. Belém, EDUEPA/2019. p. 196-213. 312p. ISBN 978-85-8458-042-2

CARVALHO, Ângelo Rodrigues de. O desenvolvimento territorial rural pela via da educação do campo. **Anais do II Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins**: diversidade cultural, socioterritorial, lutas e práticas Palmas-TO, 19 a 21 de novembro de 2018. ISBN: 978-85-5659-031-2. Pág. 315-324.

CARVALHO, J. R. F. **Momentos de história da Amazônia**. Imperatriz: Ética, 1998.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia (UFPA) - Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010. 208p.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Regularização**: histórico das regulamentações. Acesso em: 19/06/2022. Portal *on-line* / 1995-2020. Disponível em: <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/regularizacao-historico-regulamentacoes/>

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Comunidades quilombolas**: São João. Acesso em: 30/11/2022. Disponível em: <https://cpisp.org.br/sao-joao-pa/#>

CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro; AMARAL, Assunção José Pureza. Entre homens e mulheres, escravizados e libertos, campo e cidade – eis as tias “negras” do carimbo na fronteira do saber na cidade da Vigia-Pa. *In*: **Entre os rios e as florestas da Amazônia**: perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento. CAMPELO, Marilu Márcia; JESUS, Raimundo Jorge N. de; DEUS, Zélia Amador de. (org.) Belém: UFPA – GEAM, 2014. 330p. ISBN: 978-85-89-17139-7.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. **GEOSUL** nº. 15. Ano VIII. 1º semestre de 1993. p. 13-18.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**: de Roberto Lobato Corrêa. Editora Ática, Série Princípios, 3ª edição, n. 174, 1995. p.1-16.

COSTA, Antonio Maurício Dias da; MACEDO, Cátia Oliveira. “Festa de antigamente é que era festa”: memória, espaço e cultura numa comunidade camponesa do nordeste paraense. **Revista Estudos Amazônicos**, vol. V, nº 2 (2010), pp. 105-124.

CRUZ, Benedito Ely Valente da; SILVA, Ana Regina Ferreira da. Conflito pelo uso do território nos campos marajoaras-Pará: entre o uso monopolista e o uso coletivo do território. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, n. 1, v. 01, p. 76-87, jan./jun. 2014.

CRUZ, Manoel de Jesus Mazullo da. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. **Tese de doutorado em Geografia Humana**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

CRUZ, Miguel Evangelista Miranda da. **Marajó, essa imensidão de ilha**. São Paulo: M.E.M. Cruz, 1987.

CRUZ, Samuel Vieira; MELLO, Mariana Neves Cruz. Pobres como nós: o território de uso comum do rio Camará (municípios de Salvaterra e Aachoeira do Arari/PA). *In: Política, ecologia e (re) existências na Amazônia brasileira: um outro (des)envolvimento é possível*. Mariana Neves Cruz Mello (Org.). Ananindeua - Itacaiúnas, 2021.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. **Revista da ABPN**, v. 5, n. 11, jul/out. 2013, p. 05-28.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses**: Salvaterra. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2020.

FCP – Fundação Cultural Palmares. **Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQS)** com processo de certificação em andamento: aguardando complementação de documentação - atualizada até 15/05/2017. Acesso em: 30/11/2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-em-analise-15-05-2017.pdf>

FCP – Fundação Cultural Palmares. **CRQ’S Certificadas**. Acesso em: 30/11/2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-pa-22082022.pdf>

FCP – Fundação Cultural do Palmares. **Tabela de CRCs no Pará**. atualizada em 28/08/2022. Acesso em 30/ 11/ 2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-pa-22082022.pdf>

FCP – Fundação Cultural do Palmares. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Acesso em: 01/01/2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-n%c2%b098-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>.

FCP - Fundação Cultural Palmares. **Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (crqs) publicada no dou de 15/06/2021**. Acesso em 09/01/2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/COMUNIDADES-CERTIFICADAS.pdf>

FCP - Fundação Cultural Palmares. **Quadro geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs)**. 2021. Acesso em: 09/01/2022. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-15-06-2021.pdf>.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente da. CALVI, Miquéias Freitas; REIS, Cristiano Cardoso dos. Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia Marajoara. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 21, n. 42, pp.135-161. Dossiê – 2018. ISSN: 1806-6755.

GOMES, Dérick Lima; SCHMITZ, Heribert; BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Identidade e mobilização quilombola na Amazônia marajoara. ISSN: 1984-8501. **Boletim Goiano de Geografia** (Online). Goiânia, v. 38, n. 3, p. 591-618, set./dez. 2018.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **Eidorfe Moreira e o aspecto insular de Belém**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 10, n. 3, p. 583-589, set.-dez. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186p.

HAZEU, M. T. Barcarena: trabalho e mobilidade numa fronteira amazônica globalizada. **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 27, v.1, p. 123-146, jan./jun. 2015.

HONÓRIO, Deane Taiara Soares; CARVALHO, Viviane dos Santos. Políticas públicas da juventude do campo de Porto da Serra, Glória - BA: acesso, permanência e conflitos. **Anais do II Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins**: diversidade cultural, socioterritorial, lutas e práticas. Palmas - TO, 19 a 21 de novembro de 2018. ISBN: 978-85-5659-031-2. Pág. 48-59.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malhas Territoriais**. Acesso em: 10/02/2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>.

IBGE CIDADES. **Breves**. Território e ambiente. 2010. Acesso em: 29/07/2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>

IBGE CIDADES. **Panorama de Salvaterra-Pa**. Acesso em: 28/12/2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/salvatererra/panorama>.

IBGE CIDADES. **Salvaterra**. Território e ambiente. 2010. Acesso em: 28/07/2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/salvatererra/panorama>.

IBGE CIDADES. **Soure**. Território e ambiente. 2010. Acesso em: 29/07/2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/soure/panorama>

IBGE Educa. **Quilombolas no Brasil**: total estimado de comunidades quilombolas 2019. Acesso em: 21/06/2022. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=Entre%20as%20cidades%20brasileiras%2C%20Barreirinha,\(38\)%2C%20no%20Par%C3%A1](https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil.html#:~:text=Entre%20as%20cidades%20brasileiras%2C%20Barreirinha,(38)%2C%20no%20Par%C3%A1).

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Processos abertos por superintendência**. Acesso em: 30/11/2022. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/Relaodeprocessosderegularizaodeterritriosquilombolasabertos_08.09.2022.pdf.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Regularização de território quilombola**: perguntas e respostas. Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária / Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. 2017. 17p. Acesso

em: 12/04/2023. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Lara Silva. *et al.* **O fenômeno do espraiamento urbano e seus impactos na acessibilidade ao trabalho em fortaleza**. 33º Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte da ANPET. Camboriú-SC, 2019. p. 3350-3361. 12p.

LIMA, Michel de Melo. Esfera pública, esfera privada e o princípio do comum em Altamira-Pa. *In: Política, ecologia e (re) existências na Amazônia brasileira: um outro (des)envolvimento é possível*. Mariana Neves Cruz Mello (Org.). Ananindeua - Itacaiúnas, 2021.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros. Entre quilombos: circuitos de festas de santo e a construção de alianças políticas entre as comunidades quilombolas de Salvaterra - Marajó – Pará. **Dissertação de mestrado** – PPGCS/UFGA. Belém-PA, 2014.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e; ALENCAR, Edna. Festas de santo, território e alianças políticas entre comunidades quilombolas de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 109-128, jan.-abr. 2018.

LIMA FILHO, Petrônio Medeiros; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. O desfile da raça: identidade e luta quilombola em Salvaterra, ilha do Marajó, Pará. **Ambivalências** - Revista do Grupo de Pesquisa Processos Identitários e Poder – GEPIP. Dossiê identidades quilombolas. V. 4, n 07, 2016. Pág. 87-105. ISSN 2318-3888 DOI: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v4n7p87-105>

LIRA, Jônatha Rodrigo de Oliveira. Migração e mobilidade na fronteira: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia brasileira. **Tese de doutorado**. Universidade estadual de campinas (Unicamp). 2017.

MACHADO, Brena Regina Lopes; LIRA, Jônatha Rodrigo de oliveira; BRINGEL, Fabiano de Oliveira. Mobilidade rural-urbano no território marajoara: uma análise sobre os quilombolas de Salvaterra-PA. Encontro Nacional de Geografia Agrária. Anais **ENGA / 25º Encontro Nacional de Geografia Agrária: as geografias agrárias a partir da Panamazônia - lutas socioambientais e fronteiras da capital no Brasil**. Universidade Estadual do Pará – UEPA. Belém, PA. 2022, pág. 141-154. Acesso em: 22/05/2023. Disponível em: <https://xxvenga.com.br/anais/>

MALCHER, Maria Albenize Farias. O olhar geográfico: a formação e territorialização de comunidades quilombolas no município de São Miguel do Guamá, Pará. **Tese de doutorado**. Universidade Federal do Ceará - Fortaleza, 2017.

MALUNGU – Coordenação Estadual das Associações de Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará; PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Quilombolas da Ilha de Marajó**. Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos. Fascículo 7. Belém, janeiro de 2006.

MALUNGU – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. **Reafirmando identidades: quilombolas do Pará**. S/d. 39p.

MALUNGU – Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. **Lista de Comunidades quilombolas por município**. Acesso em: 30/11/2022. Disponível em: <https://malungu.org/wp-content/uploads/2021/12/Lista-de-comunidades-por-municipio.pdf>

MARANDOLA JR, Eduardo. Mobilidade e Vulnerabilidade nos Espaços de Vida de Campinas. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP**. Caxambu / MG, 2006.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Formação histórica do Pará e territorialidades específicas no Vale do Rio Tocantins, Ilha de Marajó e Calha Norte do Rio Amazonas. *In: Zoneamento Ecológico-Econômico da zona leste e calha norte do estado do Pará*. 2010, Volume 1. Cap. 1. Pág. 23-36.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. *In: O campo no século XXI - Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.; MARQUES, Marta Inês Medeiros (orgs.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. Pág. 121-131.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 3ª edição, Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1999.

NCSA – Nova Cartografia Social da Amazônia. **Apresentação do Projeto Nova Cartografia Social em português do Brasil**. Portal *on-line*. Acesso em: 22/06/2022. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com/apresentacao/>

O LIBERAL. **Marajó: um desafio socioeconômico de proporções amazônicas**. Jornal *online* em 11/12/2021. Acesso em: 31/07/2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/liberalamazon/marajo-um-desafio-socioeconomico-de-proporcoes-amazonicas-1.470735>.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999a. p. 63-137.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. “A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro”. *In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In: O campo no século XXI - Território de vida, de luta e de construção da justiça social*. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de.; MARQUES, Marta Inês Medeiros (orgs.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. Pág. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª edição, São Paulo: FFLCH, 2007, 184p.

PACHECO, Agenor Sarraf. A conquista do ocidente marajoara: Índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires (Org.). *In: Muito além dos campos: Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. 1ª Edição. GKNORONHA, Belém – Pará, 2010. 103 pág. 13-32.

PALHETA, Daniel Rodrigues; AMARAL, Assunção José Pureza. As motivações econômicas do Estado português que levaram à diáspora de populações africanas para Amazônia nos séculos XVII e XVIII. *In: Quilombo Now: o dossiê da Black Amazon*. AMARAL, Assunção José Pureza (organizador). Castanhal-Pa. 2019.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima. **Cidade nas águas um estudo sobre o imaginário em Salvaterra-Pa**. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia. UFPA. Bragança-Pa, 2014.

PEIXOTO, Lanna Beatriz Lima. A mulher e seu quintal, caminhadas por um universo mágico-místico transformacional. **CAMPOS**, v.20 n.1, 2019. Pág 101-121.

PIRES, Élson L. S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. *In*: FERNANDES , Bernardo Mançano; MARQUES , Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (orgs.). *In*: **Geografia agrária: teoria e poder**. 1ª edição: Editora Expressão Popular, São Paulo – 2007.

PMS – Prefeitura Municipal de Salvaterra. **História**. Portal *on-line*. Acesso em: 14/07/2021. Disponível em: <https://prefeituradesalvaterpa.pa.gov.br/o-municipio/historia/>.

PMS – Prefeitura Municipal de Salvaterra. **Plano Diretor Participativo de Salvaterra: Lei 1.135 de 10 de outubro de 2006**. Acesso em: 17/04/2022. Disponível em: <https://prefeituradesalvaterpa.pa.gov.br/leis/>

PMS – Prefeitura Municipal de Soure. **Sobre o município**. Portal *on-line*, S/d. Acesso em 30/03/2023. Disponível em: <https://soure.pa.gov.br/o-municipio/sobre-o-municipio/#:~:text=O%20povoado%20foi%20elevado%20%C3%A0,20%20de%20janeiro%20de%201859>.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro: Série Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p. ISBN: 978-85-7811-171-7. Acesso em: 27/07/2022. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana. *In*: **Revista GEOgrafia** (Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO). Niterói: UFF, AnoVIII -N. 16, 2006.

PPGG/UEPA - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Caracterização do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UEPA. *In*: **Planejamento estratégico do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará (2019-2024)**. Belém-PA, 2019. 23p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, José Marcos Silva; OLIVEIRA, Simone Santos de. Campo-cidade, rural-urbano e outros diálogos: o ensino de geografia em realidades diversas. **ENANPEGE – XIV Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. 10 à 15 de outubro de 2021. ISSN: 2175-8875. 15 p.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. Situação espacial, interações e centralidade: a condição de Capanema na rede urbana do nordeste paraense. *In*: COUTO, Aiala Colares; SANTOS, Tiago Veloso dos; RIBEIRO, Willame de Oliveira (Org.). *In*: **Amazônia, Fronteiras, Grandes Projetos e Movimentos Sociais**. Coleção Saberes Amazônicos. Belém, EDUEPA/2019. p. 118-144. 312p. ISBN 978-85-8458-042-2

RODRIGUES, Guilherme Goretti; MACEDO, Pedro Clei Sanches; SANTOS, Ramofly Bicalho dos. A questão agrária e as lutas sociais populares pelo território quilombola: análise

da conjuntura em tempos de golpe. **Anais do II Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins**: diversidade cultural, socioterritorial, lutas e práticas. Palmas - TO, 19 a 21 de novembro de 2018. ISBN: 978-85-5659-031-2. Pág. 278-290.

ROLNIK, Raquel; KINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. **Novos Estudos** 89. MARÇO 2011. Pág. 89-109.

SALES, Ronildo Guilherme. As formas de uso e apropriação da terra sob a dinâmica do capital em comunidades camponesas às margens do rio Tocantins em Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia no sudeste paraense. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. Marabá-PA, 2017. 160 pág.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. *In*: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Record. 16ª edição. Rio de Janeiro - São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Record, 27ª edição. Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, José Rodrigo Pontes dos; PAIXÃO, Gabriela Freitas da; AMARAL, Assunção José Pureza. Quilombo é espaço de liberdade e resistência, não lugar de escravo fugido – notas e discussões de quilombo com quilombola. *In*: **Quilombo Now**: o dossiê da Black Amazon. AMARAL, Assunção José Pureza (org.). Castanhal-Pa. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. *In*: **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª edição. Editora: Expressão Popular, São Paulo – 2009. 368p.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. MALCHER, Maria Ataíde. TEIXEIRA, Érica. Municípios rurais do Pará: mapeamento para pesquisa qualitativa em Comunicação. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville – SC, 2018.

SETUR – Secretaria de Estado e Turismo. **Polo Marajó**. 2016. Acesso em: 11/06/2022. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/polo-marajo>

SILVA, Letícia Costa; ARAÚJO, José Anchieta de; FARIAS, Kézia Vieira de Sousa. Juventude e educação: a educação do campo como projeto emancipador e descolonial de sociedade no campo da Amazônia. **Anais do II Congresso Internacional de Educação do Campo da Universidade Federal do Tocantins**: diversidade cultural, socioterritorial, lutas e práticas Palmas-TO, 19 a 21 de novembro de 2018. ISBN: 978-85-5659-031-2. Pág. 38-47.

SOUTO, Raquel Dezidério. Mapeamento e Participação. *In*: **Mapeamento Participativo e Cartografia Social**: Aspectos Conceituais e Trajetórias de Pesquisa. SOUTO, Raquel Dezidério; MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto (org.). Ivides.org: Rio de Janeiro - RJ, 2021. Pág. 15-29.

SOUTO, Raquel Dezidério. Algumas técnicas de mapeamento participativo ou colaborativo. *In*: **Mapeamento Participativo e Cartografia Social**: Aspectos Conceituais e Trajetórias de Pesquisa. SOUTO, Raquel Dezidério; MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto (org.). Ivides.org: Rio de Janeiro - RJ, 2021. Pág. 31-44.

SOUZA, Barbara Oliveira – UNB. O que é quilombo? *In*: **Movimento Quilombola**: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. Site *on-line* MALUNGU -

Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. S/d. Acesso em: 12/04/2023. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>

SOUZA, M. A Amazônia antes dos Europeus. In: SOUZA, M. **História da Amazônia**. 1ª edição - Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2019.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. São Paulo: **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, 2011, p. 107-121.

TEIXEIRA, Jaqueline da Silva; DE PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. O sentido do lugar no contexto da mobilidade: dinâmicas entre o rural e o urbano. **Geograficidade**, v.11, n.2, p. 87-100, 2021.

UFPA – Universidade Federal do Pará. **Inscrições abertas para o Processo Seletivo Especial Indígena e Quilombola** - PSE I/Q 2023. Jéssica Souza – Assessoria de Comunicação Institucional da UFPA. Acesso em: 18/04/2023. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13880-inscricoes-abertas-para-o-processo-seletivo-especial-indigena-e-quilombola-pse-i-q-2023>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas - SP: Editora da UNICAMP, 2011. 152p. ISBN: 978-85-268-0957-4

APÊNDICE I - Relatórios de alguns trabalhos de campos realizados em eventos coletivos em Salvaterra-PA

O apêndice I, traz breves relatórios de participação em campo, concomitante a outras atividades realizadas, durante alguns eventos coletivos nas comunidades quilombolas de Salvaterra. Abaixo aos relatórios é possível algumas figuras referentes aos mesmos.

RELATÓRIO DO 1º FESTIVAL CULTURAL QUILOMBOLA DE SALVATERRA

O primeiro contato com a pesquisa no lócus de recorte territorial ocorreu em uma comunidade quilombola chamada Siricari, durante o primeiro Festival Cultural Quilombola organizado pelas lideranças quilombolas da região. Trata-se de pré-campo na comunidade quilombola de Siricari, Salvaterra-Pa.

O festival ocorreu no período de 04 a 07 de setembro de 2021 e contou com a presença de aproximadamente 450 pessoas representando a presença de 14 comunidades locais, segundo informações dos próprios organizadores do evento. A comunidade Siricari hospedou aproximadamente 200 pessoas nas casas das famílias residentes. Alguns participantes do evento chegavam ao local através de um ônibus disponibilizado pela secretaria de educação com a finalidade de fazer o transporte dos moradores que não se alojariam na comunidade. A alimentação era feita na comunidade de forma coletiva. A comunidade além da hospedagem também ficou responsável por preparar a alimentação dos moradores das outras comunidades e visitantes (alunos de algumas universidades e palestrantes convidados).

Durante as atividades culturais as comunidades realizavam apresentações e atividades esportivas durante o dia. Disputavam harmonicamente entre comunidades com suas torcidas, mesmo que sem premiação. Nesse momento da pesquisa a interação com os sujeitos eram um pouco restritas por causa dos cuidados exigidos na prevenção da pandemia do Coronavírus, por esse motivo participei como observadora. Os participantes foram orientados a usar máscaras. A maioria dos participantes tinham tomado apenas a primeira dose da vacina.

A comunidade acolheu muito bem os visitantes. As oficinas juntavam participantes de diversas comunidades - Caldeirão, Bacabal, Bairro alto, Cururu, África, Santa Luzia, São Benedito da ponta, Vila União, Deus Ajude, Mangueira, Pau Furado, Paixão, Boa Vista,

Rosário, Siricari e Salvá. As comunidades chegam ao evento trazendo as bandeiras de suas comunidades e no último dia, durante a festa cultural as delegações (comunidades quilombolas presentes) e convidados desfilam com elas. Cito esse fato para informar que fui convidada para desfilar com 3 (três) comunidades (Caldeirão, Mangueira e Bacabal) em que os laços foram mais estreitados. O ato proporcionou a sensação de grande acolhimento.

RELATÓRIO DOS JOGOS DE IDENTIDADE QUILOMBOLAS DE SALVATERRA

O XVII Jogos de Identidade Quilombola ocorrido na comunidade quilombola de Paixão em Salvaterra-Pa, no período de 18 a 21 de novembro de 2021, contou com a participação das comunidades de Salvaterra. A coordenação do evento realizou a inscrição dos participantes cobrando uma taxa de 25 reais que incluiria a alimentação e hospedagem na comunidade onde seria realizado. Houve mais de 700 (setecentas) inscrições. As comunidades estavam representadas por delegações que participavam dos jogos e a medida que ganhavam em suas modalidades avançavam para a fase final. As comunidades eliminadas das disputas se juntavam a outras na torcida por delegações favoritas.

As comunidades participavam das competições de forma harmônica em parceria respeitando as regras. Os participantes se revessavam, cedendo seu lugar sempre que um novo participante quisesse jogar (como no vôlei e futebol). As comunidades sempre buscavam indicar uma representatividade nas diferentes modalidades esportivas oferecidas no evento. O evento contou com o apoio de viaturas e ambulâncias durante a programação diurna e noturna. Recebeu visitantes de Salvaterra e Soure que iam e vinham durante a ocorrência do evento. Durante a noite ocorriam apresentações culturais, desfile de miss e mister quilombola, apresentação de danças na modalidade infantil, juvenil, meia idade e melhor idade. As comunidades disputavam entre si sobe a avaliação de banca de jurados e torcidas que avaliavam a performance e premiava as comunidades que torciam uma pelas outras (mesmo durante a chuva). Inclusive fui convidada pela coordenação do evento a atuar como jurada em uma das noites de apresentação cultural das comunidades quilombolas.

Os participantes foram orientados a usar máscaras (fato que não ocorreu) mesmo a maioria dos participantes já tendo tomado a segunda dose da vacina. A comunidade Paixão acolheu muito bem os visitantes. No último dia do evento, houve a premiações com troféu simbólico às comunidades que participaram e ficaram em primeiro lugar nas modalidades esportivas e culturais. Houve o desfile com as bandeiras, a tradicional dança com o mastro e a escolha da próxima comunidade em que ocorreria a XVIII dos jogos quilombolas em 2022.

RELATÓRIO DE PESQUISA DE CAMPO NO MARAJÓ

O trabalho de campo para o Marajó ocorreu entre os dias 02 e 06/02/2022 e contou com a presença do orientador e professor da disciplina Espaço Agrário na Amazônia. Ocorreu de forma associada com o Trabalho de campo Interdisciplinar I de uma turma do 8º semestre da graduação do Campus de Belém, com alguns alunos do campus de Castanhal, um bolsista PIBIC (campus Belém) e uma discente da turma de mestrado, sob a responsabilidade do profº Fabiano Bringel. A rota do trabalho de campo foi construída com o objetivo de proporcionar a análise da produção do espaço a partir de um contexto localizado (no Marajó) de forma a compreender a relação entre paisagem, espaço e modo de vida; obter uma dimensão das lutas sociais e dos conflitos existentes no território; observar e discutir a constituição do MTCI (Meio Técnico Científico Informacional) no município de Salvaterra e Soure (Marajó/PA).

Destaca-se que o roteiro do trabalho de campo (Anexo III) foi uma proposta construída mim em parceria com o professor orientador da presente pesquisa que, para além do objetivo proposto, contemplava conhecer o recorte territorial estudado, sujeitos envolvidos e contatos estratégicos, que auxiliaria na coleta de dados da pesquisa e conseqüentemente no desenvolvimento da dissertação. Minha participação no trabalho de campo incluiu a proposta de rota, agendamento das atividades realizadas com empresário/fazendeiro ou moradores locais e, partilhar com os discentes um pouco da proposta apresentada no projeto de pesquisa.

A rota percorrida no trabalho de campo no Marajó foi fotografada e abrangeu a Vila histórica de Joanes, AERAJ – associação educativa rural e artesanal da Vila de Joanes, fábrica de laticínio (produção de queijo) e fazenda Portal, Resex pesqueiro (ASSUREMAS - Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure), comunidade quilombola do Rosário e comunidade quilombola de Paixão (Reunião Abayomi). Na ocasião aconteceu a escolha de novos membros da diretoria do grupo ABAYOMI (Juventude Negra Quilombola: unida para vencer). O evento proporcionou conhecer e contatar lideranças quilombolas que serão chaves para compreender um pouco do universo diário desses sujeitos e principalmente oportunizou um momento de diálogo direto com os mesmos, socializando a proposta de pesquisa e objeto de estudo sob a temática: “A relação rural-urbano no território marajoara: uma avaliação a partir de comunidades quilombolas localizados em Salvaterra-PA”.

APÊNDICE II - Questionários utilizados em entrevistas de campo

Modelo do Questionário 1 – Lideranças de comunidades quilombolas de Salvaterra-PA

O atual questionário pretende ser usado para fins de pesquisa acadêmica referente ao mestrado da discente Brena Machado, integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

ORIENTAÇÃO:

Ser respondido por liderança das comunidades quilombolas de Salvaterra (ou de outros níveis de recorte territorial), acompanhado ou não de outros membros de sua comunidade. As informações serão utilizadas para entender a realidade local em que se inserem as comunidades do município de Salvaterra. Os resultados de pesquisa serão compartilhados com os sujeitos participantes.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Comunidade quilombola (ou outra representação): _____

Tempo de atuação: _____ Contato (fone ou e-mail): _____

QUESTIONAMENTOS

- 1- Qual é sua história de vida?
(antepassados: pais, vós... O que faziam/plantavam? Antes do quilombo tem informação de onde moravam?)
- 2- Aproximadamente quantas famílias constituem sua comunidade? Quais as pioneiras?
- 3- Quais as principais atividades que compõe a renda econômica das famílias dentro de sua comunidade?
- 4- Existem conflitos na comunidade? Se existe, identifique quais?
- 5- Como está o processo de luta dentro da comunidade?
(Tanto pela institucionalização do território como pela lutas mais amplas como organização da entidades mais gerais - malungo, etc.)
- 6- O que você entende por rural e o urbano? Poderia me definir o que seriam esses espaços? Na sua comunidade, você diria se ela é mais rural ou mais urbana?
- 7- Como é o acesso a sua comunidade? Quais as formas de acesso?
- 8- O que são políticas públicas? Quais políticas públicas chegam a sua comunidade?
- 9- Como é sua relação com outros órgãos agentes do estado?
(Como INCRA e Movimentos sociais)
- 10- O que você sugere para melhorar a qualidade de vida na sua comunidade?

Modelo do Questionário 2 – Moradores da área urbana de Salvaterra

O atual questionário pretende ser usado para fins de pesquisa acadêmica referente ao mestrado da discente Brena Machado, integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

ORIENTAÇÃO:

Ser respondido por residentes da área urbana do município de Salvaterra. As informações serão utilizadas para entender a realidade local em que se inserem os moradores do município de Salvaterra.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Endereço: _____

_____ Contato: (91) _____

QUESTIONAMENTOS

- 1- O que você entende por rural e por urbano? Você reside em bairro urbano ou rural?
- 2- Quanto tempo você reside nesse endereço?
(história de vida da família: onde moravam antes e porque se mudaram?)
- 3- Sua residência é própria? Quantas pessoas residem nela?
- 4- Qual atividade econômica você e sua família desenvolvem? Na área urbana ou rural?
(em quê e onde trabalham?)
- 5- Como é a sua rotina diária?
(considerar: estudo/trabalho/lazer/religião)
- 6- Como é a infraestrutura de seu bairro ou comunidade?
(considerar: esgoto/água encanada/asfalto/serviços de entrega...)
- 7- Como é o acesso ao seu bairro?
(principais meios de transportes usados: coletivo ou privado)
- 8- O que você entende por políticas públicas? Quais políticas públicas que chegam em seu bairro?
- 9- Você ou outro membro familiar recebe algum tipo de benefício do governo? Se sim, qual?
- 10- Que melhorias você sugere para aumentar sua qualidade de vida?

Modelo do Questionário 3 – Atual coordenação da associação quilombola

O atual questionário pretende ser usado para fins de pesquisa acadêmica referente ao mestrado da discente Brena Machado, integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

ORIENTAÇÃO:

Ser respondido pela atual coordenação (todos os membros) da Associação de bairro localizada na comunidade quilombola de Caldeirão em Salvaterra-Pa. As informações serão utilizadas para entender a realidade local em que se insere a comunidade, que é *locus* de pesquisa do atual projeto.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Cargo/função na Associação: _____

Vigência do mandato: _____ Contato: (91) _____

QUESTIONAMENTOS

- 1- Qual é a história de formação da Comunidade de Caldeirão?
- 2- Na sua opinião, qual é o papel e importância da Associação Quilombola da comunidade?
- 3- De que forma a associação atua na comunidade?
(Quais as práticas organizativas que vocês desenvolvem? Formação política? Encontros periódicos? Nacional? Regional? Tem relação com partidos políticos e/ou organizações? Quais?)
- 4- Como você enquanto membro da associação avalia a participação de sua comunidade?
- 5- Quais os objetivos a serem alcançados pela atual coordenação da Associação?
(considerar o programa político, caso haja)
- 6- Na sua opinião como está sendo a trajetória da Associação quilombola de Caldeirão?
(considerar avaliação sobre gestão/coordenações anteriores)
- 7- Quais as principais mudanças identificadas na comunidade e como elas são avaliadas pela Associação quilombola de Caldeirão?
- 8- Na sua opinião: Existem conflitos na comunidade? Se sim, quais?
- 9- Dizem que não existe comunidades quilombolas. O que vocês tem a dizer sobre isso?
- 10- Qual é o perfil da comunidade quilombola de Caldeirão?
(Considerando: tamanho da comunidade; quantidade de quilombolas e residentes não identificados como quilombolas; principal fonte de renda; atividades desenvolvidas; grau médio de instrução; serviços oferecidos; políticas públicas relevantes; e as melhorias necessárias para a comunidade).

Modelo do Questionário 4 – Moradores da comunidade quilombola (novos e antigos)

O atual questionário pretende ser usado para fins de pesquisa acadêmica referente ao mestrado da discente Brena Machado, integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

ORIENTAÇÃO:

Ser respondido pela atual coordenação da Associação de bairro localizada na comunidade quilombola de Caldeirão em Salvaterra-Pa. As informações serão utilizadas para entender a realidade local em que se insere a comunidade, que é *locus* de pesquisa do atual projeto.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Endereço: _____

O residente se autodenomina como Quilombola: () SIM () Não () _____

QUESTIONAMENTOS

- 1- Fale um pouco sobre sua família: seus avós, pais? Em que trabalharam? Onde nasceram? Já faziam o debate sobre a questão da raça, quilombolas?
- 2- Qual a história de sua comunidade? Quanto tempo você reside nela? Quais as principais mudanças observadas?
- 3- O que você entende por rural e urbano? Você mora em uma localidade rural ou urbana? Se rural: Como é sua relação com a cidade (meio urbano)?
- 4- Sua residência é própria? Quantas pessoas residem nela? (como é formado o núcleo familiar? existem parentes distantes ou de criação?)
- 5- Quais atividades (formal ou informal) compõem a sua renda familiar?
- 6- Seus filhos e/ou netos estão morando na comunidade? Se não como tá a relação deles com o território? Sempre aparecem? Ajudam? Estão presentes?
- 7- Algum membro familiar recebe algum tipo de benefício dos governos? Se sim, qual?
- 8- Como é sua participação dentro da comunidade? (avaliar participação cultural, evangélica ou de representação social)
- 9- Existem conflitos na comunidade quilombola de Caldeirão?
- 10- Que melhorias você sugere para aumentar a qualidade de vida dos residentes de sua comunidade quilombola?

Modelo do Questionário 5 – Representante das empresas instaladas em Caldeirão

O atual questionário pretende ser usado para fins de pesquisa acadêmica referente ao mestrado da discente Brena Machado, integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

ORIENTAÇÃO:

Ser respondido por funcionários representantes de empresas de pequeno, médio e grande porte localizado na comunidade de Caldeirão em Salvaterra. As informações serão utilizadas para entender a realidade local em que se insere a comunidade, que é *lócus* de pesquisa do atual projeto. A identificação dos entrevistados não será exposta (sem autorização) na produção final da dissertação.

IDENTIFICAÇÃO:

Empresa: _____

Cargo/função: _____

Funcionário: _____

QUESTIONAMENTOS

- 1- O que é urbano e o que é rural para você? Na sua opinião a empresa fica localizada em área urbana ou rural?
- 2- Qual atividade/serviço/produto a empresa produz ou está relacionada?
- 3- Como é a forma de produção/distribuição/comercialização?
- 4- Quanto tempo de atuação no município e na comunidade de Caldeirão?
- 5- Tem pessoas da comunidade que são empregadas na empresa? Tem moradores de outros municípios?
- 6- Qual benefício a empresa agrega a comunidade quilombola de caldeirão? Na sua opinião o que mudou para os moradores da comunidade?
- 7- Existe algum conflito ou impacto causado pela atuação da empresa na comunidade?
- 8- Como você avalia o futuro de seu negócio? (rentabilidade da empresa que representa)
- 9- Qual a sua avaliação sobre as oportunidades de investimento no município de Salvaterra?
- 10- Quais políticas públicas você sugere para melhorar a qualidade de vida no seu município?

Modelo do Questionário 6 – Representante da administração pública de Salvaterra

O atual questionário pretende ser usado para fins de pesquisa acadêmica referente ao mestrado da discente Brena Machado, integrante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, da Universidade do Estado do Pará – UEPA.

ORIENTAÇÃO:

Ser respondido por membro da administração pública de Salvaterra. As informações coletadas por meio deste, serão utilizadas para contribuir no projeto de pesquisa do mestrado, que pretende analisar a realidade em que se inserem as comunidades do município de Salvaterra.

IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Profissão/Função: _____

Tempo de atuação na adm. Pública: _____ Contato: _____

QUESTIONAMENTOS

- 1- Fale um pouco sobre as políticas públicas voltadas ou promovidas pela sua área de trabalho (aos diferentes públicos envolvidos)?
- 2- Existem conflitos relacionados a sua área de trabalho? Se sim, quais?
- 3- Na sua opinião, como é a gestão pública de seu município? Quais as principais mudanças observadas no município de Salvaterra?
- 4- Você tem conhecimento da existência de programas de assistência populacional em Salvaterra? Se sim quais?
- 5- Comente um pouco sobre a atuação dos poderes executivo, legislativo e judiciário no/para município?
- 6- O que é urbano e o que é rural para você?
- 7- Seu município tem plano diretor? Se sim, as populações tradicionais locais são representadas nele?
- 8- Na sua opinião, existe Quilombolas no município de Salvaterra? Explique.
- 9- Comente sobre a influência da administração pública na vida dos residentes da área urbana e rural do município de Salvaterra?
(as políticas públicas tem direcionado crescimento econômico em determinados ramos ou mesmo modificado as formas de produção e índice de desenvolvimento local)
- 10- O que você sugere para melhorar a qualidade de vida no seu município?

ANEXO I - Programação de alguns eventos coletivos das comunidades quilombolas de Salvaterra-PA

Neste anexo I, estão agrupadas algumas programações dos eventos coletivos organizados pelas lideranças das comunidades quilombolas, no qual, foram um importante instrumento de coleta de dados para a atual pesquisa em campo com os sujeitos.

Programação do 1º festival Cultural das comunidades quilombolas de Salvaterra-PA

1ª MosTraQui - Marajó (04 a 07 de setembro de 2021) local: Comunidade Quilombola Siricari			
PROGRAMAÇÃO - DIA 04/09	AMBIENTE	HORA	FACILITADOR
Lanche, acolhimento, hospedagem e credenciamento	sede	09h	Coordenador
Almoço			
Oficina de Tranças Afro	A1 - sede	14h às 17h30min	Dandara
Oficina de Turbante	A2	14h às 17h30min	Dayane Chaves
Oficina de Fotografia	A3	14h às 17h30min	Valério Silveira
Espaço de debate sobre: Protagonismo quilombola masculino	A4	14h às 17h30min	Raimundo Hilério
Janta			
Estande de produção das comunidades	A1 - sede	20h	Coordenação
Cineclub: Filme – KiriKu e a Feiticeira	A1 - sede	20h	Coordenação
Desfile de Miss Quilombola	A1 - sede	20h	Coordenação
Apresentação Cultural	A1 - sede	20h	Coordenação
PROGRAMAÇÃO - DIA 05/09	AMBIENTE	HORA	FACILITADOR
Aula de zumba	Frente a sede	06h30min	Alan Júnior
Café			
Espaço de debate sobre: Protagonismo Quilombola Feminino	A4	08h às 12h	Valéria Carneiro
Dança Afro	A2	08h às 12h	Márcio Araújo
Direitos sócio territoriais	A1	08h às 12h	Raimundo Magno
Oficina de Fotografia	A3	08h às 12h	Valério Silveira
Almoço			
Dança Afro	A2	08h às 12h	Márcio Araújo
Direitos sócio territoriais	A1	08h às 12h	Raimundo Magno
Oficina de Fotografia	A3	08h às 12h	Valério Silveira
Prática esportiva e recreação	campo	17h às 18h	Alan Júnior
Janta			

Estande de produção das comunidades	A1 - sede	19h	Coordenação
Cineclub: Filme – KiriKu e a Feiticeira	A1 – sede	19h	Coordenação
Desfile de Miss Quilombola	A1 – sede	20h	Coordenação
Apresentação Cultural	A1 - sede	20h	Coordenação
PROGRAMAÇÃO - DIA 06/09	AMBIENTE	HORA	FACILITADOR
Aula de zumba	Frente a sede	06h30min	Alan Júnior
Café			
Exposição fotográfica	A3	08h às 12h	Valério Silveira
Quebra de tabu e preconceito: Igualdade de Gênero	A4	08h às 12h	Raimundo Hilário / Valéria
Auto gestão e Auto demarcação	A1	08h às 12h	Petrônio
Protocolo de consulta	A2	08h às 12h	Klébson Glória
Almoço			
Auto gestão e Auto demarcação	A1	14h às 17h	Petrônio / Raimundo Magno
Protocolo de consulta	A2	14h às 17h	Klébson Glória
Avaliação da atual conjuntura sócio política – eleição 2020/2022	A4	14h às 17h	Profº Rosivaldo
Prática esportiva e recreação	campo	14h às 17h	Alan Júnior
Janta			
Estande de produção das comunidades	A1 - sede	19h	Coordenação
Apresentação Cultural	A1 - sede	19h	Coordenação
Desfile de Miss Quilombola	A1 - sede	19h	Coordenação
Concurso de dança	A1 - sede	19h	Coordenação
PROGRAMAÇÃO - DIA 07/09	AMBIENTE	HORA	FACILITADOR
Aula de zumba	Frente a sede	06h30min	Alan Júnior
Café			
Resgate das brincadeiras infantis	Campo de futebol	08h	Jovens Abayomi
Grupo de Juventude negra quilombola – Abayomi (atividades, projetos)	A1	08h	Coordenação Abayomi
Avaliação, agradecimento e encerramento	A1	10h	Coordenação
Almoço			
Retorno para as comunidades	Saída do campo	13h	Coordenação
Produtos	Data	Hora	Cineastra
1 vídeo documental de 8 a 15 minutos sobre o 1º MosTraQui - Marajó	23/09		Guto Nunes
Contrapartida	Data	Hora	Comunidade
Recreação com atividades de pintura, lanche, dança e encerramento com um grupo de carimbo sempre inserindo idosos e pessoas com deficiência.	31/09	08h às 11h	Salvá Semas Coordenação
Recreação com atividades de pintura, lanche, dança e encerramento com grupo de carimbo inserindo idosos e pessoas com deficiência.	31/09	15h às 18h	Mangueiras Semas Coordenação

Fonte de dados: MosTraQui – Marajó, 2021. Adaptado.

Programação do XVII Jogos quilombolas das comunidades quilombolas de Salvaterra

XVII JOGOS DE IDENTIDADE QUILOMBOLA - NOITES AFROCULTURAIS 18 a 21/11/2021 - Local: Quilombo Paixão – Salvaterra – PA	
Noite AFROCULTURAL 18/11/2021: FESTA DA BELEZA NEGRA QUILOMBOLA	Noite AFROCULTURAL 19/11/2021: FESTA DA RESISTÊNCIA NEGRA QUILOMBOLA
<p>19h00min Mística de início das noites com as “Yabás Quilombolas”</p> <p>19h10min Apresentação das delegações e ritual de benção com banho cheiroso de axé</p> <p>19h40min Abertura oficial com a liderança do Quilombo Paixão, 1 representante da Malungu, 1 representante das comunidades presentes e 3 representantes das autoridades convidadas (máximo 5 min para cada um)</p> <p>20h10min Danças: grupo Curuanã, grupo de Bairro Alto, grupo de Pau Furado, grupo de Vila União.</p> <p>20h20min Apresentação de Miss e Mister Infantil</p> <p>20h50min Premiação de Mister e Miss infantil</p> <p>21h00min Danças grupo de Bacabal, grupo de Mangueira</p> <p>21h15min Apresentação de Miss melhor idade</p> <p>21h50min Premiação de Miss melhor idade</p> <p>22h00min Grupo musical</p> <p>22h20min às 23h59min Festa da beleza negra quilombola – Mestre de cerimônia: George Lucas</p>	<p>19h00min Abertura da noite com homenagem ao Mestre Zampa – Zeferino Gonçalves dos Santos</p> <p>19h20min Grupo musical sabor da ilha – grupo encantado de Joanes</p> <p>20h00min Apresentação de Miss e \mister meia idade</p> <p>21h00min Danças: grupo Mangueiras, grupo de Bacabal, grupo de Bairro Alto, grupo de Pau Furado, grupo de Paixão</p> <p>21h10min Premiação Mister e Miss meia Idade</p> <p>21h15min Apresentação de Miss/Mister LGBTQIA+</p> <p>21h50min Danças</p> <p>22h00min Premiação de Miss/ Mister LGBTQIA+</p> <p>22h10min Grupo musical</p> <p>22h30min às 23h59min Festa da resistência negra quilombola – Mestre de cerimônia: José Luiz Souza</p>
Noite AFROCULTURAL 20/11/2021: FESTA DA VIDA E DA RESISTÊNCIA NEGRA QUILOMBOLA	MANHÃ AFROCULTURAL 21/11/2021
<p>17h30min Mastro Quilombola em homenagem ao santo padroeiro</p> <p>19h10min Homenagem aos ancestrais e todos e todas as/as quilombolas que se foram durante a pandemia</p> <p>19h50min Miss e Mister juvenil</p> <p>21h30min Dança</p> <p>21h40min Premiação miss e mister juvenil</p> <p>22h50min Dança</p> <p>22h00min Grupo musical</p> <p>22h50min Dança</p> <p>23h às 03h00min Festa da Vida e da Resistencia negra quilombola – Mestre de Cerimônia: Luzia Betânia e Páscoa Sarmiento</p>	<p style="text-align: center;">Premiação final e concentração de encerramento</p>

Fonte de dados: XVII JOGOS QUILOMBOLAS, 2021. Adaptado.

PROGRAMAÇÃO ESPORTIVA

Quinta feira dia - 18/11

13h - Saída do Transportes buscando as delegações nas comunidades quilombolas
 19h - jantar
 20h - Abertura oficial dos jogos
 20h 30min - desfile de miss's e mister's categoria infantil, apresentações culturais.
 00h - encerramento da noite cultural.

Sexta feira dia - 19/11

06h - Zumba Ou ginástica. 07h - café da manhã
 08h - abertura oficial da exposição fotográfica na escola de paixão.
 08h - início das atividades esportivas 09h - oficina de plantas medicinais.
 12h - almoço
 14h - retorno das atividades esportivas
 18h - Encerramento das atividades esportivas, banho 19h - janta
 20h - noite "força da negritude", desfile de miss's e mister's categoria meia idade, e terceira idade, apresentações culturais.
 00h - encerramento da noite cultural

Sábado dia - 20/11

06h - Zumba Ou ginástica.
 07h - café da manhã
 08h - finais das modalidades esportivas
 09h - finalização da oficina de plantas medicinais
 12h - almoço
 14h - finais das modalidades esportivas
 17h 30min - levantamento do mastro
 18h - encerramento das atividades esportivas, banho. 19h - janta
 20h - noite da beleza Negra: desfile das miss's e mister's categoria juvenil, apresentações culturais.
 00h - encerramento da noite cultural.

Domingo dia - 21/11

06h - Zumba ou ginástica 07h - café da manhã
 08h - Limpeza do local dos jogos.
 09h - cerimônia de premiação, fala das lideranças.
 10h - divulgação da comunidade que irá receber os jogos quilombolas 2022 e a comunidade campeã 2021.
 10h 30min - festa de encerramento
 11h 30min - organizar o local e materiais que irão para a próxima comunidade.
 12h - almoço
 13h - retorno das delegações para suas respectivas comunidades.

Programação de trabalho de campo no Marajó

Roteiro de campo interdisciplinar no Marajó		
DIA	LOCAL	ATIVIDADE REALIZADA
02/02/2022	Salvaterra <ul style="list-style-type: none"> ✓ Manhã (a partir das 11:30) e Tarde - Visita a Vila histórica de Joanes. 	Conhecer o Projeto Joanes conta sua história. A atividade foi guiada por um estudante de história (Cássio), integrante do projeto e morador da Vila de Joanes.
03/02/2022	Soure <ul style="list-style-type: none"> ✓ Manhã - Visita na fábrica de laticínio e Fazenda de produção de queijo "Portal". ✓ Tarde - Visita na Resex Pesqueiro – comunidade extrativista da pesca; e AEREJ – Associação Educativa Rural e Artesanal da Vila de Joanes. 	Observar o processo de produção de queijo do Marajó e atividades econômicas desenvolvidas na região. E conhecer a Assuremas (Associação da Resex de Soure). A atividade foi guiada pela vice presidente da Assuremas (Patrícia) e possibilitou conhecer uma das 3 Resex que integram a reserva (Resex do Pesqueiro).
04/02/2022	Salvaterra <ul style="list-style-type: none"> ✓ Manhã (das 8h às 13h) – Visita a comunidade Quilombola do Rosário (conversar com as lideranças e moradores locais). 	Conversar com as lideranças e outros integrantes da comunidade quilombola, de forma a observar o processo de lutas e resistência, assim como, conhecer as atividades econômicas desenvolvidas dentro da comunidade. A visita foi guiada por uma professora e estudante de mestrado que atualmente é liderança na comunidade quilombola do Rosário (Prof ^a Elianete).
05/02/2022	Salvaterra <ul style="list-style-type: none"> ✓ Manhã e Tarde - Visita a comunidade quilombola Caldeirão (<i>lôcus</i> do atual projeto de pesquisa). 	Conhecer um pouco do espaço físico da comunidade quilombola de Caldeirão. Aproveitar para conhecer as lideranças e estreitar laços com moradores da comunidade. Agendou-se futuros trabalhos de campos para viabilizar e aprofundar a pesquisa na presente comunidade quilombola.
06/02/2022	Salvaterra <ul style="list-style-type: none"> ✓ Manhã - Visita a comunidade quilombola de Paixão. Reunião com as lideranças da juventude negra quilombola – Abayomi, para escolha dos membros da nova coordenação. 	Participar da reunião com as lideranças Abayomi, lideranças de algumas outras comunidades e do secretário de educação (Klébson Glória) que é Quilombola. Aproveitou-se para conversar com as principais lideranças das comunidades locais e apresenta-las o presente projeto de pesquisa que propõe buscar entender um pouco da realidade local, informando a necessidade de conversar com muitos dos presentes futuramente.

Fonte: Disciplina de campo Interdisciplinar I, Fevereiro de 2022. Adaptado pela autora.

ANEXO II – Estatuto social da Associação Quilombola de Caldeirão em processo de atualização

Nome e CNPJ DA ASSOCIAÇÃO

ESTATUTO SOCIAL

PREÂMBULO

ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALDEIRÃO - ARQUIC, é uma associação com personalidade jurídica de direito privado que representa os interesses da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão, cujo território abrange a área historicamente ocupada por seus moradores, (se a associação for titulada, colocar os limites e o ano em que foi titulada, se não for retirar essa parte) sendo tal associação detentora do Título de Domínio Coletivo concedido pelo Governo do Estado do Pará, em (dia, mês e ano da titulação, por meio do seu Instituto de Terras (ITERPA), como resultado do processo administrativo nº -----, com área total de -----9ha (colocar por extenso área), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de ----- (nome do cartório), por meio do Protocolo Livro ----, fls. -----, nº -----, datado de (mês dia e ano do registro em cartório), sob matrícula nº -----, fls. ----, Livro ----- – Registro Geral. O Território da (ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALDEIRÃO) foi instituído como Território Estadual Quilombola – TEQ, através da Portaria (ITERPA) nº -----, de (dia, mês e ano que foi publicada a portaria foi publicada se a comunidade já for titulada, se não retirar essa parte), publicada no Diário Oficial do Estado nº. -----, de (data). Para os fins do presente Estatuto são considerados remanescentes de quilombos as pessoas residentes ou não no TEQ supracitado que se autodefinem como tal a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias, que resulta num sentimento de pertencimento étnico por força do compartilhamento identitário e referência histórica comuns. O Estatuto inicial da (nome fantasia ou nome da associação) foi registrado no Cartório (nome do cartório), em (cidade-PA), em (data), sob o número de inscrição ----, Folha ----, Livro ---- nº ----, reformulado em (data), apontado sob o nº -----, Livro Protocolo ----, Folha ---, sofrendo nova alteração aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em (data da assembleia), regendo-se agora pelos termos do presente Estatuto.

CAPÍTULO 1

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E OBJETIVOS

Artigo 1º. DENOMINAÇÃO: (ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALDEIRÃO) – MUNICÍPIO DE SALVATERRA– ILHA DE MARAJÓ - PARÁ, também designada pela sigla ARQUIC, é uma pessoa jurídica de direito privado, autônoma, constituída por tempo indeterminado, de caráter organizacional, cultural e social, sem vinculação partidária e sem fins lucrativos, fundada em 11 DE AGOSTO DE 2003, e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, por atos normativos e regulamentos internos e pela legislação que lhe for aplicável dentro do ordenamento jurídico pátrio.

Artigo 2º. SEDE E FORO: A ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO DE CALDEIRÃO, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, tem sua sede no Município de Salvaterra, Estado do Pará, na Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão, Território Quilombola do Caldeirão, situada na localidade Caldeirão, afluente -----, -----, CEP:

68860-000, sendo o foro eleito o da Comarca do referido Município.

Artigo 3º. OBJETIVOS: A **ARQUIC** no desenvolvimento de suas atividades observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, tendo como objetivos:

GERAIS:

Defender, com resistência e identidade, os direitos humanos fundamentais da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**, em **Salvaterra**.

ESPECÍFICOS:

I - administrar o uso da terra e dos bens naturais de propriedade da Comunidade;

II - representar os interesses da Comunidade, em juízo ou fora dele;

III - congregar e coordenar todos os associados, imprimindo unidade à sua ação no sentido da representação e defesa dos interesses coletivos da Comunidade;

IV - articular e fortalecer a luta da Comunidade em defesa e garantia dos direitos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos do seu Território, pautando-se nos valores da ética, solidariedade, coletividade, igualdade de gênero, respeito, antirracista, antifascista, democrática, entre outros.

V - planejar, instrumentalizar, executar, controlar e avaliar programas voltados aos interesses da Comunidade, sejam eles provenientes de parcerias ou não;

VI - firmar parcerias, convênios, termos de cooperação técnica e outros instrumentos correlatos com instituições públicas, privadas e **ONGs, de âmbito municipal, estadual**, nacional e internacional, visando o desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no seu Território, em busca de promover a agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política da Comunidade;

VII - participar de editais e chamadas públicas que tenham como objeto a aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o **Programa de Alimentação Básica (PAB)**, com o intuito de fortalecer os (as) agricultores familiares locais na comercialização dos seus produtos;

VIII - buscar a captação de recursos financeiros e técnicos junto a instituições públicas, privadas e **ONGs** para a implantação de projetos comunitários que contemplem a formação dos seus associados, visando, entre outras coisas, o fortalecimento da agricultura familiar, a fim de tentar solucionar os problemas sociais e ambientais existentes no seu Território;

IX - empenhar esforços para que as famílias quilombolas do seu Território, com vulnerabilidade habitacional, isto é, sem domicílio ou com domicílio precário, obtenham acesso à política habitacional rural, inclusive àquelas direcionadas especificamente às comunidades quilombolas, seja por meio do governo federal, estadual e/ou municipal;

X - definir, quando necessário, em Assembleia Geral, as áreas para implantação de empreendimentos habitacionais e/ou para a construção de prédios públicos;

XI - contratar a construção ou aquisição de unidades residenciais com firmas idôneas, observadas as normas adotadas **pelo Governo Municipal, Estadual** e Federal e seus agentes financeiros, quando utilizado o seu Sistema Financeiro de Habitação;

XII - firmar parcerias de cooperação técnica e financeira com organizações públicas, privadas e **ONGs** de âmbito **municipal, estadual**, nacional e internacional, objetivando a garantia e promoção dos direitos das famílias quilombolas residentes no seu Território, inclusive com a oferta de cursos **técnicos**, profissionalizantes e **superior**;

XIII - apoiar a participação de estudantes quilombolas pertencentes ao Território nos processos seletivos especiais para ingresso no ensino superior, **pós-graduação, mestrado, doutorado e PHD**, na forma do seu Regimento Interno ou Resolução;

XIV - apoiar os (as) associados (as) no conhecimento **identitário, territorial, na** organização e defesa de seus direitos de forma coletiva;

- XV** - promover a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, a democracia e outros valores universais;
- XVI** - combater **todas as formas de racismo, o preconceito, a injúria racial**, a discriminação e a intolerância religiosa, em todas as suas formas;
- XVII** - realizar projetos e ações juntamente com órgãos públicos e/ou privados que fomentem o combate **a todas as formas de racismo, o preconceito, a injúria racial, a discriminação e a intolerância religiosa**; e a criação e fortalecimento de políticas públicas e **políticas de ações afirmativas** voltadas para a promoção da igualdade racial e fortalecimento da identidade quilombola;
- XVIII** - fortalecer, fazer respeitar e valorizar a cultura, os usos e costumes, o modo de vida, a identidade e o bem viver das famílias quilombolas da Comunidade;
- XIX** - proteger o patrimônio histórico, artístico, cultural material e imaterial quilombola incentivando o seu registro e ampliando espaços de divulgação;
- XX** - lutar pelo acesso aos serviços de saúde preventiva e curativa, com qualidade e respeito no atendimento, garantia de infraestrutura e disponibilização de profissionais necessários às suas demandas, e integração com as práticas da medicina tradicional quilombola;
- XXI** - lutar pelo acesso à educação quilombola de qualidade em todos os níveis de ensino, com método de ensino que respeite o modo de vida da população quilombola;
- XXII** - lutar pela garantia do acesso à educação e o devido cumprimento da obrigatoriedade da aplicação do ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo da escola da Comunidade, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e na Resolução nº 08 **de 20 de novembro de 2012**, do Conselho Nacional de Educação, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica;
- XXIII** - realizar acompanhamento junto às escolas para dar apoio e contribuir na elaboração e execução de atividades socioeducativas voltadas para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, para o fortalecimento da identidade coletiva, em especial da juventude quilombola, com uso de material didático específico para os quilombolas;
- XXIV** - participar da construção do projeto político-pedagógico e **projeto político-pedagógico territorial quilombola - PPPTQ** da(s) escola(s) instalada(s) na Comunidade;
- XXV** - realizar ações educativas e de vigilância territorial, voltadas à prevenção de invasões, **desmatamento** e condutas predatórias;
- XXVI** - realizar ações e projetos voltados ao fortalecimento institucional, sempre incentivando o associativismo e participação dos quilombolas da Comunidade nas atividades da **ARQUIC**;
- XXVII** - desenvolver e apoiar projetos destinados à geração de renda, **trabalho** e melhoria da infraestrutura na comunidade;
- XVIII** - promover a segurança e soberania alimentar e nutricional por meio do estímulo à agricultura familiar, à produção sustentável, agroecológica e orgânica, e à troca de saberes;
- XXIX** - promover atividades socioprodutivas sustentáveis, empreendimentos solidários e cooperativismo, na forma da lei, voltados à segurança e **soberania** alimentar, beneficiamento, armazenamento e comercialização de alimentos e manejo florestal comunitário madeireiro e não madeireiro;
- XXX** - apoiar e participar da construção do Protocolo de Consulta livre, prévia, informada e **de consentimento** da Comunidade e/ou do Território do Quilombo de Caldeirão, assim como lutar conjuntamente com todo povo quilombola pela devida aplicação e respeito a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (**OIT**);
- XXXI** – apoiar, em âmbito local, municipal ou estadual, a criação do Fundo Quilombola em respeito aos planos de vida que poderão ser construídos em benefício da(s) comunidade(s);
- XXXII** - estimular a formação e a contratação de quilombolas para a prestação de serviços no território e /ou em benefício deste;

XXXIII - combater a discriminação de gênero, identidade e orientação sexual, e todas as formas de violência;

XXXIV - promover o empoderamento das mulheres, jovens e meninas quilombolas, garantindo o acesso a direitos e buscando a ampliação dos espaços de participação;

XXXV - promover capacitações e ações que visem combater o machismo e a violência, principalmente doméstica;

XXXVI - buscar a autonomia e emancipação dos jovens, estimulando a criatividade e participação, desenvolvendo projetos que visem garantir o acesso à cultura, esporte, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação;

XXXVII - lutar pelos direitos das crianças e **adolescentes** quilombolas a fim de assegurar o seu desenvolvimento físico e mental, sadio e livre de situações de vulnerabilidade;

XXXVIII - incentivar a construção, o uso e divulgação de tecnologias sociais para a promoção de iniciativas coletivas no território;

XXXIX - orientar e auxiliar **aos associados (as)** no acesso a benefícios sociais, como, mas não restrito, salário maternidade, aposentadoria, benefício de prestação continuada;

XL - Lutar pelas garantias de prioridade aos idosos previstos no Estatuto do Idoso a fim de efetivar o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária;

XLI - realizar ações voltadas à prevenção do uso de álcool e drogas na comunidade;

XLII - apoiar as pautas e decisões coletivas do movimento quilombola em âmbito municipal, estadual e nacional;

XLIII - a defesa de uma sociedade justa, fraterna, sem exploração de classe, de raça ou exploração baseada nas desigualdades entre os sexos;

XLIV - combater **todas as formas de** racismo e quaisquer outras formas de opressão e intolerância.

XLV - outros objetivos que não conflitem com o presente Estatuto.

Parágrafo 1º. A **ARQUIC**, para alcançar seus objetivos, poderá:

I - atuar judicial e extrajudicialmente na defesa de direitos e de seus objetivos estatutários;

II - propor ações, inclusive ação civil pública, em decorrência de ameaças e danos ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e cultural, além da proteção de outros direitos coletivos;

III - representar, em juízo ou administrativamente, seus associados (as), individual ou coletivamente;

IV - firmar termos de colaboração, fomento e acordos de cooperação com a administração pública;

V - demandar junto às entidades do poder público, o acesso a políticas públicas e **de ações afirmativas para a** efetivação de seus direitos;

VI - demandar junto as **ONGs** e empresas privadas, ações voltadas à promoção da qualidade de vida em seus territórios;

VII - realizar parcerias com organizações da sociedade civil, instituições religiosas, instituições de ensino, de todas as esferas de governo;

Parágrafo 2º. Além disso, a **ARQUIC**, primando pela gestão territorial da área coletiva sob o seu domínio e, conseqüentemente, pelo bem-estar e paz social das famílias da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**, estabelece que:

I - as terras que compõem o seu Território de domínio coletivo, (se a comunidade já foi titulada, se não retirar essa parte) cujo Título Definitivo foi concedido pelo Governo do Estado do Pará, em (data), por meio do seu Instituto de Terras (ITERPA), com área total de ----- (colocar área por extenso), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de -----, conforme citado no preâmbulo deste Estatuto, não podem ser vendidas, arrendadas, doadas ou loteadas, sendo dever de cada associado(a) respeitar os limites dos terrenos de morada já existente de cada família.

II - entende-se por limites dos terrenos de morada aqueles limites de respeito estabelecidos quando da ocupação desses terrenos pelas famílias confinantes para uso com plantios e criação de pequenos,

médios e grandes animais, dentre outros.

III - as terras sob o domínio coletivo da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão devem ser utilizadas pelos (**as**) associados (**as**) para o seu bem-estar de forma autossustentável garantindo-se a conservação do meio ambiente.

Parágrafo 3º. Quilombolas, moradores **associados (as)** do Território de **Caldeirão**, poderão, em casos eventuais, utilizar áreas do Território da **ARQUIC**, desde que obtenham o aval da Assembleia Geral desta.

Artigo 4º. A **ARQUIC** poderá filiar-se a outras entidades congêneres sem perder sua individualidade e poder de decisão.

Capítulo 2

DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO, DEMISSÃO E EXCLUSÃO DE ASSOCIADOS

Art. 5º. QUADRO SOCIAL: - A **ARQUIC** é constituída por número ilimitado de associados, pessoas físicas.

Artigo 6º. São requisitos para admissão de associado: idoneidade moral, maioridade civil, capacidade civil, ser remanescente de quilombo pertencente a Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão, devendo ser residente efetivo nesta, respeitada a categorização dos associados estabelecida no artigo 7º deste estatuto.

Parágrafo 1º. A admissão de associados, cujos nomes serão registrados em livro próprio, ficará a cargo da Coordenação Executiva, mas se sujeitará a homologação posterior da Assembleia Geral.

Artigo 7º. As categorias de associados da **ARQUIC** são:

I – Associados FUNDADORES: os quilombolas que participaram da assembleia de fundação da **ARQUIC**, assinando a respectiva ata, comprometendo-se com suas finalidades;

II – Associados EFETIVOS: os quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão** admitidos após a constituição da **ARQUIC**;

Parágrafo 1º. A categoria de Associados Efetivos se divide em 02 (dois) grupos:

I - Moradores; e

II - Não Moradores.

Parágrafo 2º. Por morador entende-se:

I - aquele que resida permanentemente na Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**

II - aquele que resida na Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão** mas que pelo motivo de estudar fora dela, retorne nos períodos de descanso e/ou férias.

III - aquele que resida na Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**, mas que pelo motivo de estar empregado ou trabalhando fora dela, retorne nos períodos de descanso e/ou férias;

IV - aquele que resida na Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**, mas que por motivo de tratamento de saúde esteja temporariamente ausente dela.

Parágrafo 3º. Os cargos da Coordenação Executiva previstos no artigo 20 deste Estatuto são exclusivos dos Associados Fundadores e Efetivos Moradores, ou seja, significa dizer que só essas duas categorias de associados podem ocupar tais cargos.

Parágrafo 4º. A critério da Coordenação Executiva poderão ser admitidos, como Associados Efetivos, pessoas quilombolas oriundas da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão** que estejam residindo fora da Comunidade, principalmente aquelas que foram beneficiadas com a expedição da declaração de pertencimento étnico-racial para participação em Processo Seletivo Especial, objetivando o ingresso no ensino superior público, por meio das políticas de ações afirmativas.

Parágrafo 5º. A **ARQUIC**, por meio da sua Assembleia Geral, poderá admitir o reingresso de quilombolas egressos da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**, que por motivo de força maior migraram para outros lugares, mas que agora, pela relação de pertencimento, desejam

voltar para a sua terra natal, sendo exigido, para tanto, o voto da maioria simples dos associados presentes na Assembleia.

Artigo 8º. DIREITOS DOS ASSOCIADOS. São direitos dos associados, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 7º:

- I** - gozar de todas as vantagens e benefícios concedidos pela **ARQUIC**;
- II** - participar de todas as atividades promovidas pela associação de quilombolas da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**;
- III** - votar e ser votado para cargos da Coordenação Executiva e do Conselho Fiscal;
- IV** - participar das assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos a ela pertinentes.
- V** - consultar todos os livros e documentos da **ARQUIC**, quando este assim solicitar;
- VI** - solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre as atividades da associação e propor medidas que julgue de interesse para seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- VII** - igualdade de direitos sobre as terras de domínio coletivo da associação;
- VIII** - convocar a assembleia geral e fazer-se nela representar, nos termos e condições previstas neste estatuto;
- IX** - praticar as atividades de agricultura, caça, pesca e extrativismo de forma sustentável e não predatória.

Parágrafo 1º. O exercício pleno dos direitos dos Associados Fundadores e Efetivos está condicionado a adimplência das obrigações com a **ARQUIC**, salvo decisão em contrário da Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. Os Associados não respondem subsidiariamente nem solidariamente por quaisquer das obrigações da Associação formada pela Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**.

Art. 9º- DEVERES DOS ASSOCIADOS(AS): São deveres dos associados:

- I** - cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno e os regulamentos e as decisões das Assembleias Gerais e da Coordenação Executiva;
- II** - comparecer assiduamente às reuniões e assembleias e demais atividades da associação;
- III** - promover e praticar a solidariedade entre os associados;
- IV** - aceitar cargos para os quais forem escolhidos e eleitos ou nomeados, salvo por motivo de força maior.
- V** - respeitar as áreas de moradia e de trabalho de cada associado, mesmo em caso de ausência temporária.
- VI** - colaborar para que a Associação realize seus objetivos;
- VII** - levar ao conhecimento da Diretoria executiva ou do Conselho competente a existência de qualquer irregularidade que atentem contra este Estatuto;
- VIII** - pagar no prazo determinado às contribuições decididas em reuniões e assembleias.

Artigo 10. PENALIDADES. Os associados que infringirem às disposições estatutárias, regimentais e regulamentais, ou praticarem atos que venham a prejudicar a associação, ou perturbarem sua ordem, poderá receber as penalidades:

- I** - advertência;
- II** - suspensão;
- III** - expulsão.

Parágrafo 1º. As penas de advertência e suspensão serão impostas pela Coordenação Executiva, ouvida, previamente, a pessoa (associada) interessada.

Parágrafo 2º. Terá seus direitos suspensos, pela Coordenação Executiva, pelo prazo de seis meses, o (a) associado (a) que:

- I** - apanhar ou mandar apanhar açaí ou outros frutos de áreas alheias, sem o consentimento do (a) morador (a) dono (a) da área;
- II** - comercializar produtos provenientes da compra de roubo ou furto cometidos contra pessoas quilombolas ou não;

- III** - deixar de morar, participar e contribuir com a comunidade;
- IV** - plantar, entregar, vender, comprar, repassar qualquer substância ilícita;
- V** - incentivar pessoas não quilombolas a se possorem de áreas do território;
- VI** - tumultuar e promover rivalidade entre os associados (as);
- VII** - vender áreas da Comunidade para pessoas que não pertencem a ela.

Parágrafo 3º. A pena de suspensão abrange os direitos previstos no Artigo 8º, incisos I, III, IV, V e VI e será aplicada pela Coordenação Executiva, após decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. A pena de expulsão será aplicada a qualquer associado que já tenha sido enquadrado na pena de suspensão, prevista no inciso II deste artigo, e que passou a reincidir cometendo infrações classificadas como gravíssimas.

Parágrafo 5º. São consideradas infrações gravíssimas:

- I** - violação do estatuto social;
- II** - difamação da Associação e de seus associados;
- III** - atividades contrárias às decisões da Assembleia Geral;
- IV** - prática de atos ilícitos ou imorais que comprometam, externamente, a imagem da Associação.

Parágrafo 6º. O caso de expulsão será levado pela Coordenação Executiva, em decisão fundamentada, à apreciação da Assembleia Geral que decidirá, pelo voto da maioria absoluta dos presentes, sobre o caso, assegurando-se à parte interessada o direito a ampla defesa e contraditório.

Parágrafo 7º. Fundamentado o pedido de expulsão, a pessoa associada será devidamente notificada dos fatos a ela imputados, através de notificação extrajudicial, para que apresente à Coordenação Executiva sua defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação.

Capítulo 3

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 11. ORGANIZAÇÃO. São órgãos de Administração da ARQUIC:

- I** - a Assembleia Geral;
- II** - a Coordenação Executiva;
- III** - o Conselho Fiscal

Parágrafo único. O exercício de quaisquer das funções nos órgãos referidos neste artigo poderá ser gratificado, em conformidade com a legislação em vigor, desde que por via de monitoria de projetos que a Associação for beneficiada.

Artigo 12. ASSEMBLEIA GERAL. A Assembleia Geral, com atribuições consultivas, normativas e deliberativas, é órgão soberano de decisão da ARQUIC – é responsável pelo equilíbrio, harmonia dos demais segmentos constituídos por todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Artigo 13. FUNCIONAMENTO. Será constituída pelos associados contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda e última convocação, com qualquer número de associados, após meia hora de tolerância, devendo ambas as condições constarem dos editais de convocação, e deliberará por maioria simples, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais um.

Parágrafo 2º. Nas Assembleias Gerais da Associação só terão direito a voz e voto os associados (as) que estiverem quites com seus deveres sociais e financeiros aténo mínimo 03 (três) meses antecedentes a Assembleia Geral.

Parágrafo 3º. O valor das contribuições e da mensalidade a ser cobrada dos sócios será decidido em Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. As Assembleias Gerais serão realizadas, preferencialmente, na sede local da ARQUIC.

Artigo 14. A convocação da Assembleia Geral far-se-á por notificação aos associados, por meio de boletim, e-mail, circular ou outros meios convenientes, admitindo-se, como alternativa, editais afixados no quadro de aviso da Associação e nos mais lugares públicos da Comunidade ou divulgado por outros meios oportunos com o fim de alcançar os associados, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias e máxima de 22 (vinte e dois) dias.

Parágrafo 1º. No edital de convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, deverão constar obrigatoriamente a data, horário, local da realização e a pauta da Assembleia Geral.

Artigo 15. A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária será coordenada pelo Coordenador Administrativo ou pelo seu substituto legal.

Artigo 16. Compete privativamente à Assembleia Geral:

I - eleger e destituir a coordenação executiva e conselho Fiscal, cabendo-lhes a tarefa de admissão e expulsão de associados;

II - decidir sobre reforma do Estatuto através da mesma;

III - decidir sobre extinção da entidade através da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim;

IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

V - decidir, em última instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente Estatuto;

VI - decidir, por maioria simples, sobre o reingresso de quilombolas egressos da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão** que desejam voltar a morar no Território da **ARQUIC**, **nos termos do parágrafo 4º do artigo 7º**;

VII - aprovar ou vetar as contas e propostas para o regimento interno, discutir e aprovar convênios da entidade;

VIII - aprovar o Regimento Interno da Associação;

IX - apreciar, planejar e deliberar a autorização e aprovação de novos projetos os recursos destinados à associação;

X - homologar os atos de admissão de novos associados feitos pela Coordenação Executiva.

XI - julgar recurso contra decisão da Coordenação Executiva;

XII - definir critérios para a expedição de declarações de pertencimento para participação em processos seletivos para ingresso no ensino superior.

Artigo 17. A Assembleia Geral se reunirá a cada ano, em caráter ordinário e obrigatório, sendo convocada pela Coordenação Executiva, para:

I - discutir, apreciar, avaliar, deliberar ou vetar o relatório anual apresentado pela Coordenação Executiva;

II - discutir e aprovar as propostas do programa anual da Associação, acatado pela diretoria executiva e Conselho Fiscal;

III - discutir e aprovar ou vetar as contas e os balanços da entidade acompanhada e analisada pelo Conselho Fiscal.

Artigo 18. A Assembleia Geral se realizará extraordinariamente, quando necessária e convocada:

I - pela Coordenação Executiva;

II - pelo Conselho Fiscal;

III - ou por requerimento de um terço (1/3) dos associados quites com as obrigações sociais.

Artigo 19. Para as deliberações que se refere os incisos II, III e IV do artigo 10 é exigido o quórum de dois terços (2/3) dos presentes na Assembleia Geral Extraordinária, convocada especialmente para este fim.

Art. 20. COORDENAÇÃO EXECUTIVA. A Associação será administrada por uma Coordenação Executiva, que será composta de uma:

I - Coordenadoria Administrativa

- II - Coordenadoria de Finanças;
- III - Coordenadoria de Secretaria;
- IV - Coordenadoria de Projetos;
- V - Coordenadoria de Articulação e Relações Externas;
- VI - Coordenadoria de Mulheres;
- VII - Coordenadoria de Cultura, Esporte e Lazer;
- VIII - Coordenadoria de Jovens;
- IX - Coordenadoria de Comunicação Social;
- X - Coordenadoria de Educação; e
- XI - Coordenadoria de Saúde e Meio Ambiente.

OBS: aqui pode-se avaliar se fica em formato de coordenadorias ou diretoria. Fazer as alterações das atribuições de acordo com o formato escolhido

Parágrafo 1º. Cada uma das coordenadorias será composta por dois membros, sendo um titular e um adjunto.

Parágrafo 2º. Os membros titulares eleitos às suas respectivas coordenadorias exercerão as competências inerentes a elas explicitadas neste Estatuto.

Parágrafo 3º. Cabe aos membros adjuntos das coordenadorias para as quais foram eleitos:

- I - apoiar o Coordenador Titular nas atividades da coordenadoria a que está vinculado;
- II - substituir o Coordenador Titular em suas eventuais ausências;

Artigo 21. COMPETE A COORDENADORIA ADMINISTRATIVA:

- I - administrar a sede da ARQUIC;
- II - presidir as reuniões da diretoria executiva e a Assembleia Geral;
- III - auxiliar o conselho fiscal na elaboração e execução dos projetos comunitários de trabalho da associação;
- IV - auxiliar o tesoureiro na arrecadação e gestão dos recursos da associação;
- V - garantir a articulação entre integrantes da Coordenação Executiva e do Conselho Fiscal;
- VI - fazer a representação política da entidade em fóruns, assembleias, congressos, seminários, entre outros;
- VII - orientar a execução da política institucional da ARQUIC definida em Assembleia Geral;
- VIII - assinar, em conjunto com o titular ou adjunto da Coordenadoria de Finanças, cheques, obrigações e projetos, bem como adotar providências necessárias para impedir a corrosão financeira da ARQUIC;
- IX - executar as atribuições e tarefas que lhe forem outorgadas pela Coordenação Executiva;
- X - representar a ARQUIC judicialmente ou extrajudicialmente;
- XI - assinar, convênios, contratos ou quaisquer outros atos e recebimento de domínio, posse, direitos prestações, e ações de todas as naturezas legais, desde que aprovadas pela Assembleia Geral;
- XII - realizar seu planejamento anual de ações, e
- XIII - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta ARQUIC.

Artigo 22. COMPETE A COORDENADORIA DE FINANÇAS:

- I - manter sob sua responsabilidade documentos, livros, valores e bens da Associação;
- II - apresentar trimestralmente ou quando for solicitado pela Coordenação Executiva ou Conselho Fiscal, o balancete mensal de receita e despesas da ARQUIC.
- III - Assinar conjuntamente com o Coordenador Administrativo ou o substituto legal deste todos os documentos referentes às operações financeiras e bancárias da Associação;
- IV - estruturar a sistemática de funcionamento do movimento financeiro da ARQUIC;

VIII - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 23. COMPETE A COORDENADORIA DE SECRETÁRIA:

I - coordenar e dirigir todos os trabalhos e serviços da secretaria;

II - lavrar ou mandar lavrar as atas de reuniões da Coordenação Executiva e da Assembleia Geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;

III - elaborar ou mandar elaborar as correspondências, relatórios e outros documentos semelhantes;

IV - facilitar aos associados o acesso ao Estatuto Social, ao Regimento Interno, as Resoluções editadas e a outros documentos que sejam de interesse da Comunidade Remanescente de Quilombo de **Caldeirão**

IV - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 24. COMPETE A COORDENADORIA DE PROJETOS:

I - coordenar a elaboração dos projetos de captação de recursos da **ARQUIC**

II - coordenar a elaboração dos relatórios de atividades da **ARQUIC**;

III - administrar os convênios firmados pela **ARQUIC** contando com o apoio dos membros da Coordenadoria Administrativa e da Coordenadoria Financeira;

IV - realizar seu planejamento anual de ações, e

V - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 25. COMPETE A COORDENADORIA DE ARTICULAÇÃO:

I - coordenar a execução da política de articulação com entidades do movimento popular, sindicatos e organizações não-governamentais assegurando o cumprimento de metas e cronogramas instituídos pela **ARQUIC**

II - coordenar as ações e parcerias com órgãos dos governos federal, estadual e municipal, contando com a colaboração da Coordenadoria Administrativa;

III - viabilizar os instrumentos de publicidade das ideias da entidade;

IV - divulgar amplamente as atividades da entidade;

V - realizar o acompanhamento de campanhas que a entidade venha a desenvolver;

VI - realizar seu planejamento anual de ações, e

VII - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 26. COMPETE A COORDENADORIA DE MULHERES:

I - incentivar e apoiar a participação das mulheres na Associação e na sociedade;

II - promover o debate e a luta contra a opressão de gênero, o enfrentamento ao assédio sexual, conscientizando as mulheres sobre a necessidade de combater as práticas discriminatórias;

III - atuar para identificar as vulnerabilidades associadas às condições específicas das mulheres residentes no Território da **ARQUIC**;

IV - elaborar projetos e ações integradas em sua defesa, inclusive, em parceria com coletivos, entidades de movimentos sociais e outras organizações públicas ou privadas;

V - representar as mulheres da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão nos eventos em que a **ARQUIC** for convidada a participar.

VI - estabelecer e coordenar, nessa temática de gênero, a relação da **ARQUIC** com organizações e entidades do movimento social e da sociedade civil, promovendo intercâmbio e atividades conjuntas, de acordo com os princípios definidos neste estatuto;

VII - desenvolver o cronograma de atividade, propor instrumentos para ampliar a participação das mulheres, visando o seu empoderamento;

VIII - lutar por direitos iguais em todos os espaços;

IX - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 27. COMPETE A COORDENADORIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER:

I - coordenar a política de Cultura, Esporte e Lazer da **AQRUIC**;

II - organizar atividades que propiciem a difusão cultural, a prática esportiva e o lazer para o público interno e externo da entidade;

III - coordenar, planejar e organizar, integrado com as demais coordenações, atividades e ações para o Dia da Consciência Negra (20 de novembro) e demais eventos alusivos a causa do movimento quilombola e da própria Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão;

IV - realizar seu planejamento anual de ações, e

V - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **(nome ou sigla da associação)**.

Artigo 28. COMPETE A COORDENADORIA DE JUVENTUDE:

I - promover a integração dos jovens da **(nome ou si)**, reunindo-os em atividades comuns da Associação;

II - promover e incentivar, em parceria com entidades do movimento social, da sociedade civil e de outras organizações públicas ou privadas, a realização de cursos e oficinas de redação, com o objetivo de prepará-los para participarem de processos seletivos visando o ingresso no ensino superior, entre outros;

III - realizar, participar e apoiar encontros locais ou regionais de juventude;

IV - promover atividades que visem a proteção e ampliação dos direitos da juventude em todos os âmbitos;

V - propor a organização e realização de seminários, cursos, palestras, encontros dentro dos interesses e necessidades da **(nome ou sigla da associação)**, baseados nos objetivos fixados neste Estatuto;

VI - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **(nome ou sigla da associação)**.

Artigo 29. COMPETE A COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

I - promover e gerenciar as mídias digitais da **ARQUIC**, **mantendo-as atualizadas na** fanpage do Facebook, etc. - que deverá ser criada para visibilizar a Comunidade Remanescente de Quilombo de **(nome do quilombo)**;

II - elaborar em conjunto com a Coordenação Executiva materiais de divulgação das ações da **ARQUIC** nas redes sociais e outros meios de comunicação;

V - fazer o registro fotográfico das reuniões, assembleias e eventos da **ARQUIC** para divulgação;

VI - realizar seu planejamento anual de ações, e

VII - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 30. COMPETE A COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO:

I - promover a integração entre **ARQUIC**, SEMED e os trabalhadores da escola local, por meio de eventos que possibilitem debates sobre temas de interesse das comunidades quilombolas;

II - participar efetivamente das discussões sobre a elaboração, reestruturação e/ou atualização do Projeto Político-Pedagógico e PPPTQ que abranja a escola local e, quando oportuno, daquelas que abrangem todas as escolas inseridas no Território Quilombola de **ARQUIC**, onde deverá exigir do Poder Público a observância aos dizeres da Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" e da Resolução CNE/CEB/MEC nº 08, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, a fim de garantir a implementação de um Projeto Político-Pedagógico que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;

III - promover e incentivar oficinas de redação para jovens do Território da **ARQUIC**, objetivando a participação destes no Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM e nos Processos Seletivos Especiais para ingresso no ensino superior público;

IV - formular e encaminhar aos órgãos competentes, juntamente com o Coordenador Administrativo, quando necessário, expedientes decorrentes das deliberações da Assembleia Geral da **ARQUIC** ou da sua Coordenação Executiva que visem o bom funcionamento do serviço educacional público dentro da Comunidade e/ou do Território Quilombola de Caldeirão;

V - mobilizar, junto a **ARQUIC**, esforços que visem sanar judicialmente ou extrajudicialmente qualquer falta de respeito, por parte do Poder Público Municipal ou Estadual, às regras de consulta prévia, livre e informada estabelecida na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no tocante a questão da educação básica local;

VI - representar a **ARQUIC** nos eventos públicos sobre educação quando esta for convidada a participar;

VII - produzir, manter atualizados e publicizar, no seio da comunidade, estudos e publicações sobre a legislação e as políticas estabelecidas pelo Ministério da Educação sobre a educação escolar quilombola;

VIII - promover, de forma integrada, principalmente com a Coordenadoria de Saúde e Meio Ambiente, ações de educação ambiental no território da **ARQUIC**;

IX - escolher, quando necessário, colaboradores que possam auxiliar a Coordenação no cumprimento da sua missão;

X - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 31. COMPETE A COORDENADORIA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE:

I - elaborar propostas que contribuam para a melhoria da saúde pública e a preservação do meio ambiente na Comunidade Remanescente de Quilombo de (nome do quilombo);

II - articular junto às universidades públicas e privadas e aos órgãos de saúde pública, principalmente de âmbito municipal e estadual, a realização de ações preventivas de saúde, oficinas e eventos que tratem da saúde da poluição negra quilombola;

III - buscar junto às universidades públicas, privadas e **ONGS** aos órgãos voltados ao meio ambiente ações que possibilitem a proteção e preservação do meio ambiente equilibrado e sustentável da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão

IV - promover oficinas que incentivem hábitos de higiene e o descarte correto do lixo no seio comunitário, visando a preservação e proteção do meio ambiente;

V - empenhar esforços para garantir a **soberania**, segurança alimentar e nutricional da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão por meio da aquisição de cestas básicas do programa do governo federal gerenciado pela Fundação Cultural Palmares (FCP);

VI - promover estratégias que visem o atendimento médico e odontológico adequado da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão por parte do poder público municipal, seja exigindo a implantação de Posto de Estratégia Saúde da Família **Quilombola** ou se já existir cobrando a melhoria e a ampliação dos serviços às famílias quilombolas;

VII - monitorar os serviços dos agentes comunitários de saúde da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão, verificando se há queixas ou não sobre a realização dos serviços prestados, se a demanda de agentes atende a necessidade da Comunidade e, ao final disso, confeccionar relatório para apresentação à Assembleia Geral Extraordinária da **ARQUIC**, a fim de que esta delibere sobre o assunto;

VIII - mobilizar, quando necessário, ações via **ARQUIC** que visem adotar medidas cabíveis para resolver junto ao poder público municipal problemas da falta de agentes comunitários de saúde na Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão;

IX - escolher, quando necessário, colaboradores para auxiliar a Coordenação no cumprimento da sua missão;

X - outras atribuições que venham a ser estabelecidas no Regimento Interno ou Resoluções desta **ARQUIC**.

Artigo 32. CONSELHO FISCAL. COMPETE AO CONSELHO FISCAL:

I - analisar trimestralmente as contas da Associação;

II - manifesta-se sobre a prestação de contas trimestralmente;

III - fiscalizar a aquisição ou alienação de bens móveis e imóveis;

IV - atividades outras delegadas pela Assembleia Geral.

Artigo 33. A Diretoria da **ARQUIC**, que compreende a Coordenação Executiva e o Conselho Fiscal, será eleita para um mandato de 04(quatro) anos em Assembleia Geral convocada especificamente para esse fim, sendo permitida a recondução por igual período.

Parágrafo único. Havendo a destituição da Coordenação Executiva e/ou Conselho Fiscal pela Assembleia Geral, esta elegerá uma junta governativa composta com o número de 03 (três) integrantes que administrará e, por conseguinte, convocará eleições para os cargos da Diretoria no prazo de 45 (quarenta e cinco dias).

Artigo 34. Nos casos de impedimento ou ausência do titular da Coordenadoria Administrativa, este será substituído pelo Coordenador Administrativo Adjunto, e na falta deste pelo titular ou adjunto da Coordenadoria de Articulação.

Parágrafo único. Nos casos de vacância de cargos na Diretoria, estes serão preenchidos por outras pessoas associadas, mediante eleição da Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, observado o disposto no Capítulo 2 deste Estatuto.

Capítulo 4

DO PATRIMÔNIO

Artigo 35. Constitui-se patrimônio da **ARQUIC**:

I - bens e direitos doados, transferidos, incorporados ou adquiridos;

II - bens de outras instituições congêneres que venham a ser extintas e que lhe sejam atribuídos;

III - direitos patrimoniais decorrentes da celebração de contratos;

Artigo 36. Os bens móveis que constituem patrimônio da Associação serão individualizados e identificados, por meio próprio, a fim de possibilitar o controle sobre o uso e conservação dos mesmos.

Artigo 37. Os bens patrimoniais da Associação não respondem por execução de multas eventualmente impostas à entidade.

Capítulo 5

DAS FONTE DE RECURSOS

Artigo 38. Constituem fontes de recursos da **ARQUIC**:

I - contribuições dos associados (as), a título de mensalidade;

II - doações ou legados que configurem valores monetários (em dinheiro);

III - recursos captados por meio de contratos, termos de cooperação, de colaboração ou de fomento, parcerias, patrocínios ou para realização de projetos ou ações institucionais;

IV - comercialização de produtos e materiais da própria entidade ou de terceiros, na forma da lei;

V - rendimentos resultantes da gestão de seu patrimônio;

VI - prestação de serviços, sempre compatíveis com os objetivos da **ARQUIC**;

VII - outras rendas eventuais.

Capítulo 6

DAS ELEIÇÕES

Artigo 39. A Coordenação Executiva, através de Resolução, criará o Regimento Eleitoral que norteará o processo eleitoral da Associação.

Parágrafo 1º. A cada 04 (quatro) anos serão eleitos, simultaneamente, os integrantes da Coordenação Executiva e do Conselho Fiscal, sendo permitida a recondução por igual período.

Parágrafo 2º. São inelegíveis os membros da Coordenação Executiva que não tiverem suas contas aprovadas pela Assembleia Geral.

Artigo 40. A Coordenação Executiva indicará os integrantes da Comissão Eleitoral que terá como atribuição proceder o processo eleitoral que iniciará com a publicação do Edital de Eleição e terminará com a apuração e divulgação dos resultados.

Artigo 41. O edital de convocação das eleições deverá conter data, horário, local da votação, bem como, o período de registro de chapas, que devem estar disponibilizados pelo regimento eleitoral.

Artigo 42. A diretoria deverá convocar as eleições até 45 (quarenta e cinco) dias antes do término de seu mandato.

Artigo 43. Será eleita a chapa que obtiver a maioria dos votos das pessoas associadas, na forma do presente Estatuto.

Artigo 44. Esgotado o mandato e não convocado regularmente a eleição, a Assembleia Geral elegerá uma comissão que administrará a entidade e convocará as eleições no prazo estabelecido no artigo 39 deste Estatuto.

Capítulo 7

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 45. A Associação poderá ser extinta por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível à continuação de suas atividades.

Artigo 46. No caso de extinção será de competência da Assembleia Geral extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e a comissão fiscal que deverá funcionar durante o período de liquidação.

Artigo 47. Os cargos da nova organização administrativa da **ARQUIC serão preenchidos na próxima eleição da Diretoria, excetuando, por ora, os cargos correlatos com a organização administrativa anterior.**

Artigo 48. O Regimento Interno normatizará questões julgadas relevantes à harmonia e ao bem viver da Comunidade Remanescente de Quilombo de Caldeirão.

Artigo 49. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil.

Artigo 50. O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Artigo 51. Os casos omissos não resolvidos no presente Estatuto serão deliberados em Assembleia Geral especialmente convocadas para esse fim ou pelas normas aplicadas via regimento interno da **ARQUIC.**

(Data de Fundação) (Data da 1ª Alteração) (Data da 2ª Alteração)

Presidente

1ª Secretária

ANEXO III - Relatório de formação e atuação do grupo ABAYOMI

RELATÓRIO PRODUZIDO PELA COORDENAÇÃO ABAYOMI

ABAYOMI - A formação do grupo se alinha ao processo de organização das comunidades quilombolas do município de Salvaterra. O grupo Abayomi deu-se através de um encontro do (DHESCAS), na comunidade quilombola de Tartarugueiro no município de ponta de Pedra, sendo que os jovens quilombolas do Município de Salvaterra tiveram uma grande participação no mesmo.

Em um momento em que estávamos fazendo trabalhos em grupo, perguntamos uns para os outros, porque não criamos um grupo de jovem?

Levamos essa pergunta até a comunidade quilombola de Rio Gurupá- Cachoeira do Arari, onde pernoitamos na casa do professor Rosivaldo, fizemos uma roda de conversa com o coordenador regional Raimundo Hilário Moraes, juntamente com a então coordenadora de gênero da Malungu Luzia Bethânia (Beth), que fizeram algumas observações referente à preocupação acerca da participação de alguns jovens que estavam e que já vinham participando de encontros, oficinas e formação como o ÍJÉ ÓFÉ, mas que não estavam interagindo com os demais jovens das comunidades do município de Salvaterra.

Então foi ai que pensamos na pergunta que fizemos em Tartarugueiro e decidimos responder com um SIM, pois com a formação do grupo podemos está discutindo, debatendo políticas publicas afirmativas que não chegam em nossos quilombos, principalmente para nós, jovens negros quilombolas e também pelo resgate da nossa cultura, sem falar que vamos está engajando jovens companheiros para o movimento negro quilombola e com isso está dando continuidade na luta que nosso povo iniciou e que algumas lideranças nossas estão desistindo.

Somos o futuro dessas lideranças e não queremos que luta acabe e ao mesmo tempo vamos está conhecendo as comunidades e suas lindas histórias e seus conflitos territoriais. “No dia 28 de Abril de 2013 na comunidade quilombola de Deus Ajude, fundamos o grupo com escolha da logomarca e o nome do grupo ‘ABAYOMI’, nome este que significa: Encontro precioso ou o melhor que posso dar de mim”, nome dado por Izabeli Leal. “Nos porões dos navios negreiros não vinham apenas adultos, vinha também crianças e as suas mães rasgavam as barras das suas saias e confeccionavam as bonequinhas de pano e davam

para seus filhos e até mesmo dentro das senzalas elas faziam e davam de presente e dentro colocavam”: Amor, prosperidade, carinho, forças e união, por isso é “encontro precioso”.

Em sua coordenação o grupo conta com os seguintes cargos Coordenador (a), vice coordenador (a), primeiro secretário (a), segundo secretário (a), primeiro tesoureiro (a), segundo tesoureiro(a) e articuladores culturais. Nessa trajetória já realizamos encontros, oficinas, reuniões, participamos de desfiles e da organização dos jogos quilombolas.

O grupo Abayomi contribuiu com a Coordenação do X Jogos de Identidade Quilombola (festividade que acontece em homenagem ao Dia da Consciência Negra e que agrega as comunidades quilombolas da região), realizado na Comunidade Siricari, 2013. Assumiu a Coordenação (junto com outras lideranças) do XI Jogos de Identidade Quilombola, realizado na Comunidade de Bacabal, 2014. Coordenou (junto com outras lideranças) o XII Jogos de Identidade Quilombola, realizado na Comunidade de Providência, 2015. Realizou oficinas nos quilombos de Mangueiras, Bairro Alto, Santa Luzia, Rio Gurupá (Cachoeira do Arari), Mangueiras e a última em Boa Vista, com o 1º Encontro Estadual da Juventude Quilombola, em um projeto apoiado pelo Cese, 2016.

Coordenou (junto com outras lideranças) o XIII Jogos de Identidade Quilombola, realizado na Comunidade de São Benedito, 2016. Coordenou (junto com outras lideranças) o XIV Jogos de Identidade Quilombola, realizado na Comunidade de Caldeirão, 2017. Recebeu as oficinas Construção de Instrumentos de Percussão (Barro Alto), Ritmos de Percussão (Bacabal), Banjo (Pau Furado), Canto (Caldeirão), Produção Audiovisual (parte no Caldeirão e parte na UEPA/Salvaterra pela necessidade de infraestrutura audiovisual) e Teatro (Caldeirão), todas ministradas poricineiros da Fundação Cultural do Pará, em parceria com o Coletivo Pulsar Marajoara, 2018. Organizou e realizou a Festa de Quilombo (em parceria com o Coletivo Pulsar Marajoara), que aconteceu no quilombo de Barro Alto, com o Boi-Bumbá Esperança (Mestre Zampa), várias atrações musicais e grupos de dança e carimbó, 2018.

Coordenou (junto com outras lideranças) o XV Jogos de Identidade Quilombola, realizado na Comunidade de Vila União, 2018. Executou o projeto apoiado pela Ong alemã Asw, o que proporcionou as Oficinas de Mapeamento Patrimonial e Cartografia Social (Quilombo de Boa Vista), a de Fortalecimento Sociocultural (Quilombo do Barro Alto), a de Dança Afro (Quilombo de Santa Luzia) e a de Ritmos e Percussão Afro (Quilombo de Deus me Ajude), 2019.

Em nova parceria com o Coletivo Pulsar Marajoara, recebeu a Oficina de Percussão e Confecção de Adereços e Brinquedos Populares (Quilombo do Barro Alto), 2019. Organizou

e realizou novamente a Festa de Quilombo (em parceria com o Coletivo Pulsar Marajoara), que aconteceu no quilombo de Barro Alto, com o Boi-Bumbá Esperança (Mestre Zampa), várias atrações musicais e grupos de dança e carimbó, 2019.

Coordenou (junto com outras lideranças) o XVI Jogos de Identidade Quilombola, realizado na Comunidade de Boa Vista, 2019. Executou o projeto aprovado pela Ong alemã Asw, sobre a Extração de Óleos da Polpa do Tucumã, Buriti, Côco e Beneficiamento da Castanha de Caju, que proporcionou a Oficina de Extração de Óleo da Polpa do Tucumã, feita no quilombo de Providência, 2020. Aprovou outro projeto no Cese, sobre a criação de uma horta mandala, com um galinheiro no centro, para ser implantado no quilombo de Siricari, a ser iniciado em 2021.

Além disso, a Juventude Negra Quilombola Abayomi está continuamente em reuniões com os Secretários Municipais e o Prefeito de Salvaterra, solicitando políticas públicas e melhoramentos nas comunidades quilombolas, bem como relatando necessidades e dificuldades do seu povo, de forma a fazer com que o Município tenha uma visão mais aproximada da realidade dos quilombos e possa atender melhor a todos.

Dia 06 de fevereiro de 2022 na comunidade quilombola de Paixão houve uma reunião do Abayomi para fazer prestação de contas, fazer uma retrospectiva das atividades, projetos que o grupo vem desenvolvendo, também houve a mudança da diretoria, onde 14 jovens assumiram a coordenação do grupo. O grupo está elaborando mais um projeto de fortalecimento institucional financiado pela ASW, e apoiado pela Malungu e as comunidades quilombolas de Salvaterra e realizou a 2ª mostra de tradição quilombola marajó na comunidade quilombola de Pau Furado em Salvaterra.

ANEXO IV – Certidão de Autodefinição da comunidade Caldeirão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA CULTURA
 FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
 Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988


Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.005571/2010-32 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Caldeirão**, localizada no município de Salvaterra/PA Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.414, fl. 030, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINI COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília/DF, **09 de dezembro de 2010.**


O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes Araújo
 (Zulu Araújo)
 PRESIDENTE

SBS QD 02 LOTE 11 - Ed. Eley Meireles Brasília/DF - CEP: 70070-945 - Brasília - DF - Brasil
 Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
 E-mail: dpa@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.br

"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira." (Wally Salomão)

ANEXO V – Cadastro da Associação da comunidade quilombola Caldeirão

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.865.382/0001-28 Matriz	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/04/2007
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DA COMUNIDADE DE CALDEIRAO		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL RAIMUNDO PATRIQUE GONCALVES NOVAES	CPF 043.###.###-11	QUALIFICAÇÃO Presidente
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 9430-8/00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não consta		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO PRIMEIRA	NÚMERO SN	COMPLEMENTO
CEP 68860000	BAIRRO/DISTRITO COMUNIDADE DE CALDEIRAO	MUNICÍPIO SALVATERRA
		UF PA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (91) 37411604
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL Ativa	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/12/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES		
NOME/NOME EMPRESARIAL RAIMUNDO PATRIQUE GONCALVES NOVAES	CPF/CNPJ 043.###.###-11	QUALIFICAÇÃO Presidente
Código de autenticidade: 25340682f68ff178		
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Informações vigentes na data da emissão.		
Emitido no dia 02/01/2023 às 17:49:59 (data e hora de Brasília) por Regina Peres Silva - CPF 793.553.822-00		
O código pode ser consultado no endereço https://consultacnpj.redesim.gov.br/autenticidade-comprovante-inscricao		
(https://consultacnpj.redesim.gov.br/autenticidade-comprovante-inscricao)		

ANEXO VI – Ata de posse da atual Associação Quilombola de Caldeirão



ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE QUILOMBO DE CALDEIRÃO - ARQUIC ATA DE POSSE

Salvaterra, 02 de abril de 2022.

No dia dois de Abril de dois mil e vinte e dois as dezesseis horas, teve início a reunião com a comunitários em geral da comunidade quilombola de Caldeirão com a finalidade de dar a posse aos novos(as) membros(as) eleitos(as) para assumirem a diretoria da Associação Remanescente Quilombo de Caldeirão – ARQUIC, assim como fazer a leitura para aprovação e atualização do estatuto social. Estavam presentes no evento os comunitários (as) os membros (as) da nova diretoria ARQUIC e os convidados(as) que fizeram parte da mesa de posse. São eles (as): secretário de educação Klébson Sagado Glória, conselheira diretor da MALUNGU Noemi Barbosa, coordenadora executiva de gênero da MALUNGU Valéria carneiro, advogada da MALUNGU Keila Couto, membro da CONAQ José Carlos Galiza, vereadora do município de Salvaterra Noélia Gonçalves e o coordenador da regional Marajó Raimundo Hilário Moraes. O orador da cerimônia de posse foi o senhor Raimundo Hilário onde iniciou sua fala agradecendo a presença de todos (as) presentes e disse que a leitura do estatuto não poderia ocorrer, uma vez que não tinha o quantitativo de pessoas que votaram e elegeram a chapa da nova diretoria. ARQUIC, que seria o percentual de cinquenta por cento mais um com base nas assinaturas dos presentes neste dia, desse modo a nova diretoria deveria remarcar outra data para leitura e aprovação do estatuto. Em seguida, a palavra foi passada para a advogada Keila que concordou com a fala do Hilário e disse que a leitura e aprovação do estatuto é de suma importância pois é o que irá reger a comunidade quilombola de Caldeirão, colocando exemplos de outras comunidades e de como se faz importante este documento. Afirmou que se caso a Associação precisar de apoio jurídico que a diretoria da ARQUIC poderia procurar a MALUNGU com antecedência. Valéria deu sequência e se pronunciou agradecendo a Deus e a ARQUIC pelo convite, enfatizou as lutas do povo preto

das comunidades quilombolas do estado do Pará reafirmou a importância desse momento para a comunidade quilombola de Caldeirão, pois é isso que fortalece ainda mais as lutas, assim como os processos de direitos de deveres dos comunitários (as). José Galiza iniciou sua fala dando ênfase na importância do território para o povo preto e que a comunidade precisa se unir para lutar principalmente em relação ao agronegócio e aos grileiros de terra que, ultimamente, vem ocupando os territórios quilombolas dentro do estado do Pará. Noemi Barbosa deu seguimento na palavra agradecendo a todos(as) e pontuou que a comunidade pode crescer ainda mais com projetos dando como exemplo a comunidade quilombola de Mangueiras onde são feitas as camisas afro que são reconhecidas dentro do município e fora dele também. A vereadora Noéli agradeceu ao convite e disse que a comunidade quilombola de Caldeirão tem o apoio dela dentro da câmara de vereadores do município, reforçou que a união do povo preto é importante pois só assim é que se garante direitos. Na sequência o secretário de educação Klébson Glória agradeceu a Deus e disse estar honrado de presenciar e participar desse momento tão importante em sua comunidade, pontuou que a associação poderia contar com seu apoio e destacou a importância do povo preto quilombola ocupar espaços importantes dentro do município. Por fim, foi dada sequência na cerimônia de posse, onde o Raimundo Hilário chamou os membros (as) da diretoria para tomar posse. Sendo eles (as): O presidente da ARQUIC Raimundo Patrique Novaes, CPF 043.223.12-11 e RG 8018770; vice-presidente Edilene Souza Cantão CPF 714.959832-34 e RG 3360499; tesoureira Suelen Gonçalves Lucena CPF 938.710.582-20 e RG 5337664; secretária Adriele Castro da Luz CPF 017.178.312-30 e RG 6297985. Nada mais a declarar encerro esta ata onde será lida por mim e assinada pelos demais presentes.

ANEXO VII – Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961 cria novos municípios no território do Estado do Pará: Salvaterra

Lei nº 2.460 de 29 de dezembro de 1961

Cria novos municípios no território do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados, no território do Estado, os seguintes municípios, cujos limites constam do anexo n. 1, desta lei, e cujas sedes passam à categoria de cidade:

- AUGUSTO CORRÊA, séde URUMAJÓ;
- AVEIRO, séde AVEIRO;
- BAGRE, séde BAGRE;
- BENEVIDES, séde BENEVIDES;
- BONITO, séde BONITO;
- CAPITÃO PÔÇO, séde CAPITÃO POÇO;
- COLARES, séde COLARES;
- JACUNDÁ, séde JACUNDÁ; 9 - LIMOEIRO DO AJURÚ, séde LIMOEIRO DO AJURÚ;
- MAGALHÃES BARATA, séde CUINARANA;
- MELGAÇO, séde MELGAÇO;
- PEIXE-BOI, séde PEIXE-BOI;
- PRIMAVERA, séde PRIMAVERA;
- SALVATERRA, séde SALVATERRA;
- SANTA CRUZ DO ARARI, séde SANTA CRUZ DO ARARI;
- SANTANA DO ARAGUAIA, séde Sta. MARIA DO SABARREIRAS;
- SANTA MARIA DO PARÁ, séde SANTA MARIA DO PARÁ;
- SANTARÉM NOVO, séde SANTARÉM NOVO;
- SANTO ANTONIO DO PARÁ, séde SANTO ANTONIO DO PARÁ;
- SÃO FELIX DO XINGÚ, séde SÃO FÉLIX DO XINGÚ;
- SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, séde SÃO JOÃO DO ARAGUAIA;
- SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, séde SOUZEL.

Art. 2.º Os prefeitos dos novos municípios serão de livre nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, sancionada esta lei, marcará data para a instalação dos mesmos, na conformidade da Lei n. 158, de 31 de dezembro de 1948.

Art. 3.º A eleição para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, estes em número de sete (7) para cada um dos municípios criados por esta lei, deverá realizar-se em outubro de 1962, conjuntamente às de deputados, prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, deputados federais e senadores.

Art. 4.º Os novos municípios, enquanto não forem instaladas suas Câmaras, se regerão pelas leis fiscais dos municípios de onde forem desmembrados.

Art. 5.º Os bens móveis e imóveis de propriedade do município do qual vai ser desmembrado o novo município, passarão a pertencer, sem ônus de espécie alguma, ao município recém criado.

Art. 6.º Fica mudada a denominação dos seguintes municípios: de Anhangá, para São Francisco do Pará; de Abaetetuba, para Abaete do Tocantins.

Art. 7.º Ficam retificados os limites entre os municípios de Fáro e Oriximiná, Maracanã e Salinópolis, na forma constante do anexo n.1 desta lei. Art. 8.º Ficam criados os seguintes termos judiciários:

Augusto Corrêa, na comarca de Bragança; Aveiro, na comarca de Itaituba; Bagre, na comarca de Breves; Benevides, na comarca de Santa Isabel do Pará; Bonito, na comarca do Guamá; Capitão Pôço, na comarca de Capanema; Colares, na comarca de Vigia; Jacundá, na comarca de Marabá; Limoeiro do Ajurú, na comarca de Cametá; Magalhães Barata, na comarca de Marapanim Melgaço; na comarca de Breves; Peixe Boi, na comarca de Nova Timboteua; Primavera, na comarca de Capanema; Salvaterra, na comarca de Soure; Santa Cruz do Ararí, na comarca de Ponta de Pedras; Santana, do Araguaia na comarca de Conceição do Araguaia; Santa Maria do Pará, na comarca de Igarapé-Açú; Santarém Novo, na comarca de Maracanã, Santo Antônio do Tauá, na comarca da Vigia; São Félix do Xingú, na comarca de Altamira; São João do Araguaia na comarca de Marabá; Senador José Porfírio, na comarca de Gurupá.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de dezembro de 1961.

Dr. AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

Governador do Estado

Péricles Guedes de Oliveira

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DOE N. 19.759, DE 30/12/1961.

ANEXO N. 1 A LEI N. 211 - DE 28 DE DEZEMBRO DE 1961.

Limites dos Municípios do Estado do Pará, criados por esta lei.

1 - AUGUSTO CORRÊA

a) Limites municipais

1 - Com o Oceano Atlântico: Começa na fós do rio Caeté, no Oceano Atlântico e segue pela costa envolvendo as ilhas do percurso até a fós do rio Imboranunga;

2 - Com o município de Vizeu: Começa no Oceano Atlântico, na foz do rio Imboranunga, subindo por êste, margem esquerda, até as suas nascentes, daí segue pela reta que vem das nascentes do rio Curiàs nascentes do rio Imboranunga até o ponto de cruzamento com a estrada do Piriá;

3 - Com o município de Bragança: Começa no cruzamento da reta que vem das nascentes do rio Curi às nascentes do rio Imboranunga, com a estrada do Piriá, seguindo por esta até o seu cruzamento com o rio Urumajó, pelo qual desce, margem direita até a foz do igarapé Jandiá, dai por uma reta até a foz do igarapé Tumborana e por outra reta alcançando as nascentes do rio Arapapucu, pelo qual desce, margem direita, até sua foz no rio Caeté, e por êste até a sua foz no Oceano Atlântico.

b) Divisas interdistritais

1 - Entre os distritos de Ipixuna e Imborai: Começa no Oceano Atlântico, na foz do rio Peroba, pelo qual sobe até encontrar a linha divisória com o município de Vizeu;

2 - Entre os distritos de Imborai e Aturiaí: Começa no Oceano Atlântico, na foz do rio Imborai pelo qual sobe até encontrar a estrada do Piriá;

3 - Entre os distritos de Aturiaí e Urumajó: Começa no Oceano Atlântico, na foz do rio Timboteua, subindo por êste até as suas nascentes desta por uma reta até a foz do igarapé Jandiá, afluente do rio Urumajó: O distrito de Urumajó, do têrmo e município de Augusto Corrêa, da comarca de Bragança, não abrangerá sub-distritos.

2 - AVEIRO

a) Limites municipais

1 - Com o Estado do Amazonas: Começa na interseção da linha de cota máxima da vertente direita do rio Urupadi, com a linha interestadual Pará-Amazonas; segue por esta linha, até as cabeceiras do rio Orucaraná, afluente do rio Mamauru; 2 - Com o município de Juruti: Começa no limite entre os Estados do Pará e Amazonas, nas cabeceiras do rio Uaicurumá e segue, por uma linha reta, até as

nascentes do braço grande do rio Arapiuns;

3 - Com o município de Santarém: Começa nas cabeceiras do braço grande do rio Arapiuns e segue, por uma linha reta, para as nascentes do igarapé Andirá (igarapé grande, entre Boiu e Pinhal), pelo alveo do qual continua até sair no rio Tapajós; atravessa êste rio para a foz do igarapé Tapaiuna, segue pelo alveo dêste até as suas nascentes e destas alcança pelas cabeceiras do rio Curuá-una, a linha do divisor de águas entre os rios Curuá-una e Curuá do Sul ou Curuá-Tinga, confronte as nascentes dêste último rio;

4 - Com o município de Altamira: Começa na intersecção do divisor aquário entre o rio Curuá-una e Curuá do Sul com o divisor de águas Tapajós-Xingú e segue por êste divisor de água até confrontar as nascentes do rio Cupari, no seu afluente Cupari-Tinga ou Cuparizinho;

5 - Com o município de Itaituba: Começa confronte às nascentes do rio Cupari-tinga ou Cuparizinho, formados do rio Cupari, no divisor de águas entre as bacias dos rios Xingú e Tapajós, e segue pela linha de cota máxima da vertente esquerda da bacia do rio Cupari, até as nascentes do igarapé São Florêncio e pelo alveo dêste até a sua foz no rio Tapajós, o qual atravessa para a foz do igarapé do furo do Custódio, afluente esquerdo do rio Tapajós, pelo qual segue até as suas nascentes e destas pela linha da cota máxima da vertente direita do rio Urupadi, até encontrar a linha de limites entre o Pará e o Amazonas.

b) Divisas interdistritais:

1 - Entre os distritos de Aveiro e Brasília Legal: Começa no rio Tapajós, confronte a foz do igarapé Escrivão; sobe pelo rio Tapajós até a foz do igarapé São Florêncio, limite com o município de Itaituba;

2 - Entre os distritos de Aveiro e Pinhal: Começa no rio Tapajós, confronte a foz do rio Escrivão e desce pelo rio Tapajós até o limite com o município de Santarém, na foz do igarapé Andirá;

3 - Entre os distritos de Pinhal e Brasília Legal:

Começa no rio Tapajós, na foz do igarapé Escrivão pelo qual sobe até as suas nascentes, daí segue por uma reta, até a intersecção da cota máxima da vertente direita do rio Urupadi com os limites Pará-Amazonas.

O distrito de Aveiro passa a constituir o termo do mesmo nome, subordinado à comarca de Itaituba e não abrangerá subdistritos;

3 - BAGRE

a) Limites municipais

1 - Com o rio Pará: Começa na foz do furo Buiçu e segue pelo canal grande do rio Pará até a foz do rio Mocajutuba;

2 - Com o município de Araticu: Começa no rio Pará, na foz do rio Mocajutuba pelo qual sobe até as suas nascentes; daí segue pela linha de cota máxima das vertentes do rio Jacundá até a foz do rio Açu;

3 - Com o município de Baião: Começa na foz do rio Açu pelo qual sobe até as suas nascentes e destas alcança, por uma reta, as nascentes do rio Trocará;

4 - Com o município de Tucuruí: Começa nas nascentes do rio Trocará, daí segue pela linha de cota máxima das vertentes esquerdas do rio Tocantins, até as nascentes do rio Purucuruí;

5 - Com o município de Jacundá: Começa nas nascentes do rio Pucuruí e segue pela linha de cota máxima das vertentes dos formadores do rio Pará até encontrar a linha do divisor aquário entre os rios Camaraipe e Jacundá (repartimento);

6 - Com o município de Portel: Começa na linha de cota máxima das vertentes dos formadores do rio Pará, no seu ponto de intersecção com o divisor aquário entre os rios Camaraipe e Jacundá (repartimento) e segue por êste divisor aquário até as nascentes do rio Jaguarajó pelo qual desce até a sua foz na baía das Bocas; Com o município de Melgaço: Começa na foz do rio Jaguarajó, no rio Pará (baía das Bocas); atravessa êste rio para a foz do furo do Buiçu, deixando para Melgaço as linhas do percurso.

b) Divisas interdistritais:

1 - Entre os distritos de Bagre e Pedreira: Começa na foz do rio Açu, afluente do Jacundá desce por êste até a foz do braço do repartimento, pelo qual sobe até as suas nascentes. O distrito de Bagre, do termo e município do mesmo nome da comarca de Breves, abrange os subdistritos de:

1º - Bagre;

2º - Boca do Repartimento.

O distrito de Pedreira abrange os subdistritos de:

1º - Pedreira:

2º Açu.

4 - BENEVIDES

a) Limites municipais

1 - Com o município de Ananindeua: Começa no rio Guamá, confronte à foz do Orioboquinha, pelo qual sobe até as suas nascentes e destas alcançando por uma reta as nascentes do rio Mocajuba; descendo por este rio até a sua foz no rio Benfica e por êste a sua foz no furo do Mutum; seguindo por êste até sair na baía de Santo Antonio.

2 - Com o município de Belém:

Começa na foz do furo do Mutum, na baía de Santo Antonio, a qual atravessa para o furo das Marinhas ou do Mosqueiro, pelo qual segue até a baía do Sol, continuando por esta até a foz do rio Tauá;

3 - Com o Município de Santo Antonio do Tauá: Começa na baía do Sol, na foz do rio Tauá, pelo qual sobe até a foz do seu afluente direito igarapé São Francisco;

4 - Com o Município de Santa Izabel do Pará: Começa no rio Tauá, na foz do igarapé São Franciscodai por uma reta alcançando as nascentes do rio Araci e destas por outras retas às nascentes do rio Guajará, pelo qual desce até a sua foz no rio Guamá;

5 - Com o Município de Bujará: Começa na foz do rio Guajará, no rio Guamá e desce pelo alveo dêste rio até a foz do seu afluente esquerdo, rio Samaumaquara;

6 - Com o Município de Acará: Começa na foz do rio Samaumaquara, no rio Guamá, pelo qual desce até a foz do rio Orioboquinha. Distrito de Benevides, do termo e Município do mesmo nome, da Comarca de Santa Izabel do Pará, e os demais distritos e Benfica e Santa Bárbara, ex-engenho Araci, não abrange subdistritos.

5 - BONITO

a) Limites Municipais

1 - Com o Município de Nova Timboteua: Começa no rio Tacioteua, na foz do igarapé Galho Grande, daí alcança, por uma reta, o cruzamento do rio Peixe Boi com a antiga linha telegráfica Belém- Bragança;

2 - Com o Município de Peixe Boi: Começa no cruzamento do rio Peixe Boi com a antiga linha telegráfica Belém-Bragança, daí continua por esta linha telegráfica até o seu cruzamento com o rio Capanema;

3 - Com o Município de Capanema: Começa no cruzamento da antiga linha telegráfica com o rio Capanema, pelo qual sobe até as suas nascentes, destas alcança, por uma reta, o ponto de cruzamento da rodovia Ourém-Capanema com o rio Caeté (ponte) o povoado Arraial do Caeté;

4 - Com o Município de Ourém: Começa no cruzamento da rodovia Ourém-Capanema com o rio Caeté (ponte) no povoado Arraial do Caeté, excluindo êste, que fica para o município de Ourém, o qual contorna; daí alcançando, por uma reta as nascentes do igarapé Patauteua; destas alcança, por outra reta, as nascentes do igarapé Cuxiu-miri, pelo qual desce até a sua foz, no rio Cuxiu;

5 - com o município de São Miguel do Guamá: Começa no igarapé Cuxiu, confronte a foz do igarapé Cuxiu-miri, daí subindo pelo igarapé Cuxiu até as suas nascentes, de onde alcança por uma reta as nascentes do igarapé Acaputeua, pelo qual desce até sua foz, no igarapé Mururé, pelo qual sobe até a foz do igarapé Marataura e daí por uma reta alcança as nascentes do rio Tacioteua. O distrito de Bonito, do termo e município do mesmo nome, da comarca do Guamá, abrange os subdistritos de:

1º. - Bonito; 2º. Santo Antônio do Cumaru.

6 - CAPITÃO PÔÇO

a) Limites municipais:

1 - Com o município de Ourém: Começa na foz do igarapé Castanhal, no rio Guamá, pelo qual sobe, margem esquerda, até as suas nascentes;

2 - Com o município de Irituia: Começa nas nascentes do rio Guamá e segue pelo divisor de águas

entre as vertentes direita do rio Irituia e esquerda do rio Guamá, até as nascentes do igarapé Castanhal, pelo qual desce até sua foz no rio Guamá; O distrito de Capitão Pôço do termo e município do mesmo nome da comarca de Capanema, não abrange subdistritos.

7 - COLARES

a) Limites municipais:

- 1 - Com a Baía do Sol: Começa na foz do rio Tauá, na baía do Sol, seguindo por esta até a baía do Marajó, incluindo as ilhas Ilhinha e Juteua que ficam para o município de Colares;
- 2 - Com a baía do Marajó e Oceano Atlântico: Começa na baía do Sol, com a baía de Marajó pela qual segue e *pelo Oceano Atlântico* até a foz do furo da Laura ou do Guajará-miri;
- 3 - Com o município de Vigia: Começa no Oceano Atlântico, na foz do furo da Laura ou Guajará-miri, seguindo por este a foz do rio Bituba.
- 4 - Com o município de Santo Antônio do Tauá: Começa na foz do rio Bituba, no furo da Laura ou Guajará-miri, seguindo por este até a foz do rio Tauá. O distrito de Colares do termo e município do mesmo nome da comarca de Vigia não abrange subdistritos.

8 - JACUNDÁ

a) Limites municipais

- 1 - Com o município de Portel: Começa nas nascentes do rio Iruanã, afluente do rio Pacajá, daí alcançando, por uma linha reta, as nascentes do rio Jacundá;
- 2 - Com o município de Bagre: Começa nas nascentes do rio Jacundá destas alcançando, por uma linha reta, as nascentes do rio Pucuruí;
- 3 - Com o município de Tucuruí: Começa nas nascentes do rio Pucuruí, na intersecção dos municípios de Araticu e Tucuruí; daí alcança, por uma reta, as nascentes do igarapé Piteira, pelo alveo do qual desce até a sua foz no rio Tocantins, qual atravessa, incluindo a ilha Tocantins, e alcança a foz do Jacundazinho, subindo por este até as suas nascentes e daí por uma reta as nascentes do igarapé Grande, afluente do rio Capim;
- 4 - Com o município de Capim: Começa nas nascentes do rio Grande, afluente, de onde segue por uma reta até as nascentes do rio Praia Alta;
- 5 - Com o município de Itupiranga: Começa nas nascentes do rio Praia Alta, de onde segue, por uma reta, até as nascentes do igarapé Piranheira, descendo por este até a sua foz no rio Tocantins, o qual atravessa alcançando a foz do igarapé água de Sade, subindo por este até as suas nascentes; deste ponto alcança, por uma reta, as nascentes do rio Grande do Valentim, de onde alcança, por outra reta, as nascentes do igarapé Iruaná, afluente do rio Pacajá. O distrito de Jacundá do termo e município do mesmo nome, da comarca de Marabá, não abrange subdistritos.

9 - LIMOEIRO DO AJURÚ

a) Limites municipais:

- 1 - Com o rio Pará: Começa na foz do rio Mujurucá-miri, no rio Pará, pelo alveo do qual segue, deixando para o município de Limoeiro do Ajurú as ilhas Grande, Paulista, Pacu e Conceição, até a foz do rio Tocantins;
- 2 - Com o rio Tocantins (Baía Miriti-pucu): Começa na confluência do rio Pará com o rio Tocantins, seguindo pela baía Miriti-pucu e pelo alveo do rio Tocantins, até a foz do rio Acajuí, na ponta do Marujo, deixando para Limoeiro do Ajurú as ilhas Arararim, Sarac, Melgueira, Paquetá e Pautinga;
- 3 - Com o município de Cametá: Começa no rio Tocantins, na foz do rio Cajuí, seguindo por este até as suas nascentes, e destas pela linha de cota máxima da vertente direita do rio Moaná, até as nascentes do rio Jaboti-Apeu, no lago Peri; daí alcança, por uma reta a foz do igarapé Castanhal; subindo por este até as suas nascentes daí segue pela linha de cota máxima das vertentes direitas do rio Cupijó-miri até as nascentes do igarapé Jaréua e destas alcança por uma reta as nascentes do rio Mujurucá-miri no lago Mariquita.
- 4 - Com o município de Araticú: Começa nas nascentes do rio Murujucá-miri no lago Mariquita, daí alcança, por uma reta, as nascentes do rio Murujucá-Açú, descendo por este até a sua foz no rio Pará. O distrito de Limoeiro do Ajurú, do município e termo do mesmo nome, da comarca de Cametá,

abrange os subdistritos de:

- 1º. - Limoeiro do juru;
- 2º. - Conceição;
- 3º. - Porto Ajurú.

10 - MAGALHÃES BARATA

a) limites municipais:

- 1 - Com o município de Marapanim: Começa nas nascentes do igarapé do Campo; daí alcança por uma reta a foz do igarapé Fugido, no rio Marapanim, desce por êste até a foz do rio Cuinarana;
- 2 - Com o município de Maracanã: Começa no rio Marapanim, na foz do rio Cuinarana, pelo qual sobe até a foz do igarapé Sant´Ana, subindo por êste até as suas nascentes, daí segue pela linha de cota máxima das vertentes esquerdas do rio Caripi, até as nascentes do igarapé do Campo.

b) Limites interdistritais:

- 1 - Entre os distritos de Cuinarana e Cafesal: Começa no rio Marapanim, na foz do igarapé Meaçai, pelo qual sobe até as suas nascentes, destas alcança, por uma linha reta, a foz do igarapé Sant´Ana. O distrito de Cuinarana do têrmo de Magalhães Barata da comarca de Marapanim não abrange subdistritos. O distritos de Cafesal.

Não abrange subdistritos.

a) Limites municipais:

- 1 - Com o município de Porto de Moz: Começa nas nascentes do rio Caxiuaná e segue pelo divisor de águas entre os rio Anapu e Xingu, até as nascentes do igarapé do Campo, tributário do braço meridional do rio Amazonas;
- 2 - Com o município de Gurupá: Começa nas nascentes do igarapé do Campo e segue pela linha de cota máxima das vertentes direitas do rio do mesmo nome;
- 3 - Com o município de Breves: Começa na foz do furo das Areias com o rio Amazonas, seguindo porêste (braço meridional) até a foz do estreito do Tajapuru; entra por êste, pelo alveo do qual segue até a boca do furo do Buiçu, deixando para Breves a linha Nazareth ou de Antônio Lemos; continua pelo furo do Buiçu até a sua foz, na baía das Bocas;
- 4 - Com o município de Bagre: Começa na foz do furo Buiçu, na baía das Bocas, e segue por uma linha envolvendo para Melgaço as ilhas do percurso até a foz do rio Jaguarajó;
- 5 - Com o município de Portel: Começa na foz do rio Jaguarajó, na baía das Bocas, segue por esta e pelos furos do Soiai e Tajapuru até sair na baía de Melgaço; segue por esta e pela baía de Portel até a foz do rio Anapu, pelo alveo do qual segue até a foz do rio Caxiuná, na baía do mesmo nome, formada pelo rio Anapu; daquela foz segue pela linha reta de cota máxima da vertente ddireita do rio Caxiuna até as suas cabaeceiras.

b) Divisas interdistritais:

- 1 - Entre os distritos de Melgaço e Areias: Coemaç no estreito de Tajapuru, na foz do rio Laguna, e segue por êste até o lago Sapparará. O distrito de Melgaço, do têrmo e município do mesmo nome, da comarca de Breves, abrange o subdistrito de Caxiuna.

12 - PEIXE BOI

a) Limites municipais:

- 1 - Com o município de Santarém Novo: Começa na intersecção da linha que vai à foz do igarapé Mato Grosso para o quilômetro 25 (vinte cinco) da antiga estrada telegráfica, com o rio Jutai, prosseguindo pela dita linha até o mencionado quilômetro 25;
- 2 - Com o município de Primavera: Começa no quilômetro 25 da antiga estrada telegráfica seguindo por essa estrada até o seu cruzamento com o rio Jaburu;
- 3 - Com o município de Capanema: Começa no cruzamento da estrada telegráfica com o rio Jaburu, pelo qual desce até a paralela da colônia Pedro Teixeira, que passa ao norte referida Colônia, entre os lotes 1.070 e 769 e ao sul com os lotes 6 e 2: seguindo por esta paralela até o limite sul da colônia Pedro Teixeira; acompanhando êste limite sul até confrontar com a foz do rio Capanema, no rio Urucuri; alcança esta foz pelo meridiano que por ela passa e sobe pelo alveo do rio Capanema até o seu cruzamento com a rodovia Belém-Bragança (BR-22);
- 4 - Com o município de Nova Timboteua: Começa no rio Capanema, no cruzamento com a rodovia BelémBragança e segue por esta até encontrar o rio Peixe Boi, desse cruzamento alcança por uma reta

as nascentes do rio Timboteua, pelo alveo do qual desce até sua foz no rio Peixe Boi, pelo qual continua até a foz do seu afluente rio Jaburu, seguindo por êste até confrontar a foz do rio Jutai, pelo qual continua até a sua intersecção com a linha que vem da foz igarapé Mato Grosso ao quilômetro 25 (vinte e cinco) da estrada telegráfica.

b) Limites interdistritais:

1 - Entre os distritos de Peixe Boi e Tauarizinho: Começa na foz do rio Timboteua, afluente esquerdo do rio Peixe Boi, pelo alveo do qual sobe até a foz do rio Urucuri e por êste até a foz do rio Capanema. O distrito de Peixe Boi do termo e município do mesmo nome, da comarca da Nova Timboteua, não abrange subdistritos. O distrito de Tauarizinho abrange os subdistritos de:

1° - Tauarizinho;

2° - Jaburu.

13 - PRIMAVERA

a) Limites municipais:

1 - Com o município de Salinópolis: Começa no rio Maracanã, na foz do rio Xoacaré, daí alcança por uma reta o rio Urindeua, em frente a foz do rio Arapiranga, sobe por êste até as suas nascentes; desta, alcança, por uma reta, as nascentes do rio Arapepó pelo qual desce até a sua foz na baía de Arapepó, pela qual segue até o Oceano Atlântico;

2 - Com o Oceano Atlântico: Começa na foz do rio Arapepó, na baía do mesmo nome seguindo pelo Oceano Atlântico até a baía de Quatipuru;

3 - Com o município de Bragança: Começa na Baía de Quatipuru (Oceano Atlântico) seguindo por esta até a foz do rio Quatipuru, pelo qual sobe até a foz da vala do Basílio;

4 - Com o município de Capanema: Começa no rio Quatipuru, na foz da vala do Basílio, pela qual sobe até as suas nascentes, de onde alcança, por uma reta, as nascentes do rio Paca e daí por outra reta as nascentes do rio Jaburu, pelo qual desce até encontrar a antiga estrada telegráfica;

5 - Com o município de Peixe Boi: Começa no rio Jaburu, no cruzamento com a antiga estrada telegráfica, pela qual segue até o quilômetro vinte e cinco (25).

6 - Com o município de Santarém Novo: Começa no quilômetro vinte e cinco da antiga estrada telegráfica daí por uma reta, as nascentes do rio Xoacaré, pelo qual desce até a foz do rio Maracanã.

b) Limites interdistritais:

1 - Entre os distritos de São João de Pirabas e Japerica: Começa nas nascentes do rio Xoacaré, daí alcança por uma reta as nascentes do rio Pirabas, descendo por êste rio até sua foz no Oceano Atlântico;

2 - Entre os distritos de Japerica e Primavera: Começa nas nascentes do rio Japerica pelo qual desce até a foz do rio Paca;

3 - Entre os distritos de Primavera e Quatipuru: Começa nas nascentes do rio Paca; desce por êste até sua foz no rio Japerica.

4 - Entre os distritos de Japerica e Quatipuru: Começa foz do rio Paca, afluente direito do rio Japerica; segue por êste até sua foz, na baía de Japerica, pela qual continua até o Oceano Atlântico.

Os distritos de Primavera do termo e município do mesmo nome da comarca de Capanema, não abrangem subdistritos.

14 - SALVATERRA

a) Limites municipais:

1 - Com o município de Soure: Começa na ponta meridional do lago Guajará e daí alcança por uma reta, as nascentes do rio Paracauari, pelo qual desce até a sua foz na baía de Marajó;

2 - Com a baía de Marajó: Começa na foz do rio Paracauari, na baía de Marajó seguindo por esta até a foz do rio Camará;

3 - Com o município de Cachoeira do Arari: Começa na baía do Marajó, na foz do rio Camará, subindo por êste suas nascentes e destas, alcançando por uma reta a ponta meridional do lago Guajará, que fica para Cachoeira do Arari;

b) Limites Interdistritais:

1 - Entre os distritos de Salvaterra e Jubim: Começa no rio Camará, na confluência com o rio São Miguel e daí alcançando por uma reta as nascentes do rio Jubim, pelo qual desce até sua foz da baía do marajó.

- 2 - Entre os distritos de Jubim e Joanes: Começa no rio Camará, na confluência com o rio São Miguel, daí alcança, por uma reta, as nascentes do igarapé Água-bona, pelo qual desce até sua foz na baía do marajó;
- 3 - Entre os distritos de Joanes e Condeixa: Começa no rio Camará, na confluência do rio São Miguel, daí alcançando, por uma reta, as cabeceiras do rio Condeixa, a altura da rodovia que liga as sedes desses distritos;
- 4 - Entre os distritos de Joanes e Monsarás: Começa a altura das cabeceiras do rio Condeixa na rodovia que liga a sede desses distritos, seguindo por esta dita rodovia até atingir o igarapé das Cobras, descendo por este até sua foz na baía de Marajó;
- 5 - Entre os distritos de Monsarás e Condeixa: Começa na rodovia Salvaterra Joanes-Condeixa, a alturas das cabeceiras do rio Condeixa, alcançando por uma reta as cabeceiras do dito rio pelo qual desce até sua foz na baía de Marajó. Os distritos de Salvaterra do termo e município do mesmo nome da comarca de Soure, não abrangem subdistritos.

15 - SANTA CRUZ DO ARARI

a) Limites Municipais:

- 1 - Com o município de Chaves: Começa no rio Mocoões, confronte a foz do igarapé Francês; ou Diamantes, segue pelo alveo do rio Mocoões até as suas nascentes, destas, alcança por uma reta as nascentes do rio Cururu e continua por uma linha envolvendo para Santa Cruz do Arari os mondongos de Minas até as nascentes do rio Apii, tributário do rio Arari, descendo pelo citado rio Apii até confrontar a foz do igarapé Mungubal, seu afluente direito;
- 2 - Com o município de Cachoeira do Arari: Começa na foz do igarapé Mungubal, no rio Apii, segue pelo alveo deste até a sua foz no lago Arari, o qual atravessa para a foz do rio Arari, continuando pelo alveo deste rio até a foz do rio Anajazinho ou Anajaz-miri;
- 3 - Com o município de Ponta de Pedras: Começa no rio Arari, na foz do rio Anajazinho ou Anajáz- Miri, segue pelo alveo deste até as suas nascentes e destas alcança, por uma reta, a confluência do igarapé Francês ou Diamante, com o rio Mocoões. O distrito de Santa Cruz do Arari, único do termo e município do mesmo nome, da comarca de Ponta de Pedras, abrange os subdistritos de: 1º - Santa Cruz do Arari, 2º - Alto Mocoões.

16 - SANTANA DO ARAGUAIA

- a) Limites municipais 1 - Com o município de São Felix do Xingú: Começa na intersecção da linha do divisor aquário entre as vertentes direita do rio Xingú e esquerda do rio Araguaia, com a reta que vai da ponta da linha do Bananal do Salto das Sete Quedas, no rio São Miguel, afluente do rio Tapajós (limites entre Pará e Amazonas), segue por aquele divisor de águas até confrontar as nascentes do rio Arraia (braço do Repartimento).- Com o município de Conceição do Araguaia: Começa no divisor de águas da vertente direita do rio Xingú e esquerda do rio Araguaia, na confrontação da cabeceira do rio Arraia (braço do Repartimento); segue pelo alveo deste, até confrontar as cabeceiras do rio Ribeirão Gameleira; daí por uma reta até as referidas cabeceiras; seguindo pelo alveo do ribeirão Gameleira até sua foz no rio Araguaia;
- 2 - Com o Estado de Goiás: Começa na foz do ribeirão Gameleira, no rio Araguaia e segue pelo alveo deste até a ponta norte da ilha do Bananal.
- 3 - Com o Estado de Mato Grosso: Começa na ponta norte da ilha do Bananal; segue pela reta desta ponta até a cachoeira das Sete Quedas, no rio São Miguel, afluente do rio Tapajós até a sua intersecção com a linha do divisor de águas entre as vertentes direitas do rio Xingú e esquerda do rio Araguaia.

b - Limites interdistritais:

- 1 - Entre os distritos de Santa Maria das Barreiras e Barreira Branca: Começa no rio Araguaia, na foz de grotão comprido de Camuetá, vai pôr ele até as suas nascentes e destas segue pelo paralelo que por ela passa até o divisor de águas Araguaia-Xingú.

17 - SANTA MARIA DO PARÁ

a - Limites municipais:

- 1 - Com o município de Nova Timboteua: Começa na junção dos rios Maracanã e Tacioteua; daí, subindo o rio Tacioteua, em toda a sua extensão;

2 - Com o município do Guamá: Começa nas nascentes do rio Taciáteua e segue por uma linha geodésica reta as nascentes do igarapé Mururé, afluente do rio Guamá pela margem direita das nascentes do igarapé Mururé, afluente do rio Guamá pela margem direita das nascentes do igarapé Mururé por outra linha geodésica reta, ao ponto extremo oriental da Colônia 3 de Outubro;

3 - Com o município de Igarapé-Açu: Começa no ponto extremo oriental da Colônia 3 de Outubro, indo por uma linha geodésica reta às nascentes do igarapé Anajateua, uma dos formadores do rio Maracanã, e por êste descendo em tôda a sua extensão até a foz do igarapé Anajateua descendo orio Maracanã, até o ponto em que recebe o rio Taciáteua. O distrito de Santa Maria do Pará do têrmo e município do mesmo nome da comarca de Igarapé-Açu, não abrange subdistritos.

18 - SANTARÉM NOVO

a - Limites municipais:

1 - Com o município de Primavera: Começa no rio Maracanã, na foz do rio Xoacaré, subindo por êste até as suas nascentes, destas alcança por uma reta as nascentes do rio Japerica; daí por outra reta alcança o quilômetro vinte e cinco (25) da antiga estrada telegráfica.

2 - Com o município de Peixe Boi: Começa no quilômetro vinte e cinco (25) da antiga estrada telegráfica, daí alcançando por uma reta a foz do igarapé Mato Grosso, seguindo pela linha até o ponto de intersecção com o rio Jutáí.

3 - Com o município de Nova Timboteua: Começa no ponto de intersecção do rio Jutáí com a reta que vai do quilômetro vinte e cinco (25) à foz do igarapé Mato Grosso, daí seguindo pela mencionada linha até a foz do igarapé Mato Grosso, afluente do rio Xoacaré. O distrito de Santarém Novo, do têrmo e município do mesmo nome, da comarca de Maracanã, abrange os subdistritos de:

1º. - Santarém ovo;

1º. - Xoacaré.

19 - SANTO ANTONIO DO TAUÁ

a - Limites municipais:

1 - Com o município de Benevides: Começa na foz do rio São Francisco, afluente do rio Tauá, pelo qual desce até a sua foz na baía do Sol;

2 - Com o município de Colares: Começa na baía do Sol, na foz do rio Tauá, seguindo pela costa e pelo furo da Laura ou Guajará-Miri até a foz do rio Bituba ou Ubiutuba;

3 - Com o município de Vigia: Começa no furo da Laura ou Guajará-Miri, na foz do rio Bituba ou Ubiutuba, pelo qual segue até a foz do rio Patauateua; seguindo por êste até a foz do rio Caripé, subindo por êste até as suas nascentes; destas alcançando por uma reta as nascentes do rio Braço esquerdo do Marapanim;

4 - Com o município de Santa Izabel do Pará: Começa nas nascentes do rio Braço esquerdo do Marapanim, daí alcançando por uma reta as nascentes do rio São Francisco, pela qual desce até à sua foz no rio Tauá.

b - Divisas interdistritais

1 - Entre os distritos de Santo Antonio do Tauá e Espírito Santo do Tauá: Começa no rio Tauá na foz do igarapé Uxiteua, pelo qual sobe até as suas nascentes; destas alcança por uma reta as nascentes do rio Caripé. Os distritos do município de Santo Antonio do Tauá, do têrmo do mesmo nome, da comarca de Vigia, não abrangem subdistritos.

20 - SÃO FELIX DO XINGÚ

a - Limites municipais

1 - Com o município de Altamira: Começa na intersecção do limite interestadual Pará-Mato Grosso, com o divisor de água entre as vertentes esquerda do rio Xingú e direita do rio Iriri; segue por êste divisor aquário até as nascentes do igarapé Araras; desce por êste até a sua foz no rio Xingú; atravessa êste para a foz do igarapé Bom Jardim; continua pela linha de cota máxima da vertente direita do rio Xingú as nascentes do igarapé Ipixuna.

2 - Com o município de Senador José Porfírio: Começa nas nascentes do igarapé Ipixuna, e segue pelo meridiano que por elas passa até o divisor de águas entre as bacias dos Rios Xingú e Tocantins, na confrontação do Igarapé Volta Grande ou Aquiri, sub-tributário do Rio Tocantins.

3 - Com o município de Marabá: Começa na intersecção do paralelo que passa pelas nascentes do

Igarapé Ipixuna, afluente direito do rio Xingú com o divisor de águas Tocantins-Xingú, na confrontação das nascentes do igarapé Volta Grande, afluente do rio Itacaiunas; segue por aquele divisor de águas e pelo divisor Araguaia-Xingú, até confrontar as nascentes do rio Trairão, afluente do rio Fresco.

4 - Com o município de Conceição do Araguaia: Começa em frente às nascentes do rio Trairão, no divisor aquário Araguaia-Xingú, seguindo por este até confrontar as nascentes do Ribeirão (braço do Repartimento);

5 - Com o município de Santana do Araguaia: Começa na confrontação das nascentes do ribeirão Arraia (braço do repartimento), no divisor aquário Araguaia-Xingú; segue por este até o limite interestadual com o Estado do Mato Grosso.

6 - Com o Estado do Mato Grosso: Começa na intersecção do divisor aquário Araguaia-Xingú, com o limite interestadual Pará-Mato Grosso e segue por este limite até confrontar o divisor de águas entre as vertentes esquerda do rio Xingú e direita do rio Iriri.

b - Divisas interdistritais:

1 - Entre os distritos de São Felix do Xingú e Gradaús: Começa nas nascentes do igarapé Ipixuna; segue por uma reta para as nascentes do rio Branco; desta vai pela cota máxima da vertente esquerda rio até o lugar Nova Olinda, que fica para Gradaús; atravessa o rio Fresco para a foz do Riozinho; segue por este até as suas nascentes e desta alcança por uma linha meridiana o limite interestadual Pará-Mato Grosso. Os distritos de São Felix do Xingú, do termo e município do mesmo nome, da comarca de Altamira, não abrangem subdistritos.

21 - SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

a - Limites municipais

1 - Com o município de Marabá: Começa nas cabeceiras do rio Gameleira; segue pela cota máxima da vertente direita do igarapé Sororozinho até as nascentes do igarapé Patauí; continua pelo alveo deste até à sua foz no igarapé Tauarizinho, pelo alveo do qual alcança a sua foz no rio Tocantins; atravessa este para a foz do igarapé Freixeiras pelo qual segue águas acima até as suas nascentes e vai pelo meridiano que por elas passa até à linha do divórcio aquário entre as vertentes direita do rio Tocantins e esquerda do rio Capim;

2 - Com o município de São Domingos do Capim: Começa na intersecção do meridiano que passa pelas nascentes do igarapé Freixeiras com o divisor aquário Tocantins-Capim e segue por este divisor até o limite com o Estado do Maranhão;

3 - Com o Estado do Maranhão: Começa na intersecção do divisor aquário Tocantins-Capim com o limite interestadual entre os Estados do Pará e Maranhão; segue por este limite até à foz do igarapé Jacundá, no rio Tocantins;

4 - Com o Estado de Goiás: Começa em frente à foz do igarapé Jacundá, no rio Tocantins; atravessa este rio para a foz do rio Araguaia, pelo alveo do qual continua até a foz do rio Gameleira, seu afluente esquerdo;

5 - Com o município de Conceição do Araguaia: Começa no rio Araguaia, na foz do rio Gameleira, pelo qual sobe até às suas nascentes.

b - Limites interdistritais:

1 - Entre os distritos de São João do Araguaia e Apinagés: Começa na foz do igarapé Apinagés, pelo qual sobe até as suas nascentes e, desta por uma reta, para as nascentes do igarapé Tauarizinho.

2 - Entre os distritos de Apinagés e São Raimundo do Araguaia: Começa na foz do igarapé Bacurí Grande, no rio Araguaia: sobe por aquele igarapé até as suas nascentes, e desta, por uma reta, às nascentes setentrionais do rio Gameleira. Os distritos do município de São João do Araguaia, do termo e município do mesmo nome, da comarca de Marabá, não abrangem subdistritos.

22 - SENADOR JOSÉ PORFÍRIO

a - Limites municipais

1 - Com o município de Altamira:

Começa nas nascentes do igarapé Ipixuna, afluente direito do rio Xingú; segue pela linha de cota máxima da vertente direita deste rio até as nascentes do rio Ituna ou Ipixuna, e desce pelo alveo deste até a sua foz, na Volta Grande do Xingú, na sua parte de cima, entre as cachoeiras do Parati e

Itaboca; atravessa o rio Xingú para a foz do igarapé Açaizal; segue por êste último até as suas nascentes na rodovia Vitória-Ambé e segue pelo eixo desta rodovia até o lugar Ponte Nova sôbre o rio Ipitanga; segue pelo alveo do rio Ipitanga à sua foz no furo do Joá; segue por êste até sair no rio Xingu, na parte de baixo da Volta Grande; continua pela margem esquerda do rio Xingú até a foz do rio Tucuruí, deixando para Senador Porfírio tôdas as ilhas do percurso:

2 - Com o município de Pôrto de Mós: Começa na foz do rio Tucuruí; segue pelo rio Xingú, deixando para Senador José Porfírio tôdas as ilhas do percurso, até a foz do rio Maxiaca; segue pelo alveo dêste até as suas nascentes e destas vai pelo paralelo que por aí passa até o divisor de águas Anapú-Xingú.

3 - Com o município de Portel: Começa no confronto ao rio Maxiaca e segue pelo divisor de águas Anapú-Xingú, até as nascentes do rio Anapú;

4 - Com o município de Itupiranga: Começa nas nascentes do rio Anapú e segue pelo divisor de águas entre as bacias do rio Xingú e Tocantins até a sua intersecção com o paralelo que passa pelas nascentes do igarapé Ipixuna, afluente do rio Xingú, na confrontação das nascentes do igarapé Volta Grande ou Aquiri, no rio Itacaiunas, antigo Flôr do Caucho.

5 - Com o município de São Felix do Xingú: Começa na intersecção do paralelo que passa pelas nascentes do igarapé Ipixuna com o divisor de águas Tocantins-Xingú e segue pelo citado paralelo até as nascentes do igarapé Ipixuna. O distrito de Souzel, único do têrmo e município de Senador José Porfírio, da comarca de Itaituba, abrange os subdistritos de:

1º. - Souzel; 2º. - Bacajá; 3º. - Volta Grande.

RETIFICAÇÃO DE LIMITES MUNICIPAIS

1 - Entre os municípios de Faro e Oriximiná: Começa na linha fronteira entre o Brasil e Guiana Inglesa, no ponto em que é encontrada pela linha do divisor de águas entre os rios Nhamudá e Mapuera; segue por esta linha do divisor aquário, continuando pela linha do divisor aquário, continuando pela linha de cota máxima das vertentes direita do rio Trombetas até as nascentes do igarapé Buiuçú, cabeceira do lago Mariapichi; dêste ponto alcança, por uma reta, as nascentes do igarapé Barro Vermelho, cabeceira do lago Timbó, desce pelo igarapé Barro Vermelho até a sua foz no referido lago Timbó, o qual atravessa para a foz do furo do Timbó; continua por êste furo até o igarapé dos Currais, pelo qual segue até a sua confluência com o rio Sapucua, para, dêste último ponto, alcançar, por uma reta à margem esquerda do rio Amazonas, no ponto equidistante entre as bocas do rio Cachoeiras e o paraná do Bom Jardim.

2 - Entre os Municípios de Maracanã e Salinópolis: Começa no Oceano Atlântico, na baía de Urindeua, segue por esta até a foz do rio Meio ou São Paulo, pelo qual sobe até às suas nascentes: destas pelo paralelo que por aí passa alcança o rio Maracanã.

3 - Entre os municípios de Maracanã e Marapanim: Começa no rio Jambuaçú, na foz do igarapé Sapoacara, daí alcança por uma reta as nascentes do igarapé Timboteua; destas por outra reta as nascentes do igarapé do Campo.

4 - Entre os municípios de Maracanã e Magalhães Barata: Começa nas nascentes do igarapé do Campo, daí segue pela linha de cota máxima da vertente esquerda do rio Maracanã até as nascentes do igarapé Campo Grande, destas alcança por uma reta as nascentes do igarapé Santana, pelo qual desce até à sua foz do rio Marapanim.

5 - Entre os municípios de Maracanã e Marapanim: Começa na foz do rio Cuinarana, no rio Marapanim, pelo qual desde até à sua foz no Oceano Atlântico;

6 - Entre o município de Maracanã e o O Atlântico. Começa na foz do rio Marapanim, no Oceano Atlântico, segue por êste até a baía de Urindeua.

DOE Nº 19.759, DE 30/12/1961.